Assinado por: **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: 09888751
Data: 2021.09.20 10:46:02+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **Diretora de Serviços - Direção-Geral do Tribunal de Contas.**
CHAVE MÓVEL

CONCURSO PÚBLICO Nº 7/2021

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA À CONTA CONSOLIDADA DO GRUPO PÚBLICO TRIBUNAL DE CONTAS E ÀS RESPETIVAS CONTAS INDIVIDUAIS (SEDE, SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES E SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA)

PROGRAMA DO CONCURSO

Artigo 1.º
Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a aquisição de serviços de auditoria financeira à conta consolidada do grupo público Tribunal de Contas e às respetivas contas individuais relativas à execução do Orçamento do Estado e aos cofres privativos da Sede, da Secção Regional dos Açores e da Secção Regional da Madeira, dos anos de 2021, 2022 e 2023, tendo em vista a emissão dos correspondentes relatórios de auditoria e/ou certificações legais de contas, se exigidas pelo referencial de contabilidade aplicável.
2. São apresentadas em anexo informações relativas à natureza, atribuições e competências do Tribunal de Contas, incluindo o Regulamento do Tribunal de Contas (Anexo I), bem como as demonstrações financeiras individuais (Anexo II) e consolidadas (Anexo III) de 2020.

Artigo 2.º
Entidade pública contratante e plataforma eletrónica utilizada

1. A entidade pública contratante é a Direção-Geral do Tribunal de Contas, sita na Avenida da República, n.º 65, com os números de telefone 21 794 51 00, de fax 21 793 60 33 e com o correio eletrónico geral@tcontas.pt.
2. No presente procedimento de concurso público é utilizada a plataforma eletrónica de contratação pública https://www.acingov.pt (adiante designada como plataforma eletrónica).

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar, competente também para autorizar a despesa, foi o Presidente do Tribunal de Contas, em 19 de março de 2021, que aprovou, igualmente, a repartição dos encargos orçamentais plurianuais, emergentes da execução do contrato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, bem como da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do

n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Púbicos (CCP), na sua atual redação .

Artigo 4.º
Concorrentes

Só podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 5.º
Agrupamento de concorrentes

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do CCP.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os concorrentes.

Artigo 6.º
Consulta das peças do procedimento

1. As peças do concurso são integralmente disponibilizadas de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica.
2. O programa do concurso e o caderno de encargos estão disponíveis, todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial da Direção-Geral do Tribunal de Contas (DGTC), sitas na Avenida da República, n.º 65, em Lisboa, devendo a solicitação de acesso às peças ser previamente agendada entre as partes.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas, que respeitem ao estabelecido no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
   a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
   b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. As listas com identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como os esclarecimentos são disponibilizados na plataforma eletrónica.

Artigo 8.º

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa:
   a) Declaração do Anexo IV ao programa do concurso, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
   b) Documento contendo a indicação do preço anual e total, bem como da taxa de IVA aplicável;
   c) Documento no qual o concorrente se vincule às exigências das cláusulas 2.ª e 3.ª do caderno de encargos;
   d) Documento(s) comprovativo(s) do número de anos de experiência em auditoria financeira e das qualificações profissionais e habilitações académicas dos membros que compõem a equipa proposta, atendendo-se ao disposto na cláusula 4.ª do caderno de encargos.
   e) Declaração, sob compromisso de honra, em que se indique a relação de auditorias financeiras realizadas por cada elemento da equipa de auditoria a contas individuais de entidades que integram o sector das administrações públicas, nos últimos 5 anos;
   f) Declaração, sob compromisso de honra, em que se indique a relação de auditorias financeiras realizadas por cada elemento da equipa de auditoria a contas consolidadas de entidades que integram o sector das administrações públicas, nos últimos 5 anos;

g) Caso venham a ser selecionadas, documentos comprovativos das auditorias indicadas nas declarações a que se referem as anteriores alíneas e) e f), devendo o candidato reunir as prévias condições para o efeito.

2. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 9.º
Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 10. º
Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas exclusiva e diretamente na plataforma eletrónica.
2. As propostas devem ser submetidas até às **23h59 do 15.º dia a contar da data do envio do correspondente anúncio para publicação no Diário da República.**
3. As propostas, assim como os documentos a submeter na plataforma eletrónica, são assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 11.º
Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 12.º
Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.

2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs. 1 e 2.

Artigo 13.º
Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:

   a) Que não apresentem os documentos indicados no artigo 8.º do presente programa de procedimento;

   b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nas especificações técnicas;

   c) Que os documentos que compõem as propostas não se encontrem assinados com assinatura eletrónica qualificada;

   d) Que os documentos sejam apresentados através de uma pasta zipada (tipo ZIP ou RAR) sem que todos os documentos contidos nessa mesma pasta estejam assinados, individualmente, com assinatura eletrónica qualificada);

   e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

   f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

Artigo 14.º
Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela melhor relação qualidade-preço.

2. Os fatores que densificam o critério de adjudicação são os constantes do Anexo V do presente programa, e de acordo com as seguintes percentagens:
   a. Preço (PR): 50%
   b. Experiência em funções de auditoria financeira dos elementos da equipa a afetar à prestação de serviços (EE): 50%

Artigo 15.º
Critério de desempate

1. Em caso de empate, prevalece a proposta que obtiver maior pontuação no fator Experiência em funções de auditoria financeira dos elementos da equipa a afetar à prestação de serviços (EE).
2. Se, ainda assim, subsistir o empate, prevalece a proposta que obtiver maior pontuação no subfator relativo ao número médio de anos de experiência em funções de auditoria financeira dos elementos que integram a equipa de auditoria (EE1).
3. Se após a aplicação dos critérios de desempate, enunciados nos números anteriores, o desempate será efetuado por sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias, da data, da hora e do local da sua realização.
5. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
6. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
7. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada, ficando ordenada em primeiro lugar a que corresponder à bola extraída primeiro.

Artigo 16.º
Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, sendo os pedidos e esclarecimentos disponibilizados na plataforma eletrónica.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 17.º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 18.º
Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.
2. No relatório preliminar o júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório faz ainda, caso existam, referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 19.º
Audiência prévia

O júri disponibiliza na plataforma eletrónica o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que os mesmos, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 20.º
Relatório final

1. Decorrido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.

2. O júri pode ainda propor a exclusão das propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos que determinem a exclusão das mesmas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Se do relatório final resultar alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no nº 1 do artigo 148.º do CCP.
4. O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final e para efeitos de adjudicação.

Artigo 21.º
Adjudicação e notificação

1. Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a, em simultâneo, a todos os concorrentes, na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas, acompanhado do relatório final de análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte e se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 22.º
Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua:
   a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VI ao presente programa do concurso;
   b) Documento com indicação do código de acesso on-line à certidão permanente do registo comercial ou, em alternativa, a própria certidão, no caso de pessoas coletivas;

c) Certificado de registo criminal no caso de pessoas singulares ou de pessoas coletivas e, neste caso, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade, que se encontrem em efetividade de funções;

d) Declaração de consentimento para consulta on-line, de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, na sua atual redação, da situação relativa a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;

e) Declaração de consentimento para consulta on-line, de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de abril, na sua atual redação, da situação relativa a impostos devidos em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;

f) Declaração indicando que, a qualquer título, não foi prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Declaração do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA);

h) Declaração com indicação de que a entidade adjudicatária se compromete que durante a vigência do contrato não se verifica nenhuma das situações previstas nos termos do disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, na sua atual redação, relativamente aos colaboradores com os quais se propõe executar a prestação de serviços;

i) Certificado de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, designadamente a inscrição como Revisor Oficial de Contas;

j) Declaração do concorrente em como a responsabilidade civil profissional se encontra garantida, nos termos do artigo 87.º da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro.

2. Sem prejuízo do exigido no presente programa de concurso, o órgão competente para a decisão de contratar pode, a todo o momento, solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato, fixando-lhe prazo para o efeito.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 e seguintes do artigo 86.º do CCP, a adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no n.º 1 ou em violação dos mesmos.
4. A falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação e a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal e contraordenacional.
5. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo de 3 (três) dias para a supressão das mesmas.

Artigo 23.º
Minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Após a aprovação da minuta do contrato, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
3. A minuta do contrato e os ajustamentos eventualmente propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
4. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
6. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
7. Os ajustamentos ao contrato que tenham sido aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 24.º
Contrato

A outorga do contrato tem lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação e nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.

Artigo 25.º
Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade definida no artigo 5.º do programa de concurso.
2. Se por facto que lhe seja imputável a entidade pública contratante não outorgar o contrato no prazo previsto do artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, nos termos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 105.º do CCP.

Artigo 26.º
Legislação Aplicável

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se o regime previsto no CCP.
2. As normas do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Anexos: Anexos I a VI.

ANEXO I

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Caracterização da Entidade

1.1. As entidades incluídas no perímetro de consolidação são:

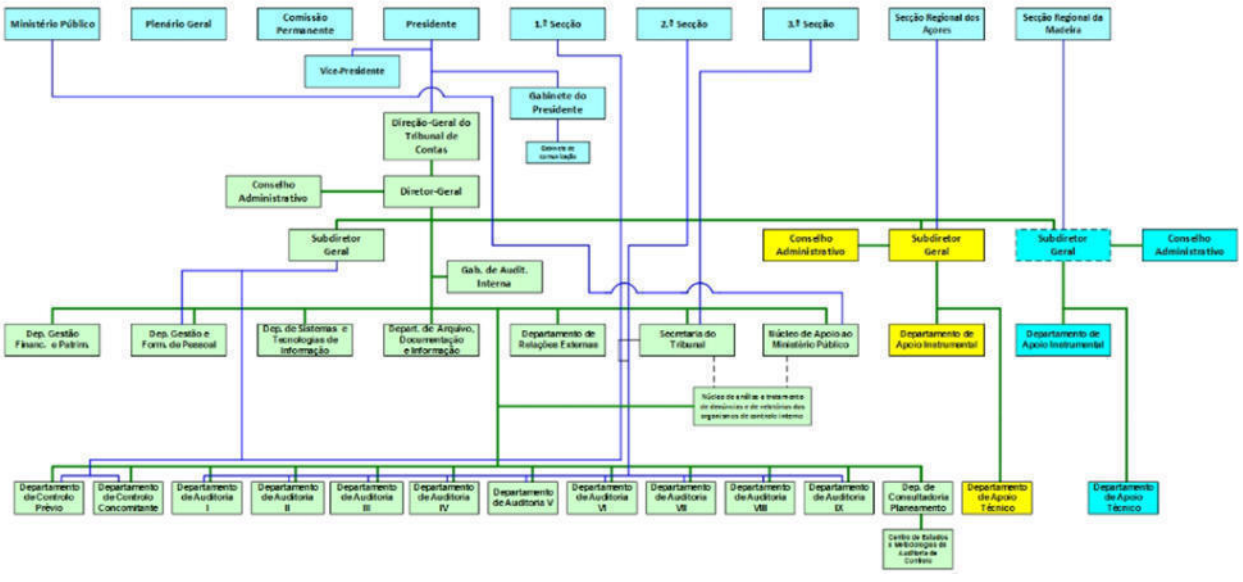
- ✓ O Tribunal de Contas – Sede, situa-se na Av. Barbosa du Bocage, 61 – 1069 – 045 Lisboa;
- ✓ A Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, situa-se na Rua Ernesto do Canto, 34 – 9504 – 526 Ponta Delgada;
- ✓ A Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, situa-se no Palácio da Rua do Esmeraldo – Rua do Esmeraldo, n.º 24 – 9004 – 554 Funchal.

As três entidades dispõem de autonomia administrativa na parte referente às verbas provenientes do Orçamento do Estado e de autonomia administrativa e financeira no que se refere às verbas dos seus Orçamentos Privativos, dando esta desagregação origem a 6 entidades contabilísticas com demonstrações financeiras autónomas e que foram consolidadas.

1.2. A constituição, orgânica e funcionamento encontram-se definidos na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 87 – B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 04 de janeiro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, 2/2012, de 6 de janeiro, 20/2015, de 9 de março e 40/2017, de 28 de dezembro.

1.3. A estrutura organizacional efetiva é a que seguidamente se descrimina:

ORGANOGRAMA DO TRIBUNAL DE CONTAS E SERVIÇOS DE APOIO



1.2. Nos termos do art.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, "O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras".

1.5. Recursos humanos:

O número de efetivos reportado a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, é o que se apresenta seguidamente:

TRIBUNAL DE CONTAS

Grupo	Categoria	Quadro	Além-Quadro	Total
MAGISTRADOS	PRESIDENTE	1		1
	VICE-PRESIDENTE	1		1
	JUIZ CONSELHEIRO	14		14
			TOTAL	16

GABINETE DO PRESIDENTE

Cargo / Carreira / Categoria	Nº de postos de trabalho
CHEFE DE GABINETE	1
ADJUNTO DE GABINETE	2
SECRETÁRIO PESSOAL	2
TÉCNICO ESPECIALISTA	2
COORDENADOR DE APOIO	1
TOTAL	8

DIREÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

Cargo / Carreira / Categoria	Nº de postos de trabalho
DIRECTOR GERAL	1
SUBDIRECTOR GERAL	3
AUDITOR-COORDENADOR	13
DIRECTOR DE SERVICOS	4
AUDITOR-CHEFE	31
CHEFE DE DIVISAO	9
CHEFE DE EQUIPA	1
AUDITOR	25
CONSULTOR	9
TECNICO VERIFICADOR SUPERIOR	164
TECNICO VERIFICADOR	11
TECNICO SUPERIOR	75
INSPECTOR	9
ESPECIALISTA DE INFORMATICA	8
TECNICO DE INFORMATICA	13
ESCRITURARIO JUDICIAL	3
ASSISTENTE TECNICO	98
ASSISTENTE OPERACIONAL	24
TOTAL	501

1.6. O método, princípios e regras de consolidação constam do Estudo n.º 1/07 – DGFP-DGF-GF, aprovado por Sua Excelência O Conselheiro Presidente a 23 de abril de 2007;

O registo de todo o processo de consolidação encontra-se suportado por fichas de apoio, e a documentação referente ao mesmo encontra-se arquivada no Dossier de Consolidação, existindo um Dossier para cada entidade envolvida no perímetro de consolidação e um Dossier global, de onde consta toda a documentação que fundamenta os movimentos de consolidação, bem como os mapas finais consolidados.

Não existe descentralização contabilística.

Lisboa, em de março de 2021

O Conselho Administrativo

Assinado por : **Paulo Jorge Nogueira da Costa**
Num. de Identificação: BI10046724
Data: 2021.03.26 14:36:02+00'00'

Assinado por : **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: BI09888751
Data: 2021.03.26 10:01:23+00'00'

Assinado por : **Maria Luísa Rato Bispo**
Num. de Identificação: BI05507875
Data: 2021.03.26 12:03:15+00'00'

TRIBUNAL DE CONTAS

Regulamento n.º 112/2018

O Plenário Geral do Tribunal de Contas, em reunião de 24 de janeiro de 2018, aprova, ao abrigo dos artigos 6.º, alínea *a*), e 75.º, alínea *d*), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto — Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC) —, o seguinte

Regulamento do Tribunal de Contas

PARTE I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Disposições Comuns

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

A organização, o funcionamento e os procedimentos do Tribunal de Contas, na Sede e nas Secções Regionais, em tudo o que não estiver previsto na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e respetiva legislação complementar e subsidiária, regem-se pelo presente Regulamento.

Artigo 2.º

Presidência

1 — As sessões do Plenário Geral, da Comissão Permanente e da 1.ª, 2.ª e 3.ª Secções e do coletivo previsto no artigo 42.º da LOPTC são presididas pelo Presidente do Tribunal, que dirige e orienta os trabalhos.

2 — Na falta ou impedimento do Presidente, preside aos Órgãos e Secções identificadas no número anterior o Vice-Presidente e, na falta ou impedimento deste, o Juiz mais antigo do Tribunal.

Artigo 3.º

Ministério Público

1 — O Ministério Público pode assistir às sessões do Plenário Geral, da Comissão Permanente e de todas as Secções, da Sede e das Secções Regionais, e do coletivo previsto no artigo 42.º da LOPTC e intervém nos termos definidos na LOPTC, no Estatuto do Ministério Público, nas leis processuais aplicáveis e neste Regulamento.

2 — No exercício das suas funções, o Ministério Público beneficia do apoio técnico e administrativo dos Serviços de Apoio do Tribunal.

Artigo 4.º

Secretariado

1 — As sessões do Plenário Geral, da Comissão Permanente e da 1.ª, 2.ª e 3.ª Secções são secretariadas pelo Diretor-Geral ou, na sua falta ou ausência, pelo Subdiretor-Geral da Sede, os quais podem intervir a solicitação do Presidente ou de qualquer Juiz para prestarem esclarecimentos sobre os assuntos inscritos na agenda.

2 — O coletivo previsto no artigo 42.º da LOPTC é secretariado pelo Diretor-Geral ou, nas suas faltas ou impedimentos, pelo Subdiretor-Geral da Secção Regional onde reúne.

3 — Compete ainda ao Diretor-Geral, ou ao Subdiretor-Geral, sendo o caso, a elaboração da respetiva ata.

4 — O Diretor-Geral ou o Subdiretor-Geral podem ser coadjuvados por outras chefias dos Serviços de Apoio, em conformidade com as respetivas competências.

Artigo 5.º

Serviços de apoio técnico-operativo

1 — As funções de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva, e de julgamento de responsabilidades financeiras do Tribunal de Contas são exercidas com o apoio da Direção-Geral do Tribunal de Contas, incluindo os Serviços de Apoio das Secções Regionais, nos termos definidos na LOPTC e no presente Regulamento.

2 — Os auditores, consultores, técnicos verificadores superiores e demais técnicos gozam de garantias de independência e estabilidade no desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização em que estiverem envolvidos, têm direito à formação contínua e a um adequado ambiente de trabalho e exercem as suas funções de acordo com as orientações gerais emitidas pelas instâncias competentes do Tribunal.

3 — No âmbito de cada Plano Trienal podem ser propostas orientações relativas à rotação dos dirigentes, pessoal de auditoria ou demais técnicos que exerçam funções de controlo.

CAPÍTULO II

Juízes

Artigo 6.º

Direito a formação permanente e a apoio

Os Juízes do Tribunal de Contas têm direito à formação permanente e ao apoio técnico-operativo e instrumental que se mostre necessário ao desempenho das funções que lhes estão cometidas pela lei.

Artigo 7.º

Ordem de precedência dos Juízes

1 — A ordem de precedência dos Juízes é estabelecida anualmente em sessão do Plenário Geral, e releva, em cada Secção e nos termos da lei, para a constituição das respetivas subsecções.

2 — A precedência é ordenada por sorteio na última sessão anual do Plenário referido no número anterior e é válida para o ano seguinte.

3 — Os Juízes que iniciem funções após o sorteio anual tomam, sucessivamente, lugar a seguir ao último Juiz na ordem de precedência e, no caso de nomeações simultâneas, segundo a antiguidade da sua nomeação no *Diário da República* ou, tendo esta ocorrido na mesma data, da ordem de graduação no respetivo concurso.

Artigo 8.º

Turnos de férias judiciais

1 — Durante o mês de janeiro de cada ano são estabelecidos na Sede do Tribunal turnos para as sessões diárias de visto a realizar durante as férias judiciais.

2 — Intervêm nos turnos todos os Juízes da Sede, sendo relator um Juiz da 1.ª ou da 3.ª Secção.

3 — Ouvidos os Juízes e obtido o consenso quanto aos turnos, o Presidente fixa essa distribuição; no caso contrário, o Presidente procede à distribuição dos turnos nos termos do número anterior, tendo em conta as preferências expressas pelos Juízes, e segundo a respetiva ordem de antiguidade no Tribunal.

4 — Na ausência, falta ou impedimento de algum dos Juízes de turno nas férias judiciais, aplica-se o disposto no artigo 73.º, n.º 4, da LOPTC.

5 — A pedido do Juiz da Secção Regional, o Presidente pode nomear um Juiz da 1.ª ou da 3.ª Secção para o substituir durante as respetivas férias judiciais, obtida a sua anuência.

Artigo 9.º

Marcação de férias

1 — Às férias dos Juízes do Tribunal de Contas aplica-se o regime em vigor no Estatuto dos Magistrados Judiciais para os Juízes do Supremo Tribunal de Justiça, com as especificidades previstas nos números seguintes.

2 — Os Juízes do Tribunal de Contas gozam as suas férias preferencialmente durante o período de férias judiciais, sem prejuízo da realização dos turnos para que se encontrem designados.

3 — As férias dos Juízes são marcadas até ao final do mês de março de cada ano, sendo, na sequência desta marcação, elaborado um mapa de férias, a aprovar pelo Presidente.

4 — O gozo de férias fora do período referido no n.º 2 deve ser requerido ao Presidente com os fundamentos previstos no Estatuto dos Magistrados Judiciais.

5 — As férias devem ser gozadas no decurso do ano civil em que se vencem, carecendo a transição de dias de férias para o ano seguinte de autorização do Presidente.

Artigo 10.º

Ausências, faltas e impedimentos

1 — As faltas dos Juízes às sessões do Tribunal para que estejam convocados devem ser devidamente justificadas, através de comunicação ao Presidente.

2 — Sem prejuízo das normas específicas referentes a cada Secção constantes do presente Regulamento, a substituição dos Juízes nos

casos de ausência, falta ou impedimento segue o princípio da ordem de precedência anual, dentro de cada Secção.

3 — A substituição dos representantes na Comissão Permanente é feita pelo Juiz mais antigo da mesma Secção a que pertença o representante ausente ou impedido.

Artigo 11.º

Registo biográfico e disciplinar dos Juízes e lista de antiguidade

1 — O livro de registo biográfico e disciplinar dos Juízes, que fica à guarda do Secretário da Comissão Permanente, menciona:

a) Nome, data e local de nascimento;
b) Residência, incluída a de férias e respetivo número de telefone;
c) Graduação obtida no concurso, *Diário da República* em que foi publicada a nomeação e a data da posse;
d) Lugares ou cargos exercidos após a nomeação;
e) Louvores ou sanções disciplinares;
f) Perdas ou interrupções de antiguidade;
g) Quaisquer outros elementos relevantes de valorização profissional.

2 — É elaborada, anualmente, uma lista de antiguidade dos Juízes.

CAPÍTULO III

Ética e deontologia

Artigo 12.º

Princípios gerais

1 — O Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio orientam-se pelos valores, princípios e requisitos previstos no *Código de Ética da INTOSAI*.

2 — A aplicação do *Código de Ética da INTOSAI* aos Serviços de Apoio e ao seu pessoal é definida pelo Presidente do Tribunal, que estabelecerá as políticas, medidas e orientações para o efeito necessárias.

3 — Os Juízes do Tribunal de Contas estão sujeitos aos deveres éticos, deontológicos, profissionais e ao regime disciplinar que decorrem do seu estatuto constitucional e legal.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Plenário Geral pode desenvolver princípios éticos, bem como salvaguardas adequadas a minimizar os riscos específicos decorrentes do exercício de funções no Tribunal de Contas.

CAPÍTULO IV

Comunicação e Transparência

Artigo 13.º

Política de Comunicação

O Tribunal de Contas define uma estratégia de comunicação, adequada ao cumprimento do seu mandato, com observância dos princípios da transparência, da prestação de contas e da proteção de dados pessoais, designadamente através da divulgação do resultado dos seus trabalhos em tempo oportuno.

Artigo 14.º

Publicitação de atos

1 — Os atos do Tribunal são publicitados, depois de notificados ou comunicados aos interessados, sendo caso disso, em conformidade com os princípios que informam a política de comunicação do Tribunal, exceto quando se delibere, por motivos ponderosos, a limitação do âmbito da publicitação.

2 — A publicitação dos atos da 3.ª Secção ocorre decorrido o prazo para a interposição de recurso, com a menção da situação relativa ao estado do trânsito em julgado.

CAPÍTULO V

Instruções

Artigo 15.º

Instruções

O Tribunal, no exercício das suas competências, emite instruções dirigidas aos órgãos competentes das entidades sujeitas à sua jurisdição e poderes de controlo, as quais podem ter por objeto, designadamente:

a) A elaboração, organização e prestação das contas de gerência e das demonstrações financeiras ao Tribunal de Contas, qualquer que seja o regime jurídico e financeiro e o sistema contabilístico aplicável, pelos titulares de órgãos das entidades públicas ou privadas sujeitas à jurisdição e à prestação de contas, incluindo os que estejam investidos em deveres legais estatutários de garantir a fiabilidade e sinceridade das contas e das demonstrações financeiras;
b) O fornecimento pelos titulares dos mesmos órgãos dos elementos ou informações necessários à fiscalização prévia, concomitante ou sucessiva do Tribunal.

Artigo 16.º

Trabalhos dos revisores oficiais de contas

1 — As instruções a que se refere o artigo anterior, necessárias à concretização da competência do Tribunal de certificação da Conta Geral do Estado, prevista no artigo 66.º, n.º 6, da Lei de Enquadramento Orçamental, podem elencar as matérias a incluir nos contratos de prestação de serviços que devam ser celebrados obrigatoriamente com os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas ou auditores externos, nos termos dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e das normas jurídicas estatutárias, contabilísticas e financeiras aplicáveis às diversas entidades contabilísticas em questão.

2 — À luz do estabelecido no número anterior, e em observância do princípio da coadjuvação, previsto no artigo 10.º da LOPTC, pode o Tribunal solicitar aos órgãos de gestão das entidades contabilísticas a disponibilização dos trabalhos de auditoria financeira realizados pelos revisores oficiais de contas ou pelas sociedades de revisores oficiais de contas, dos seus documentos de trabalho, dos seus relatórios e das recomendações dirigidos aos órgãos de gestão e que servem de suporte à certificação das contas a prestar ao Tribunal de Contas.

CAPÍTULO VI

Sistema de informação

Artigo 17.º

Objetivos

O Tribunal de Contas dispõe de um sistema de informação integrado e interativo, com vista a garantir:

a) A otimização dos recursos, designadamente em termos de informação a produzir, seu conteúdo, normalização e distribuição;
b) A utilidade e a oportunidade da informação;
c) A fiabilidade da informação;
d) A segurança da informação.

Artigo 18.º

Regulamentação

1 — O sistema de informação é regulamentado pelo Presidente tendo em conta as orientações gerais definidas pelo Plenário Geral, e deverá contemplar:

a) A identificação do gestor ou responsável pelo sistema e definição das respetivas funções;
b) A definição de níveis de acesso à informação para efeitos de registo e consulta;
c) A definição de níveis de gestão da rede;
d) A criação de indicadores de alerta que identifiquem tentativas de intrusão e respetiva origem;
e) A definição de critérios gerais e níveis de competência relativos à disponibilização de informação para o exterior.

2 — A regulamentação do sistema de informação deverá ainda respeitar as disposições legais e regulamentares relativas à proteção de dados pessoais.

Artigo 19.º

Comissão de Informática

1 — O sistema de informação é acompanhado permanentemente por uma Comissão de Informática presidida por um Juiz Conselheiro eleito pelo Plenário Geral, por um magistrado do Ministério Público, pelo gestor ou responsável pelo sistema de informação e por um técnico dos Serviços de Apoio nomeado pelo Presidente.

2 — Compete à Comissão de Informática:

a) Acompanhar e controlar o desenvolvimento do sistema de informação, podendo formular recomendações e propostas ao Presidente e ao Plenário Geral;
b) Zelar para que a informação produzida seja completa, útil e relevante, fiável, oportuna e segura;
c) Assegurar o cumprimento dos dispositivos legais, designadamente relativos à proteção de dados pessoais;
d) Propor ao Plenário Geral a definição das orientações gerais relativas ao sistema de informação do Tribunal;
e) Dar parecer sobre os projetos de instruções que pretendam regulamentar o sistema de informação;
f) Ser ouvida sobre a informação a produzir, designadamente sobre o seu conteúdo, normalização e forma de tratamento;
g) Ser ouvida sobre a distribuição interna e a divulgação externa da informação, nomeadamente sobre os seus destinatários, as vias que deverá seguir e os meios a afetar;
h) Ser ouvida sobre a segurança da informação, especialmente sobre o seu nível, grau de confidencialidade, qualidade dos seus suportes e classificação dos documentos.

CAPÍTULO VII

Sistema de Planeamento

Artigo 20.º

Sistema de planeamento

1 — O sistema de planeamento do Tribunal de Contas assenta nos seguintes princípios:

a) Consideração do ambiente interno e externo, bem como das oportunidades e ameaças que se colocam ao Tribunal;
b) Análise de risco;
c) Definição de prioridades;
d) Fixação de indicadores de desempenho;
e) Acompanhamento e avaliação periódicos dos instrumentos de planeamento.

2 — Os princípios elencados no número anterior são tomados em conta nos exercícios de planeamento estratégico, que decorrem a cada três anos, nos termos da LOPTC.
3 — Os programas anuais de fiscalização de cada Secção, e, bem assim, dos Serviços de Apoio do Tribunal, obedecem às prioridades definidas nos termos do n.º 1, alínea *c*), deste artigo.
4 — O planeamento estratégico e anual do Tribunal de Contas é objeto de acompanhamento permanente e de reavaliações periódicas, concretizadas, sendo caso disso, em atualizações dos planos e programas em vigor.
5 — A avaliação do Plano Estratégico é realizada anualmente, e a relativa aos programas anuais é objeto de avaliação semestral.

CAPÍTULO VIII

Normas de auditoria e gestão da qualidade

Artigo 21.º

Sistema de gestão da qualidade

O Tribunal de Contas dispõe de um sistema de gestão da qualidade, transversal às suas várias áreas de atuação, e adequado às orientações internacionais que nesta matéria são aplicáveis aos tribunais de contas e instituições congéneres, por forma a garantir a qualidade dos trabalhos desenvolvidos e a manter uma elevada reputação e credibilidade institucional.

Artigo 22.º

Modalidades e técnicas de fiscalização sucessiva e concomitante

1 — O Tribunal de Contas desenvolve as suas competências de fiscalização sucessiva e concomitante na Sede, e nas Secções Regionais dos Açores e da Madeira, de forma integrada e uniforme através da verificação interna e externa de contas, da realização de auditorias de qualquer natureza e de outras formas de controlo previstas na Lei e neste Regulamento e de acordo com as normas, princípios, métodos e técnicas constantes de manuais de auditoria, de verificação interna de contas e de procedimentos aprovados.
2 — O Tribunal orienta-se também, designadamente, pelas:

a) Normas de direito financeiro público nacional constante da Constituição da República Portuguesa, dos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, das leis de enquadramento orçamental nacionais e regionais e das finanças locais e regionais;
b) Normas jurídicas e contabilísticas nacionais aplicáveis aos setores públicos administrativos e empresariais, associativos, fundacionais e cooperativos incluindo os relativos às entidades públicas reclassificadas;
c) Normas de auditoria e de revisão de contas geralmente aceites, em vigor em Portugal e na União Europeia;
d) Normas do direito europeu da estabilidade e consolidação orçamental e da sustentabilidade das finanças públicas;
e) Normas contabilísticas do *Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais*, aprovadas no âmbito da *União Europeia*;
f) Normas de auditoria aprovadas no âmbito da *INTOSAI*, da *EUROSAI* e da *IFAC*, ou no âmbito do *Comité de Contacto dos Presidentes dos Tribunais de Contas e Auditores Gerais da União Europeia.*

Artigo 23.º

Comissão de Normas de Auditoria

1 — Funciona no Tribunal uma *Comissão de Normas de Auditoria* (CNA), que se organiza em grupos de trabalho especializados e pode ser assistida por um secretariado permanente, a constituir por despacho do Presidente.
2 — A CNA é constituída por dois Juízes da 2.ª Secção e um Juiz da 1.ª Secção, eleitos pelos respetivos Plenários de Secção, sendo os mandatos dos membros da CNA de três anos, de acordo com um princípio de rotação que permita que, em cada ano, seja substituído o membro da CNA que complete 3 anos de mandato.
3 — A coordenação dos trabalhos da CNA é assegurada pelo Juiz mais antigo que a integre.
4 — Podem ter assento na CNA os Juízes das Secções Regionais, sempre que se tratem questões com incidência nas respetivas Secções.
5 — É competência da CNA a elaboração das normas de auditoria, incluindo as de controlo de qualidade, dos manuais de auditoria e das normas de verificação interna de contas, bem como o acompanhamento da sua aplicação.
6 — No exercício da sua competência, a CNA procede à audição das partes interessadas relativamente às propostas de normas referidas no número anterior.

Artigo 24.º

Manuais de Auditoria, de Verificação Interna de Contas e outras normas

1 — Os manuais de auditoria são instrumentos de apoio à concreta orientação dos auditores, consultores e demais técnicos de verificação no exercício das respetivas funções de auditoria, e devem incluir:

a) As normas de auditoria adequadas, incluindo as metodologias, as fases e os diversos tipos de procedimentos de verificação que as concretizam e executam;
b) A estrutura dos relatórios de auditoria, de verificação interna e externa de contas e demais demonstrações financeiras;
c) As normas relativas à revisão do trabalho de outros auditores pelo Tribunal;
d) Os princípios, as normas e as políticas de controlo da qualidade relativas aos diferentes tipos de auditoria.

2 — As normas e os procedimentos de verificação interna de contas também podem ser objeto de *manuais*.

Artigo 25.º

Aplicação das normas e demais instrumentos de controlo

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 75.º, alínea *g*), da LOPTC, o Plenário Geral, sob proposta do Presidente, das Secções do Tribunal (na Sede e Regiões Autónomas) ou da CNA pode deliberar a aplicação dos manuais de auditoria e demais instrumentos de controlo e verificação, aprovada nos termos do artigo 78.º, n.º 1, alínea *d*), da LOPTC, às ações de fiscalização sucessiva e concomitante da responsabilidade da 1.ª Secção e das Secções Regionais.

CAPÍTULO IX

Distribuição

Artigo 26.º

Regra geral

1 — A distribuição assegura a repartição equitativa do serviço do Tribunal, observa o princípio do Juiz natural e atende à ordem de precedência dos Juízes, por Secção.

2 — A distribuição dos processos é feita, consoante os casos, por sorteio, em função das escalas mensais, por deliberação constante do programa de fiscalização ou por outro meio a propor pelo Presidente, ao Plenário Geral, à Comissão Permanente ou ao plenário de cada Secção.

3 — Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado na LOPTC ou neste Regulamento, aplicam-se as normas do Código de Processo Civil que regulam a distribuição nos tribunais superiores.

Artigo 27.º

Atos sujeitos a distribuição

1 — Estão sujeitos a distribuição, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 26.º do presente Regulamento, os seguintes processos e procedimentos:

a) No âmbito das competências do Plenário Geral, os recursos dos atos administrativos relativos ao concurso, nomeação e disciplina dos Juízes, os recursos extraordinários para fixação de jurisprudência e outros que, pela sua importância, o Plenário Geral assim o delibere.

b) No âmbito das competências da Comissão Permanente:

i) Pareceres solicitados sobre projetos legislativos em matéria financeira;
ii) Processos disciplinares;
iii) Projeto de Plano Trienal;
iv) Outros que, pela sua importância, a Comissão Permanente assim o delibere.

c) No âmbito das competências de fiscalização prévia e concomitante da 1.ª Secção:

i) Processos de fiscalização prévia ("visto");
ii) Auditorias de fiscalização concomitante;
iii) Ações para apuramento de responsabilidades financeiras.

d) No âmbito das competências de fiscalização concomitante e sucessiva da 2.ª Secção, as ações de fiscalização incluídas nos respetivos programas de fiscalização anuais e programa trienal.

e) No âmbito das competências de efetivação de responsabilidades financeiras da 3.ª Secção, os processos interpostos pelas instâncias competentes.

2 — A distribuição dos recursos, ordinários, extraordinários e de emolumentos, é feita por sorteio, no qual não participam os Juízes que se encontrem impedidos.

3 — Com exceção do regime previsto para a 1.ª Secção, os processos autónomos de multa são atribuídos aos Juízes relatores dos processos que tenham relação com as respetivas infrações.

Artigo 28.º

Responsáveis pela distribuição

1 — Cabe ao Presidente assegurar a distribuição dos processos, de acordo com os critérios vigentes.

2 — O Presidente pode delegar a tarefa de presidir à distribuição no Vice-Presidente, ou, nos casos de falta ou impedimento deste, no Juiz Conselheiro mais antigo.

Artigo 29.º

Especialidades quanto à distribuição no Plenário Geral

1 — Os recursos dos atos administrativos relativos ao concurso, nomeação e disciplina dos Juízes são distribuídos, por sorteio, entre os Juízes da 1.ª e da 3.ª Secções, das Secções Regionais e da 2.ª Secção que tenham formação jurídica.

2 — Os recursos extraordinários para fixação de jurisprudência são distribuídos, por sorteio, pelos Juízes da 1.ª e 3.ª Secções e Secções Regionais.

Artigo 30.º

Especialidades quanto à distribuição na Comissão Permanente

1 — Na ausência de consenso, os processos da competência da Comissão Permanente são objeto de distribuição por sorteio entre os seus membros.

2 — Os processos disciplinares são sempre distribuídos por sorteio.

3 — Ao sorteio assiste sempre o Vice-Presidente ou, na sua falta ou impedimento, o Conselheiro mais antigo da Comissão Permanente.

Artigo 31.º

Especialidades quanto à distribuição na 1.ª Secção

1 — A distribuição dos processos em sessão diária de visto é feita de acordo com escalas mensais elaboradas nos termos do artigo 45.º do presente Regulamento.

2 — A distribuição dos recursos realiza-se, por sorteio, no primeiro dia útil da semana e interrompe-se nas férias judiciais.

3 — Para efeitos do sorteio, são introduzidas numa urna as esferas com os números atribuídos aos Juízes, de acordo com a ordem de precedência e a quem ainda não tenham sido distribuídos processos da mesma espécie, procedendo-se, de seguida, à respetiva extração.

4 — Em caso de impedimento dos Juízes da 1.ª Secção, procede-se à distribuição por Juízes de outras Secções, respeitando a seguinte ordem de preferência:

a) Secções Regionais e 3.ª Secção;
b) 2.ª Secção.

5 — A distribuição das auditorias de fiscalização concomitante é efetuada no âmbito da aprovação dos programas de fiscalização ou das deliberações que as determinarem.

6 — O relator das ações para apuramento de responsabilidades financeiras é o Juiz do processo em que for determinado esse apuramento, salvo se este não integrar a 1.ª Secção, caso em que o processo é distribuído a um Juiz da 1.ª Secção, de forma rotativa e de acordo com a ordem de precedência.

7 — Os processos autónomos de multa são distribuídos de forma rotativa e de acordo com a ordem de precedência, devendo observar-se as regras definidas pelo plenário da Secção.

8 — Ocorrendo a cessação de funções de Juiz na Secção, os respetivos processos distribuídos transitam para o Juiz que lhe suceder, salvo quando não seja previsível que a nomeação do novo Juiz ocorra no prazo de 30 dias, sendo neste caso os processos redistribuídos pelos restantes Juízes.

9 — Nos casos em que seja previsível que a falta ou impedimento do relator se prolongue por mais de 30 dias é-lhe suspensa a distribuição de novos processos, procedendo-se à redistribuição dos respetivos processos pelos restantes Juízes.

10 — No caso previsto no número anterior, e salvo fundamento justificado por despacho do Presidente, logo que o Juiz retome funções é-lhe distribuído um número de processos igual ao anteriormente redistribuído.

11 — O Presidente pode ordenar a imediata redistribuição de processos em despacho fundamentado, antes dos prazos referidos nos números anteriores.

Artigo 32.º

Especialidades quanto à distribuição na 3.ª Secção

Na 3.ª Secção, a distribuição é efetuada por sorteio no 1.º dia útil de cada semana, e interrompe-se nas férias judiciais.

PARTE II

Organização e funcionamento

CAPÍTULO I

Funcionamento do Plenário Geral

Artigo 33.º

Convocação

1 — O Plenário Geral reúne sob convocatória do Presidente ou a solicitação de pelo menos um terço dos seus membros, caso em que deve ser feita por escrito e dirigida ao Presidente, devendo a reunião ser convocada para os primeiros quinze dias seguintes.

2 — O Plenário Geral reúne, pelo menos, quatro vezes por ano.

Artigo 34.º

Quórum de funcionamento e deliberativo

O Plenário Geral funciona com mais de metade dos seus membros e delibera com mais de metade dos seus membros não impedidos.

Artigo 35.º

Agenda das sessões

1 — A agenda de cada sessão do Plenário Geral é mandada organizar pelo Presidente, tendo em conta as propostas que lhe sejam apresentadas.

2 — Até 5 dias úteis antes da sessão, deve ser distribuída pelos Juízes e pelo Ministério Público uma cópia da agenda e dos documentos relevantes para as deliberações a tomar, salvo nos casos urgentes, devidamente justificados, em que o prazo será de 2 dias úteis.

Artigo 36.º

Período antes da ordem do dia e inscrição de questões não agendadas

1 — Antes do início dos trabalhos há um período, não superior a trinta minutos, designado por "*antes da ordem do dia*", para troca de impressões sobre matérias não constantes da agenda.

2 — No início de cada sessão podem, por deliberação que obtenha pelo menos dois terços dos votos, ser inscritas na agenda outras questões para além das nela previstas.

Artigo 37.º

Ordem de trabalhos

1 — As sessões iniciam-se pela aprovação da ata da sessão anterior, seguindo-se a apresentação do expediente que o plenário tenha de conhecer e, finalmente, a apreciação e decisão dos processos e matérias inscritas na agenda.

2 — Antes de ser tomada qualquer deliberação, é dada a palavra ao Ministério Público para alegar o que tiver por conveniente.

3 — A ata da sessão dá conta da posição do Ministério Público, podendo fazê-lo por mera remissão para parecer escrito que tenha sido dado, o qual, nesse caso, é junto ao processo.

CAPÍTULO II

Funcionamento da Comissão Permanente

Artigo 38.º

Funcionamento

1 — A Comissão Permanente reúne a convocação do Presidente, por sua iniciativa ou a pedido fundamentado de qualquer dos seus membros com indicação dos assuntos a incluir na agenda.

2 — A Comissão Permanente delibera sob proposta de qualquer dos seus membros.

3 — Os relatores dos projetos de deliberação relativos a competências da Comissão Permanente não sujeitas a distribuição são os autores das respetivas propostas.

4 — Compete ao relator apresentar no Plenário Geral a respetiva proposta da Comissão Permanente.

5 — Aplicam-se subsidiariamente ao funcionamento da Comissão Permanente as normas legais e regulamentares relativas ao Plenário Geral.

CAPÍTULO III

Organização e funcionamento da 1.ª Secção

SECÇÃO I

Disposições comuns

Artigo 39.º

Ausência, falta ou impedimento de Juízes

1 — Na subsecção, e relativamente a processos de fiscalização prévia, o Juiz relator é substituído pelo Juiz adjunto que integrou a sessão diária de visto, desde que pertencente à 1.ª Secção.

2 — Na sessão diária de visto, e sem prejuízo do regime aplicável em período de férias, o Juiz relator é substituído pelo Juiz adjunto que se encontra designado para o respetivo turno.

3 — Caso a substituição não possa ser assegurada por Juízes da 1.ª Secção, nos termos dos números anteriores, o Presidente pode designar, ao abrigo do artigo 73.°, n.º 4, da LOPTC, Juízes de outras Secções e respeitando a seguinte ordem de preferência:

a) Secções Regionais e 3.ª Secção;
b) 2.ª Secção.

4 — A substituição efetuada nos termos do n.º 2 é comunicada ao Presidente que, por sua vez, incumbe a Secretaria do Tribunal de averbar tal facto na escala mensal de Juízes relativa ao período em que a mesma ocorrer.

5 — A designação efetuada nos termos do n.º 3 é averbada, pela Secretaria do Tribunal, na escala mensal de Juízes relativa ao período em que a mesma ocorrer.

SECÇÃO II

Funcionamento da Secção em plenário e em subsecção

Artigo 40.º

Composição do plenário e da subsecção

1 — O plenário da 1.ª Secção compreende todos os Juízes que a integram.

2 — As subsecções integram-se no funcionamento normal da Secção e são constituídas por três Juízes.

3 — Salvo o disposto nos números seguintes, a subsecção é composta pelo relator e pelos dois Juízes que se lhe seguem na ordem de precedência.

4 — A subsecção para os processos de fiscalização prévia é composta pelo relator do processo, pelo adjunto que integrou a sessão diária de visto e pelo adjunto que se lhe seguir na ordem de precedência em vigor à data em que seja requerido o agendamento do processo para subsecção.

5 — No âmbito dos processos de fiscalização prévia, à determinação do segundo adjunto da subsecção a constituir em férias judiciais aplica-se o disposto no artigo 73.º, n.º 4, da LOPTC, com as necessárias adaptações.

Artigo 41.º

Sessões do plenário

1 — O plenário reúne em sessão ordinária e em sessão extraordinária.

2 — As sessões ordinárias são realizadas às terças-feiras, salvo se o Presidente, ouvidos os Juízes, as marcar para data diversa.

3 — As sessões extraordinárias são realizadas sempre que o Presidente as convoque, por sua iniciativa ou a solicitação dos respetivos Juízes.

4 — Nas férias judiciais apenas há lugar a sessões extraordinárias para julgamento dos processos em que a formação do visto tácito ocorra nesse período ou outros cuja urgência seja demonstrada.

Artigo 42.º

Agenda

1 — A agenda de trabalhos para cada sessão é mandada organizar pelo Presidente, tendo em consideração as indicações fornecidas pelos Juízes.

2 — A relação dos processos, relatórios ou matérias a inscrever na agenda deve ser remetida por cada Juiz ao Gabinete do Presidente com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência em relação à data da sessão.

3 — A agenda é enviada, na véspera da sessão, aos respetivos Juízes, ao representante do Ministério Público, ao secretário da sessão, aos departamentos de controlo prévio e concomitante e à Secretaria do Tribunal.

4 — Os prazos referidos nos números anteriores podem não ser observados, em caso de urgência, designadamente resultante da necessidade de respeitar o prazo para a decisão em sede de fiscalização prévia.

5 — Por deliberação do plenário podem inscrever-se na ordem de trabalhos matérias inicialmente não previstas na agenda.

Artigo 43.º

Projetos de decisão

1 — Sem prejuízo do referido nos números seguintes, os projetos a apreciar e decidir no plenário devem ser enviados aos Juízes e ao Ministério Público com a antecedência de cinco dias úteis.

2 — Em caso de projetos de acórdãos, o prazo referido no número anterior é de dois dias úteis.

3 — Os prazos referidos nos números anteriores podem não ser observados, em caso de urgência, designadamente resultante da necessidade de respeitar o prazo para a decisão em Sede de fiscalização prévia.

4 — O projeto de acórdão deve ser acompanhado do respetivo sumário.

Artigo 44.º

Funcionamento das sessões

1 — As sessões iniciam-se com a leitura e aprovação da ata da sessão anterior, seguindo-se o período de antes da ordem do dia e, finalmente, a apreciação e decisão dos projetos relativos a processos, relatórios e matérias inscritas na agenda, pela respetiva ordem.

2 — Após a apresentação do projeto de acórdão ou de relatório pelo respetivo relator e antes da intervenção dos adjuntos, é dada a palavra ao Ministério Público para alegar o que tiver conveniente, caso esteja presente.

SECÇÃO III

Funcionamento da Secção em sessão diária de visto

Artigo 45.º

Composição da sessão diária de visto

1 — As sessões diárias de visto têm lugar todos os dias úteis para efeitos de fiscalização prévia, de acordo com uma escala aprovada nos termos dos números seguintes.

2 — O Presidente propõe ao plenário da Secção, para aprovação, uma escala mensal de dois Juízes de turno que, em cada semana, se reúnem em sessão diária de visto.

3 — A cada grupo de dois Juízes é atribuído um período de uma semana para sessão diária de visto, com início no primeiro dia útil de cada semana, sendo um dos Juízes relator e outro adjunto.

4 — As sessões diárias de visto em férias judiciais são asseguradas nos termos do artigo 8.º

5 — A escala referida no n.º 2 é comunicada ao departamento de controlo prévio e à Secretaria do Tribunal, a qual assegura a sua divulgação pela *Intranet.*

Artigo 46.º

Funcionamento da sessão diária de visto

1 — Na sessão diária de visto são apreciados os processos em que, após verificação preliminar pelo departamento de controlo prévio, se suscitem dúvidas de legalidade bem como aqueles que, nos termos da lei, não possam ser declarados conformes.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, os processos são apresentados aos Juízes de turno, por ordem cronológica, com um relatório elaborado nos termos do artigo 84.º, n.º 1, da LOPTC.

3 — O relatório é confirmado e apresentado pelo auditor-chefe, podendo este ser acompanhado pelo técnico que o elaborou.

4 — O coletivo de Juízes a quem for pela primeira vez apresentado um processo mantém-se até à respetiva decisão final, salvo o disposto no artigo 39. °, nos casos em que a substituição se imponha por necessidade da observância dos prazos de decisão, e salvaguardado ainda o referido nos números seguintes.

5 — Um processo apresentado pela primeira vez em férias judiciais a um relator que não pertença à 1.ª Secção é atribuído fora desse período ao relator e adjunto que estiverem de turno na data em que o processo for, de novo, apresentado ao Tribunal.

6 — Um processo apresentado pela primeira vez em férias judiciais a um adjunto que não pertença à 1.ª Secção é atribuído fora desse período ao adjunto que estiver de turno com o relator na data em que o processo for, de novo, apresentado ao Tribunal.

7 — Salvo sucessão na distribuição, um processo cujos relator e adjunto não pertençam já à 1.ª Secção é atribuído ao relator e adjunto que estiverem de turno na data em que o processo for, de novo, apresentado ao Tribunal.

8 — Os pedidos de prorrogação do prazo a que se refere o artigo 81.º, n.º 3, da LOPTC são apresentados ao Juiz relator do processo, ou não existindo ainda relator, ao Juiz que, de acordo com a escala mensal, se encontre de turno nesse período.

CAPÍTULO IV

Organização e funcionamento da 2.ª Secção

SECÇÃO I

Organização e funcionamento

SUBSECÇÃO I

Plenário da Secção e subsecções

Artigo 47.º

Competência do Plenário da Secção

As competências da 2.ª Secção, que não estejam atribuídas expressamente por lei ou pelo presente Regulamento às subsecções ou aos Juízes, são exercidas pelo Plenário, a quem, sem prejuízo das competências expressamente previstas na lei, cabe ainda:

a) Aprovar o projeto de Programa Sectorial Trienal das ações de fiscalização e controlo a remeter à Comissão Permanente;

b) Aprovar orientações sobre as necessidades de formação dos auditores, consultores e demais técnicos de verificação;

c) Aprovar orientações sobre as aptidões qualitativas dos quadros técnicos a admitir;

d) Examinar, trimestralmente, a execução do Programa de Fiscalização e questões conexas;

e) Apreciar preliminarmente os relatórios e pareceres que, inserindo-se no domínio da sua competência, o Plenário Geral deva votar;

f) Aprovar orientações sobre outras necessidades de cada área de responsabilidade ou departamento de auditoria e verificação de contas;

g) Aprovar a contribuição relativa à respetiva atividade, a remeter ao Presidente para inclusão no relatório anual do Tribunal.

Artigo 48.º

Competência das subsecções

1 — Sem prejuízo das funções expressamente previstas na lei, cabe às subsecções aprovar as orientações ou pronunciar-se sobre quaisquer questões relativas às atividades de controlo programadas, que o Juiz da área ou Juiz relator decidam submeter à sua apreciação.

2 — Compete à Subsecção apreciar o plano global de auditoria ou de verificação externa de contas.

SUBSECÇÃO II

Áreas de responsabilidade

Artigo 49.º

Constituição, organização e atribuição das Áreas

1 — Aprovado o Programa Trienal das ações de fiscalização e controlo do Tribunal de Contas, o Juiz relator do Plano Trienal da Secção elabora um projeto de definição e conteúdo de cada área de responsabilidade.

2 — O projeto deve ser apresentado ao Plenário da Secção, no prazo de 30 dias, e, se não obtiver o consenso dos Juízes, procede-se à sua votação e aprovação por maioria, podendo, porém, a votação final ser adiada para sessão seguinte, por decisão do Presidente ou a solicitação de qualquer Juiz.

3 — Aprovada a proposta de definição e conteúdo de cada Área de Responsabilidade, o Presidente, ouvidos os Juízes, propõe ao Plenário da Secção um projeto de atribuição das áreas a cada Juiz.

4 — Se o projeto não obtiver consenso, procede-se de imediato à atribuição das Áreas por sorteio, sem prejuízo de eventuais permutas a homologar pelo Plenário na sessão imediata.

Artigo 50.º

Preparação e elaboração de pareceres e relatórios

São processados nas respetivas áreas de responsabilidade a preparação e elaboração, incluindo a realização do contraditório: do Parecer e da Certificação sobre a Conta Geral do Estado, dos relatórios de verificação externa de contas, da revisão dos relatórios de certificação das contas e das demonstrações individuais ou consolidadas relativos aos vários níveis de consolidação das entidades contabilísticas que integram o perímetro de consolidação final global da conta da administração central e da Segurança Social, dos relatórios de auditoria e demais atos aprovados na sequência de ações de controlo e de auditoria.

SUBSECÇÃO III

Juiz da área

Artigo 51.º

Competências

1 — Ao Juiz titular de cada área de responsabilidade, no quadro das competências genéricas definidas no n.º 4 do Artigo 78.º e no n.º 4 do Artigo 87.º, ambos da LOPTC, compete em especial:

a) Apresentar ao Plenário da Secção o projeto de programa anual de fiscalização, da respetiva área de responsabilidade bem como das alterações a introduzir-lhes;

b) Aprovar os planos e os programas de auditoria ou de verificação externa ou interna de contas, após apreciação da Subsecção, salvo se a sua aprovação couber ao plenário da Secção;

c) Supervisionar a revisão do trabalho de outros auditores, designadamente o subjacente à certificação legal de contas por revisores oficiais de contas ou por sociedades de revisores oficiais de contas, ou realizado por auditores externos, por auditores internos ou por órgãos do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;

d) Propor ao Plenário da Secção a aprovação do plano global de auditoria e submeter o projeto de relato aos adjuntos, no prazo de 5 dias, para obter sugestões e contributos, sempre que se trate de auditoria solicitada pela Assembleia da República ou pelo Governo;

e) Verificar o cumprimento pelos departamentos de auditoria ou de verificação de contas e respetivas unidades de apoio técnico dos princípios e das normas de controlo de qualidade nas ações de fiscalização sucessiva e concomitante;

f) Convocar os responsáveis para prestarem declarações presencialmente perante o Juiz titular da área ou, se este o entender, na Secção ou em Subsecção, e requerer para o efeito a presença do Ministério Público;

g) Aprovar a composição das equipas de auditoria;

h) Presidir aos trabalhos de campo integrados na auditoria, quando o entenda necessário;

i) Ser ouvido sobre a afetação do pessoal técnico da respetiva área a outras tarefas;

j) Ser consultado sobre a avaliação de desempenho do pessoal da respetiva área;

k) Emitir as orientações, instruções e diretrizes funcionais necessárias à boa execução das ações de que é relator;

l) Determinar a realização, junto das entidades fiscalizadas ou junto de terceiros, de diligências tendentes ao apuramento da verdade material dos factos;

m) Aprovar os relatos de auditoria, de verificação externa e de homologação interna de contas com recomendações ou de recusa de homologação, para efeitos de remessa para contraditório;

n) Supervisionar a elaboração dos anteprojetos de relatórios de auditoria, de verificação externa e de homologação de verificação interna com recomendações ou de recusa de homologação;

o) Submeter à Subsecção, a homologação da verificação interna de contas simplificada e a realização de verificação externa de contas na sequência de verificação interna;

p) Remeter ao Ministério Público os relatórios dos serviços e organismos do sistema de controlo interno, nos termos do artigo 131.º, n.º 1, do presente Regulamento.

Artigo 52.º

Responsabilidade pela execução do programa trienal, do programa anual de fiscalização e rotatividade dos Juízes

1 — Ao Juiz da área compete velar pela boa execução da sua componente do programa trienal e do programa anual de fiscalização, bem como sobre os resultados atingidos, e informar regularmente o Plenário da 2.ª Secção sobre esta execução.

2 — Cada Juiz é afeto a uma área de responsabilidade pelo período correspondente ao prazo de vigência do programa trienal.

3 — Nenhum Juiz deve permanecer na mesma área de responsabilidade por período superior a seis anos.

Artigo 53.º

Ausência, falta ou impedimento de Juízes

O Juiz da área é substituído de acordo com o princípio enunciado no artigo 10.º, n.º 2, do presente Regulamento, salvo se outra solução de consenso tiver sido estabelecida pelo Plenário da 2.ª Secção.

SUBSECÇÃO IV

Departamentos de auditoria

Artigo 54.º

Constituição e composição

1 — Cada Área de Responsabilidade compreende um ou mais Departamentos de Auditoria especializados num domínio de controlo.

2 — O domínio de controlo de cada área de responsabilidade deve ser objeto de revisão na Resolução do Tribunal que aprove o Plano Trienal.

Artigo 55.º

Funções

Aos Departamentos de Auditoria cabe, sob dependência funcional do Juiz competente, exercer as funções que lhes estão cometidas pelo *Regulamento de organização e de funcionamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas*, aprovado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de novembro.

Artigo 56.º

Chefias

1 — Para além do disposto no Estatuto dos Serviços de Apoio, as chefias têm o dever de, sem prejuízo das competências dos Juízes relatores, dirigir, coordenar, supervisionar e rever os trabalhos de campo integrados na auditoria e os projetos de relato, de assegurar a observância das normas do sistema de controlo de qualidade, de informar o Juiz relator do andamento das várias fases do processo de auditoria e propor a realização de diligências que entenda necessárias.

2 — As notas de revisão a cargo das chefias de 1.º nível (auditores chefes) e de 2.º nível (auditores coordenadores) são obrigatórias e devem ser documentadas e reduzidas a escrito.

SECÇÃO II

Funcionamento do plenário da Secção e das subsecções

SUBSECÇÃO I

Plenário da Secção

Artigo 57.º

Sessões

1 — Havendo assuntos em agenda, a 2.ª Secção reúne em Plenário, em regra, uma vez por semana.

2 — A 2.ª Secção reúne ainda sempre que o Presidente a convoque por sua iniciativa ou a solicitação de 1/3 dos seus Juízes em efetividade de funções.

3 — As sessões ordinárias da Secção realizam-se às quintas-feiras.

4 — Não há sessões nas férias judiciais, sem prejuízo das sessões extraordinárias para processos ou deliberações urgentes.

Artigo 58.º

Agenda

1 — A agenda de trabalhos para cada sessão é mandada organizar pelo Presidente, tendo em consideração as indicações fornecidas pelos Juízes.

2 — A relação dos projetos de relatórios, processos ou matérias a inscrever na agenda deve ser remetida por cada Juiz ao Gabinete do Presidente com pelo menos cinco dias úteis de antecedência em relação à data da sessão.

3 — Em regra, a agenda contempla questões gerais ou de orientação e projetos de relatórios, distinguindo-se, quanto a estes, os que sejam da competência do Plenário e os da competência das subsecções.

4 — Até dois dias antes de cada sessão deve ser distribuída aos respetivos Juízes e ao magistrado do Ministério Público a agenda de trabalhos.

Artigo 59.º

Assuntos não previstos na agenda

1 — Antes do início dos trabalhos, há um período designado por "*antes da ordem do dia*", sobre matérias não agendadas.

2 — No início de cada sessão podem inscrever-se na ordem de trabalhos matérias não previstas na agenda por deliberação tomada por maioria dos votos.

Artigo 60.º

Ordem de trabalhos

As sessões iniciam-se com a aprovação da ata da sessão anterior, seguindo-se o período de "*antes da ordem do dia*" e, finalmente, a apreciação e decisão dos projetos de relatórios, processos e matérias inscritos na agenda, pela respetiva ordem.

SUBSECÇÃO II

Subsecções

Artigo 61.º

Funcionamento e constituição

1 — As subsecções são constituídas por um colégio de três Juízes, sendo um relator e adjuntos os Juízes seguintes na ordem de precedência.

2 — Havendo mais do que um relator, a Subsecção é constituída pelos correlatores e pelo Juiz que se seguir ao último dos correlatores na ordem de precedências.

3 — As subsecções funcionam e deliberam com a totalidade dos seus membros.

4 — O plano anual de fiscalização pode determinar que o relator de uma determinada ação, nomeadamente para efeitos do Parecer e da certificação da Conta Geral do Estado, não seja o Juiz responsável pela área respetiva.

Artigo 62.º

Deliberações

1 — As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros da Subsecção, exceto no que se refere à aprovação dos relatórios de auditoria que só podem ser aprovados por unanimidade.

2 — Na falta de um dos vogais da Subsecção, intervém o Juiz que se lhe seguir na ordem de precedência.

3 — Se, porém, o Juiz substituto declarar que não se encontra preparado para intervir, o assunto é adiado até à sessão seguinte.

CAPÍTULO V

Organização e funcionamento da 3.ª Secção

Artigo 63.º

Ausência e falta de Juízes

1 — No caso de ausência ou falta do relator por mais de 8 dias o processo é concluso ao Juiz seguinte na ordem de precedência da Secção, logo que fundamentadamente seja requerida a urgência na tramitação.

2 — Nas situações referidas no número anterior, independentemente da urgência, sempre que não for nomeado substituto do relator nos 30 dias imediatos, procede-se à redistribuição do processo.

3 — No caso referido no número anterior e salvo fundamento justificado pelo Presidente, logo que o Juiz retome funções é-lhe distribuído um número de processos igual ao anteriormente redistribuído.

4 — O Presidente pode ordenar a imediata redistribuição de processos em despacho fundamentado, antes dos prazos referidos nos números anteriores.

Artigo 64.º

Quórum do Plenário da 3.ª Secção

1 — Nos processos a julgar em Plenário da 3.ª Secção, são adjuntos e integram o respetivo quórum, na ausência, falta ou impedimento de algum Juiz Conselheiro da mesma, os Juízes Conselheiros das Secções Regionais dos Açores e da Madeira por ordem crescente de antiguidade.

2 — Se não for possível assegurar o quórum do Plenário da Secção nos termos do número anterior, são adjuntos a integrar o respetivo quórum os Juízes Conselheiros da 1.ª Secção por ordem crescente de antiguidade.

3 — Se, em resultado da aplicação das regras dos números anteriores, não for possível garantir o quórum, o mesmo é assegurado pela intervenção dos Juízes Conselheiros da 2.ª Secção, com formação jurídica, por ordem crescente de antiguidade e pelos restantes, em caso de impedimento dos primeiros.

Artigo 65.º

Sessão plenária

1 — A sessão plenária da 3.ª Secção realiza-se às quartas-feiras.

2 — A Secretaria do Tribunal, após cumprimento do despacho judicial que ordenar a inscrição do processo em tabela de julgamento, comunica ao Gabinete do Presidente do Tribunal que o mesmo se encontra pronto para agendamento.

3 — A Secretaria do Tribunal, até dois dias antes da sessão plenária, disponibiliza por via eletrónica ao Gabinete do Presidente e ao secretariado dos Juízes com intervenção na sessão cópias da agenda e dos projetos de acórdão.

4 — Também são disponibilizados por via eletrónica a agenda e os projetos de acórdão ao Diretor-Geral e Subdiretor-Geral do Tribunal.

Artigo 66.º

Julgamento em 1.ª instância

1 — Os julgamentos da 3.ª Secção em 1.ª Instância realizam-se preferencialmente às quartas-feiras, podendo efetuar-se nos outros dias úteis da semana por conveniência de agenda.

2 — A audiência de julgamento efetua-se na sala de sessões do quarto andar do edifício Sede do Tribunal de Contas, sem prejuízo da realização noutro local por imposição logística.

Artigo 67.º

Sumários

1 — As sentenças e acórdãos, independentemente do trânsito em julgado, são sumariados pelo seu relator.

2 — Os sumários são apresentados com as sentenças e com os projetos de acórdãos.

Artigo 68.º

Tabela

1 — No último dia útil de cada semana é afixada, nos lugares de estilo do Tribunal, a tabela da 3.ª Secção, relativa à sessão plenária e às audiências de julgamento em 1.ª Instância, para a semana seguinte.

2 — Após a deliberação nas sessões plenárias a tabela afixada é substituída por outra contendo o sentido das decisões tomadas.

Artigo 69.º

Acesso à sala de audiências

1 — Sem prejuízo da observância das regras de segurança em vigor nas instalações do Tribunal, compete à Direção-Geral informar dos condicionalismos de acesso, conduzir e instalar no local para o efeito reservado, os cidadãos que pretendam assistir ao julgamento.

2 — A assistência a julgamento de pessoas munidas de meios técnicos de gravação e/ou captação de som ou imagens depende de autorização do Juiz que presidir à audiência.

Artigo 70.º

Coadjuvação técnica

Sempre que a complexidade dos processos o justifique, deve ser disponibilizado aos Juízes da 3.ª Secção, mediante despacho do Presidente, pessoal dos serviços de apoio do Tribunal, com experiência, formação e conhecimento adequados, para assegurar a sua coadjuvação, pelo tempo considerado necessário à boa marcha dos processos e à preparação das decisões a proferir.

CAPÍTULO VI

Organização e funcionamento das Secções Regionais

SECÇÃO I

Sessões

Artigo 71.º

Sessões

As Secções Regionais reúnem em:

a) Coletivo especial para aprovação do relatório e parecer sobre as Contas das Regiões Autónomas e das respetivas Assembleias Legislativas;

b) Sessão ordinária semanal ou sessão extraordinária;

c) Sessão diária de visto;
d) Audiência de discussão e julgamento nos processos de efetivação de responsabilidade financeira.

Artigo 72.º

Coletivo especial

1 — O coletivo especial é constituído, nos termos do artigo 42.º da LOPTC, pelo Presidente do Tribunal de Contas, que preside, e pelos Juízes das Secções Regionais do Tribunal de Contas, com a presença do representante do Ministério Público.
2 — No âmbito do processo de aprovação dos Pareceres da sua competência, o coletivo especial pode apreciar as ações de controlo que lhes sejam instrumentais.
3 — As datas das sessões são fixadas pelo Presidente, obtido o acordo de todos os membros do coletivo.

Artigo 73.º

Sessões ordinárias e extraordinárias

1 — As sessões ordinárias e extraordinárias são presididas pelo Juiz, a quem compete dirigir e orientar os trabalhos, com a assistência obrigatória do Ministério Público e a participação dos assessores.
2 — As sessões começam pela leitura e aprovação da ata da sessão anterior, seguindo-se o período de antes da ordem do dia e, finalmente, a apreciação e a decisão das matérias inscritas na agenda.
3 — Antes de ser tomada qualquer decisão pelo Juiz, é dada a palavra ao Ministério Público e aos assessores, para alegarem o que tiverem por conveniente.
4 — As sessões ordinárias têm lugar, em regra, uma vez por semana e as extraordinárias, sempre que o Juiz o considere necessário.
5 — As sessões ordinárias realizam-se às quintas-feiras, salvo se o Juiz, ouvidos o Ministério Público e os assessores, as marcar para outro dia da semana.
6 — Nas férias judiciais não há sessões ordinárias.

Artigo 74.º

Vistas dos processos

1 — Os processos a decidir em sessão ordinária ou extraordinária vão com vista, preferencialmente por via eletrónica, ao Ministério Público e aos assessores, que podem emitir parecer sobre a legalidade das questões deles emergentes, por escrito ou, nas sessões, oralmente.
2 — O prazo para o Ministério Público e para cada um dos assessores emitirem parecer é de:

a) Dois dias úteis, em processos de visto;
b) Cinco dias úteis, nos demais processos.

Artigo 75.º

Agenda e secretariado das sessões ordinárias e extraordinárias

1 — A agenda dos trabalhos para cada sessão ordinária ou extraordinária é mandada organizar pelo Juiz, tendo em atenção as indicações fornecidas pelos assessores.
2 — A minuta da agenda, contendo a relação dos processos e demais matérias inscritas, é apresentada ao Juiz, para aprovação final, com um mínimo de dois dias úteis de antecedência, em relação à data da sessão.
3 — A agenda de cada sessão ordinária ou extraordinária é distribuída, pelo Ministério Público e pelos assessores, com a antecedência mínima de dois dias úteis, acompanhada do projeto da ata da sessão anterior e de cópias das peças relevantes para a apreciação das matérias agendadas, nomeadamente, projetos de decisões e de relatórios.
4 — A distribuição dos documentos referidos no número anterior é feita preferencialmente por via eletrónica.
5 — As sessões ordinárias e extraordinárias são secretariadas pelo auditor-chefe mais antigo.

Artigo 76.º

Sessões diárias de visto

1 — As sessões diárias de visto funcionam com o Juiz e um dos assessores.
2 — Os assessores alternam semanalmente, segundo uma escala aprovada pelo Juiz, que poderá ser alterada por mútuo acordo.
3 — A escala é afixada no lugar de estilo e divulgada na *Intranet*.
4 — A agenda de cada sessão diária de visto é mandada organizar pelo Juiz, tendo em atenção as indicações fornecidas pelo auditor-chefe da unidade de apoio técnico operativo com competência na matéria, sendo divulgada na *Intranet*.
5 — Nas férias judiciais realizam-se sessões diárias de visto.

Artigo 77.º

Audiência de discussão e julgamento

1 — Nos processos jurisdicionais a audiência de discussão e julgamento é marcada e presidida, em cada Secção Regional, pelo Juiz da outra Secção Regional.
2 — A data da audiência é fixada com a antecedência mínima de 20 dias, sendo o despacho notificado, no prazo de dois dias, por correio eletrónico, ao Ministério Público, ao mandatário judicial constituído ou nomeado e ao Subdiretor-Geral da Secção Regional onde o processo foi instaurado.
3 — A audiência realiza-se na Sede da Secção Regional onde o processo foi instaurado.

SECÇÃO II

Juiz da Secção Regional

Artigo 78.º

Competência

1 — Compete ao Juiz:

a) O exercício das competências de programação da atividade da Secção Regional e de controlo previstas no artigo 104.º da LOPTC, sem prejuízo das competências do coletivo especial;
b) Aplicar as multas previstas no n.º 1 do artigo 66.º da LOPTC;
c) Relevar a responsabilidade por infração financeira, verificados os pressupostos previstos no n.º 9 do artigo 65.º da LOPTC;
d) Apreciar as demais matérias que, pela sua relevância, interessem à Secção Regional, bem como exercer as demais competências que lhes sejam atribuídas pela lei ou por delegação.

2 — Relativamente ao Serviço de Apoio, o Juiz é ouvido sobre a nomeação do pessoal dirigente e sobre a avaliação do desempenho do pessoal de apoio técnico-operativo, competindo-lhe ainda:

a) Aprovar orientações sobre as carências prioritárias de formação dos auditores, as aptidões qualitativas dos novos auditores a admitir, bem como sobre outras necessidades das respetivas unidades de apoio técnico-operativo;
b) Dar as orientações necessárias à boa execução das ações a cargo dos serviços de apoio técnico-operativo.

Artigo 79.º

Competência regulamentar e de programação

1 — Compete ao Juiz emitir instruções e despachos regulamentares, sempre em sintonia com as orientações gerais do Tribunal, considerando embora as especificidades das Secções Regionais.
2 — Em matéria de programação, compete ao Juiz:

a) Elaborar os projetos dos planos, trienal e anual, de fiscalização;
b) Elaborar os projetos de relatório anual de atividades;
c) Velar pela boa execução do programa anual de controlo.

Artigo 80.º

Competência em matéria de fiscalização prévia

1 — Em matéria de fiscalização prévia, compete ao Juiz, em sessão ordinária ou em sessão extraordinária:

a) Decidir os processos de fiscalização prévia com dúvidas quanto à concessão, isenção, dispensa ou recusa de visto, bem como a concessão de visto com recomendações;
b) Aprovar relatórios de auditoria de fiscalização prévia.

2 — Compete ao Juiz, em sessão diária de visto, decidir os processos de fiscalização prévia dos quais não resultem dúvidas sobre a legalidade do ato ou contrato.

Artigo 81.º

Competência em matéria de fiscalização concomitante e sucessiva

1 — Em matéria de fiscalização concomitante e sucessiva, compete ao Juiz, em sessão ordinária ou em sessão extraordinária, aprovar os relatórios, incluindo:

a) Relatórios de auditoria;
b) Relatórios de verificação de contas;
c) Relatórios de auditoria realizados a solicitação da Assembleia Legislativa ou do Governo Regional.

2 — Em matéria de fiscalização concomitante e sucessiva, compete ao Juiz, singularmente:

a) Ordenar a realização de auditorias não programadas;
b) Aprovar os planos de auditoria e a composição das equipas de auditoria;
c) Presidir aos trabalhos de campo de auditorias, sempre que a importância, a complexidade ou o melindre das ações o justifiquem;
d) Ordenar o contraditório.

3 — Em matéria de fiscalização sucessiva, compete ao Juiz, singularmente:

a) Aprovar os procedimentos necessários com vista à articulação com as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em face da competência destas em matéria de fiscalização da execução orçamental e, bem assim, as orientações que permitam dar execução ao disposto na lei em matéria de sistema de controlo;
b) Fixar os critérios de apreciação das contas que não constam do plano anual e que são arquivadas ou devolvidas;
c) Homologar as verificações internas de contas, quando estas se limitem à demonstração numérica das operações realizadas, que integram o débito e o crédito da gerência com evidência dos saldos de abertura e encerramento;
d) Julgar justificada a apresentação extemporânea das contas.

Artigo 82.º

Ausência, falta ou impedimento de Juiz

1 — O Juiz de cada Secção Regional é substituído, nas suas ausências, faltas ou impedimentos, pelo Juiz da outra Secção Regional que, para o efeito, deve ser informado pelo próprio ou pelo Subdiretor-Geral do respetivo Serviço de Apoio.
2 — A colocação transitória de Juiz na Secção Regional processar-se-á de harmonia com o disposto no n.º 6 do artigo 18.º da LOPTC.

PARTE III

Procedimentos

CAPÍTULO I

Procedimentos gerais

SECÇÃO I

Procedimento deliberativo do Plenário Geral

Artigo 83.º

Âmbito

1 — O disposto na presente secção rege a formação e formulação das deliberações, em tudo o que não esteja previsto nas disposições legais aplicáveis ou nos procedimentos especiais contemplados neste capítulo.
2 — Regem-se, designadamente, pelo disposto nesta secção, a constituição, pelo Plenário Geral, de delegações regionais, a aprovação de propostas de medidas legislativas e administrativas, a definição das linhas gerais de organização e funcionamento dos serviços de apoio técnico, incluindo os das Secções Regionais, a fixação do número de Juízes de cada Secção, e a aprovação das instruções e demais atos que não sejam da competência de cada uma das Secções.

Artigo 84.º

Apresentação e agendamento da proposta

1 — As propostas de deliberação do Plenário Geral podem ser apresentadas pela Comissão Permanente, pelas Secções Especializadas, pelas Secções Regionais, pelos Juízes e pelo Ministério Público.
2 — As propostas referidas no número anterior devem concretizar o objeto, a forma e, se necessário, os fundamentos da deliberação a tomar e incluir, sempre que possível, um projeto de redação da deliberação.
3 — A proposta é dirigida ao Presidente do Tribunal acompanhada da documentação que se mostre pertinente.
4 — O Presidente agenda oficiosamente as propostas da sua iniciativa ou que lhe forem apresentadas, nos termos do artigo 35.º do presente Regulamento.
5 — O agendamento de qualquer proposta não impede que o Plenário Geral, antes de iniciar a sua discussão, decida sobre a sua admissibilidade, por iniciativa do Presidente, ou a requerimento de qualquer Juiz ou do Magistrado do Ministério Público.

Artigo 85.º

Votação

1 — A votação faz-se à pluralidade de votos dos Juízes que devam intervir, pela respetiva ordem de precedência, a começar pelo Juiz que se seguir ao proponente ou relator, no caso de a proposta não ser do Presidente, devendo a ata consignar se a deliberação foi tomada ou rejeitada por unanimidade ou maioria.
2 — Pode haver declarações de voto, as quais devem ser apresentadas por escrito e assinadas ou ditadas para a ata.
3 — No caso de o proponente ou relator ficar vencido, é responsável pela redação final da deliberação o primeiro Juiz que se lhe seguir na ordem de precedência que tenha voto conforme.
4 — Não é admitida a abstenção.

Artigo 86.º

Recurso extraordinário para fixação de jurisprudência

1 — O recurso extraordinário para fixação de jurisprudência é interposto, no prazo de 15 dias a contar do trânsito em julgado da decisão recorrida, em requerimento dirigido ao Presidente do Tribunal, no qual são devidamente individualizadas, tanto a decisão recorrida, como a decisão anterior em oposição, bem como os fundamentos de facto e de direito em que assenta o recurso.
2 — Na discussão e votação intervêm o Presidente e todos os Juízes membros do Plenário Geral.
3 — Invocando o Relator, o Presidente ou qualquer Juiz que não existe oposição de julgados, a discussão e votação inicia-se por esta questão.
4 — Se o Plenário decidir que há oposição de julgados e o Juiz Relator votar a fixação de jurisprudência, o Juiz Relator redige o acórdão final, ainda que tenha ficado vencido quanto àquela questão prévia.
5 — Se o Plenário Geral decidir que não há oposição de julgados, o recurso considera-se findo.

SECÇÃO II

Reenvio prejudicial

Artigo 87.º

Reenvio prejudicial

1 — No âmbito da atividade de fiscalização prévia ou de julgamento, pode ser formulado pedido de reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça da União Europeia, quando tal se revele necessário.
2 — Sempre que, no âmbito de um processo de fiscalização prévia, se revele necessário proceder ao reenvio prejudicial, deve ser expressamente requerida a tramitação acelerada do processo.

SECÇÃO III

Aprovação do plano trienal e anual, projeto de orçamento anual e relatório anual

Artigo 88.º

Plano Trienal

O Presidente define, por despacho, os procedimentos e o calendário a seguir para a elaboração do Plano Trienal, com respeito pelo disposto no artigo 37.º da LOPTC e em conformidade com os princípios estabelecidos no artigo 20.º deste Regulamento.

Artigo 89.º

Plano Anual

1 — O Plano de Ação Anual do Tribunal de Contas subordina-se ao Plano Trienal e respetivas revisões.
2 — O Plano de Ação Anual do Tribunal de Contas compõe-se de uma Parte Geral, elaborada pela Comissão Permanente, da qual constam, designadamente, as ações de cooperação e as ações transversais a toda a organização, sendo ainda integrado pelos Programas Anuais das 1.ª e 2.ª Secções e das Secções Regionais, bem como pelo Programa Anual dos Serviços de Apoio do Tribunal não afetos àquelas Secções.

3 — O Programa Anual dos Serviços de Apoio não afeto às Secções é elaborado pela Direção Geral do Tribunal de Contas, segundo as orientações definidas pelo Presidente, com subordinação ao Plano Trienal e tendo em conta os Programas das Secções.

4 — Os procedimentos e cronograma de elaboração dos planos anuais são estabelecidos por despacho do Presidente.

Artigo 90.º

Projeto de orçamento anual

1 — Os projetos de orçamento são elaborados pelos Serviços de Apoio, sob a orientação do Presidente e tendo em conta, no âmbito de cada Secção, a estimativa das necessidades para as atividades do ano seguinte.

2 — Dos projetos de orçamento e suas alterações, devidamente aprovados pelo Plenário Geral, são remetidas cópias à Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comissão Parlamentar permanente com competência em matéria de orçamento e finanças, com as considerações que o Plenário Geral entenda acrescentar, se for caso disso.

Artigo 91.º

Relatório anual

1 — O relatório anual constitui um instrumento de concretização dos princípios da transparência e da prestação de contas do Tribunal.

2 — O relatório anual é elaborado em conformidade com o disposto na LOPTC e tendo em conta os indicadores de desempenho, sendo publicitado de acordo com os princípios gerais de comunicação do Tribunal.

Artigo 92.º

Contas do Tribunal

1 — As contas do Tribunal de Contas compreendem as contas da Sede e de cada uma das Secções Regionais, as contas dos respetivos cofres e a conta consolidada do grupo público Tribunal de Contas, a seguir designado por grupo.

2 — A elaboração, organização e prestação de contas do grupo obedece ao disposto na LOPTC e demais legislação relevante aplicável às entidades contabilísticas do setor público administrativo alargado, bem como às Instruções do Tribunal para a prestação de contas.

3 — Compete aos Conselhos Administrativos da Sede e de cada uma das Secções Regionais do Tribunal a elaboração, a aprovação e a prestação das respetivas contas.

4 — Compete ao Conselho Administrativo da Sede a elaboração, a aprovação e a prestação da conta consolidada do grupo.

5 — As contas do grupo são objeto de auditoria anual por revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficias de contas, selecionados mediante concurso público.

6 — A prática dos atos processuais referentes ao concurso mencionado no número anterior é da competência do Presidente.

7 — As contas do grupo são objeto de verificação externa anual, nos termos previstos na LOPTC e no presente regulamento, e de acordo com as normas de auditoria adotadas pelo Tribunal de Contas.

8 — O Plano Trienal identifica a forma como deve ser operacionalizada a verificação externa das contas do grupo, tendo em conta o seguinte:

a) A verificação externa das contas da Sede é feita sob a direção de um Juiz da 2.ª Secção, designado em regime de rotação em cada triénio;

b) A verificação externa das contas de cada Secção Regional é realizada, sob a direção do Juiz da Secção Regional, pelos serviços de auditoria da Secção Regional;

c) A verificação externa da conta consolidada do grupo é precedida obrigatoriamente da verificação externa das contas das entidades que integram o perímetro de consolidação e deve estar concluída e o respetivo relatório aprovado pelo Plenário da 2.ª Secção por forma a integrar o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas aprovado pelo Plenário Geral.

9 — Os relatórios de verificação externa das contas da Sede e da conta consolidada do grupo são aprovados pelo Plenário da 2.ª Secção.

10 — Os relatórios de verificação externa das contas das Secções Regionais são aprovados pelo respetivo Juiz.

11 — Não podem participar nas sessões para aprovação dos relatórios de verificação externa de contas, como assessores, os membros dos Conselhos Administrativos.

SECÇÃO IV

Eleição do Vice-Presidente

Artigo 93.º

Eleição

1 — A convocação do Plenário Geral para a eleição do Vice-Presidente deve ser feita pelo Presidente com uma antecedência não inferior a 15 dias.

2 — O Vice-Presidente é eleito de entre os Juízes em efetividade de funções.

3 — Têm capacidade eleitoral ativa todos os Juízes que componham o Plenário Geral.

4 — Qualquer Juiz pode reclamar para o Plenário, até ao termo da sessão em que se tenha procedido à eleição, por irregularidade cometida, devendo a mesma ser discutida e votada de imediato.

Artigo 94.º

Candidaturas

1 — Os Juízes que pretendam ser candidatos à eleição devem manifestar a sua disponibilidade, por escrito, ao Presidente, até 8 dias antes da data fixada para o Plenário Geral em que decorrerá a eleição.

2 — São admitidas propostas de candidatura subscritas por qualquer dos Juízes desde que o candidato proposto declare aceitar a candidatura, aplicando-se o disposto no número anterior.

3 — Findo o prazo referido no n.º 1, o Presidente deve dar conhecimento dos candidatos ou da inexistência de candidaturas a todos os membros do Plenário Geral.

4 — Até à eleição, a circulação das candidaturas deve ser reservada aos membros do Plenário Geral.

Artigo 95.º

Não aceitação do cargo

Não tendo sido candidato, o Juiz eleito pode invocar razões justificativas para a não aceitação do cargo, procedendo-se, de imediato, a novo sufrágio.

Artigo 96.º

Publicação da nomeação e posse do Vice-Presidente

1 — A eleição do Vice-Presidente é publicitada no *Diário da República.*

2 — A posse do Vice-Presidente é conferida pelo Presidente em ato solene marcado para os primeiros 8 dias que se seguirem à eleição.

Artigo 97.º

Extensão do âmbito do procedimento

O procedimento previsto nesta secção aplica-se, com as necessárias adaptações, sempre que se torne necessário designar qualquer Juiz para tarefas previstas na Lei, em regulamento ou em deliberação do Plenário ou da Comissão Permanente, podendo, todavia, os prazos aplicáveis ser reduzidos até metade, consoante a urgência, pelo Presidente.

SECÇÃO V

Eleição dos membros da Comissão Permanente

Artigo 98.º

Fixação da data da eleição e candidaturas

1 — Com uma antecedência não inferior a 15 dias relativamente à data do termo do mandato de um Juiz membro da Comissão Permanente, a Secretaria informa desse facto o próprio Juiz e o Presidente, que fixa a data da eleição.

2 — Ocorrendo a cessação do mandato, o Juiz eleito mantém-se em funções até à eleição do novo membro.

3 — Nos casos de vacatura, renúncia ou outro em que não seja possível a manutenção em funções do Juiz, o processo eleitoral reveste caráter urgente.

Artigo 99.º

Eleição

A eleição é feita por escrutínio secreto, tendo capacidade eleitoral ativa todos os Juízes que compõem a Secção, independentemente da natureza do respetivo vínculo ao Tribunal, aplicando-se, quanto ao mais, as normas relativas à eleição do Vice-Presidente.

SECÇÃO VI

Processo disciplinar relativo aos Juízes

Artigo 100.º

Exercício

1 — Compete à Comissão Permanente exercer o poder disciplinar sobre os Juízes do Tribunal de Contas, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 25.º da LOPTC, bem como apreciar liminarmente as participações ou os autos de notícia contra os Juízes do Tribunal de Contas decidindo pelo seu arquivamento ou, se for caso disso, a instauração de procedimento disciplinar.

2 — A nomeação do instrutor é feita por sorteio de entre os Juízes do Tribunal de Contas mais antigos que o arguido e, caso os não haja, é designado um Juiz do Tribunal de Contas jubilado.

Artigo 101.º

Tramitação e decisão

1 — A decisão final deve ser tomada em primeira instância pela Comissão Permanente, com recurso para o Plenário Geral.

2 — O processo é distribuído, por sorteio, a um relator, o qual, antes de proceder ao seu envio para colher os vistos dos restantes membros da Comissão Permanente, por um prazo a fixar entre 2 e 5 dias úteis, pode requisitar documentos ou processos e realizar as diligências que considere necessários à decisão; o mesmo podem sugerir os restantes membros aquando do respetivo visto.

3 — Sempre que forem juntos documentos, processos ou os resultados de quaisquer diligências, a que não tenha assistido, o arguido é notificado para, num prazo a fixar entre 5 e 10 dias úteis, dizer ou oferecer, querendo, o que tiver por conveniente.

4 — Só podem ser ordenados novos vistos aos restantes membros da Comissão Permanente se o relator entender que os novos elementos são suscetíveis de contribuir decisivamente para a decisão final.

5 — Na discussão e votação é seguido o regime geral aplicável na Comissão Permanente.

CAPÍTULO II

Procedimentos específicos

SECÇÃO I

Fiscalização prévia

Artigo 102.º

Tramitação dos processos de visto

Os processos de visto seguem a tramitação definida na LOPTC, sendo os prazos fixados na Secção II do seu Capítulo VII contados em dias úteis.

Artigo 103.º

Cumprimento de diligências

1 — Nos processos de fiscalização prévia da competência da subsecção e da sessão diária de visto, a tramitação e qualquer diligência ordenada por despacho do relator ou por acórdão são asseguradas pelo departamento de controlo prévio.

2 — Nos processos de recurso, a tramitação e qualquer diligência ordenada por despacho do relator ou por acórdão são cumpridas pela Secretaria do Tribunal.

Artigo 104.º

Verificação e informação dos processos de fiscalização prévia

O plenário da 1.ª Secção aprova os procedimentos a observar pelos Serviços de Apoio nos processos de fiscalização prévia.

Artigo 105.º

Declaração de conformidade

1 — Para os efeitos do disposto no artigo 83. ° da LOPTC, é elaborada uma lista de processos considerados conformes, a qual é diariamente apresentada aos Juízes de turno para homologação, após a confirmação sucessiva do auditor-chefe respetivo e do auditor coordenador do departamento de controlo prévio.

2 — O Diretor-Geral, antes da apresentação para homologação referida no número anterior, pode solicitar a reverificação de processos.

3 — A lista a que se refere o presente artigo deve identificar cada processo, o respetivo tipo, a entidade fiscalizada e, sendo o caso, o respetivo valor e emolumentos devidos.

4 — Após homologação da lista, nos termos do n.º 1, é a mesma notificada ao Ministério Público.

Artigo 106.º

Notificações

O Ministério Público é notificado das decisões finais proferidas em sessão em que não esteja presente, designadamente as tomadas em sessão diária de visto.

SECÇÃO II

Fiscalização Concomitante exercida pela 1.ª Secção

Artigo 107.º

Cumprimento de diligências

Nas ações de fiscalização concomitante, a tramitação e qualquer diligência ordenada por despacho do relator ou por deliberação da subsecção ou plenário são asseguradas pelo departamento de controlo concomitante.

Artigo 108.º

Prazo para remessa de elementos relativos a contratos adicionais

1 — O prazo de remessa fixado no artigo 47.º, n.º 2, da LOPTC é contado em dias úteis.

2 — Os pedidos de prorrogação do prazo referido no número anterior são apresentados, consoante o caso, ao Juiz relator da auditoria que com ele se relacione ou ao Juiz que, em cada ano, for designado pelo plenário para esse efeito.

3 — Os demais pedidos de prorrogação de prazo são apresentados ao respetivo Juiz relator.

Artigo 109.º

Verificação e apresentação das ações de fiscalização concomitante

O plenário da 1.ª Secção pode aprovar procedimentos a observar pelos respetivos serviços de apoio nas ações de fiscalização concomitante.

Artigo 110.º

Contraditório e intervenção do Ministério Público

1 — Nas ações de fiscalização concomitante procede-se à audição dos organismos em causa e dos eventuais responsáveis, nos termos da lei aplicável, fazendo-se menção do seu teor no respetivo projeto de relatório.

2 — Procede-se ainda à audição do Ministério Público, o qual pode emitir parecer, fazendo-se igualmente menção do respetivo teor no projeto de relatório.

Artigo 111.º

Decisão final

1 — A decisão proferida no âmbito das ações de fiscalização concomitante é comunicada ao Ministério Público, nos termos da lei.

2 — A decisão é sempre notificada aos organismos e respetivos responsáveis.

SECÇÃO III

Fiscalização Sucessiva

SUBSECÇÃO I

Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado e Relatório de Certificação da Conta Geral do Estado

Artigo 112.º

Início do procedimento

A preparação e elaboração do Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado e do Relatório da Certificação da Conta Geral do Estado inicia-se com a abertura dos respetivos processos.

Artigo 113.º

Cooperação

1 — No decurso da preparação e da elaboração dos documentos referidos no artigo anterior, as áreas de responsabilidade estabelecem, através dos departamentos intervenientes no processo, uma estreita cooperação, com vista à melhor harmonização e articulação do processo de elaboração.

2 — A verificação das contas e das demonstrações financeiras das entidades contabilísticas que prestam contas individuais ou consolidadas e das transações subjacentes de caráter horizontal, ou não, que integram o perímetro de consolidação das demonstrações financeiras da Conta Geral do Estado podem envolver uma ou mais áreas de responsabilidade em termos a definir no programa de fiscalização.

Artigo 114.º

Projeto de Relatório e Parecer

1 — Concluídos os anteprojetos relativos às parcelas do Relatório e Parecer, ou logo que tal se torne conveniente, os Juízes das áreas de responsabilidade da Conta Geral do Estado acordam num texto de projeto.

2 — O projeto de Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado é distribuído a todos os membros do Plenário Geral e aos magistrados do Ministério Público com uma antecedência mínima de 5 dias úteis em relação à data fixada pelo Presidente do Tribunal para a sua discussão e aprovação.

Artigo 115.º

Certificação da Conta Geral do Estado

1 — A certificação da Conta Geral do Estado é sustentada em auditoria financeira à Conta Geral do Estado e às respetivas demonstrações financeiras.

2 — O Plenário da 2.ª Secção pode aprovar procedimentos específicos de auditoria financeira.

3 — O Plenário da 2.ª Secção, para efeito de certificação da Conta Geral do Estado, seleciona anualmente, de acordo com critérios de representatividade estatística e de análise de risco, as transações subjacentes às demonstrações financeiras das entidades contabilísticas que integram o perímetro do Orçamento do Estado e que deverão ser objeto de auditoria financeira nos termos a definir no programa de fiscalização.

4 — Ao Relatório de Certificação da Conta Geral do Estado aplicam-se, com as devidas adaptações, as regras relativas ao Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

5 — O Relatório de Certificação da Conta Geral do Estado pode conter um capítulo sobre a qualidade da prestação das contas e das demonstrações financeiras que a lei mandar submeter ao Tribunal com certificação legal de contas e que integram o perímetro de consolidação da Conta Geral do Estado.

Artigo 116.º

Conclusão e assinatura

O texto final do Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado e do Relatório de Certificação da Conta Geral do Estado é rubricado em todas as folhas pelo Presidente e pelos Juízes das áreas de responsabilidade da Conta Geral do Estado e assinado pelos mesmos, pelos demais Juízes presentes no Plenário Geral e pelo Magistrado do Ministério Público.

SUBSECÇÃO II

Relatório e Parecer sobre as contas das Regiões Autónomas e Parecer sobre as contas das Assembleias Legislativas

Artigo 117.º

Trabalhos preparatórios

1 — Cada Secção Regional prepara o projeto de parecer sobre a Conta da respetiva Região Autónoma.

2 — A preparação e a elaboração do relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma iniciam-se imediatamente a seguir à apresentação, pelo Governo Regional, à respetiva Assembleia Legislativa, da proposta de Orçamento da Região para o ano económico seguinte.

3 — Compete ao Juiz da respetiva Secção dirigir e supervisionar a elaboração do anteprojeto do Relatório e Parecer sobre a Conta da Região, segundo o programa anual aprovado pelo Tribunal, e tendo em conta o disposto no artigo 72.º do presente Regulamento.

4 — Só podem ser incluídos no anteprojeto os estudos, pareceres, relatórios globais e parcelares sobre a preparação, discussão e execução orçamentais que tenham sido sujeitos a contraditório.

Artigo 118.º

Projeto de parecer e de relatórios de acompanhamento da execução orçamental, de auditoria ou de verificação de contas

1 — O anteprojeto de Relatório e Parecer, acompanhado das respostas do contraditório, é mandado distribuir pelo Juiz aos membros do coletivo definido no artigo 42.º da LOPTC, e ao Ministério Público, para colher observações, sugestões e propostas de emenda, as quais devem ser apresentadas no prazo de cinco dias úteis, a fim de poderem ser tidas em consideração no projeto de parecer.

2 — O projeto de Relatório e Parecer é distribuído aos membros do coletivo e ao Ministério Público, a fim de obter o seu acordo quanto à data da sessão para a discussão e votação.

Artigo 119.º

Conclusão

O Parecer sobre a Conta de cada Região Autónoma, uma vez aprovado, é entregue à correspondente Assembleia Legislativa.

Artigo 120.º

Conta da Assembleia Legislativa

1 — Cada Secção Regional prepara o projeto de Parecer sobre a conta da correspondente Assembleia Legislativa da Região Autónoma.

2 — À preparação, elaboração e aprovação do Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 72.º e 117.º a 119.º deste Regulamento.

SUBSECÇÃO III

Relatórios de auditoria

Artigo 121.º

Relato de auditoria, anteprojeto de relatório e relatório de auditoria

1 — Os resultados do trabalho dos auditores, trate-se da verificação externa de contas, a que se refere o artigo 54.º da LOPTC, ou de qualquer outra ação de controlo ou de auditoria, devem consubstanciar-se num relato de auditoria.

2 — O relato da auditoria deve ser acompanhado, sendo caso disso, do anexo relativo às eventuais infrações financeiras, tendo em vista o eventual início do procedimento específico de apuramento de responsabilidades financeiras, a que se refere o artigo 129.º do presente Regulamento.

3 — Antes de ser remetido para contraditório, e com a antecedência de 5 dias úteis, o relato é enviado aos adjuntos para, querendo, se pronunciarem.

4 — À luz da análise das respostas dos auditados, devem os auditores, sob a orientação da chefia da unidade técnica e a supervisão da chefia do departamento de auditoria, preparar o anteprojeto de relatório de auditoria.

5 — Compete ao Juiz da Área ou ao Juiz Relator fixar o texto dos projetos de relatório a apresentar ao Tribunal.

6 — Os relatórios de verificação externa, interna ou de auditoria financeira de contas ou demonstrações financeiras, nos termos da LOPTC, ainda que acompanhadas de certificação legal feita por revisores oficiais de contas ou auditores externos, têm em vista a formulação de um juízo sobre as mesmas.

7 — O juízo formulado pelo Tribunal de Contas sobre as contas e as demonstrações financeiras referido no número anterior inclui o exame da qualidade e da suficiência da auditoria financeira subjacente à certificação legal das contas públicas das entidades que a lei mandar submeter-lhe.

8 — O disposto nos números anteriores aplica-se, com as devidas adaptações, aos relatos e aos anteprojetos de relatórios e aos relatórios de auditoria a elaborar e aprovar nas Secções Regionais.

Artigo 122.º

Distribuição dos projetos de relatórios

1 — Fixado o texto do projeto de Relatório pelo Juiz Relator, é dada vista ao Ministério Público, para emissão de parecer, no prazo de 5 dias úteis.

2 — Antes de solicitar o agendamento e com a antecedência mínima de 5 dias úteis em relação ao dia da sessão prevista para a sua apreciação, deve o Juiz relator ordenar a distribuição, pelo Presidente e por todos os Juízes que devam intervir, dos projetos de relatório e dos anexos que considere necessários ao esclarecimento de decisão.

3 — Se o Presidente ou o Relator já se tiverem pronunciado no sentido do alargamento da discussão, deve ser feita menção dessa circunstância no despacho que ordenar a distribuição.

4 — Nos casos referidos no n.º 3, a sessão realiza-se, em princípio, decorridos que sejam 10 dias úteis após o despacho que decidiu o alargamento da discussão.

Artigo 123.º

Consultas

Durante os prazos referidos no artigo anterior, os Juízes intervenientes podem consultar todos os documentos de trabalho e anexos que serviram de suporte ao projeto de relatório, bem como sugerir, oralmente ou por escrito, o que tiverem por necessário à formação da deliberação a tomar.

Artigo 124.º

Votação

Finda a apresentação e discussão do projeto de relatório procede-se à votação pela ordem de precedências.

Artigo 125.º

Adiamento da deliberação

1 — Quando a decisão de alargamento da discussão seja tomada pelo Presidente ou pelo Juiz Relator, em sessão, ou quando não haja unanimidade na Subsecção, a deliberação é adiada pelo tempo necessário à distribuição da documentação pertinente.

2 — No caso de todos os Juízes que devam intervir se declararem preparados para discutir e votar o projeto de relatório, a sua apreciação pode prosseguir, sem prejuízo de, a todo o momento, qualquer Juiz poder requerer o adiamento, pelo tempo previsto no número anterior.

3 — As declarações de voto seguem-se às assinaturas dos relatórios e deles são consideradas parte integrante.

Artigo 126.º

Relatório de auditoria

1 — O texto dos relatórios de auditoria é fixado pelo Tribunal, em Subsecção, ou em Plenário das 1.ª ou 2.ª Secções ou, ainda, em sessões das Secções Regionais.

2 — Quando haja lugar a aprovação do relatório em subsecção, os Juízes-adjuntos são aqueles que tiveram a primeira intervenção no processo.

Artigo 127.º

Esclarecimento ou retificação de erros dos relatórios

1 — Se os relatórios de auditoria aprovados contiveram erros de escrita ou de cálculo ou quaisquer inexatidões devidas a outra omissão ou lapso manifesto, bem como alguma obscuridade ou ambiguidade, qualquer titular de interesse direto e legítimo que tenha sido visado ou referenciado no relatório de auditoria pode reclamar com vista à sua retificação.

2 — A reclamação é dirigida ao Juiz Relator e, após a audiência dos interessados que eventualmente possam vir a ser prejudicados com a sua procedência, segue os trâmites previstos nesta Secção, na parte aplicável.

SUBSECÇÃO IV

Verificação interna de contas

Artigo 128.º

Verificação interna de contas

1 — A verificação interna incide sobre as contas incluídas no programa anual de verificação interna de contas que faz parte integrante do programa anual de fiscalização da 2.ª Secção ou das Secções Regionais.

2 — A verificação interna das contas na Sede e nas Secções Regionais abrange a análise e a conferência das contas separadas e das contas consolidadas prestadas ao Tribunal, incluindo às Secções Regionais, qualquer que seja a natureza das entidades contabilísticas e dos seus regimes e sistemas contabilísticos, tendo em vista:

a) Confirmar a exatidão e a correção numérica e contabilística dos saldos de abertura e encerramento dos documentos de prestação de contas;

b) Confirmar a sua conformidade com os princípios e regras jurídicas aplicáveis, designadamente normas orçamentais e contabilísticas;

c) Apreciar a legalidade e a regularidade das operações subjacentes aos saldos a que se refere a alínea *a*);

d) Examinar as operações de consolidação;

e) Apreciar os relatórios de fiscais únicos, de conselhos fiscais, de revisores oficiais de contas ou de auditores externos, quer os que tenham natureza intercalar, quer os relativos às demonstrações financeiras, bem como os relatórios de auditoria dos auditores internos e dos órgãos do sistema do controlo interno que tenham incidência nos saldos de abertura e de encerramento das contas.

3 — A verificação interna de contas é realizada pelos serviços de apoio do Tribunal de Contas, incluindo os serviços de apoio das Secções Regionais, de acordo com as Instruções e as Resoluções da 2.ª Secção e as aprovadas pelas Secções Regionais, as quais devem ser publicadas no *Diário da República e nos Jornais Oficiais das Regiões Autónomas,* e de acordo com os manuais de procedimentos aprovados para todo o Tribunal pelo Plenário Geral.

4 — O resultado da verificação interna das contas é objeto de decisão de homologação simplificada, de homologação com reservas e recomendações ou de recusa de homologação pela 2.ª Secção ou pela Secção Regional, devendo ser sempre fundamentada qualquer decisão que não seja de homologação simplificada.

5 — As decisões de homologação simplificada são objeto de aprovação em subsecção, tendo por base listas com a identificação das entidades contabilísticas e dos responsáveis pela apresentação das contas.

6 — As decisões de homologação com recomendações ou de recusa de homologação, com ou sem recomendações, são sempre precedidas da elaboração de relato de verificação interna preparado pelos serviços de apoio, sob a direção funcional do Juiz relator responsável.

7 — Os relatos são aprovados pelo Juiz relator, antes da realização obrigatória de contraditório.

8 — Uma vez realizado o contraditório, há sempre lugar à elaboração de relatórios cujo texto é fixado pelo Juiz relator responsável e aprovados em Subsecção.

9 — Nos relatórios de verificação interna de contas com reservas ou recomendações ou de recusa de homologação, deve constar a identificação da entidade contabilística, dos responsáveis pela apresentação das contas e dos responsáveis por infrações financeiras que sejam imputadas ou por desconformidades legais e contabilísticas passíveis de juízos públicos de censura.

10 — Havendo saldo devedor dos responsáveis para com o erário público resultante de alcance, de desvio de dinheiros ou valores públicos, ou de pagamentos indevidos ou de não arrecadação de receitas, deve constar da demonstração numérica a evidenciação desse débito.

11 — A decisão de homologação pode ser revogada, desde que não tenha ainda decorrido o prazo de prescrição da responsabilidade financeira, havendo conhecimento superveniente de factos de que resulte a alteração do saldo da conta.

SECÇÃO IV

Efetivação de Responsabilidades Financeiras

Artigo 129.º

Apuramento de responsabilidades por infrações financeiras

1 — Salvo o disposto nos números seguintes, quando o Tribunal, no exercício da função fiscalizadora, identificar situações suscetíveis de configurarem a prática de infrações financeiras, tal como previstas, designadamente, nos artigos 59.º e 65.º da LOPTC, deve proceder à caracterização das mesmas nos relatórios de auditoria ou de verificação externa ou interna de contas e respetivos anexos ou nos relatórios a que se refere o artigo 84.º, n.º 1, da LOPTC.

2 — No âmbito da fiscalização prévia é avaliada, em sessão diária de visto ou em subsecção, a verificação e relevância das infrações referidas no número anterior e, a justificar-se, determinada a abertura de processo para apuramento de responsabilidade financeira, a conduzir pelo Juiz relator do processo de fiscalização prévia, e a tramitar pelo departamento de controlo concomitante.

3 — As infrações financeiras indiciadas em relatórios de auditoria, concomitante ou sucessiva, de verificação externa ou interna de contas, qualquer que seja o seu objeto e tipologia, podem determinar a adoção de

um procedimento específico complementar, tendo em vista a investigação detalhada das infrações indiciadas, em ordem a habilitar a efetivação e julgamento de responsabilidades financeiras.

4 — Os procedimentos referidos no número anterior serão conduzidos pelos Juízes responsáveis pelas auditorias, pelas verificações externas e pelas verificações internas de contas, correndo os seus termos nos respetivos departamentos de auditoria e, sendo caso disso, com o apoio da Secretaria do Tribunal.

Artigo 130.º

Apuramento de responsabilidades por infrações processuais

1 — Existindo indícios da prática de infrações previstas no artigo 66.º da LOPTC devem as mesmas ser identificadas:

a) No relatório, elaborado em Sede de fiscalização prévia e a que se refere o artigo 84.º, n.º 1, da LOPTC, ou caso se justifique, designadamente pela sua extensão, em informação anexa a esse relatório;

b) Em informação própria, destacada do relato e do relatório de auditoria, no âmbito de processos da fiscalização concomitante ou sucessiva;

c) Em informação do departamento de auditoria competente, em caso de não remessa tempestiva e injustificada das contas e das demonstrações financeiras por parte dos responsáveis de entidades contabilísticas que estejam legalmente obrigados à sua prestação ao Tribunal de Contas.

2 — Cabe ao Juiz relator do processo de fiscalização avaliar da verificação e relevância das infrações referidas no número anterior e decidir do eventual prosseguimento para o respetivo apuramento.

3 — Quando o Juiz relator decida prosseguir para apuramento de responsabilidades, é elaborada informação nos termos do disposto no artigo 133.º, a qual lhe é posteriormente apresentada.

4 — A informação autónoma referida no número anterior corre no âmbito do próprio processo de fiscalização, salvo o disposto no número seguinte.

5 — Sempre que sejam simultaneamente identificados, no âmbito de processo de fiscalização prévia, indícios de infrações financeiras e não financeiras e seja determinado ao Departamento de Controlo Concomitante o respetivo prosseguimento para o seu apuramento, a informação relativa aos ilícitos não financeiros integra-se no processo de apuramento de responsabilidades financeiras.

Artigo 131.º

Relatórios de controlo interno indiciadores de infrações financeiras

1 — Sempre que os relatórios dos organismos de controlo interno evidenciem situações de facto e de direito integradoras de eventuais infrações financeiras, devem ser remetidos pelo Juiz da área ao Ministério Público, sem prejuízo de serem extraídas cópias dos mesmos para ficarem nos cadastros dos organismos ou servirem de base às ações a tomar no âmbito da fiscalização sucessiva.

2 — Quando os relatórios inspetivos não obedeçam ao disposto no artigo 12.º, n.º 2, alínea *b*), da LOPTC, devem ser devolvidos ao órgão de controlo interno para aperfeiçoamento, fixando-se o respetivo prazo.

Artigo 132.º

Processos autónomos de multa

1 — Quando esteja em causa o apuramento de responsabilidades não financeiras não integradas em processos de fiscalização prévia ou em auditorias, designadamente nos casos relativos ao incumprimento do prazo fixado no artigo 47.º, n.º 2, da LOPTC, são criados processos autónomos de multa.

2 — No âmbito da 1.ª Secção, os processos referidos no número anterior são tramitados no Departamento de Controlo Concomitante.

Artigo 133.º

Informações e relatos

Sem prejuízo de outros elementos que se venham a revelar necessários, as informações e os relatórios a que se referem os artigos 129.º e 130.º devem conter:

a) A factualidade apurada;

b) O enquadramento legal, incluindo a qualificação jurídica dos factos e a moldura sancionatória aplicável;

c) A indicação dos nexos de imputação subjetiva, incluindo a identificação nominal e funcional dos eventuais responsáveis e o período de exercício das respetivas funções;

d) A indicação das circunstâncias de modo, tempo e lugar em que os factos ocorreram;

e) Eventuais justificações já apresentadas no âmbito do processo;

f) A informação sobre a existência de eventuais censuras ou recomendações anteriores sobre a mesma matéria, feitas pelo Tribunal de Contas ou pelos órgãos de controlo interno;

g) A indicação dos montantes das multas a aplicar e das quantias a repor;

h) A referência à possibilidade e consequências do pagamento voluntário, nos casos admitidos por lei;

i) A referência à possibilidade de relevação da responsabilidade, nos casos admitidos por lei.

Artigo 134.º

Intervenção dos adjuntos

Antes de ser remetido para contraditório, o relato é remetido aos adjuntos para, querendo, se pronunciarem no prazo de 5 dias úteis.

Artigo 135.º

Informação final e projeto de relatório

1 — Após cumprimento do disposto nos artigos anteriores, é elaborada nova informação ou projeto de relatório, consoante o caso, os quais, para além dos elementos referidos no artigo 133.º, devem conter:

a) A formulação de conclusões em face das alegações dos responsáveis, bem como, quando aplicável, das alegações dos organismos;

b) Informação sobre a verificação de condições para a relevação de responsabilidades;

c) Eventuais recomendações a dirigir aos responsáveis e/ou às entidades;

d) Proposta de emolumentos, com identificação do respetivo enquadramento legal.

2 — Nos processos que envolvam o apuramento de responsabilidades financeiras, o relatório deve ainda conter, em anexo, um mapa com a listagem das infrações financeiras apuradas e do qual constem os seguintes elementos:

a) Identificação dos pontos do relatório que tratam a matéria;

b) Identificação dos factos ilícitos;

c) Especificação das normas violadas;

d) Tipificação da infração e respetivo enquadramento legal;

e) Identificação dos responsáveis;

f) Identificação das folhas do processo de onde constam os elementos de prova.

Artigo 136.º

Vista ao Ministério Público

1 — Fixado o texto do projeto de Relatório pelo Juiz Relator, é dada vista ao Ministério Público, para emissão de parecer, no prazo de 5 dias úteis.

2 — As conclusões do projeto de relatório poderão ser ajustadas em face do parecer do Ministério Público.

Artigo 137.º

Distribuição do projeto de Relatório

Cumprido o previsto no artigo anterior, o projeto de Relatório é distribuído aos Juízes adjuntos e ao Ministério Público, com a antecedência mínima de 5 dias úteis, relativamente à sessão para que venha a ser agendado.

Artigo 138.º

Decisão final

1 — A decisão proferida no âmbito das ações que envolvam o apuramento de responsabilidades financeiras é comunicada ao Ministério Público, nos termos da lei.

2 — A decisão proferida pelo Juiz relator no âmbito da responsabilidade não financeira reveste a forma de sentença e é notificada ao Ministério Público.

3 — As decisões referidas nos números anteriores são sempre notificadas aos responsáveis e, em caso de responsabilidade financeira, também aos respetivos organismos.

Artigo 139.º

Pagamento voluntário

Se o Relatório evidenciar eventuais responsabilidades financeiras, os responsáveis devem ser informados, após a aprovação daquele, de que podem pôr termo ao procedimento através do pagamento voluntá-

rio das multas aplicáveis, pelo mínimo legal, e, sendo caso disso, das quantias a repor.

Artigo 140.º

Aplicação de multas

As multas previstas no artigo 66.º da LOPTC a aplicar nos processos mencionados no artigo 130.º são decididas pelo Juiz relator do processo, nos termos do artigo 27.º, n.º 3.

Artigo 141.º

Aplicação às Secções Regionais

O disposto nos artigos 129.º a 140.º aplica-se às Secções Regionais, com as necessárias adaptações.

SECÇÃO V

Outros procedimentos

Artigo 142.º

Relatórios dos Órgãos de Controlo Interno

1 — Os relatórios enviados ao Tribunal pelos órgãos de controlo interno são objeto de análise e tratamento com incidência nas situações de facto e de direito passíveis de constituir eventuais infrações financeiras, bem como nas ações de controlo desenvolvidas pelo Tribunal sobre as respetivas matérias, de acordo com os seguintes procedimentos:

a) Na sede, os relatórios dos órgãos de controlo interno dão entrada na Secretaria, sendo remetidos para análise e proposta a um núcleo específico a estabelecer por Despacho do Presidente, antes de submetidos ao Juiz Conselheiro competente em razão da matéria;

b) Nas Secções Regionais, os mesmos relatórios são distribuídos pelas unidades de apoio técnico-operativo competentes em razão da matéria, antes de submetidos ao Juiz Conselheiro.

2 — Para efeitos de apuramento dos factos objeto dos relatórios, o respetivo Juiz pode determinar a realização de diligências complementares.

3 — Os relatórios dos órgãos de controlo interno podem ser tidos em consideração na seleção das ações de fiscalização concomitante e sucessiva a realizar pelo Tribunal.

4 — Sempre que os relatórios dos órgãos de controlo interno evidenciem situações, de facto e de direito, integradoras de eventuais infrações financeiras, deverão ser remetidos pelo respetivo Juiz ao Ministério Público.

Artigo 143.º

Denúncias

1 — As denúncias enviadas ao Tribunal, que contenham factualidade pertinente, são distribuídas e tratadas de acordo com os seguintes procedimentos:

a) Na Sede, dão entrada na Secretaria e são objeto de tratamento e análise pelo núcleo previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo anterior, antes de submetidas ao Juiz Conselheiro competente em razão da matéria;

b) Nas Secções Regionais, são distribuídas e analisadas pelas unidades de apoio técnico-operativo competentes em razão da matéria, antes de submetidos ao Juiz Conselheiro.

2 — O Juiz respetivo pode determinar a realização de diligências sumárias.

3 — As denúncias podem ser tidas em consideração na seleção das ações de fiscalização concomitante e sucessiva a realizar pelo Tribunal.

4 — Os resultados da análise realizada às denúncias serão levados ao conhecimento do denunciante devidamente identificado e às entidades envolvidas, por determinação do Juiz responsável.

SECÇÃO VI

Atos da Secretaria

Artigo 144.º

Gestão processual

1 — A Secretaria assegura o apoio administrativo e processual inerente ao funcionamento do Plenário Geral, da Comissão Permanente, das Secções especializadas e das Secções Regionais, nos termos da LOPTC, do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de novembro, e dos regulamentos de organização e funcionamento dos serviços de apoio da Sede e das Regiões Autónomas.

2 — O apoio da Secretaria compreende a gestão e tramitação dos processos que correm no Tribunal, respeitando as especificidades e competências próprias de cada Secção.

3 — Compete à Secretaria, no âmbito da gestão processual referida no número anterior:

a) Movimentar o processo, efetuar as notificações devidas e cumprir as diligências ordenadas pelo Juiz;

b) Prestar assistência às audiências de produção de prova;

c) Proceder ao trabalho de processamento de texto que lhe for atribuído e executar os demais serviços e tarefas que lhe forem atribuídos pelo Juiz;

d) Emitir as certidões relativas aos processos nos termos da lei.

4 — A elaboração pela Secretaria de atas de julgamento, de citações, de notificações, de certidões e outros atos processuais, obedece aos requisitos processuais legais e às normas regulamentares em vigor.

Artigo 145.º

Registos e tramitação dos processos

1 — Para efeitos de registo, cada processo deve ser identificado pelo número sequencial, ano e espécie, bem como da sua pertença ao Plenário Geral ou à Comissão Permanente, às Secções especializadas ou às Secções Regionais, sendo a espécie e a pertença identificados de forma abreviada.

2 — A tramitação processual é efetuada informaticamente de forma a estar integralmente registada e disponível no Sistema de Informação do Tribunal.

3 — Os documentos juntos a cada processo, bem como os atos praticados pelos magistrados são inseridos na aplicação informática, de forma a ficarem disponíveis na sua versão integral.

Artigo 146.º

Registo das deliberações

1 — São registadas no sistema de informação as deliberações do Tribunal previstas neste regulamento.

2 — Para efeitos de registo, as deliberações são identificadas pelo seu tipo, número sequencial, ano e órgão de origem.

3 — O registo das deliberações deve conter, para além da identificação destas, a sua data, digitalização integral e, por averbamento, as datas das alterações, retificações e revogações relevantes que lhes sejam introduzidas.

Artigo 147.º

Registos

1 — Existem na Secretaria do Tribunal os seguintes registos de processos:

a) Acompanhamento de execução;
b) Análise de relatórios de órgãos de controlo interno;
c) Auditoria de apuramento de responsabilidade financeira;
d) Auditoria;
e) Carta rogatória;
f) Concursos e nomeações para Juiz Conselheiro;
g) Julgamento de contas;
h) Julgamento de responsabilidades financeiras;
i) Pareceres sobre a Conta da Assembleia da República e sobre as Contas das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
j) Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
k) Participações, exposições, queixas ou denúncias;
l) Processo autónomo de multa;
m) Recurso do concurso para Juiz Conselheiro;
n) Recurso extraordinário para fixação de jurisprudência;
o) Recurso ordinário de emolumentos;
p) Recurso ordinário de multa;
q) Recurso ordinário;
r) Verificação externa de contas;
s) Verificação interna de contas.

2 — Para além do registo dos processos, existem na Secretaria registos de:

a) Acórdãos;
b) Agendas;

c) Atas;
d) Decisões;
e) Deliberações.
f) Resoluções;
g) Sentenças.

3 — A Secretaria do Tribunal mantém ainda registos relativos a:

a) Planos Trienais, Planos Anuais, Projetos de Orçamento Anuais e Relatórios Anuais;
b) Eleição de Juízes para Vice-Presidentes, Comissão Permanente e outras tarefas;
c) Ação disciplinar sobre os Juízes;
d) Livro de lembranças das decisões jurisdicionais;
e) Resoluções diversas;
f) Multas;
g) Reposições.

4 — A Secretaria assegura o registo no Sistema de Informação, mantendo pastas de arquivo integrais das deliberações, por espécie, das agendas das reuniões e das atas das sessões do Tribunal.
5 — Nenhum processo, requerimento ou papel deve ter seguimento sem que nele esteja lançada a nota do registo de entrada informático com o respetivo número de ordem e digitalização integral.
6 — Cumprido o disposto no número anterior, o requerimento que não originar novo processo é junto aos autos sendo para o efeito rubricado e paginado.

Artigo 148.º

Organização das pastas de arquivo

1 — Após o seu registo, devem ser arquivadas nas pastas apropriadas todas as deliberações do Tribunal, segundo a respetiva ordem sequencial.
2 — As agendas e as atas das sessões do Tribunal são identificadas por espécie, número sequencial, ano, data e órgão de origem e arquivadas sequencialmente nas pastas próprias, devendo estar integramente disponíveis no sistema de informação.
3 — São mantidas eletronicamente cópias integrais das certidões emitidas.

Artigo 149.º

Coadjuvação e atos da Secretaria no âmbito da tramitação processual

1 — A tramitação dos processos jurisdicionais é assegurada pela Secretaria, que coadjuva os Juízes na sua dependência funcional.
2 — A Secretaria efetua a tramitação dos processos em aplicação informática, conforme o n.º 2 e 3 do Artigo 145.º
3 — O suporte informático referido no número anterior contém a digitalização integral das peças e atos processuais, para além de fornecer a posição atualizada da marcha de cada processo relativamente aos processos elencados no n.º 1 do artigo 147.º

Artigo 150.º

Comunicações

Para além das notificações processualmente devidas, a Secretaria remete, após trânsito em julgado, cópia das sentenças e acórdãos às seguintes entidades e serviços:

a) Ao membro do Governo de que dependa hierarquicamente ou ao qual os responsáveis a que respeite o julgamento estejam sujeitos a superintendência ou tutela;
b) Aos órgãos de controlo interno cuja atividade tenha originado ou contribuído para a instauração do processo.

Artigo 151.º

Visto em Correição e Arquivo

1 — Findos os processos, devem nos mesmos ser aposto o visto final pelo responsável da Secretaria e o visto do Ministério Público, após os quais os autos são presentes ao relator para aposição do visto em correição.
2 — Nenhum processo pode dar entrada em arquivo sem a aposição do visto em correição.
3 — Caso, após visto em correição, seja junto aos autos qualquer expediente, o processo só pode reentrar em arquivo após a aposição de novo visto em correição.

Artigo 152.º

Outras atribuições da Secretaria

Cabe ainda à Secretaria:

a) Cumprir as diligências ordenadas mediante decisão judicial;
b) Prestar a assistência às sessões e audiências, relativamente aos processos jurisdicionais;
c) Assegurar o apoio necessário à realização da distribuição;
d) Elaborar o expediente e passar as certidões relativas aos processos do Tribunal;
e) Proceder ao registo da correspondência saída e recebida e conduzir a que sair por protocolo;
f) Executar os demais serviços ou tarefas que lhe forem distribuídos.

PARTE IV

Disposições finais

Artigo 153.º

Informação procedimental

1 — O Sistema de Informação a que se refere o artigo 17.º contempla, além do mais, as recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas e dados relativos à aplicação de multas por infrações financeiras e à relevação de responsabilidades.
2 — A informação a que se refere o número anterior deve, no mínimo, ser organizada por entidades e por responsáveis.
3 — O sistema regista, nos mesmos termos, as recomendações e censuras efetuadas por órgãos de controlo interno.

Artigo 154.º

Primeiro mandato dos membros da Comissão de Normas de Auditoria

1 — Realiza-se no prazo de 60 dias, contados a partir da data da entrada em vigor deste Regulamento, a eleição de todos os membros da Comissão de Normas de Auditoria.
2 — Para efeito do disposto no artigo 23.º, n.º 2, deste Regulamento, os mandatos dos membros da Comissão de Normas de Auditoria resultantes da eleição a que se refere o número anterior têm a seguinte duração:

a) De três anos, para um dos membros eleitos pela 2.ª Secção;
b) De dois anos, para o membro eleito pela 1.ª Secção;
c) De um ano, para outro dos membros eleitos pela 2.ª Secção.

Artigo 155.º

Notificações

Até à implementação de sistemas de informação que permitam as notificações por via eletrónica, as mesmas são efetuadas nos seguintes termos:

a) As notificações para exercício do direito do contraditório em processos de apuramento de responsabilidades, por correio registado com aviso de receção;
b) As notificações das decisões de visto com recomendação, bem como os acórdãos de recusa de visto, por correio registado;
c) As restantes notificações são efetuadas por correio simples.

Artigo 156.º

Norma revogatória

São revogados o Regulamento Geral do Tribunal de Contas aprovado pelo Plenário Geral, na Sessão de 28 de junho de 1999, e publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 162, de 14 de julho de 1999, o Regulamento da 1.ª Secção, aprovado pela Resolução n.º 5/98 — 1.ª S., de 17 de fevereiro, o Regulamento da 2.ª Secção, aprovado pela Resolução n.º 3/98 — 2.ª S., de 4 de junho, as Normas de funcionamento interno da 3.ª Secção, aprovadas pela Resolução n.º 1/98 — 3.ª S., de 4 de fevereiro, e o Regulamento das Secções Regionais dos Açores e da Madeira do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução n.º 24/2011-PG, de 14 de dezembro, bem como os atos do Tribunal incompatíveis com o presente Regulamento.

Artigo 157.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República.*

24-01-2018. — O Presidente, *Vítor Caldeira*.

311103222

ANEXO II

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

BALANÇO DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31.12.2020

COFRE PRIVATIVO

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2020 ATIVO BRUTO	2020 AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	2020 ATIVO LÍQUIDO	2019 ATIVO LÍQUIDO
	ATIVO				
	IMOBILIZADO				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	649.104,62	632.397,52	16.707,10	20.105,16
		649.104,62	632.397,52	16.707,10	20.105,16
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421	Terrenos e Recursos Naturais	1.190.879,98		1.190.879,98	1.190.879,98
422	Edifícios e Outras Construções	7.076.942,73	5.207.890,22	1.869.052,51	2.138.829,96
423	Equipamento Básico	3.524.443,01	3.040.276,46	484.166,55	429.650,70
424	Equipamento de Transporte	28.959,99	28.959,99	0,00	0,00
425	Ferramentas e Utensílios	6.809,24	6.809,24	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	2.492.881,03	2.432.431,68	60.449,35	76.494,51
429	Outras Imob.Corpóreas	125.120,13	3.260,27	121.859,86	121.766,50
		14.446.036,11	10.719.627,86	3.726.408,25	3.957.621,65
	CIRCULANTE				
	EXISTÊNCIAS				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo			0,00	34.006,52
32	Mercadorias			0,00	
		0,00	0,00	0,00	34.006,52
	DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
211	Clientes C/C	298,94		298,94	20.788,54
212	Contribuintes C/C	702.392,46		702.392,46	566.025,67
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	94.307,01	94.307,01	0,00	0,00
221	Fornecedores C/C				
24	Estado e outros Entes Públicos				
262	Pessoal - Outras Operações	236,81		236,81	1.464,23
268	Outros Devedores Diversos	16.747,51		16.747,51	22.136,61
		813.982,73	94.307,01	719.675,72	610.415,05
	TITULOS NEGOCIÁVEIS				
153	Títulos da Dívida Pública				
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
13	Contas no Tesouro	22.655.724,94		22.655.724,94	23.411.084,29
12	Depósitos em Instituições Financeiras				
11	Caixa				
		22.655.724,94		22.655.724,94	23.411.084,29
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de proveitos	2.974.725,46		2.974.725,46	2.638.971,43
272	Custos diferidos	219.862,60		219.862,60	97.099,77
		3.194.588,06		3.194.588,06	2.736.071,20
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		11.352.025,38		
	TOTAL DAS PROVISÕES		94.307,01		
	TOTAL DO ATIVO	41.759.436,46	11.446.332,39	30.313.104,07	30.769.303,87

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2020	2019
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	FUNDOS PRÓPRIOS		
51	Património	8.210.209,56	8.210.209,56
575	Subsídio		
576	Doações	68.291,41	68.598,74
577	Reservas Dec. Transf. Ativos		
579	Outras		
59	Resultados Transitados	21.990.303,91	21.577.327,48
88	Resultado Líquido do Exercício	-441.156,65	412.976,43
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	29.827.648,23	30.269.112,21
	PASSIVO		
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.096,00
		7.096,00	7.096,00
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
221	Fornecedores C/C	63.031,88	56.218,02
228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conf.	74.657,38	84.232,70
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	332,22	
24	Estado e outros Entes Públicos	44.559,68	42.332,18
262	Remunerações a Pagar		
267	Consultores, Assessores		
268	Outros credores diversos	63.386,91	65.360,11
		245.968,07	248.143,01
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de custos	232.391,77	244.952,65
274	Proveitos diferidos		
		232.391,77	244.952,65
	TOTAL DO PASSIVO	485.455,84	500.191,66
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	30.313.104,07	30.769.303,87

Lisboa, 12 de março 2021

O Conselho Administrativo

Serafina Pereira

Teresa Brás.

Doc_1_2020_Cofre

Demonstração dos Resultados — **Dados atuais 11.03.2021 12:37:23**

Organismo: 5208 TC - Sede
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Emissão: 11.03.2021 12:37:28

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Custos e perdas				
61 Custo merc.vendid. e mat. consum.:				
Mercadorias			232,82	
Matérias			68.634,40	68.867,22
62 Fornecimentos e serviços externos		1.800.097,37		2.194.986,16
Custos com o pessoal:				
641+642 Remuneracões	3.293.605,49		1.423.937,83	
643a648 Encargos sociais:				
Pensões				
Outros	512.811,38	3.806.416,87	1.271.285,68	2.695.223,51
63 Transf.corr.conced.prest. sociais				
66 Amortizacões do exercício	495.395,65		469.504,01	
67 Provisões do exercício	37.584,20	532.979,85	30.068,49	499.572,50
65 Outros cust. e perd. operacionais		19.362,32		20.685,68
(A).....		6.158.856,41		5.479.335,07
68 Custos e perdas financeiras		116,46		3.715,34
(C).....		6.158.972,87		5.483.050,41
69 Custos e perdas extraordinários		262.384,95		149.255,13
(E).....		6.421.357,82		5.632.305,54
88 Resultado líquido do exercício		441.156,65-		412.976,43
		5.980.201,17		6.045.281,97
Proveitos e ganhos				
71 Vendas e prestação de serviços:				

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Vendas de mercadorias			399,92	
Venda de prod. acab. e interm.				
Venda subprod.,desperd.,res.ref.				399,92
Prestação de serviços				
72 Impostos, taxas e outros	5.932.130,13		5.891.510,59	
Variação da produção				
75 Trabalhos para a própria entidade				
73 Proveitos suplementares	11.603,95		42.904,85	
74 Transfer.e subsíd.corrent.obtidos:				
741 Transferências - Tesouro				
742+743 Outras				
76 Outros prov. e ganhos operacionais		5.943.734,08		5.934.415,44
(B).....		5.943.734,08		5.934.815,36
78 Proveitos e ganhos financeiros		260,00		593,09
(D).....		5.943.994,08		5.935.408,45
79 Proveitos e ganhos extraordinários		36.207,09		109.873,52
(F).....		5.980.201,17		6.045.281,97
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)-(A)=		215.122,33-		455.480,29
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		143,54		3.122,25-
Resultados correntes: (D)-(C)=		214.978,79-		452.358,04
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		441.156,65-		412.976,43

Lisboa, em 12 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira

Luísa

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAPS (12)	Despesas Pagas Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	1.189.442,00	0,00	979.069,94	0,00	979.069,94	0,00	0,00	979.069,94	210.372,06	210.372,06	0,00	82,31
001	001	264	D.01.02.04.A0.01	A Custo-Ano Corrente	145.558,00	0,00	22.990,93	0,00	24.962,63	0,00	1.971,70	22.990,93	122.567,07	122.567,07	0,00	15,80
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS D	15.000,00	0,00	12.925,57	0,00	12.925,57	0,00	0,00	12.925,57	2.074,43	2.074,43	0,00	86,17
001	001	264	D.01.02.12.A0.00	IND.CESSAÇÃO FUNÇÕES	7.507,00	0,00	7.506,29	0,00	7.506,29	0,00	0,00	7.506,29	0,71	0,71	0,00	99,99
001	001	264	D.01.02.14.A0.01	OUTROS ABONOS-ANO	50.000,00	0,00	12.030,26	0,00	9.774,35	0,00	0,00	9.774,35	37.969,74	40.225,65	2.255,91	19,55
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	249.884,00	0,00	209.673,81	0,00	209.673,81	0,00	0,00	209.673,81	40.010,19	40.010,19	0,00	83,99
001	001	264	D.01.03.05.A0.B1	SEGURANÇA SOCIAL - A	31.600,00	0,00	28.612,86	0,00	27.129,84	0,00	0,00	27.129,84	2.987,14	4.470,16	1.483,02	85,85
001	001	264	D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO	878,00	0,00	863,90	0,00	863,90	0,00	0,00	863,90	14,10	14,10	0,00	98,39
001	001	264	D.01.03.10.G0.00	CONTRIB.SEG SOC	267,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267,00	267,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	1.129,00	0,00	1.024,54	0,00	1.024,54	0,00	0,00	1.024,54	104,46	104,46	0,00	90,75
001	001	264	D.02.01.02.A0.01	COMBUSTÍV E LUB-ANO	20.000,00	0,00	9.002,46	0,00	5.089,58	0,00	100,00	4.989,58	10.997,54	15.010,42	4.012,88	24,95
001	001	264	D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIG-ANO	35.000,00	0,00	7.537,88	0,00	7.577,88	0,00	40,00	7.537,88	27.462,12	27.462,12	0,00	21,54
001	001	264	D.02.01.08.A0.01	PAPEL - ANO	30.000,00	0,00	8.898,31	0,00	8.898,31	0,00	0,00	8.898,31	21.101,69	21.101,69	0,00	29,66
001	001	264	D.02.01.08.B0.00	CONSUMIVEIS DE IMPRE	2.500,00	0,00	397,41	0,00	397,41	0,00	0,00	397,41	2.102,59	2.102,59	0,00	15,90
001	001	264	D.02.01.08.C0.01	OUTROS - ANO	75.735,00	0,00	40.560,48	0,00	25.818,73	0,00	600,00	25.218,73	35.174,52	50.516,27	15.341,75	33,30
001	001	264	D.02.01.09.B0.00	VACINAS	3.000,00	0,00	15,34	0,00	15,34	0,00	0,00	15,34	2.984,66	2.984,66	0,00	0,51
001	001	264	D.02.01.09.C0.00	OUTROS	3.000,00	0,00	66,85	0,00	116,85	0,00	50,00	66,85	2.933,15	2.933,15	0,00	2,23
001	001	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPOR	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PECAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕ	10.000,00	0,00	284,00	0,00	324,00	0,00	40,00	284,00	9.716,00	9.716,00	0,00	2,84
001	001	264	D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍ	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.18.A0.01	LIVROS E DOC. - ANO	15.000,00	0,00	5.285,92	0,00	5.260,92	0,00	40,00	5.220,92	9.714,08	9.779,08	65,00	34,81
001	001	264	D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORÍFICOS	2.000,00	0,00	1.094,70	0,00	1.094,70	0,00	0,00	1.094,70	905,30	905,30	0,00	54,74
001	001	264	D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS - ANO	40.000,00	0,00	25.778,69	0,00	26.128,69	0,00	350,00	25.778,69	14.221,31	14.221,31	0,00	64,45
001	001	264	D.02.02.01.B0.01	ENCARGO INSTALAÇ-ANO	200.000,00	0,00	122.676,55	0,00	122.676,55	0,00	0,00	122.676,55	77.323,45	77.323,45	0,00	61,34
001	001	264	D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIG - ANO	248.000,00	0,00	235.361,61	0,00	191.399,57	0,00	0,02	191.399,55	12.638,39	56.600,45	43.962,06	77,18
001	001	264	D.02.02.03.A0.01	CONSERVAÇÃO BENS-ANO	200.000,00	0,00	25.751,33	0,00	25.781,33	0,00	30,00	25.751,33	174.248,67	174.248,67	0,00	12,88
001	001	264	D.02.02.06.A0.01	LOCAÇÃO MATERIAL-ANO	50.000,00	0,00	45.376,90	0,00	41.595,43	0,00	0,00	41.595,43	4.623,10	8.404,57	3.781,47	83,19
001	001	264	D.02.02.08.A0.01	LOCAÇÃO OUTROS BENS	70.000,00	0,00	59.816,70	0,00	51.965,38	0,00	0,00	51.965,38	10.183,30	18.034,62	7.851,32	74,24
001	001	264	D.02.02.09.A0.01	ACESSOS A INTERNET	21.000,00	0,00	8.624,19	0,00	7.813,62	0,00	0,00	7.813,62	12.375,81	13.186,38	810,57	37,21
001	001	264	D.02.02.09.B0.01	COMUNICACOES FIXAS D	15.000,00	0,00	5.737,42	0,00	4.570,42	0,00	0,00	4.570,42	9.262,58	10.429,58	1.167,00	30,47
001	001	264	D.02.02.09.C0.01	COM FIXAS VOZ - ANO	30.000,00	0,00	17.822,75	0,00	15.851,15	0,00	0,00	15.851,15	12.177,25	14.148,85	1.971,60	52,84
001	001	264	D.02.02.09.D0.01	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	25.000,00	0,00	4.838,39	0,00	2.769,41	0,00	0,00	2.769,41	20.161,61	22.230,59	2.068,98	11,08
001	001	264	D.02.02.09.F0.01	OUTROS SERVICOS DE C	70.000,00	0,00	45.855,40	0,00	42.317,69	0,00	100,00	42.217,69	24.144,60	27.782,31	3.637,71	60,31
001	001	264	D.02.02.10.A0.01	TRANSPORTES	60.000,00	0,00	21.368,79	0,00	20.996,29	0,00	50,00	20.946,29	38.631,21	39.053,71	422,50	34,91
001	001	264	D.02.02.11.A0.01	REP DOS SERVIÇOS-ANO	15.000,00	0,00	1.951,65	0,00	2.001,65	0,00	50,00	1.951,65	13.048,35	13.048,35	0,00	13,01
001	001	264	D.02.02.12.B0.01	OUTRAS	20.000,00	0,00	12.805,15	0,00	12.805,15	0,00	0,00	12.805,15	7.194,85	7.194,85	0,00	64,03
001	001	264	D.02.02.13.A0.01	DESL E ESTADAS - ANO	55.000,00	0,00	13.833,49	0,00	13.435,49	0,00	500,00	12.935,49	41.166,51	42.064,51	898,00	23,52
001	001	264	D.02.02.14.A0.01	SERVICOS DE NATUREZA	36.052,00	0,00	33.210,00	0,00	16.605,00	0,00	0,00	16.605,00	2.842,00	19.447,00	16.605,00	46,06
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	SERVICOS DE NATUREZA	74.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.028,00	74.028,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.14.C0.01	SERVIÇOS DE NATUREZA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.14.C0.09	SERVIÇOS DE NATUREZA	41.447,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.447,00	41.447,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.14.D0.01	OUTROS - ESTUDOS,PAR	100.000,00	0,00	35.670,00	0,00	32.697,50	0,00	0,00	32.697,50	64.330,00	67.302,50	2.972,50	32,70
001	001	264	D.02.02.14.D0.09	OUTROS - ESTUDOS,PAR	9.074,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.074,00	9.074,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.15.A0.00	TECNOLOGIAS DA INFOR	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.15.B0.01	OUTRAS	25.000,00	0,00	15.412,00	0,00	15.412,00	0,00	0,00	15.412,00	9.588,00	9.588,00	0,00	61,65
001	001	264	D.02.02.16.A0.01	SEMINÁRIOS. EXPOSIÇÕ	15.000,00	0,00	37,55	0,00	187,55	0,00	150,00	37,55	14.962,45	14.962,45	0,00	0,25
001	001	264	D.02.02.17.A0.01	PUB OBRIGATÓRIA-ANO	10.000,00	0,00	5.977,20	0,00	5.413,46	0,00	50,00	5.363,46	4.022,80	4.636,54	613,74	53,63

RG
SD
VB.

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAPS (12)	Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.02.02.18.A0.01	VIGILANCIA E SEGURAN	280.000,00	0,00	243.973,42	0,00	221.636,58	0,00	0,00	221.636,58	36.026,38	58.363,42	22.337,04	79,16
001	001	264	D.02.02.19.A0.B1	OUTROS-ASSISTENCIA T	250.000,00	0,00	218.831,28	0,00	196.612,62	0,00	0,00	196.612,62	31.168,72	53.387,38	22.218,66	78,65
001	001	264	D.02.02.19.B0.01	SOFTWARE INFORMATICO	309.639,00	0,00	278.982,03	0,00	271.689,61	0,00	0,00	271.689,61	30.656,97	37.949,39	7.292,42	87,74
001	001	264	D.02.02.19.C0.01	OUTROS - ASSISTENCIA	170.000,00	0,00	120.707,88	0,00	110.973,50	0,00	0,00	110.973,50	49.292,12	59.026,50	9.734,38	65,28
001	001	264	D.02.02.20.A0.C1	O TRAB ESP-S INF-ANO	100.000,00	0,00	42.769,34	0,00	42.071,63	0,00	0,00	42.071,63	57.230,66	57.928,37	697,71	42,07
001	001	264	D.02.02.20.A0.C9	OUTROS-ANO ANTERIOR	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.20.B0.01	PAGAMENTOS A ESPAP,	92.000,00	0,00	78.474,00	0,00	78.474,00	0,00	0,00	78.474,00	13.526,00	13.526,00	0,00	85,30
001	001	264	D.02.02.20.B0.09	PAGAMENTOS A ESPAP,	30.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.667,00	30.667,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.20.E0.01	OUTROS - TRABALHOS E	181.553,00	0,00	21.374,97	0,00	21.424,97	0,00	50,00	21.374,97	160.178,03	160.178,03	0,00	11,77
001	001	264	D.02.02.20.E0.09	OUTROS TRAB ESP-A AN	4.281,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.281,00	4.281,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.22.H0.01	SERVIÇOS SAUDE-OUTRO	25.000,00	0,00	17.333,38	0,00	15.888,89	0,00	0,00	15.888,89	7.666,62	9.111,11	1.444,49	63,56
001	001	264	D.02.02.25.A0.01	OUTROS SERVICOS	211.629,00	0,00	68.194,70	0,00	60.253,63	0,00	300,00	59.953,63	143.434,30	151.675,37	8.241,07	28,33
001	001	264	D.03.06.01.A0.01	OUT ENCARGOS FIN	2.000,00	0,00	88,00	0,00	44,00	0,00	0,00	44,00	1.912,00	1.956,00	44,00	2,20
001	001	264	D.03.06.01.A0.09	OUT.ENC.FIN-A.ANT.	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPAR	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.07.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICA	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.07.B0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	6.354,00	0,00	2.316,23	0,00	2.316,23	0,00	0,00	2.316,23	4.037,77	4.037,77	0,00	36,45
001	001	264	D.07.01.07.B0.C1	EQ INFOR-OUTROS-ANO	434.576,00	0,00	340.291,24	0,00	226.921,03	0,00	0,00	226.921,03	94.284,76	207.654,97	113.370,21	52,22
001	001	264	D.07.01.08.B0.B0	OUTROS	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.09.B0.B1	OUTROS	50.000,00	0,00	4.644,11	0,00	4.311,89	0,00	0,00	4.311,89	45.355,89	45.688,11	332,22	8,62
001	001	264	D.07.01.10.B0.B0	OUTROS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.11.B0.00	FERRAMENTAS E UTENSI	10.000,00	0,00	219,06	0,00	219,06	0,00	0,00	219,06	9.780,94	9.780,94	0,00	2,19
001	001	264	D.07.01.12.B0.00	ARTIGOS E OBJETOS VA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 264					5.694.800,00	0,00	3.524.147,05	0,00	3.232.965,56	0,00	4.471,72	3.228.513,84	2.170.652,95	2.466.286,16	295.633,21	56,69
001	001	957	D.06.02.03.R0.00	RESERVA	148.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.200,00	148.200,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 957					148.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.200,00	148.200,00	0,00	0,00
Total Medida: 001					5.843.000,00	0,00	3.524.147,05	0,00	3.232.965,56	0,00	4.471,72	3.228.513,84	2.318.852,95	2.614.486,16	295.633,21	55,25
001	095	264	D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIG-ANO	15.000,00	0,00	1.765,09	0,00	1.765,09	0,00	0,00	1.765,09	13.234,91	13.234,91	0,00	11,77
001	095	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	0,00	13.753,70	0,00	13.753,70	0,00	0,00	13.753,70	46.246,30	46.246,30	0,00	22,92
001	095	264	D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS - ANO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
001	095	264	D.07.01.09.B0.B1	OUTROS	5.000,00	0,00	1.307,21	0,00	1.307,21	0,00	0,00	1.307,21	3.692,79	3.692,79	0,00	26,14
Total Actividade/Projecto: 264					85.000,00	0,00	16.826,00	0,00	16.826,00	0,00	0,00	16.826,00	68.174,00	68.174,00	0,00	19,80
Total Medida: 095					85.000,00	0,00	16.826,00	0,00	16.826,00	0,00	0,00	16.826,00	68.174,00	68.174,00	0,00	19,80
Total Programa: 001					5.928.000,00	0,00	3.540.973,05	0,00	3.249.811,56	0,00	4.471,72	3.245.339,84	2.387.026,95	2.682.660,16	295.633,21	54,75
Total Fonte Financiamento: 513					5.928.000,00	0,00	3.540.973,05	0,00	3.249.811,56	0,00	4.471,72	3.245.339,84	2.387.026,95	2.682.660,16	295.633,21	54,75

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./ Proj. (3)	Classificação económica		Dotações	Cativos ou	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
			Código (4)	Descrição (5)	Corrigidas (6)	Congelamen (7)	Ano (8)	Anos Ant. (9)	Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)	Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	
001	001	264	D.01.01.01.A0.00	ÓRGÃOS DE SOBERANIA	106.395,00	0,00	106.394,56	0,00	106.394,56	0,00	0,00	106.394,56	0,44	0,44	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.01.B0.00	SUBSÍDIO COMPENSAÇÃO	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PES DOS QUADRO-REGFP	920.898,00	0,00	898.387,60	0,00	898.387,60	0,00	0,00	898.387,60	22.510,40	22.510,40	0,00	97,56
001	001	264	D.01.01.08.00.00	PES AGUARD APOSENT	1.137,00	0,00	1.136,90	0,00	1.136,90	0,00	0,00	1.136,90	0,10	0,10	0,00	99,99
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PES QQ OUT SITUAÇÃO	78.035,00	0,00	78.034,55	0,00	78.034,55	0,00	0,00	78.034,55	0,45	0,45	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	4.612,00	0,00	4.611,05	0,00	4.611,05	0,00	0,00	4.611,05	0,95	0,95	0,00	99,98
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	1.350,00	0,00	1.349,64	0,00	1.349,64	0,00	0,00	1.349,64	0,36	0,36	0,00	99,97
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSÍDIO REFEIÇÃO	36.119,00	0,00	36.118,32	0,00	36.118,32	0,00	0,00	36.118,32	0,68	0,68	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.14.SF.00	SUBSÍDIO FÉRIAS	126,00	0,00	125,23	0,00	125,23	0,00	0,00	125,23	0,77	0,77	0,00	99,39
001	001	264	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	1.171.000,00	0,00	1.104.279,76	0,00	1.104.279,76	0,00	0,00	1.104.279,76	66.720,24	66.720,24	0,00	94,30
001	001	264	D.01.01.15.00.00	REM DOEN MATER PATER	18.965,00	0,00	18.964,01	0,00	18.964,01	0,00	0,00	18.964,01	0,99	0,99	0,00	99,99
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIA	2.182,00	0,00	2.181,43	0,00	2.181,43	0,00	0,00	2.181,43	0,57	0,57	0,00	99,97
001	001	264	D.01.02.04.A0.09	A Custo-Ano anterior	504,00	0,00	0,00	504,00	0,00	504,00	0,00	504,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONOS P/FALHAS	157,00	0,00	156,65	0,00	156,65	0,00	0,00	156,65	0,35	0,35	0,00	99,78
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	928,00	0,00	927,72	0,00	927,72	0,00	0,00	927,72	0,28	0,28	0,00	99,97
001	001	264	D.01.02.14.A0.01	OUTROS ABONOS-ANO	2.202,00	0,00	2.201,07	0,00	2.201,07	0,00	0,00	2.201,07	0,93	0,93	0,00	99,96
001	001	264	D.01.02.14.A0.09	OUTROS ABONOS-A.ANT	1.053,00	0,00	0,00	719,48	0,00	719,48	0,00	719,48	333,52	333,52	0,00	68,33
001	001	264	D.01.03.03.00.00	SUB FAMIL CRIA JOVEN	1.672,00	0,00	1.671,48	0,00	1.671,48	0,00	0,00	1.671,48	0,52	0,52	0,00	99,97
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	250.000,00	0,00	240.128,16	0,00	240.128,16	0,00	0,00	240.128,16	9.871,84	9.871,84	0,00	96,05
001	001	264	D.01.03.05.A0.B1	SEGURANÇA SOCIAL - A	29.000,00	0,00	27.351,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.648,43	29.000,00	27.351,57	0,00
001	001	264	D.01.03.05.A0.B9	SS.-Anos Anteriores	27.402,00	0,00	0,00	27.402,00	0,00	27.402,00	0,00	27.402,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.03.10.F0.00	PARENTALIDADE	825,00	0,00	824,42	0,00	824,42	0,00	0,00	824,42	0,58	0,58	0,00	99,93
001	001	264	D.02.01.02.A0.09	COMBUSTÍV E LUB-A.AN	2.978,00	0,00	0,00	2.681,48	1.204,30	1.477,18	0,00	2.681,48	296,52	296,52	0,00	90,04
001	001	264	D.02.01.04.A0.09	LIMPEZA E HIG-ANO A	37,00	0,00	0,00	36,40	36,40	0,00	0,00	36,40	0,60	0,60	0,00	98,38
001	001	264	D.02.01.08.A0.09	PAPEL-ANO ANTERIOR	82,00	0,00	0,00	81,73	81,73	0,00	0,00	81,73	0,27	0,27	0,00	99,67
001	001	264	D.02.01.08.C0.09	OUTROS-ANOS ANTERIOR	3.651,00	0,00	0,01	3.644,41	3.615,88	28,54	0,00	3.644,42	6,58	6,58	0,00	99,82
001	001	264	D.02.01.18.A0.09	Liv Doc Tec - AA	120,00	0,00	0,00	120,00	60,00	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	60,00	50,00
001	001	264	D.02.01.21.A0.09	OUTROS BENS-A.ANT	50,00	0,00	0,00	49,59	49,59	0,00	0,00	49,59	0,41	0,41	0,00	99,18
001	001	264	D.02.02.01.B0.09	ENCARG INSTALAÇ -A.A	9.146,00	0,00	0,00	9.145,33	7,75	9.137,58	0,00	9.145,33	0,67	0,67	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.02.A0.09	LIMPEZA E HIG-ANO A	17.097,00	0,00	0,00	17.096,58	17.096,58	0,00	0,00	17.096,58	0,42	0,42	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.03.A0.09	CONSERVAÇÃO BENS-A.A	5.435,00	0,00	0,00	4.789,15	4.789,15	0,00	0,00	4.789,15	645,85	645,85	0,00	88,12
001	001	264	D.02.02.06.A0.09	LOCAÇÃO O B-ANOS ANT	11.345,00	0,00	0,00	11.344,41	11.344,41	0,00	0,00	11.344,41	0,59	0,59	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.08.A0.09	LOCAÇÃO O B-ANOS ANT	10.831,00	0,00	356,63	7.503,71	3.609,65	3.894,06	0,00	7.503,71	2.970,66	3.327,29	356,63	69,28
001	001	264	D.02.02.09.A0.09	ACESSOS A INTERNET -	1.425,00	0,00	0,00	1.390,58	1.390,58	0,00	0,00	1.390,58	34,42	34,42	0,00	97,58
001	001	264	D.02.02.09.B0.09	COMUNICACOES FIXAS D	537,00	0,00	0,00	536,56	0,00	536,56	0,00	536,56	0,44	0,44	0,00	99,92
001	001	264	D.02.02.09.C0.09	COM FIXA VOZ-AA	1.616,00	0,00	0,00	1.615,46	0,00	1.615,46	0,00	1.615,46	0,54	0,54	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVICOS DE C	5.909,00	0,00	0,00	4.425,27	4.425,27	0,00	0,00	4.425,27	1.483,73	1.483,73	0,00	74,89
001	001	264	D.02.02.10.A0.09	TRANSPORTES - ANO AN	2.882,00	0,00	0,00	2.346,10	2.346,10	0,00	0,00	2.346,10	535,90	535,90	0,00	81,41
001	001	264	D.02.02.13.A0.09	DESLOC. E EST-A ANT	1.840,00	0,00	0,00	1.745,40	1.745,40	0,00	0,00	1.745,40	94,60	94,60	0,00	94,86
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	SERVICOS DE NATUREZA	2.768,00	0,00	0,00	2.767,50	2.767,50	0,00	0,00	2.767,50	0,50	0,50	0,00	99,98
001	001	264	D.02.02.14.C0.09	SERVIÇOS DE NATUREZA	41.447,00	0,00	0,00	41.446,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,92	41.447,00	41.446,08	0,00
001	001	264	D.02.02.14.D0.09	OUTROS - ESTUDOS,PAR	13.766,00	0,00	0,00	13.765,75	2.972,50	0,00	0,00	2.972,50	0,25	10.793,50	10.793,25	21,59
001	001	264	D.02.02.17.A0.09	PUBLICIDADE-A ANTERI	42,00	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00	41,75	0,25	0,25	0,00	99,40
001	001	264	D.02.02.18.A0.09	VIGILANCIA E SEGURAN	19.140,00	0,00	0,00	19.138,95	19.036,86	102,09	0,00	19.138,95	1,05	1,05	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.19.A0.B9	OUTROS-ASSISTENCIA T	34.133,00	0,00	0,00	34.132,80	23.811,72	10.321,08	0,00	34.132,80	0,20	0,20	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.B0.09	SOFTWARE INFORMATICO	10.337,00	0,00	0,00	10.336,87	4.115,97	6.220,90	0,00	10.336,87	0,13	0,13	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.C0.09	OUTROS - ASSISTENCIA	11.033,00	0,00	0,00	11.032,82	8.547,43	2.485,39	0,00	11.032,82	0,18	0,18	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.20.A0.C9	OUTROS-ANO ANTERIOR	18.877,00	0,00	0,00	18.876,32	263,96	18.612,36	0,00	18.876,32	0,68	0,68	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.20.E0.09	OUTROS TRAB ESP-A AN	1.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.230,00	1.230,00	0,00	0,00

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Mod (2)	Act./Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAPS (12)	Despesas Pagas Total PG Liq (13)=(10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)=[(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)=(13)/(6-7)*100
001	001	264	D.02.02.22.HO.09	SVC SAUDE-O-A.ANT	1.445,00	0,00	0,00	1.444,44	1.444,44	0,00	0,00	1.444,44	0,56	0,56	0,00	99,96
001	001	264	D.02.02.25.AO.09	OUTROS SERVICOS - AN	5.089,00	0,00	0,00	4.795,30	3.554,23	1.241,07	0,00	4.795,30	293,70	293,70	0,00	94,23
001	001	264	D.03.06.01.AO.09	OUT.ENC.FIN-A.ANT.	22,00	0,00	0,00	22,00	22,00	0,00	0,00	22,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.07.BO.C9	EQUIP.INF-OUT-A.ANT	25.378,00	0,00	0,00	25.376,55	25.376,55	0,00	0,00	25.376,55	1,45	1,45	0,00	99,99
Total Actividade/Projecto: 264					2.942.250,00	0,00	2.553.200,76	280.354,77	2.669.208,50	84.339,50	0,00	2.753.548,00	108.694,47	188.702,00	80.007,53	93,59
Total Medida: 001					2.942.250,00	0,00	2.553.200,76	280.354,77	2.669.208,50	84.339,50	0,00	2.753.548,00	108.694,47	188.702,00	80.007,53	93,59
Total Programa: 001					2.942.250,00	0,00	2.553.200,76	280.354,77	2.669.208,50	84.339,50	0,00	2.753.548,00	108.694,47	188.702,00	80.007,53	93,59
Total Fonte Financiamento: 522					2.942.250,00	0,00	2.553.200,76	280.354,77	2.669.208,50	84.339,50	0,00	2.753.548,00	108.694,47	188.702,00	80.007,53	93,59
Total Classificação Funcional: 111					8.870.250,00	0,00	6.094.173,81	280.354,77	5.919.020,06	84.339,50	4.471,72	5.998.887,84	2.495.721,42	2.871.362,16	375.640,74	67,63
Total Classificação Orgânica: 01 1 06 01 00					8.870.250,00	0,00	6.094.173,81	280.354,77	5.919.020,06	84.339,50	4.471,72	5.998.887,84	2.495.721,42	2.871.362,16	375.640,74	67,63
Total por Organismo: 5208					8.870.250,00	0,00	6.094.173,81	280.354,77	5.919.020,06	84.339,50	4.471,72	5.998.887,84	2.495.721,42	2.871.362,16	375.640,74	67,63

Lisboa, em 12 de março de 2024
O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira

7.2 - Controlo Orçamental - Receita
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg	Med	Classificação económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas	Receitas cobradas brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada liquida	Receita por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental da receita
		Código	Descrição	Corrigidas	no inicio do ano	Emitidas	Liquidadas	anuladas	Ano	Anos anteriores	Total	Emitidos	Pagos			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)	(14)	(15)=(12)-(14)	(16)=(6)+(7)-(9)-(12)	(17)=(15)/(5)*100
001	001	R.04.01.99.A0.00	EMOLUMENTOS TRIBUNAL	5.886.000,00	641.059,58	5.372.569,66	5.201.990,28	15.065,12	4.810.218,71	391.771,57	5.201.990,28	4.340,99	4.340,99	5.197.649,29	796.573,64	88,31
001	001	R.04.02.01.A0.00	JUROS DE MORA	500,00	0,00	3,30	3,30	0,00	3,30	0,00	3,30	0,00	0,00	3,30	0,00	0,66
001	001	R.05.03.01.10.30	CEDIC'S	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.07.01.02.A0.00	EDICOES DO TRIBUNAL	2.000,00	150,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,49	0,00
001	001	R.07.01.05.A0.00	VENDA DE BENS E SERV	2.000,00	0,00	455,48	455,48	0,00	455,48	0,00	455,48	0,00	0,00	455,48	0,00	22,77
001	001	R.07.02.05.A0.00	REEMBOLSOS-SERVICOS	500,00	563,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563,78	0,00
001	001	R.08.01.99.A0.00	OUTRAS RECEITAS CORR	30.000,00	35.238,35	31.181,13	45.215,55	11.844,26	24.339,05	20.876,50	45.215,55	48,14	48,14	45.167,41	9.359,65	150,56
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATI	2.000,00	236,81	1.227,42	1.227,42	0,00	1.227,42	0,00	1.227,42	0,00	0,00	1.227,42	236,81	61,37
Total medida			001	5.928.000,00	677.249,01	5.405.436,99	5.248.892,03	26.909,40	4.836.243,96	412.648,07	5.248.892,03	4.389,13	4.389,13	5.244.502,90	806.884,57	88,47
Total programa			001	5.928.000,00	677.249,01	5.405.436,99	5.248.892,03	26.909,40	4.836.243,96	412.648,07	5.248.892,03	4.389,13	4.389,13	5.244.502,90	806.884,57	88,47
Total Fonte Financiamento:			513	5.928.000,00	677.249,01	5.405.436,99	5.248.892,03	26.909,40	4.836.243,96	412.648,07	5.248.892,03	4.389,13	4.389,13	5.244.502,90	806.884,57	88,47

7.2 - Controlo Orçamental - Receita
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Frg (1)	Med (2)	Classificação económica Código (3)	Classificação económica Descrição (4)	Previsões Corrigidas (5)	Receitas por cobrar no inicio do ano (6)	Receitas Emitidas (7)	Receitas Liquidadas (8)	Receitas emitidas anuladas (9)	Receitas cobradas brutas Ano (10)	Receitas cobradas brutas Anos anteriores (11)	Receitas cobradas brutas Total (12)=(10)+(11)	Reembolsos e restituições Emitidos (13)	Reembolsos e restituições Pagos (14)	Receita cobrada liquida (15)=(12)-(14)	Receita por cobrar no final do ano (16)=(6)+(7)-(9)-(12)	Grau de execução orçamental da receita (17)=(15)/(5)*100
001	001	R.16.01.01.00.00	HA POSSE DO SERVIÇO	23.331.514,00	0,00	23.331.513,48	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	0,00	23.331.513,48	0,00	100,00
Total medida			001	23.331.514,00	0,00	23.331.513,48	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	0,00	23.331.513,48	0,00	100,00
Total programa			001	23.331.514,00	0,00	23.331.513,48	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	0,00	23.331.513,48	0,00	100,00
Total Fonte Financiamento:			522	23.331.514,00	0,00	23.331.513,48	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	23.331.513,48	0,00	0,00	23.331.513,48	0,00	100,00
Total Classificação Orgânica:			01 1 06 01 00	29.259.514,00	677.249,01	28.736.950,47	28.580.405,51	26.909,40	28.167.757,44	412.648,07	28.580.405,51	4.389,13	4.389,13	28.576.016,38	806.884,57	97,66
Total por Organismo:			5208	29.259.514,00	677.249,01	28.736.950,47	28.580.405,51	26.909,40	28.167.757,44	412.648,07	28.580.405,51	4.389,13	4.389,13	28.576.016,38	806.884,57	97,66

Relativamente ao levantamento das dotações do OE, através de PLC, foram criados dois códigos informáticos a título temporário - 99.99.99.01.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Correntes) e 99.99.99.02.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Capital), para contabilizar orçamentalmente estes movimentos.

O controlo do saldo de créditos libertos não é feito por tipo de despesa (correntes e capital). Assim, este mapa pode apresentar em determinado periodo valores de receita emitida inferiores aos valores de receita cobrada.

Lisboa, em 12 de março de 2021
O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira

Teresa Brito.

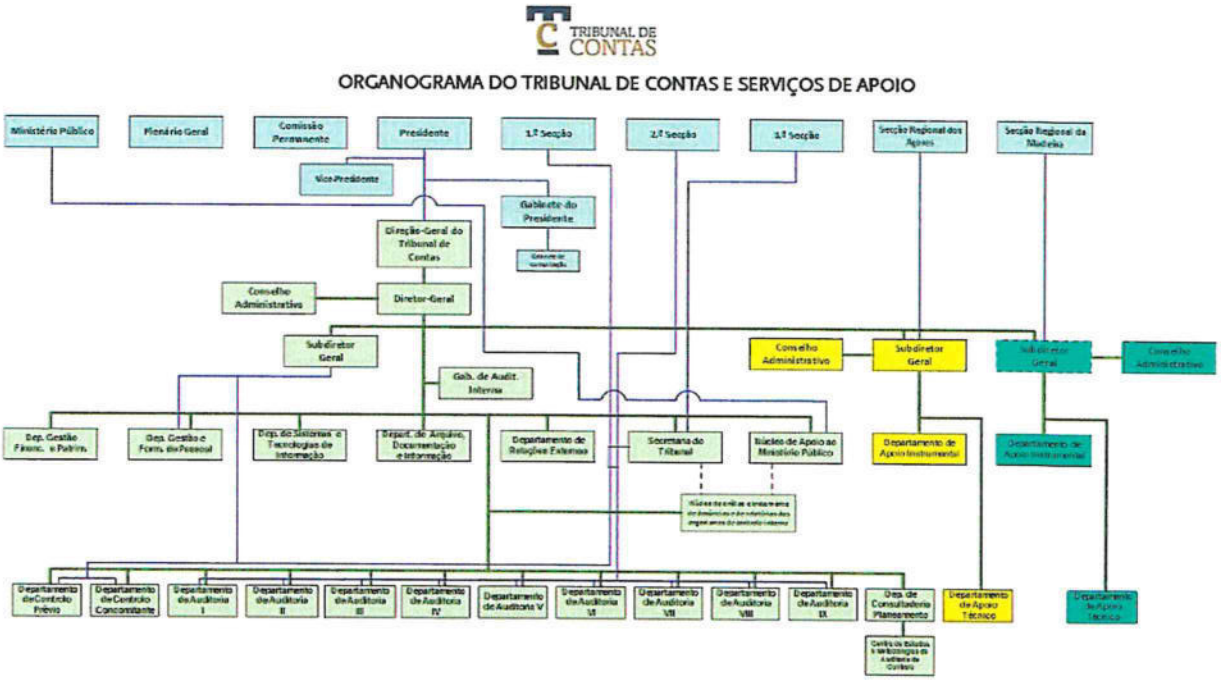
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Caracterização da Entidade

1.1. O Tribunal de Contas situa-se na Av. Barbosa du Bocage, 61 – 1069 – 045 Lisboa e dispõe de autonomia administrativa e financeira na parte referente às receitas próprias que integram o orçamento do Cofre Privativo do Tribunal de Contas – Sede, enquadrando-se no *Capítulo 06*, *Divisão 01*, *Subdivisão 00* – Tribunal de Contas – Sede.

1.2. A constituição, orgânica e funcionamento encontram-se definidos na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 87 – B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 04 de janeiro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro e 2/2012, de 6 de janeiro, 20/2015, de 9 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 2/2020, de 31 de março e 27-A/2020, de 24 de julho.

1.3. A estrutura organizacional é a que seguidamente se descrimina:



1.4. Nos termos do art.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, "O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efectiva responsabilidades por infracções financeiras".

1.5. Recursos humanos:

O número de efetivos reportado a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, é o que se apresenta seguidamente:

TRIBUNAL DE CONTAS

Grupo	Categoria	Quadro	Além-Quadro	Total
MAGISTRADOS	PRESIDENTE	1		1
	VICE-PRESIDENTE	1		1
	JUIZ CONSELHEIRO	14		14
			TOTAL	16

GABINETE DO PRESIDENTE

Cargo / Carreira / Categoria	Nº de postos de trabalho
CHEFE DE GABINETE	1
ADJUNTO DE GABINETE	2
SECRETÁRIO PESSOAL	2
TÉCNICO ESPECIALISTA	2
COORDENADOR DE APOIO	1
TOTAL	8

DIREÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

Cargo / Carreira / Categoria	Nº de postos de trabalho
DIRECTOR GERAL	1
SUBDIRECTOR GERAL	1
AUDITOR-COORDENADOR	11
DIRECTOR DE SERVICOS	4
AUDITOR-CHEFE	25
CHEFE DE DIVISAO	7
AUDITOR	22
CONSULTOR	8
TECNICO VERIFICADOR SUPERIOR	134
TECNICO VERIFICADOR	10
TECNICO SUPERIOR	67
INSPECTOR	8
ESPECIALISTA DE INFORMATICA	7
TECNICO DE INFORMATICA	12
ESCRITURARIO JUDICIAL	3
ASSISTENTE TECNICO	81
ASSISTENTE OPERACIONAL	17
TOTAL	418

1.6. O registo da atividade financeira é realizado informaticamente com disponibilização imediata de todo um conjunto de outputs (diários, balancetes, extratos de conta, entre outros);

Os documentos de despesa, de receita e de operações de tesouraria, bem como os processos que lhes deram origem, encontram-se arquivados na Divisão de Gestão Financeira e ordenados por número de autorização de pagamento e número de liquidação de receita, caso se refiram a despesa ou receita, respetivamente;

O sistema informático utilizado permite o registo nos termos do POCP, por ordem sequencial e cronológica;

Mensalmente são remetidos à Direção-Geral do Orçamento as Contas de Execução Orçamental, Registos de Alterações Orçamentais, Mapas de Encargos com o Pessoal e número de Efetivos, Revisão de Previsão Mensal de Execução e identificação de registos, Fundos disponíveis, compromissos, contas a pagar e pagamentos em atraso, sendo trimestralmente elaborado e remetido a esta entidade o Relatório de Execução Orçamental, o Balancete Patrimonial Analítico, o registo da Execução Financeira dos Contratos com Compromissos Plurianuais e informação relativa à Unidade de Tesouraria.

Os documentos que integram as demonstrações financeiras são elaborados por reporte a 31 de dezembro do ano a que respeitam, existindo a possibilidade de extração de dados de natureza económica e financeira por reporte a diversos períodos contabilísticos, designadamente, períodos mensais.

Não existe descentralização contabilística.

Lisboa, em 12 de março de 2021

O Conselho Administrativo

Sandra Pereira

Teresa Barb.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Notas ao balanço e à demonstração de resultados

2.3. Até 31 de dezembro de 2020 o ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com exceção dos bens constantes na conta *4.2.2. Edifícios e Outras Construções* e *4.2.4. Equipamento de Transporte*, os quais foram alvo de grandes reparações e beneficiações que aumentaram o seu valor real, não alterando, contudo, a sua vida útil, e dos bens constantes na conta *4.2.9. Outras Imobilizações Corpóreas* (Património Histórico), os quais se encontram registados por um valor resultante de avaliações.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a legislação em vigor.

Tendo os edifícios sido adquiridos em estado de uso e tendo-se efectuado algumas reparações e beneficiações, a taxa de amortização é calculada com base no período de vida útil esperado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VALOR DA AMORTIZAÇÃO A APLICAR} = \frac{\text{VALOR CONTABILÍSTICO}}{\text{Nº DE ANOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADO}}$$

O edifício situado na Avenida da República, n.º 65 encontra-se registado na proporção de 47,06% em nome de Cofre do Tribunal de Contas – Sede e na proporção de 52,94% em nome do Estado Português.

O Tribunal ocupa parte de um imóvel sito na Mouraria, cedido a título precário e gratuito pelo Ministério das Finanças, em 26 de janeiro de 1993, com a finalidade de instalação de arquivo.

No caso das grandes reparações, e até 31 de dezembro de 2005, as mesmas apenas eram amortizadas no ano seguinte à sua realização. A partir de janeiro de 2006, aplicam-se as regras dos bens do ativo imobilizado, em que no ano de ocorrência da grande reparação é aplicável o regime duodecimal, amortizando-se os meses decorridos entre a conclusão da reparação e o fim do exercício económico.

O Património Histórico não é amortizado.

No ano em que se verifica o início de utilização dos bens e no ano do respectivo abate é efectuada a amortização por duodécimos.

Desta forma, e relativamente aos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2005, era efectuada a amortização no valor correspondente ao número de meses contados desde a entrada em funcionamento do bem. No caso de se verificar o abate dos bens, num determinado ano, eram efectuadas amortizações no valor correspondente ao número de meses decorridos até ao mês de abate, inclusive.

A partir de 01 de janeiro de 2006, e devido à implementação do Sistema Integrado RIGORE (Rede Integrada de Gestão Orçamental e dos Recursos do Estado), sistema que actualmente é identificado por GeRFiP, os bens então adquiridos passaram a ser amortizados a partir da data de recepção do bem, incluindo o mês de aquisição. No caso de se verificar o abate do bem, as amortizações são calculadas no valor correspondente ao número de meses decorridos até ao mês do abate, exclusive. Este critério é aplicável, não só ao abate de bens adquiridos a partir de 2006, mas também aos bens cuja aquisição ocorreu em data anterior.

De acordo com a Portaria n.º 378/94 de 16 de junho, os bens inventariados de valor inferior a € 99,76 (20.000$00) adquiridos até 31/12/95 e os de valor inferior a € 199,52 (40.000$00) adquiridos depois de 01/01/96, são amortizados no ano de aquisição, conforme o estabelecido no n.º 1 do art.º 20.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, 12 de janeiro.

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 671/2000, e de acordo com o seu art.º 34.º, o presente montante foi actualizado para "...80% da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondado para o milhar de escudos ou unidades de euros inferior", o que se traduz:

Período	Euros
2000	229,45
2001	239,42
2002 a 2004	248,00
2005	253,00
2006	257,00
2007	261,00
2008	266,00
2009 a 2020	274,00

Até 31 de Dezembro de 2005, todos os bens inventariados faziam parte do Ativo Imobilizado, com excepção do material de cultura (*6.2.2.1.6. – Livros e Documentação Técnica*) e dos bens cujo registo era efectuado nas contas *6.2.2.1.5.1. – Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido - Inventariável* e *6.2.2.1.7.1. – Material de Escritório - Inventariável*, os quais eram considerados como custo do exercício em que foram adquiridos. A partir de 01 de janeiro de 2006, apenas são inventariáveis os bens cuja contabilização ocorre numa subconta da *Classe 4 – Imobilizações*.

Os bens de imobilizado obtido a título gratuito, são valorizados a preço de mercado, mediante informação prestada por entidades que efectuam a comercialização dos mesmos.

A partir de 2020, a contabilização dos bens de consumo em stock, bens adquiridos que não se destinam à venda, mas sim ao consumo interno, passou a ser reconhecida como custo diferido, deixando desta forma de ser registada como existências.

Importa, no entanto, referir que se mantêm em vigor todos os procedimentos até então associados a existências. Desta forma estes bens são valorizados e registados ao custo de compra, que se traduz na soma do preço de aquisição com os gastos suportados até o bem chegar ao armazém, em condições de ser consumido, e o método adotado para a saída de bens foi o custo médio ponderado.

No atinente à Revista do Tribunal de Contas cujas edições em suporte de papel, até ao exercício de 2019, se destinavam à venda importa referir que, em sessão do Conselho Administrativo de 7 de fevereiro de 2019, foi objeto de concordância e autorização a Informação n.º 111/19-DGFP-DAAG através da qual foi proposta a sua disponibilização *online* a título gratuito, deixando desta forma de constituir bem de economato. Através da Informação n.º 342/2020-DGFP-DGF, autorizada em 4 de setembro de 2020, procedeu-se ao abate dos exemplares existentes em armazém.

Foram feitas provisões para as receitas por arrecadar de emolumentos liquidados pelo Tribunal de Contas, os quais representam a sua principal fonte de receitas próprias. Para tal, apurou-se o montante de dívidas de contribuintes c/c em 31/12/2020, em mora há mais de 6 meses, relativamente às quais o devedor é uma entidade privada, constituindo-se provisão pela totalidade da dívida nessas condições.

Manteve-se inalterável a provisão constituída em 2009, referente a uma reclamação judicial que se encontra a aguardar decisão, e relativamente à qual foi efetuado um depósito prévio no valor correspondente à provisão, nos termos do n.º 4 do art.º 33.º-A do Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro.

2.7. e 2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, quer de aquisições quer de abates, assim como as respetivas amortizações, são os que se apresentam nos quadros em anexo, a saber:

Doc18_Anexo 1 – Ativo Imobilizado
Doc18_Anexo 2 – Aquisições
Doc18_Anexo 3 – Depreciações
Doc18_Anexo 4 – Abates
Doc18_Anexo 5 – Mapa de Amortizações
Doc18_Anexo 6 – Mapa Síntese de Movimentos de Imobilizado

2.17 O ponto n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2000, de 18 de maio, estipula que todos os serviços e fundos autónomos integrados na Tesouraria do Estado deverão garantir a transferência gradual das aplicações financeiras dos seus excedentes e disponibilidades de tesouraria para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, E.P.E (ex-Direcção-Geral do Tesouro).

Por despacho de Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Contas, de 8 de janeiro de 2001, foi autorizada a abertura de uma conta na Direção-Geral do Tesouro para este efeito, tendo o Conselho Administrativo deliberado a aplicação inicial de um montante de 4.489.181,07 euros (900.000.000$00) em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo – CEDIC, a qual foi sendo ajustada ao longo dos exercícios económicos seguintes.

Contabilisticamente, tal operação é registada na conta de Títulos Negociáveis, subconta *1.5.3.3. – Títulos de Dívida Pública.*

Em 31 de dezembro de 2020 a referida conta não apresenta qualquer valor registado como título negociável.

2.23. Foram consideradas de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros, com antiguidade superior a 6 meses, referentes não só a emolumentos liquidados pelo Tribunal de Contas, mas também as relativas à facturação da venda da Revista, relativamente às quais o devedor é uma entidade privada, constituindo-se provisão pela totalidade da dívida conforme já referido no ponto 2.3.

Assim, o valor de dívidas de cobrança duvidosa, em 31/12/2020, é o que se apresenta no quadro seguinte:

(em euros)

Dívidas de Cobrança Duvidosa		
Conta	**Designação**	**Valor**
2.1.8.1.1.	Clientes cobranças em atraso	125,63
2.1.8.1.2.	Contribuintes cobranças em atraso	94.181,38
Total da conta 2.1.8. – Clientes/Cont./Ut. Cobrança Duvidosa		**94.307,01**

2.24. O valor global dos encargos da Instituição, em 31/12/2020, perante o seu pessoal refere-se, designadamente, ao montante de férias e subsídio de férias do suplemento por disponibilidade permanente cujo direito se adquiriu em 2020, mas que apenas constituirão despesa no ano de 2020, bem como aos respetivos encargos sociais, tendo-se efetuado as correspondentes estimativas em 2020, na conta *2.7.3.2. – Remunerações a liquidar.*

(em euros)

Dívidas Passivas referentes ao Pessoal	
Descrição	**Cofre**
Férias e Sub. Férias – SDP	127.243,21
Caixa Geral de Aposentações	27.058,70
Segurança Social	3.161,56
Total	**157.463,47**

Para além das situações anteriormente descritas foram ainda estimados os encargos decorrentes de despesas com transporte de pessoal, no total de 478,48 euros, na conta *2.7.3.9.3 – Custos com o Pessoal.*

2.31 O desenvolvimento das provisões constantes do balanço do Tribunal de Contas em 31/12/2020, e que se apresenta Doc18_2020_Anexo7_Mapa das Provisões Acumuladas, refere-se às dívidas de clientes e contribuintes em mora há mais de 6 meses para os quais o devedor é uma entidade privada e ao valor da provisão referente a recursos judiciais.

Refira-se ainda a existência de recursos pendentes de decisão judicial que, por impossibilidade de estimativa dos seus efeitos ou por probabilidade reduzida de decisão desfavorável ao Tribunal de Contas, não foram provisionados.

Conformo o descrito no ponto 2.3 disponibilização *online* a título gratuito ad Revista do Tribunal de Contas, através da Informação n.º 342/2020-DGFP-DGF, autorizada em 4 de setembro de 2020, procedeu-se ao abate dos exemplares existentes em armazém, e consequente regularização do montante 9.114,80 euros, de provisionado em anos anteriores.

A alteração de politica contabilística realizada, nos termos do Decreto-lei n.º 232/97, de 3 de setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e no seguimento da Release Note da eSPap de julho de 2020, pela qual a contabilização dos bens de consumo em stock, bens adquiridos que não se destinam à venda, mas sim ao consumo interno, passou a ser reconhecida como custo diferido, deixando desta forma de ser registada como existências. Esta situação originou igualmente a transferência de 20.606,47 euros para a conta 2729900002 - Acrescr. Difer-Provisões Consumíveis.

2.32 A conta *5.7.6. – Doações*, apresenta um saldo credor de 68.291,41 euros, o qual corresponde a bens do ativo imobilizado transferido para o Cofre Privativo a custo zero, e posteriormente valorizados a preços de mercado pelas entidades que procederam à sua cedência.

No decurso de 2020, esta conta não sofreu acréscimo por novas doações ocorridas no ano económico em curso, mas registou uma redução no valor total de 307,33 euros na sequência do registo de amortizações registadas no ano em curso efetuadas aos bens doados e regularização do abate de um bem, por contrapartida da conta *798 – Proveitos e Ganhos Extraordinários*.

A conta *5.9. – Resultados Transitados* registou um crédito de 412.976,43 euros pela transferência do resultado líquido de 2019.

2.37 A demonstração dos resultados financeiros é a que se apresenta em Doc18_2020_Anexo 8 – DR Financeiros.

2.38 A demonstração dos resultados extraordinários é a que se apresenta em Doc18_2020_Anexo 09 – DR Extraordinários

2.39 O resultado líquido de 2020 será integrado, no início de 2021, na conta *5.9. – Resultados Transitados.*

Relativamente à Pandemia Covid-19, foram já divulgados no ponto 2 do Relatório de Gestão, os respetivos riscos, plano de contingência, medidas, impactos e incertezas, sendo convicção da Conselho Administrativo de que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes do subsequente agravamento da Pandemia no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações do Tribunal de Contas – Cofre Privativo.

Lisboa, em 12 de março de 2021

O Conselho Administrativo

Sandra Pereira

Luísa Dias.

Campo de seleção	Valor
Empresa	5208
Data de relatório	31.12.2020
Área de avaliação 1	01
Variante ordenação	0001
	X
Utilizar ALV grid control	X

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Divisão	X		X
Item de balanço	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	23
Lnhs.totais determinadas	25

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Denominação	ValAquis.	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
	5208		1.1.2.3.1	4330000000	43300000	Propried Industrial	645 600,60	628 893,50-	16 707,10	EUR
	5208		1.1.2.3.1	4330000000	43390000	Pr. Ind. e Out. BVal	3 504,02	3 504,02-	0,00	EUR
*	5208		1.1.2.3.1	4330000000			649 104,62	632 397,52-	16 707,10	EUR
**	5208		1.1.2.3.1				649 104,62	632 397,52-	16 707,10	EUR
	5208		1.1.3.1.1	4210000000	42100000	Out Ter e O. Rec Nat	1 190 879,98	0,00	1 190 879,98	EUR
*	5208		1.1.3.1.1	4210000000			1 190 879,98	0,00	1 190 879,98	EUR
**	5208		1.1.3.1.1				1 190 879,98	0,00	1 190 879,98	EUR
	5208		1.1.3.2.1	4221000000	42200001	Habit e Ed p/ Serv	7 076 942,73	5 207 890,22-	1 869 052,51	EUR
*	5208		1.1.3.2.1	4221000000			7 076 942,73	5 207 890,22-	1 869 052,51	EUR
**	5208		1.1.3.2.1				7 076 942,73	5 207 890,22-	1 869 052,51	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42310000	Outro Eq Básico	2 081 762,18	2 071 743,98-	10 018,20	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42320000	Eq. Básico - Escrit.	124 399,13	124 399,13-	0,00	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42340000	Eq. Básico - Outros	512 734,58	512 734,58-	0,00	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42390000	Eq. Básico - Baixo V	101 228,00	101 228,00-	0,00	EUR
*	5208		1.1.3.3.1	4230000000			2 820 123,89	2 810 105,69-	10 018,20	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4231000000	42310001	Eq Inform e Telecomu	704 319,12	230 170,77-	474 148,35	EUR
*	5208		1.1.3.3.1	4231000000			704 319,12	230 170,77-	474 148,35	EUR
**	5208		1.1.3.3.1				3 524 443,01	3 040 276,46-	484 166,55	EUR
	5208		1.1.3.4.1	4240000000	42411000	Eq Transp-Outros	28 959,99	28 959,99-	0,00	EUR
*	5208		1.1.3.4.1	4240000000			28 959,99	28 959,99-	0,00	EUR
**	5208		1.1.3.4.1				28 959,99	28 959,99-	0,00	EUR
	5208		1.1.3.5.1	4250000000	42510000	Ferramentas e Uten.	1 850,30	1 850,30-	0,00	EUR
	5208		1.1.3.5.1	4250000000	42520000	Ferr. Uten. Baixo V.	4 958,94	4 958,94-	0,00	EUR
*	5208		1.1.3.5.1	4250000000			6 809,24	6 809,24-	0,00	EUR
**	5208		1.1.3.5.1				6 809,24	6 809,24-	0,00	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42610000	Eq Administ-Outros	32 642,68	23 566,81-	9 075,87	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42620000	Eq. Adm. - Escr. Rep	1 606 371,44	1 599 440,18-	6 931,26	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42640000	Eq. Adm. - Outros	532 424,84	518 216,14-	14 208,70	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42690000	Eq. Adm. - Baixo Val	279 241,55	279 241,55-	0,00	EUR
*	5208		1.1.3.6.1	4260000000			2 450 680,51	2 420 464,68-	30 215,83	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4261000000	42600001	Informát e Telecomun	17 782,22	6 161,73-	11 620,49	EUR
*	5208		1.1.3.6.1	4261000000			17 782,22	6 161,73-	11 620,49	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4262000000	42600002	Escritório e Reprogr	3 643,75	845,21-	2 798,54	EUR

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Denominação	ValAquis.	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
*	5208		1.1.3.6.1	4262000000			3 643,75	845,21-	2 798,54	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4263000000	42600003	Mobil Escrit, Arqui	20 774,55	4 960,06-	15 814,49	EUR
*	5208		1.1.3.6.1	4263000000			20 774,55	4 960,06-	15 814,49	EUR
**	5208		1.1.3.6.1				2 492 881,03	2 432 431,68-	60 449,35	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290000000	42910000	Ati Fix Tang-Outros	118 972,73	544,06-	118 428,67	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290000000			118 972,73	544,06-	118 428,67	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290100000	42910001	Eq Ofic e Reparações	153,99	10,27-	143,72	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290100000			153,99	10,27-	143,72	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290200000	42910002	Eq Dec Con, Ut Comum	5 458,61	2 171,14-	3 287,47	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290200000			5 458,61	2 171,14-	3 287,47	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290300000	42910003	Eq Indiv p/Fins Espe	534,80	534,80-	0,00	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290300000			534,80	534,80-	0,00	EUR
**	5208		1.1.3.9.1				125 120,13	3 260,27-	121 859,86	EUR
***	5208						15 095 140,73	11 352 025,38-	3 743 115,35	EUR
****	5208						15 095 140,73	11 352 025,38-	3 743 115,35	EUR

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	7
Lnhs.totais determinadas	8

13.98
207

Empr	CtaBal.CAP	Classe	Aquis.	DprN	Dpr.esp.	Moeda
5208	4231000000	42310001 Eq Inform e Telecomu	253 698,07	28 346,89-	0,00	EUR
* 5208	4231000000		253 698,07	28 346,89-	0,00	EUR
5208	4260000000	42610000 Eq Administ-Outros	1 337,81	80,59-	0,00	EUR
* 5208	4260000000		1 337,81	80,59-	0,00	EUR
5208	4261000000	42600001 Informát e Telecomun	2 980,15	644,27-	0,00	EUR
* 5208	4261000000		2 980,15	644,27-	0,00	EUR
5208	4262000000	42600002 Escritório e Reprogr	921,27	95,97-	0,00	EUR
* 5208	4262000000		921,27	95,97-	0,00	EUR
5208	4263000000	42600003 Mobil Escrit, Arqui	578,22	18,84-	0,00	EUR
* 5208	4263000000		578,22	18,84-	0,00	EUR
5208	4290100000	42910001 Eq Ofic e Reparações	153,99	10,27-	0,00	EUR
* 5208	4290100000		153,99	10,27-	0,00	EUR
5208	4290200000	42910002 Eq Dec Con, Ut Comum	1 114,68	199,76-	0,00	EUR
* 5208	4290200000		1 114,68	199,76-	0,00	EUR
**5208			260 784,19	29 396,59-	0,00	EUR

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Divisão	X		X
Item de balanço	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	25
Lnhs.totais determinadas	28

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
	5208		1.1.2.3.1	4330000000	43300000 Propried Industrial	645 600,60	625 495,44-	20 105,16	EUR
						0,00	3 398,06-		
						0,00	0,00	16 707,10	
	5208		1.1.2.3.1	4330000000	43390000 Pr. Ind. e Out. BVal	3 504,02	3 504,02-	0,00	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	
*	5208		1.1.2.3.1	4330000000		649 104,62	628 999,46-	20 105,16	EUR
						0,00	3 398,06-		
						0,00	0,00	16 707,10	
**	5208		1.1.2.3.1			649 104,62	628 999,46-	20 105,16	EUR
						0,00	3 398,06-		
						0,00	0,00	16 707,10	
	5208		1.1.3.1.1	4210000000	42100000 Out Ter e O. Rec Nat	1 190 879,98	0,00	1 190 879,98	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	1 190 879,98	
*	5208		1.1.3.1.1	4210000000		1 190 879,98	0,00	1 190 879,98	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	1 190 879,98	
**	5208		1.1.3.1.1			1 190 879,98	0,00	1 190 879,98	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	1 190 879,98	
	5208		1.1.3.10	4420000000	44200000 Ati Fixos Tang Curso	0,00	0,00	0,00	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	
*	5208		1.1.3.10	4420000000		0,00	0,00	0,00	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	
**	5208		1.1.3.10			0,00	0,00	0,00	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	
	5208		1.1.3.2.1	4220000000	42200000 Ed Out Cons-Outros	0,00	0,00	0,00	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	
*	5208		1.1.3.2.1	4220000000		0,00	0,00	0,00	EUR
						0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
	5208		1.1.3.2.1	4221000000	42200001 Habit e Ed p/ Serv	7 076 942,73 0,00 0,00	4 938 112,77- 269 777,45- 0,00	2 138 829,96 1 869 052,51	EUR
*	5208		1.1.3.2.1	4221000000		7 076 942,73 0,00 0,00	4 938 112,77- 269 777,45- 0,00	2 138 829,96 1 869 052,51	EUR
**	5208		1.1.3.2.1			7 076 942,73 0,00 0,00	4 938 112,77- 269 777,45- 0,00	2 138 829,96 1 869 052,51	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42310000 Outro Eq Básico	2 110 564,87 28 802,69- 0,00	2 043 024,16- 57 522,51- 28 802,69	67 540,71 10 018,20	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42320000 Eq. Básico - Escrit.	124 399,13 0,00 0,00	124 399,13- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42340000 Eq. Básico - Outros	512 734,58 0,00 0,00	512 734,58- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4230000000	42390000 Eq. Básico - Baixo V	104 037,56 2 809,56- 0,00	104 037,56- 0,00 2 809,56	0,00 0,00	EUR
*	5208		1.1.3.3.1	4230000000		2 851 736,14 31 612,25- 0,00	2 784 195,43- 57 522,51- 31 612,25	67 540,71 10 018,20	EUR
	5208		1.1.3.3.1	4231000000	42310001 Eq Inform e Telecomu	450 621,05 253 698,07 0,00	88 511,06- 141 659,71- 0,00	362 109,99 474 148,35	EUR
*	5208		1.1.3.3.1	4231000000		450 621,05 253 698,07 0,00	88 511,06- 141 659,71- 0,00	362 109,99 474 148,35	EUR
**	5208		1.1.3.3.1			3 302 357,19 222 085,82 0,00	2 872 706,49- 199 182,22- 31 612,25	429 650,70 484 166,55	EUR
	5208		1.1.3.4.1	4240000000	42411000 Eq Transp-Outros	28 959,99 0,00 0,00	28 959,99- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
*	5208		1.1.3.4.1	4240000000		28 959,99 0,00 0,00	28 959,99- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
**	5208		1.1.3.4.1			28 959,99 0,00 0,00	28 959,99- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	5208		1.1.3.5.1	4250000000	42510000 Ferramentas e Uten.	1 850,30 0,00 0,00	1 850,30- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	5208		1.1.3.5.1	4250000000	42520000 Ferr. Uten. Baixo V.	4 958,94 0,00 0,00	4 958,94- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
*	5208		1.1.3.5.1	4250000000		6 809,24 0,00 0,00	6 809,24- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
**	5208		1.1.3.5.1			6 809,24 0,00 0,00	6 809,24- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42610000 Eq Administ-Outros	31 304,87 1 337,81 0,00	19 591,05- 3 975,76- 0,00	11 713,82 9 075,87	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42620000 Eq. Adm. - Escr. Rep	1 606 779,66 408,22- 0,00	1 597 629,94- 2 218,46- 408,22	9 149,72 6 931,26	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42640000 Eq. Adm. - Outros	532 424,84 0,00 0,00	509 872,16- 8 343,98- 0,00	22 552,68 14 208,70	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4260000000	42690000 Eq. Adm. - Baixo Val	279 948,41 706,86- 0,00	279 948,41- 0,00 706,86	0,00 0,00	EUR
*	5208		1.1.3.6.1	4260000000		2 450 457,78 222,73 0,00	2 407 041,56- 14 538,20- 1 115,08	43 416,22 30 215,83	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4261000000	42600001 Informât e Telecomun	14 802,07 2 980,15 0,00	1 816,95- 4 344,78- 0,00	12 985,12 11 620,49	EUR
*	5208		1.1.3.6.1	4261000000		14 802,07 2 980,15 0,00	1 816,95- 4 344,78- 0,00	12 985,12 11 620,49	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4262000000	42600002 Escritório e Reprogr	2 722,48 921,27 0,00	408,92- 436,29- 0,00	2 313,56 2 798,54	EUR

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
*	5208		1.1.3.6.1	4262000000		2 722,48 921,27 0,00	408,92- 436,29- 0,00	2 313,56 2 798,54	EUR
	5208		1.1.3.6.1	4263000000	42600003 Mobil Escrit, Arqui	20 196,33 578,22 0,00	2 416,72- 2 543,34- 0,00	17 779,61 15 814,49	EUR
*	5208		1.1.3.6.1	4263000000		20 196,33 578,22 0,00	2 416,72- 2 543,34- 0,00	17 779,61 15 814,49	EUR
**	5208		1.1.3.6.1			2 488 178,66 4 702,37 0,00	2 411 684,15- 21 862,61- 1 115,08	76 494,51 60 449,35	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290000000	42910000 Ati Fix Tang-Outros	118 972,73 0,00 0,00	356,48- 187,58- 0,00	118 616,25 118 428,67	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290000000		118 972,73 0,00 0,00	356,48- 187,58- 0,00	118 616,25 118 428,67	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290100000	42910001 Eq Ofic e Reparações	0,00 153,99 0,00	0,00 10,27- 0,00	0,00 143,72	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290100000		0,00 153,99 0,00	0,00 10,27- 0,00	0,00 143,72	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290200000	42910002 Eq Dec Con, Ut Comum	4 343,93 1 114,68 0,00	1 193,68- 977,46- 0,00	3 150,25 3 287,47	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290200000		4 343,93 1 114,68 0,00	1 193,68- 977,46- 0,00	3 150,25 3 287,47	EUR
	5208		1.1.3.9.1	4290300000	42910003 Eq Indiv p/Fins Espe	534,80 0,00 0,00	534,80- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
*	5208		1.1.3.9.1	4290300000		534,80 0,00 0,00	534,80- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR

Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
**	5208	1.1.3.9.1			123 851,46 1 268,67 0,00	2 084,96- 1 175,31- 0,00	121 766,50 121 859,86	EUR
***	5208				14 867 083,87 228 056,86 0,00	10 889 357,06- 495 395,65- 32 727,33	3 977 726,81 3 743 115,35	EUR
****5208					14 867 083,87 228 056,86 0,00	10 889 357,06- 495 395,65- 32 727,33	3 977 726,81 3 743 115,35	EUR

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	4
Lnhs.totais determinadas	3

Empr	CtaBal.CAP	Classe	Receita baixa Custos baixa	Baixa deprec. Prejuízo	Baixa val.cont. Ganho	Moeda
5208	4230000000	42310000 Outro Eq Básico	28 802,69- 0,00 0,00	28 802,69 0,00	0,00 0,00	EUR
5208	4230000000	42390000 Eq. Básico - Baixo V	2 809,56- 0,00 0,00	2 809,56 0,00	0,00 0,00	EUR
* 5208	4230000000		31 612,25- 0,00 0,00	31 612,25 0,00	0,00 0,00	EUR
5208	4260000000	42620000 Eq. Adm. - Escr. Rep	408,22- 0,00 0,00	408,22 0,00	0,00 0,00	EUR
5208	4260000000	42690000 Eq. Adm. - Baixo Val	706,86- 0,00 0,00	706,86 0,00	0,00 0,00	EUR
* 5208	4260000000		1 115,08- 0,00 0,00	1 115,08 0,00	0,00 0,00	EUR
**5208			32 727,33- 0,00 0,00	32 727,33 0,00	0,00 0,00	EUR

Organismo:5208 TC - Sede
Exercício:2020
Unidade Monetária: EUR

8.2.7 - Mapa de Amortizações e Provisões
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu | Tipo de moeda 10 Moeda da empresa

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo acumulado
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras construções e infra-estruturas	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Infra-estruturas e equip.natureza milita	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Bens patrim. hist. artíst. e cultural	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros bens de domínio público	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Imobilizações em curso	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Adiantamentos por conta bens dom.público	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Propriedade industrial e outros direitos	628 999,46 EUR	3 398,06 EUR	0,00 EUR	632 397,52 EUR
	628 999,46 EUR	3 398,06 EUR	0,00 EUR	632 397,52 EUR
De investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções	4 938 112,77 EUR	269 777,45 EUR	0,00 EUR	5 207 890,22 EUR
Equipamento básico	2 872 706,49 EUR	199 182,22 EUR	31 612,25 EUR	3 040 276,46 EUR
Equipamento de transporte	28 959,99 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	28 959,99 EUR
Ferramentas e utensílios	6 809,24 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	6 809,24 EUR
Equipamento administrativo	2 411 684,15 EUR	21 862,61 EUR	1 115,08 EUR	2 432 431,68 EUR
Taras e vasilhame	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras imobilizações corpóreas	2 084,96 EUR	1 175,35 EUR	0,04 EUR	3 260,27 EUR
	10 260 357,60 EUR	491 997,63 EUR	32 727,37 EUR	10 719 627,86 EUR
De investimentos financeiros:				
Partes de capital	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Obrigações e títulos de participação	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Títulos da dívida pública	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros títulos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Fundos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Total	10 889 357,06 EUR	495 395,69 EUR	32 727,37 EUR	11 352 025,38 EUR

ANO 2021

Período de 01 a 12

CIGE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.S) -

P 4

ENTIDADE: EGE

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 - 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10-11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1010301	Escritórios	47 250,38	43 618,43							11 812,60	25 444,55	11 812,60	47 250,38	31 805,83		11 812,60-
1010302	Computadores	277 909,32	28 874,75	41 106,68			41 106,68	13 739,54		16 537,45	252 434,48	30 274,99	305 276,38	52 643,90	27 369,06	24 569,15
1010303	Equipamento de rede	215 412,98	73 811,47	48 780,95			48 780,95			28 760,40	270 361,91	28 760,40	264 193,93	93 832,02	48 780,95	20 020,55
1010304	Equipamento de Switching	274 028,65	97 588,64	19 668,98			19 668,98			39 987,66	216 427,03	39 987,66	293 717,63	77 289,96	19 668,98	20 298,68-
1010305	Gravadores de CD-ROM	1 473,78	112,00							29,20	1 392,98	29,20	1 473,78	82,80		29,20-
1010306	HUB	1 320,57									1 320,57		1 320,57			
1010307	Impressoras	20 285,98	1 395,21	614,14			614,14	1 628,02		631,72	17 892,38	2 259,74	19 270,02	1 377,64	1 013,88-	17,57-
1010308	Leitores de CD-ROM	2 902,94									2 902,94		2 902,94			
1010309	Leitores ópticos	1 678,90	558,89	209,10			209,10			181,02	1 360,93	181,02	1 888,00	587,07	209,10	26,08
TOTAL A TRANSPORTAR		844 260,82	245 269,49	110 599,77	0,00	0,00	110 599,77	15 367,56	0,00	97 940,04	681 675,82	113 305,60	939 295,03	257 619,22	95 034,21	12 459,73

Ano 1630

Período de 01 a 12

CISE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - IC - Sede

ENTIDADE AFECTADÉRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
TÍPICOS	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1010110	Microcomputadores	12 126,66									12 126,66		12 126,66			
1010111	Minicomputadores	91 727,79									91 727,79		91 727,79			
1010112	Modems	8 225,84						1 522,00			6 703,84	1 522,00	6 703,84		1 522,00-	
1010113	Monitores	87 988,81	12 957,28	25 830,00			25 830,00	2 727,10		5 723,11	77 967,56	8 450,21	111 091,71	33 184,17	23 102,90	20 106,89
1010114	Multiplexores	268,87									268,87		268,87			
1010115	Outros periféricos	45 822,29	23 348,58	4 372,81			4 372,81	494,31		8 025,45	28 014,85	8 509,76	47 713,79	19 695,94	1 888,50	3 652,64-
1010116	PC portátein	325 548,67	69 854,05	6 455,11			6 455,11	9 141,67		33 688,16	288 201,11	42 829,83	323 062,11	42 861,00	2 486,56-	27 013,05-
1010119	Router	38 855,68	503,85							431,19	37 983,82	431,19	38 855,68	71,86		431,19-
1010120	Scanners (digitalizador e imagem)	109 484,54	5 452,82	1 702,69			1 702,69	3 019,63		2 554,34	98 486,65	4 573,97	108 087,60	4 660,55	327,54-	952,27-
1010121	Teclados	7 440,53		393,60			393,60	236,81		16,40	7 220,32	253,21	7 597,32	377,20	156,79	377,20
TOTAL A TRANSPORTAR		1 562 834,50	357 355,27	149 353,38	0,00	0,00	149 353,38	11 497,88	0,00	148 376,71	1 523 396,66	159 875,79	1 680 726,82	356 329,94	117 856,30	974,67

ANO 2020

Período de 01 a 12

CISE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede
ENTIDADE ABECTATÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA 10.E1 -

F 4

ENTIDADE: DIS

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	REAVALIAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1010124	Unidades de banda	10 872,03									10 872,03		10 872,03			
1010125	Unidades centrais de processamento	28 183,60	19 961,85							6 303,75	14 525,50	6 303,75	28 183,60	13 656,10		6 303,75-
1010127	Unidades de disco	21 829,79	14 774,29	43 497,80			43 497,80	31,46		8 814,14	15 928,26	8 845,60	65 336,13	49 457,67	43 466,34	34 683,64
1010199	Outro equipamento informático	851 115,26	38 257,61	63 827,04			63 827,04	181,15		37 296,00	969 972,52	37 477,15	1 914 761,17	64 788,65	63 645,89	26 531,04
1010201	Compiladores	1 383,80									1 383,80		1 383,80			
1010202	Sistemas operativos	81 704,55									81 704,55		81 704,55			
1010203	Software de aplicação	394 939,43									394 939,43		394 939,43			
1010204	Software de base	155 380,32									155 380,32		155 380,32			
1010205	Software de comunicações	4 826,11									4 826,11		4 826,11			
1010206	Software de gestão de rede	32 360,66									32 360,66		32 360,66			
TOTAL A TRANSPORTAR		3 295 546,27	430 148,96	256 678,22	0,00	0,00	256 678,22	31 769,49	0,00	208 792,42	2 974 260,24	232 502,31	3 460 514,80	486 234,56	224 968,53	55 885,60

CIBE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - IC - Sede
ENTIDADE AFECTADÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES: DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES: ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1010207	Software de rede	38 722,02									38 722,02		38 722,02			
1010299	Outros softwares	43 187,96									43 187,96		43 187,96			
1020102	Central telefónica (PPCR)	259 891,16									259 891,16		259 891,16			
1020106	Equipamento radiocomunicações/segurança de vida	5 794,35	1 084,11							871,16	5 581,39	871,16	5 794,35	212,96		871,15-
1020108	Equipamento de registo e reprodução de som	1 367,56	485,32							100,42	932,66	100,42	1 367,56	384,90		100,42-
1020109	Equipamento de supervisão e controlo	3 806,85									3 806,85		3 806,85			
1020112	Telecopiadores (fax)	7 891,37									7 891,37		7 891,37			
1020113	Telefones	5 971,19									5 971,19		5 971,19			
1020124	Telemóveis	5 163,20	263,35							56,75	5 036,60	56,75	5 163,20	168,60		56,75-
1020199	Outro mat.,aparelhos,utensílios,instal aeo especif	293 300,42	10 567,25							3 540,79	286 273,96	3 540,79	293 300,42	7 026,46		3 540,79-
TOTAL A TRANSPORTAR		3 899 882,39	462 668,93	356 678,22	0,00	0,00	356 678,22	31 709,69	0,00	205 361,73	3 630 845,44	237 071,42	4 224 850,92	494 005,48	324 968,53	31 336,49

ANO 2018

Período de 01 a 12

CDSE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA 10.01 -

P 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS (e)	TOTAL	ABATES (m)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-13)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1030101	Armários	655 847,88	3 153,50							580,60	665 274,98	580,60	655 847,88	2 572,90		580,60-
1030102	Bancos	61,80									61,80		61,80			
1030104	Blocos de gavetas	102 824,48	3 824,36							554,04	99 454,16	554,04	102 824,48	3 378,32		554,04-
1030105	Cadeiras	249 587,13	4 466,58	332,22			332,22	783,26		725,38	239 453,19	1 518,56	245 526,09	4 073,80	461,84-	393,08-
1030106	Cofres	11 100,76	1 936,75							369,00	9 472,01	369,00	11 100,76	1 629,75		369,00-
1030107	Divisórias amovíveis	9 433,34		246,00			246,00			15,38	9 448,72	15,38	9 679,34	230,62	246,00	230,62
1030108	Estantes	493 595,16	950,62							170,22	492 814,96	170,22	493 595,16	780,20		170,22-
1030109	Ficheiros	5 286,94									5 286,94		5 286,94			
1030110	Mesas	83 991,22	154,29					45,13		63,84	83 855,58	108,97	83 945,93	90,45	45,13-	63,84-
1030111	Platarde	1 344,15	893,62							156,05	587,14	156,05	1 344,15	636,97		156,05-
TOTAL A TRANSPORTAR		5 527 355,15	458 330,11	257 256,44	0,00	0,00	257 256,44	32 548,08	0,00	207 996,16	5 234 472,92	240 544,24	5 742 063,51	597 590,59	224 708,36	49 260,24

ANO 2024

Período de 01 a 12

CIDE

MAPA SÍNTESE

DOE

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE AFECTADORA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (Q.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO LEGAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
										AMORTIZAÇÕES						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	DO EXERCÍCIO (g)	ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1030122	Secretárias	217 334,95	6 860,66							1 161,73	213 474,09	1 161,73	217 334,95	6 860,66		1 161,73-
1030115	Sofás	39 301,47									39 301,47		39 301,47			
1030259	Outro mobiliário	34 736,48	2 590,72							382,04	32 145,76	382,04	34 736,48	2 590,72		382,04-
1030202	Aquecedores	46,10									46,10		46,10			
1030203	Datadores/carimbadores	11 161,20									11 161,20		11 161,20			
1030204	De calcular	6 112,63									6 112,63		6 112,63			
1030206	De escrever	860,68									860,68		860,68			
1030209	Furadores	1 976,74									1 976,74		1 976,74			
1030210	Selos brancos e etiquetas	4 337,16									4 337,16		4 337,16			
1030211	Outras máquinas e aparelhos	13 705,16	2 832,91	921,27			921,27			584,97	11 457,16	584,97	14 626,33	3 169,32	921,27	336,59
TOTAL A TRANSPORTAR		5 846 867,68	472 170,57	258 177,71	0,00	0,00	258 177,71	32 568,66	0,00	210 144,90	5 552 285,93	242 692,98	6 072 497,33	520 211,38	225 629,63	48 082,91

ANO 2020

Período de 01 a 12

CISE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Code

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	CUSTOS REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1030293	Outro equipamento e materi Lal de escritório	13 426,90	543,37	276,60			276,60			83,93	12 967,46	83,93	13 703,50	736,04	276,60	192,67
1030301	Fotocopiadoras	32,57									32,57		32,57			
1030303	Guilhotinas	20 439,33									20 439,33		20 439,33			
1030305	Máquinas de encadernar	8 648,86									8 648,86		8 648,86			
1030399	Outro equipamento de repr ografia	28 712,80									28 712,80		28 712,80			
1040201	Aparelho de ensaio de pro priedades físicas	511,92									511,92		511,92			
1040508	Desumidificadores	1 117,08									1 117,08		1 117,08			
1040521	Termómetros	163,41									163,41		163,41			
1040526	Termo-higrómetros	40,98									40,98		40,98			
1040599	Outros instrumentos de uso específico	6 985,58	703,48							187,58	6 469,74	187,58	6 985,58	515,82		187,58-
TOTAL A TRANSPORTAR		5 926 936,21	473 625,34	258 454,31	0,00	0,00	258 454,31	32 548,08	0,00	210 416,41	5 631 378,20	242 964,49	6 152 842,44	521 463,24	225 906,23	48 837,90

Ano 2020

Período de 01 a 12

CIGE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE AFECTADORA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (C.O.) -

P 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1040611	Estojos	180,81									180,81		180,81			
1040612	Flashes	301,71									301,71		301,71			
1040616	Máquinas de filmar	1 616,22	666,93							323,24	1 060,54	323,24	1 616,22	565,69		323,24-
1040619	Máquinas fotográficas	662,82									662,82		662,82			
1040622	Objectivas, lentes e demais	1 353,01									1 353,01		1 353,01			
1040627	Tripés	510,45	280,75							102,09	331,79	102,09	510,45	178,66		102,09-
1040699	Outro equipamento e material de uso específico	624,82									624,82		624,82			
1040835	Relógios	492,77									492,77		492,77			
1040901	Balanças	995,71									995,71		995,71			
1050102	Pequeno material de cuidados	66,40									66,40		66,40			
TOTAL A TRANSPORTAR		5 933 748,33	474 595,01	258 454,31	0,00	0,00	258 454,31	32 548,58	0,00	110 842,74	5 437 438,78	243 369,82	6 159 644,06	522 287,58	225 986,23	47 632,57

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DCE

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE APECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

P 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1060299	Outro equipamento e utensílios de uso específico	122,88									122,88		122,88			
1060301	Amplificadores	933,75									933,75		933,75			
1060302	Auto-rádios	897,84									897,84		897,84			
1060303	Colunas para reprodução do som	3 606,59	1 650,25							366,72	2 323,05	366,72	3 606,59	1 283,53		366,72-
1060304	Comandos à distância	506,82									506,82		506,82			
1060307	Ecrãs	22 143,64	12 681,79							3 600,51	13 142,36	3 600,51	22 143,64	9 081,28		3 600,51-
1060310	Gravadores	866,18									866,18		866,18			
1060311	Gravadores/reprodutores	2 915,42	226,80							226,80	2 015,42	226,80	2 015,42			226,80-
1060314	Projectores diversos	16 280,31	1 966,25							731,07	15 026,13	731,07	16 280,31	1 255,18		731,07-
1060317	Sistemas de videocassetteo	1 526,72									1 526,72		1 526,72			
TOTAL A TRANSPORTAR		5 982 695,37	491 260,10	358 454,31	0,00	0,00	358 454,31	32 548,98	0,00	215 766,84	5 674 793,93	248 334,92	6 308 541,51	533 767,57	225 996,23	42 507,47

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOC

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - IC - Sede

ENTIDADE AFECTADÉRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO DGPAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1060318	Televisores	6 511,39	140,94							63,08	6 432,53	63,08	6 511,39	78,86		63,08-
1060399	Outros	37 178,65	2 974,98							1 911,01	35 114,58	1 911,01	37 078,65	1 963,97		1 011,01-
1060503	Documentos com valor histórico	1 590,00	1 590,00										1 590,00	1 590,00		
1060618	Joalharia	565,68	565,68										565,68	565,68		
1060625	Livros	1 386,94	1 386,94										1 386,94	1 386,94		
1060625	Quadros	107 500,00	107 500,00										107 500,00	107 500,00		
1060628	Ventilário e outros industriAriss	6 325,73	6 325,73										6 325,73	6 325,73		
1060699	Outros	544,50	544,50										544,50	544,50		
1070102	Armários	2 925,30									2 015,30		2 925,30			
1070106	Secretárias	11 814,45	189,89							24,50	11 649,06	24,50	11 814,45	165,39		24,50-
TOTAL A TRANSPORTAR		6 157 967,61	422 279,76	258 454,31	0,00	0,00	258 454,31	32 568,00	0,00	216 865,43	5 730 005,45	249 413,52	6 383 854,04	453 868,44	225 906,23	41 588,88

RAI 2016

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE AFECTADORA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (Q.E) -

F 4

ENTIDADE: 0000

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		AQUISIÇÕES PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES: DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES: ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+12)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1070133	Encadeamentos	1 188,23									1 188,23		1 188,23			
1070135	Mesas	1 053,37									1 053,37		1 053,37			
1070136	Sofás	4 952,92	1 258,26							619,16	4 333,82	619,16	4 952,92	619,18		619,16-
1070226	Vitrinas	13 628,63									13 628,63		13 628,63			
1070199	Outro mobiliário e equipamento	4 233,93	39,29							4,96	4 198,60	4,96	4 233,93	34,33		4,96-
1070201	Aparelhos	2 259,63	358,42							358,42	2 259,63	358,42	2 259,63			358,42-
1070202	Biblião	953,38	169,17							70,00	854,21	70,00	953,38	99,17		70,00-
1070204	Carpetes	58 390,65	207,69							131,17	58 314,13	131,17	58 390,65	76,52		131,17-
1070206	Cinzeiros	1 239,24									1 239,24		1 239,24			
1070211	Jarrões	1 403,33									1 403,33		1 403,33			
TOTAL A TRANSPORTAR		6 249 271,12	614 262,59	258 454,31	0,00	0,00	258 454,31	32 548,08	0,00	228 048,14	5 820 479,50	260 597,22	6 475 177,35	654 697,76	225 906,23	40 435,17

ANO 2020

Período de 02 a 12

CISE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede
ENTIDADE AFECTATÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (0.0) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+12)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1070212	Jogos de tapeçar	614,77									614,77		614,77			
1070215	Quadros e molduras	18 915,24	1 670,92	694,48			694,48			766,94	18 521,26	766,94	19 609,72	1 598,46	694,48	72,46-
1070216	Reposteiros, toldos, reposteiros, cortinas, cortinados	21 892,63									21 892,63		21 892,63			
1070220	Vasos	3 157,84									3 157,84		3 157,84			
1070299	Outros artigos e utensílios	4 511,22	757,94	65,07			65,07			129,55	3 876,82	123,55	4 576,28	693,46	65,07	58,48-
1070301	Candeeiros, globos, lustres, plafonier	4 864,71									4 864,71		4 864,71			
1070304	Roupeiros	330,32									330,32		330,32			
1070401	Aparelhos de ar condicionado	162 184,72	9 764,89							2 864,09	253 303,82	2 864,09	160 184,72	6 860,93		2 864,09-
1070404	Desumidificadores	886,12									886,12		886,12			
1070407	Exaustores	4 522,00									4 522,00		4 522,00			
TOTAL A TRANSPORTAR		6 471 155,68	626 466,44	259 213,86	0,00	0,00	259 213,86	32 548,08	0,00	221 833,72	6 033 939,88	256 351,80	6 697 816,66	663 876,58	226 665,78	37 410,14

CIBE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede
ENTIDADE AFECTATÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

ENTIDADE: EGE

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS	TOTAL	ABATES (e)	REAVALIAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10-11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1870410	Refrigeradores	120,88	108,73	300,12			300,12			49,50	49,65	49,50	421,00	351,35	300,12	250,62
1070414	Ventiladores	916,73									916,73		916,73			
1070415	Ventoinhas	3 305,25	140,32					29,89		21,84	3 256,86	51,73	3 275,36	118,48	29,89-	21,84-
1070499	Outro equipamento e material de uso específico	696,57									696,57		696,57			
1070502	Aquecedores	3 953,88	769,02					53,36		113,29	3 236,89	172,65	3 896,52	655,73	53,36-	113,29-
1070599	Outro equipamento de uso específico	1 102,56									1 102,56		1 102,56			
1070602	Equipamento frigorífico e de refrigeração	7 462,50									7 462,50		7 462,50			
1070603	Equipam p/ preparação e confecionamento de alimentos	561,48		55,01			55,01	30,03		6,55	478,03	96,55	526,49	48,46	34,99-	48,46
1070604	Máquinas e aparelhos de cozinha	7 369,80	381,28							54,49	6 782,21	54,49	7 369,80	266,59		54,49-
1070605	Mobiliário de cozinha	2 106,30									2 106,30		2 106,30			
TOTAL A TRANSPORTAR		6 499 445,73	627 857,59	259 568,99	0,00	0,00	259 568,99	32 727,33	0,00	222 589,19	6 059 950,25	254 816,72	6 725 287,39	665 337,19	226 841,66	37 479,60

CIBE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede
ENTIDADE AFECTADORA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1070604	Talheres e utensílios de cozinha	274,92									274,92		274,92			
1070699	Outro material,aparelhos e utens de uso específic	675,06									675,06		675,06			
1070801	Aspiradores	1 201,27	54,12							54,12	1 201,27	54,12	1 201,27			54,12-
1070804	Secadores	18,91									18,91		18,91			
1070899	Outros aparelhos e utensílios de uso específico			1 061,21			1 061,21			66,36	66,36	66,36	1 061,21	994,85	1 061,21	994,85
1070901	Balcões	160,15									160,15		160,15			
1070999	Outro material de uso específico	1 068,39									1 068,39		1 068,39			
1080103	Plataformas	12 678,75									12 678,75		12 678,75			
1080199	Outro material e equipamento de transportes	1 522,03									1 522,03		1 522,03			
1101501	Berbequins	49,99									49,99		49,99			
TOTAL A TRANSPORTAR		6 526 095,22	627 911,71	262 630,20	0,00	0,00	260 638,20	32 727,35	0,00	222 209,87	6 877 666,03	254 937,20	6 743 896,07	666 332,04	217 802,87	38 420,33

ANO 2020

Período de 01 a 12

CISE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA 10.01 -

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENFEITORIAS (e)	TOTAL	ABATES (f)	DESVALORIZAÇÕES (g)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (h)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (i)	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1102205	CPU	199,95									199,95		199,95			
1110201	Ferramentas e utensílios	84,94		153,99			153,99			10,27	95,21	10,27	238,93	143,72	153,99	143,72
1118299	Outros aparelhos e utensílios oficinais	1 842,80									1 842,80		1 842,80			
1120103	Extintores	3 427,82									3 427,82		3 427,82			
1120199	Outro equipamento de utilização específica	674,61									674,61		674,61			
1130303	Dispositivos de sinalização	8 075,48									8 075,48		8 075,48			
1220399	Outro equipamento de uso específico	11 723,43									11 723,43		11 723,43			
1230215	Lanternas	24,99									24,99		24,99			
1280501	Insígnias	27 184,45	10 105,26							3 388,06	10 477,35	3 388,06	27 184,45	16 707,10		3 388,06-
1280504	Placas de identificação	556,92									556,92		556,92			
TOTAL A TRANSPORTAR		6 569 190,59	648 016,87	260 784,19	0,00	0,00	260 784,19	32 727,33	0,00	225 618,20	6 111 964,59	258 345,53	6 797 167,45	683 182,86	228 656,86	35 165,99

ANO 2020

Período de 01 a 12

ICNF

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO DO ORGANISMO - TC - Sede

ENTIDADE SUBSETORIAL -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA 10.01 -

F 6

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10-12)	(14 = 3-8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1160505	Quadros de síntese	560,31									560,31		560,31			
1160703	Ferramentas e utensílios	600,44									600,44		600,44			
1160799	Máquinas e aparelhos não especificados	49,83									49,83		49,83			
2020102	Mais de 1500 até 2000	28 959,99									28 959,99		28 959,99			
30102S1A	Instalação de serviços de natureza administrati	7 076 962,73	2 138 829,96							269 777,45	5 207 890,22	269 777,45	7 076 962,73	1 869 052,51		269 777,45-
3010601	Em aglomerados urbanos	1 190 879,98	1 190 879,98										1 190 879,98	1 190 879,98		
TOTAL GERAL		14 867 981,67	3 971 726,81	260 784,19	0,00	0,00	260 784,19	32 727,33	0,00	495 395,65	11 352 026,38	526 122,98	15 095 149,73	3 743 125,35	228 456,66	234 611,46-

a) Identificar os bens pelos códigos que lhes correspondem, segundo o classificador geral e pela respectiva descrição.

b) Os valores do património bruto e líquido iniciais deverão corresponder aos valores do património final (bruto e líquido) do ano imediatamente anterior.

c) Registar todas as aquisições efectuadas durante o ano económico que se enquadrem na tipologia definida na alínea a) do nº1 do artigo 30º das instruções.

d) Registar os valores relativos a reavaliação ou a outras alterações que impliquem um acréscimo do valor dos bens inventariados.

e) Registar os abates do bens pelo seu valor patrimonial bruto.

f) Registar os valores das desvalorizações que se identifiquem com as diminuições patrimoniais previstas na alínea b) do nº1 do artigo 32º das instruções.

g) No ano em que se verificar o abate do bem, não será efectuada a respectiva amortização anual, devendo abater-se nesta coluna o valor das amortizações acumuladas transitado do exercício anterior

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	5
Lnhs.totais determinadas	1

8.2.31 - Mapa de Provisões Acumuladas

Organismo: 5208
Exercicio: 2020
Unidade Monetária: EUR
Emissão: 16.02.2021 10:33:16
Período de: 001 a 012

Código das Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões p/aplicações tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões p/cobranças duvidosas	75.159,54	37.584,20	18.436,73	94.307,01
292 Provisões p/riscos e encargos	7.096,00	0,00	0,00	7.096,00
39 Provisões p/depreciação existências	29.751,27	0,00	29.751,27	0,00
49 Provisões p/investimentos financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
*	112.006,81	37.584,20	48.188,00	101.403,01

Demonstração de Resultados Financeiros — Dados atuais 16.02.2021 11:10:05

Organismo: 5208 TC - Sede
Exercício:2020
Unidade Monetária:Eur

Página: 1
Emissão:16.02.2021 11:10:06

8.2.37 - Demonstração dos Resultados Financeiros
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Custos e Perdas		
681 Juros suportados	28,46	3.279,34
682 Perdas empresas filiais associadas		
683 Amortizações investimentos imóveis		
684 Provisões aplicações financeiras		
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		
686 Descontos pronto pag. concedidos		
687 Perdas alienação aplicaç. tesouraria		
688 Outros custos e perdas financeiros	88,00	436,00
Resultados financeiros	143,54	3.122,25-
	260,00	593,09
Proveitos e Ganhos		
781 Juros obtidos		
782 Ganhos empresas filiais e associadas		
783 Rendimentos de imóveis		
784 Rendimentos participações de capital		
785 Diferenças de câmbio favoráveis		
786 Descontos de pronto pag. obtidos		
787 Ganhos alienação aplicaç. tesouraria		
788 Outros proveitos e ganhos financeiro	260,00	593,09
	260,00	593,09

O Responsável

Em de de

Demonstração Resultados Extraordinários — **Dados atuais 12.03.2021 12:42:55**

Organismo: 5208 TC - Sede
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Emissão: 12.03.2021 12:42:57

8.2.38 - Demonstração dos Resultados Extraordinários
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Custos e Perdas		
691 Transferências de capital concedidas		
692 Dívidas incobráveis		
693 Perdas em existências	9.144,80	30.432,29
694 Perdas em imobilizações		23,49
695 Multas e penalidades		
696 Aumentos amortizações e provisões		
697 Correcções relativas exerc. anterior	252.433,23	118.799,35
698 Outros custos perdas extraordinários	806,92	
Resultados extraordinários	226.177,86-	39.381,61-
	36.207,09	109.873,52
Proveitos e Ganhos		
791 Restituições de impostos		
792 Recuperação de dívidas		
793 Ganhos em existências		162,48
794 Ganhos em imobilizações		
795 Benefícios penalidades contratuais		
796 Reduções amortizações e provisões	27.581,53	86.321,57
797 Correcções relativas a exerc. anter.		225,13
798 Outros proveitos ganhos extraordin.	8.625,56	23.164,34
	36.207,09	109.873,52

O Responsável

Em de de

8

Organismo: 1013 TC
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Activo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público:				
451 Terrenos e recursos naturais				
452 Edifícios				
453 Outras construções e infra-estrut				
454 Infra-est.e equip.natureza militar				
455 Bens de patrim.hist.,artíst. cult.				
459 Outros bens de domínio público				
445 Imobilizações em curso				
446 Adiant.p/conta bens domínio públic				
Imobilizações incorpóreas:				
431 Despesas de instalação				
432 Despesas investimento e desenvolv.				
433 Propriedade indust. e outros dir.	14.956,12	14.956,12		
443 Imobilizações em curso				
449 Adiant.p/conta imobil.incorpóreas				
	14.956,12	14.956,12		
Imobilizações corpóreas:				
421 Terrenos e recursos naturais	561.147,63		561.147,63	561.147,63
422 Edifícios e outras construções	2.681.035,10	2.386.982,56	294.052,54	367.565,67
423 Equipamento básico	167.225,14	167.225,14		
424 Equipamento de transporte				
425 Ferramentas e utensílios	125,59	125,59		
426 Equipamento administrativo	96.654,04	96.344,68	309,36	355,18
427 Taras e vasilhame				
429 Outras imobilizações corpóreas	521.592,40		521.592,40	521.592,40
442 Imobilizações em curso				
448 Adiant.p/conta imobiliz. corpóreas				
	4.027.779,90	2.650.677,97	1.377.101,93	1.450.660,88
Investimentos financeiros:				
411 Partes de capital				
412 Obrigações e tít. de participação				
413 Empréstimos de financiamento				
414 Investimentos em imóveis				
415 Outras aplicações financeiras				
441 Imobilizações em curso				
447 Adiant.p/conta invest. financeiros				

LB.

Balanço - Activo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Circulante:				
Existências:				
36 Matérias-primas, sub. e de consumo				
35 Produtos e trabalhos em curso				
34 Subprodutos,desperd.,resíd. e ref.				
33 Produtos acabados e intermédios				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos por conta de compras				
Dívidas de terceiros-M/longo prazo:				
2812+2822 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamento a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros Devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib.e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamentos a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos	963,81		963,81	
262+263+267+268 Outros devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
	963,81		963,81	

Balanço - Activo
Período de 1 **a** 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Títulos negociáveis:				
151 Acções				
152 Obrigações e títulos de particip.				
153 Títulos da dívida pública				
159 Outros títulos				
18 Outras aplicações de tesouraria				
Conta no Tesouro, depósitos em Instituições financeiras e caixa:				
13 Conta no Tesouro				
12 Depósitos em instit. financeiras				
11 Caixa				
Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos				
272 Custos diferidos				
Total de amortizações.....		2.665.634,09		
Total de provisões.....				
Total do activo.....	4.043.699,83	2.665.634,09	1.378.065,74	1.450.660,88

Organismo: 1013 TC
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Fundos Próprios e Passivo		
Fundos próprios:		
51 Património	3.526.844,23	3.526.844,23
55 Ajustamento partes capital empresas		
56 Reservas de reavaliação		
Reservas:		
571 Reservas legais		
572 Reservas estatutárias		
573 Reservas contratuais		
574 Reservas livres		
575 Subsídios		
576 Doacões		
577 Reservas decorr.transf.activos		
59 Resultados transitados	4.918.178,18-	4.684.219,06-
88 Resultado líquido do exercício	44.833,47-	233.959,12-
Total de fundos próprios.....	1.436.167,42-	1.391.333,95-
Passivo:		
29 Provisões para riscos e encargos		
Dívidas a terceiros-M/l prazo:		
23121+23221 Empréstimos p/dívida tit		
23122+23222+12 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamento por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		
228 Fornec.-Facturas em recep/conf		
222 Fornecedores - Títulos a pagar		
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar		
252 Credores pela execução do orcamento		
219 Adiant. de client,contrib.e utent		
2611Fornecedores de imobilizado, c/c		
24 Estado e Outros Entes Públicos		
262+263+267+268 Outros Credores		
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.rec		
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111+23211 Empréstimos p/dívida tit		
23112+23212 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamentos por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		270,00

Organismo: 1013 TC
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
228 Fornec.-Facturas em recep/conf 222 Fornecedores - Títulos a pagar 2612 Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar 252 Credores pela execução do orçamento 219 Adiant. de client., contrib.e utent 2611 Fornecedores de imobilizado, c/c 2618 Fornc c/c imob-Fact em recep/conf 24 Estado e outros entes públicos 262+263+267+268 Outros credores 211 Clientes, c/c 212 Contribuintes, c/c 213 Utentes, c/c 214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb		
		270,00
Acréscimos e diferimentos: 273 Acréscimo de custos 274 Proveitos diferidos	2.814.233,16	2.841.724,83
	2.814.233,16	2.841.724,83
Total do passivo.....	2.814.233,16	2.841.994,83
Total fundos próprios e passivo.....	1.378.065,74	1.450.660,88

Lisboa, em 12 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira

Teresa Batista.

Demonstração dos Resultados
Período de 1 **a** 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Custos e perdas				
61 Custo merc.vendid. e mat. consum.:				
Mercadorias				
Matérias				
62 Fornecimentos e serviços externos				
Custos com o pessoal:				
641+642 Remuneracões	14.454.256,72		15.903.791,88	
643a648 Encargos sociais:				
Pensões				
Outros	3.495.719,99	17.949.976,71	2.561.738,29	18.465.530,17
63 Transf.corr.conced.prest. sociais				
66 Amortizacões do exercício	73.558,95		73.635,84	
67 Provisões do exercício		73.558,95		73.635,84
65 Outros cust. e perd. operacionais				
(A).....		18.023.535,66		18.539.166,01
68 Custos e perdas financeiras				
(C).....		18.023.535,66		18.539.166,01
69 Custos e perdas extraordinários		38.151,52		3.101,81
(E).....		18.061.687,18		18.542.267,82
88 Resultado líquido do exercício		44.833,47-		233.959,12-
		18.016.853,71		18.308.308,70
Proveitos e ganhos				
71 Vendas e prestação de serviços:				

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Vendas de mercadorias				
Venda de prod. acab. e interm.				
Venda subprod.,desperd.,res.ref.				
Prestação de serviços				
72 Impostos, taxas e outros				
Variação da produção				
75 Trabalhos para a própria entidade				
73 Proveitos suplementares				
74 Transfer.e subsíd.corrent.obtidos:				
741 Transferências - Tesouro	18.016.556,41		18.306.032,44	
742+743 Outras				
76 Outros prov. e ganhos operacionais				
(B).....		18.016.556,41		18.306.032,44
78 Proveitos e ganhos financeiros				
(D).....		18.016.556,41		18.306.032,44
79 Proveitos e ganhos extraordinários		297,30		2.276,26
(F).....		18.016.853,71		18.308.308,70
Resumo:				
Resultados operacionais:(B)-(A)=		6.979,25-		233.133,57-
Resultados financeiros:(D-B)-(C-A)=				
Resultados correntes:(D)-(C)=		6.979,25-		233.133,57-
Resultado líquido do exercício:(F)-(E)=		44.833,47-		233.959,12-

Lisboa, em 12 de Março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira

Luísa Paf.

1013 TC

01 0 06 01 00 TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE

111 ADMINISTRAÇÃO GERAL

111 RI NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS

Data de emissão: 18.02.2021

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./ Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAPS (12)	Despesas Pagas Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.01.A0.00	ÓRGÃOS SOBERANIA	1.225.151,00	0,00	1.225.150,87	0,00	1.225.150,87	0,00	0,00	1.225.150,87	0,13	0,13	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.01.B0.00	SUBSÍDIO COMPENSAÇÃO	184.830,00	0,00	184.829,17	0,00	184.829,17	0,00	0,00	184.829,17	0,83	0,83	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-	9.961.574,00	0,00	9.959.710,33	0,00	9.961.573,92	0,00	1.863,59	9.959.710,33	1.863,67	1.863,67	0,00	99,98
001	001	264	D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUAR.APOS	31.351,00	0,00	31.350,65	0,00	31.350,65	0,00	0,00	31.350,65	0,35	0,35	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER	911.157,00	0,00	911.156,14	0,00	911.523,15	0,00	367,01	911.156,14	0,86	0,86	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	53.500,00	0,00	52.003,24	0,00	52.003,24	0,00	0,00	52.003,24	1.496,76	1.496,76	0,00	97,20
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	16.384,00	0,00	16.383,86	0,00	16.383,86	0,00	0,00	16.383,86	0,14	0,14	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	441.641,00	0,00	440.638,32	0,00	442.028,55	0,00	1.390,23	440.638,32	1.002,68	1.002,68	0,00	99,77
001	001	264	D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	1.170.713,00	0,00	1.170.712,56	0,00	1.170.712,56	0,00	0,00	1.170.712,56	0,44	0,44	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	30.206,00	0,00	10.268,24	0,00	10.268,24	0,00	0,00	10.268,24	19.937,76	19.937,76	0,00	33,99
001	001	264	D.01.01.15.00.00	REM.DOE.MAT/PATERN	259.166,00	0,00	259.165,22	0,00	259.566,26	0,00	401,04	259.165,22	0,78	0,78	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIA	42.092,00	0,00	25.035,46	0,00	25.035,46	0,00	0,00	25.035,46	17.056,54	17.056,54	0,00	59,48
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	2.071,00	0,00	1.727,12	0,00	1.727,12	0,00	0,00	1.727,12	343,88	343,88	0,00	83,40
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	20.211,00	0,00	8.415,48	0,00	6.618,60	0,00	0,00	6.618,60	11.795,52	13.592,40	1.796,88	32,75
001	001	264	D.01.02.12.A0.00	IND.CESSAÇÃO FUNÇÕES	136.408,00	0,00	136.407,71	0,00	136.407,71	0,00	0,00	136.407,71	0,29	0,29	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	57.013,00	0,00	43.302,52	0,00	43.302,52	0,00	0,00	43.302,52	13.710,48	13.710,48	0,00	75,95
001	001	264	D.01.03.03.00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A	31.200,00	0,00	18.739,51	0,00	18.739,51	0,00	0,00	18.739,51	12.460,49	12.460,49	0,00	60,06
001	001	264	D.01.03.04.00.00	O.PREST.FAMILIARES	2.633,00	0,00	2.632,86	0,00	2.632,86	0,00	0,00	2.632,86	0,14	0,14	0,00	99,99
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	3.197.018,00	0,00	3.139.573,14	0,00	3.139.573,77	0,00	0,63	3.139.573,14	57.444,86	57.444,86	0,00	98,20
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	439.000,00	0,00	358.468,80	0,00	358.468,80	0,00	0,00	358.468,80	80.531,20	80.531,20	0,00	81,66
001	001	264	D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	12.000,00	0,00	9.054,64	0,00	9.054,64	0,00	0,00	9.054,64	2.945,36	2.945,36	0,00	75,46
001	001	264	D.01.03.10.G0.00	CONTRIBUICOES SS	2.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.792,00	2.792,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	11.759,00	0,00	11.283,15	0,00	11.283,15	0,00	0,00	11.283,15	475,85	475,85	0,00	95,95
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	2.500,00	0,00	139,30	0,00	139,30	0,00	0,00	139,30	2.360,70	2.360,70	0,00	5,57
001	001	264	D.02.02.23.B0.01	VERIF MÉDICA-ANO	4.730,00	0,00	1.935,00	0,00	1.935,00	0,00	0,00	1.935,00	2.795,00	2.795,00	0,00	40,91
001	001	264	D.02.02.23.B0.09	E ADSE-J MÉDICAS-A A	270,00	0,00	0,00	270,00	0,00	270,00	0,00	270,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.07.A0.C0	OUTROS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 264					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71
Total Medida: 001					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71
Total Programa: 001					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71
Total Fonte Financiamento: 111					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71
Total Classificação Funcional: 111					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71
Total Classificação Orgânica: 01 0 06 01 00					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71
Total por Organismo: 1013					18.252.370,00	0,00	18.018.083,29	270,00	18.020.308,91	270,00	4.022,50	18.016.556,41	234.016,71	235.813,59	1.796,88	98,71

Lisboa, em 12 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira

7.2 - Controlo Orçamental - Receita
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Classificação económica Código (3)	Classificação económica Descrição (4)	Previsões Corrigidas (5)	Receitas por cobrar no início do ano (6)	Receitas Emitidas (7)	Receitas Liquidadas (8)	Receitas emitidas anuladas (9)	Receitas cobradas brutas Ano (10)	Receitas cobradas brutas Anos anteriores (11)	Receitas cobradas brutas Total (12)=(10)+(11)	Reembolsos e restituições Emitidos (13)	Reembolsos e restituições Pagos (14)	Receita cobrada líquida (15)=(12)-(14)	Receita por cobrar no final do ano (16)=(6)+(7)-(9)-(12)	Grau de execução orçamental da receita (17)=(15)/(5)*100
000	000	R.99.99.98.01.00	Orç. Funcion. - Corr	0,00	0,00	18.016.556,41	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00
Total medida			000	0,00	0,00	18.016.556,41	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00
Total programa			000	0,00	0,00	18.016.556,41	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00
001	001	R.99.99.98.01.00	Orç. Funcion. - Corr	18.247.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.99.99.98.02.00	Orç. Funcion. - Capi	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total medida			001	18.252.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total programa			001	18.252.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Fonte Financiamento:			111	18.252.370,00	0,00	18.016.556,41	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00	18.016.556,41	0,00	98,71
Total Classificação Orgânica:			01 0 06 01 00	18.252.370,00	0,00	18.016.556,41	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00	18.016.556,41	0,00	98,71
Total por Organismo:			1013	18.252.370,00	0,00	18.016.556,41	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	18.016.556,41	0,00	0,00	18.016.556,41	0,00	98,71

Relativamente ao levantamento das dotações do OE, através de PLC, foram criados dois códigos informáticos a título temporário - 99.99.99.01.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Correntes) e 99.99.99.02.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Capital), para contabilizar orçamentalmente estes movimentos.

O controlo do saldo de créditos libertos não é feito por tipo de despesa (correntes e capital). Assim, este mapa pode apresentar em determinado período valores de receita emitida inferiores aos valores de receita cobrada.

Lisboa, em 12 de Março de 2021
O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Sandra Pereira
Teresa Barb.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Caracterização da Entidade

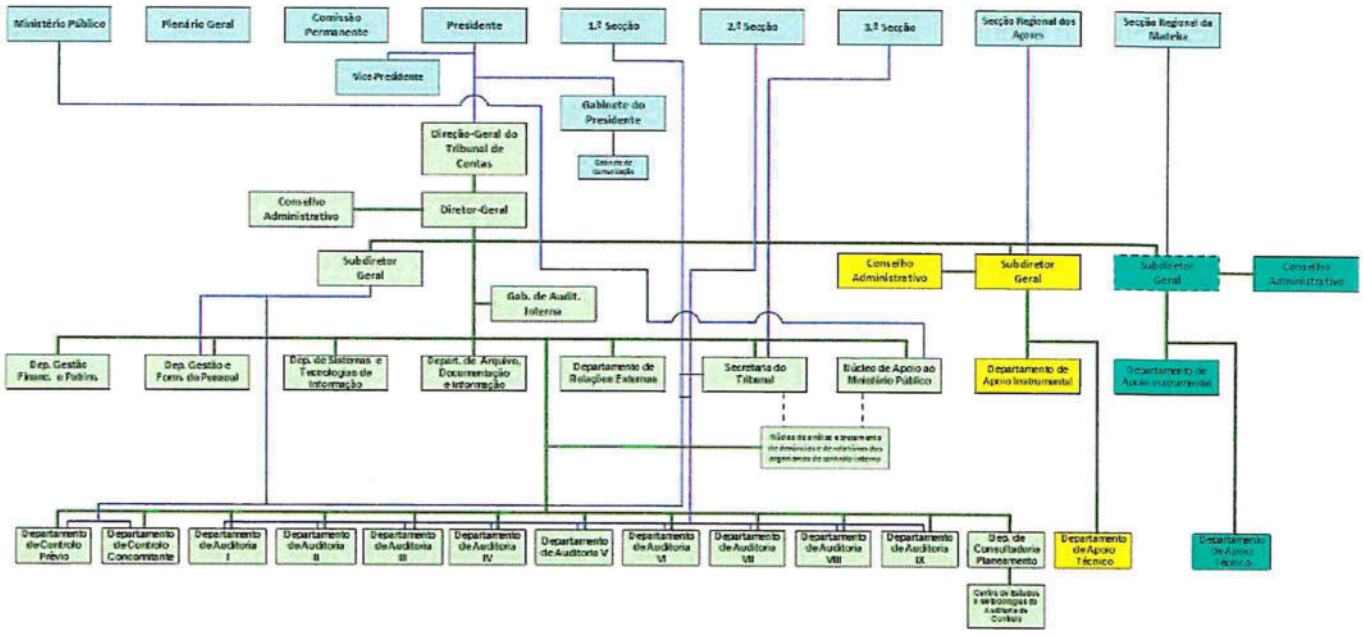
1.1. O Tribunal de Contas situa-se na Av. Barbosa du Bocage, 61 – 1069 – 045 Lisboa e dispõe de autonomia administrativa na parte referente às verbas provenientes do Orçamento do Estado, enquadrando-se no *Capítulo 06*, *Divisão 01*, *Subdivisão 00* – Tribunal de Contas – Sede.

1.2. A constituição, orgânica e funcionamento encontram-se definidos na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 87 – B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 04 de janeiro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro e 2/2012, de 6 de janeiro, Lei n.º 20/2015, de 9 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 2/2020, de 31 de março e 27-A/2020, de 24 de julho.

1.3. A estrutura organizacional é a que seguidamente se descrimina:

TRIBUNAL DE CONTAS

ORGANOGRAMA DO TRIBUNAL DE CONTAS E SERVIÇOS DE APOIO



1.4. Nos termos do art.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, "O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efectiva responsabilidades por infracções financeiras".

1.5. Recursos humanos:

O número de efetivos reportado a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, é o que se apresenta seguidamente

TRIBUNAL DE CONTAS

Grupo	Categoria	Quadro	Além-Quadro	Total
MAGISTRADOS	PRESIDENTE	1		1
	VICE-PRESIDENTE	1		1
	JUIZ CONSELHEIRO	14		14
			TOTAL	16

GABINETE DO PRESIDENTE

Cargo / Carreira / Categoria	Nº de postos de trabalho
CHEFE DE GABINETE	1
ADJUNTO DE GABINETE	2
SECRETÁRIO PESSOAL	2
TÉCNICO ESPECIALISTA	2
COORDENADOR DE APOIO	1
TOTAL	8

DIREÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

Cargo / Carreira / Categoria	Nº de postos de trabalho
DIRECTOR GERAL	1
SUBDIRECTOR GERAL	1
AUDITOR-COORDENADOR	11
DIRECTOR DE SERVICOS	4
AUDITOR-CHEFE	25
CHEFE DE DIVISAO	7
AUDITOR	22
CONSULTOR	8
TECNICO VERIFICADOR SUPERIOR	134
TECNICO VERIFICADOR	10
TECNICO SUPERIOR	67
INSPECTOR	8
ESPECIALISTA DE INFORMATICA	7
TECNICO DE INFORMATICA	12
ESCRITURARIO JUDICIAL	3
ASSISTENTE TECNICO	81
ASSISTENTE OPERACIONAL	17
TOTAL	418

1.6. Os procedimentos contabilísticos encontram-se definidos por lei e em documentos internos;

O registo da atividade financeira é realizado informaticamente com disponibilização imediata de todo um conjunto de outputs (diários, balancetes, extractos de conta, entre outros);

Os documentos de despesa e de operações de tesouraria, bem como os processos que lhes deram origem, encontram-se arquivados na Divisão de Gestão Financeira e ordenados por número de autorização de pagamento;

O sistema informático utilizado permite o registo nos termos do POCP por ordem sequencial e cronológica;

Mensalmente são remetidos à Direção-Geral do Orçamento os Mapas de Encargos com o Pessoal e número de Efetivos, Revisão de Previsão Mensal de Execução e identificação de registos, Fundos disponíveis, compromissos, contas a pagar e pagamentos em atraso, sendo trimestralmente remetido a esta entidade informação relativa à Unidade de Tesouraria.

Os documentos que integram as demonstrações financeiras são elaborados por reporte a 31 de dezembro do ano a que respeitam, existindo a possibilidade de extração de dados de natureza económica e financeira por reporte a diversos períodos contabilísticos, designadamente, períodos mensais.

Não existe descentralização contabilística.

Lisboa, em 12 de Março de 2021

O Conselho Administrativo

Sandra Pereira

Luisa Brás.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Notas ao balanço e à demonstração de resultados

2.3. O ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com exceção do bem constante na conta *4.2.2. Edifícios e Outras Construções* o qual foi alvo de grandes reparações e beneficiações que aumentaram o seu valor real, não alterando, contudo, a sua vida útil, e dos bens constantes na conta *4.2.9. Outras Imobilizações Corpóreas* (Património Histórico), os quais se encontram registados por um valor resultante de avaliações.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a legislação em vigor.

Tendo o edifício sido adquirido em estado de uso e tendo-se efectuado algumas reparações e beneficiações, a taxa de amortização é calculada com base no período de vida útil esperado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VALOR DA AMORTIZAÇÃO A APLICAR} = \frac{\text{VALOR CONTABILÍSTICO}}{\text{Nº DE ANOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADO}}$$

O edifício situado na Avenida da República, n.º 65 encontra-se registado na proporção de 47,06% em nome de Cofre do Tribunal de Contas – Sede e na proporção de 52,94% em nome do Estado Português.

O Tribunal ocupa parte de um imóvel sito na Mouraria, cedido a título precário e gratuito pelo Ministério das Finanças, em 26 de janeiro de 1993, com a finalidade de instalação de arquivo.

No caso das grandes reparações, e até 31 de dezembro de 2005, as mesmas apenas eram amortizadas no ano seguinte à sua realização. A partir de janeiro de 2006, aplicam-se as regras dos bens do ativo imobilizado, em que no ano de ocorrência da grande reparação é aplicável o regime duodecimal, amortizando-se os meses decorridos entre a conclusão da reparação e o fim do exercício económico.

O Património Histórico não é amortizado.

No ano em que se verifica o início de utilização dos bens e no ano do respectivo abate é efectuada a amortização por duodécimos.

Desta forma, e relativamente aos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2005, era efectuada a amortização no valor correspondente ao número de meses contados desde a entrada em funcionamento do bem. No caso de se verificar o abate dos bens, num determinado ano, eram efectuadas amortizações no valor correspondente ao número de meses decorridos até ao mês de abate, inclusive.

A partir de 01 de janeiro de 2006, e devido à implementação do Sistema Integrado RIGORE (Rede Integrada de Gestão Orçamental e dos Recursos do Estado), os bens então adquiridos passaram a ser amortizados a partir da data de recepção do bem, incluindo o

mês de aquisição. No caso de se verificar o abate do bem, as amortizações são calculadas no valor correspondente ao número de meses decorridos até ao mês do abate, exclusive. Este critério é aplicável, não só ao abate de bens adquiridos a partir de 2006, mas também aos bens cuja aquisição ocorreu em data anterior.

De acordo com a Portaria n.º 378/94 de 16 de junho, os bens inventariados de valor inferior a 99,76 euros (20.000$00) adquiridos até 31/12/95 e os de valor inferior a 199,52 euros (40.000$00) adquiridos depois de 01/01/96, são amortizados no ano de aquisição, conforme o estabelecido no n.º 1 do art.º 20.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, 12 de janeiro.

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 671/2000, e de acordo com o seu art.º 34.º, o presente montante foi actualizado para "...80% da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondado para o milhar de escudos ou unidades de euros inferior", o que se traduz:

Período	Euros
2000	229,45
2001	239,42
2002 a 2004	248,00
2005	253,00
2006	257,00
2007	261,00
2008	266,00
2009 a 2020	274,00

Até 31 de dezembro de 2005, todos os bens inventariados faziam parte do Ativo Imobilizado, com exceção do material de cultura (*6.2.2.1.6. – Livros e Documentação Técnica*) e dos bens cujo registo era efectuado nas contas *6.2.2.1.5.1. – Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido - Inventariável* e *6.2.2.1.7.1. – Material de Escritório - Inventariável*, os quais eram considerados como custo do exercício em que foram adquiridos. A partir de 01 de janeiro de 2006, apenas foram inventariáveis os bens cuja contabilização ocorreu numa subconta da *Classe 4 – Imobilizações.*

Os bens de imobilizado obtido a título gratuito, são valorizados a preço de mercado, mediante informação prestada por entidades que efectuam a comercialização dos mesmos.

2.7. e 2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, nomeadamente abates e amortizações, são os que se apresentam nos ficheiros em anexo, a saber:

Doc18_2020OE_Anexo1 – Ativo Imobilizado

Doc18_2020OE_Anexo3 – Depreciações

Doc18_2020OE_Anexo 4 – Abates

Doc18_2020OE_Anexo 5 – Mapa de Amortizações

Doc18_2020OE_Anexo 6 – Mapa Síntese

2.24 O valor global dos encargos da Instituição, em 31/12/2020, perante o seu pessoal refere-se, designadamente, aos encargos a suportar com férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido nesse ano, mas que apenas constituirá pagamento no ano de 2021, e respetivos encargos sociais, tendo estes montantes sido apurados em 2020 e registados na conta *2.7.3.2. – Remunerações a liquidar.*

De referir ainda a existência de encargos, relativos a formação realizada em 2020, mas não processada nesse exercício, bem como a regularização de Reposições Abatidas aos Pagamentos-RAP.

As situações mencionadas encontram-se discriminadas no seguinte quadro resumo:

(euros)

Remunerações a Liquidar	
Descrição	**O.E.**
Férias e Subsídio de Férias	2.264.982,24
Segurança Social	70.011,98
Caixa Geral Aposentações	467.921,19
Formação	1.796,88
Regularização de RAP	963,81
Horas Extraordinárias	8.422,06
Total	**2.814.098,16**

2.31 A rubrica de provisões constantes do balanço do Tribunal de Contas em 31/12/2020 apresenta saldo nulo. Refira-se, no entanto a existência de recursos pendentes de decisão judicial que, por impossibilidade de estimativa dos seus efeitos ou por probabilidade reduzida de decisão desfavorável ao Tribunal de Contas, não foram provisionados.

2.32 A conta *5.9. – Resultados Transitados*, registou um débito de 233.959,12 euros pela transferência do resultado líquido de 2019.

2.37 A demonstração dos resultados financeiros é a que se apresenta seguidamente:

CÓDIGO de CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO de CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019			2020	2019
6818	Custos financeiros - outros juros	0,00	0,00	781	Juros obtidos	0,00	0,00
	Resultados financeiros						
		0,00	0,00			0,00	0,00

2.38 A demonstração dos resultados extraordinários é a que se apresenta em Doc18_2020_Anexo 7 – DR Extraordinários.

2.39 O resultado líquido de 2020 será integrado, no início de 2021, na conta *5.9. – Resultados Transitados.*

Relativamente à Pandemia Covid-19, foram já divulgados no ponto 2 do Relatório de Gestão, os respetivos riscos, plano de contingência, medidas, impactos e incertezas, sendo convicção da Conselho Administrativo de que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes do subsequente agravamento da Pandemia no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações do Tribunal de Contas – Orçamento do Estado.

Lisboa, em 12 de março de 2021

O Conselho Administrativo

Campo de seleção	Valor
Empresa	1013
Data de relatório	31.12.2020
Área de avaliação 1	01
Variante ordenação	0001
	X
Utilizar ALV grid control	X

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Divisão	X		X
Item de balanço	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	11
Lnhs.totais determinadas	16

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Denominação	ValAquis.	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
	1013		1.1.2.3.1	4330000000	43300000	Propried Industrial	14 956,12	14 956,12-	0,00	EUR
*	1013		1.1.2.3.1	4330000000			14 956,12	14 956,12-	0,00	EUR
**	1013		1.1.2.3.1				14 956,12	14 956,12-	0,00	EUR
	1013		1.1.3.1.1	4210000000	42100000	Out Ter e O. Rec Nat	561 147,63	0,00	561 147,63	EUR
*	1013		1.1.3.1.1	4210000000			561 147,63	0,00	561 147,63	EUR
**	1013		1.1.3.1.1				561 147,63	0,00	561 147,63	EUR
	1013		1.1.3.2.1	4220000000	42200000	Ed Out Cons-Outros	2 681 035,10	2 386 982,56-	294 052,54	EUR
*	1013		1.1.3.2.1	4220000000			2 681 035,10	2 386 982,56-	294 052,54	EUR
**	1013		1.1.3.2.1				2 681 035,10	2 386 982,56-	294 052,54	EUR
	1013		1.1.3.3.1	4230000000	42310000	Outro Eq Básico	145 019,34	145 019,34-	0,00	EUR
	1013		1.1.3.3.1	4230000000	42320000	Eq. Básico - Escrit.	12 041,71	12 041,71-	0,00	EUR
	1013		1.1.3.3.1	4230000000	42390000	Eq. Básico - Baixo V	10 164,09	10 164,09-	0,00	EUR
*	1013		1.1.3.3.1	4230000000			167 225,14	167 225,14-	0,00	EUR
**	1013		1.1.3.3.1				167 225,14	167 225,14-	0,00	EUR
	1013		1.1.3.5.1	4250000000	42520000	Ferr. Uten. Baixo V.	125,59	125,59-	0,00	EUR
*	1013		1.1.3.5.1	4250000000			125,59	125,59-	0,00	EUR
**	1013		1.1.3.5.1				125,59	125,59-	0,00	EUR
	1013		1.1.3.6.1	4260000000	42620000	Eq. Adm. - Escr. Rep	75 301,77	74 992,41-	309,36	EUR
	1013		1.1.3.6.1	4260000000	42640000	Eq. Adm. - Outros	6 693,66	6 693,66-	0,00	EUR
	1013		1.1.3.6.1	4260000000	42690000	Eq. Adm. - Baixo Val	14 658,61	14 658,61-	0,00	EUR
*	1013		1.1.3.6.1	4260000000			96 654,04	96 344,68-	309,36	EUR
**	1013		1.1.3.6.1				96 654,04	96 344,68-	309,36	EUR
	1013		1.1.3.9.1	4290000000	42910000	Ati Fix Tang-Outros	521 592,40	0,00	521 592,40	EUR
*	1013		1.1.3.9.1	4290000000			521 592,40	0,00	521 592,40	EUR
**	1013		1.1.3.9.1				521 592,40	0,00	521 592,40	EUR
***	1013						4 042 736,02	2 665 634,09-	1 377 101,93	EUR
****	1013						4 042 736,02	2 665 634,09-	1 377 101,93	EUR

RCG
SP
LB.

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Divisão	X		X
Item de balanço	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	11
Lnhs.totais determinadas	16

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
	1013		1.1.2.3.1	4330000000	43300000 Propried Industrial	14 956,12 0,00 0,00	14 956,12- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
*	1013		1.1.2.3.1	4330000000		14 956,12 0,00 0,00	14 956,12- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
**	1013		1.1.2.3.1			14 956,12 0,00 0,00	14 956,12- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	1013		1.1.3.1.1	4210000000	42100000 Out Ter e O. Rec Nat	561 147,63 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	561 147,63 561 147,63	EUR
*	1013		1.1.3.1.1	4210000000		561 147,63 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	561 147,63 561 147,63	EUR
**	1013		1.1.3.1.1			561 147,63 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	561 147,63 561 147,63	EUR
	1013		1.1.3.2.1	4220000000	42200000 Ed Out Cons-Outros	2 681 035,10 0,00 0,00	2 313 469,43- 73 513,13- 0,00	367 565,67 294 052,54	EUR
*	1013		1.1.3.2.1	4220000000		2 681 035,10 0,00 0,00	2 313 469,43- 73 513,13- 0,00	367 565,67 294 052,54	EUR
**	1013		1.1.3.2.1			2 681 035,10 0,00 0,00	2 313 469,43- 73 513,13- 0,00	367 565,67 294 052,54	EUR
	1013		1.1.3.3.1	4230000000	42310000 Outro Eq Básico	150 085,46 5 066,12- 0,00	150 085,46- 0,00 5 066,12	0,00 0,00	EUR
	1013		1.1.3.3.1	4230000000	42320000 Eq. Básico - Escrit.	12 041,71 0,00 0,00	12 041,71- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	1013		1.1.3.3.1	4230000000	42390000 Eq. Básico - Baixo V	10 459,21 295,12- 0,00	10 459,21- 0,00 295,12	0,00 0,00	EUR
*	1013		1.1.3.3.1	4230000000		172 586,38 5 361,24- 0,00	172 586,38- 0,00 5 361,24	0,00 0,00	EUR

	Empr	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
**	1013		1.1.3.3.1			172 586,38 5 361,24- 0,00	172 586,38- 0,00 5 361,24	0,00 0,00	EUR
	1013		1.1.3.5.1	4250000000	42520000 Ferr. Uten. Baixo V.	125,59 0,00 0,00	125,59- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
*	1013		1.1.3.5.1	4250000000		125,59 0,00 0,00	125,59- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
**	1013		1.1.3.5.1			125,59 0,00 0,00	125,59- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	1013		1.1.3.6.1	4260000000	42620000 Eq. Adm. - Escr. Rep	75 426,63 124,86- 0,00	75 071,45- 45,82- 124,86	355,18 309,36	EUR
	1013		1.1.3.6.1	4260000000	42640000 Eq. Adm. - Outros	6 693,66 0,00 0,00	6 693,66- 0,00 0,00	0,00 0,00	EUR
	1013		1.1.3.6.1	4260000000	42690000 Eq. Adm. - Baixo Val	14 780,21 121,60- 0,00	14 780,21- 0,00 121,60	0,00 0,00	EUR
*	1013		1.1.3.6.1	4260000000		96 900,50 246,46- 0,00	96 545,32- 45,82- 246,46	355,18 309,36	EUR
**	1013		1.1.3.6.1			96 900,50 246,46- 0,00	96 545,32- 45,82- 246,46	355,18 309,36	EUR
	1013		1.1.3.9.1	4290000000	42910000 Ati Fix Tang-Outros	521 592,40 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	521 592,40 521 592,40	EUR
*	1013		1.1.3.9.1	4290000000		521 592,40 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	521 592,40 521 592,40	EUR
**	1013		1.1.3.9.1			521 592,40 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	521 592,40 521 592,40	EUR
***	1013					4 048 343,72 5 607,70- 0,00	2 597 682,84- 73 558,95- 5 607,70	1 450 660,88 1 377 101,93	EUR

Empr Div Item balan CtaBal.CAP Classe	Val.aquis.acum. Movim.ValContáb Reavals.ativo	Dpr.acum. Dpr.planej. Mov.depr.acum.	Início val.cont Fim val.cont.	Moeda
****1013	4 048 343,72 5 607,70- 0,00	2 597 682,84- 73 558,95- 5 607,70	1 450 660,88 1 377 101,93	EUR

Critérios de ordenação	Cresc.	Decr.	Subtotal
Empresa	X		X
Aquisição: custos de aquis.e produção	X		X
Classe imobilizado	X		

Estatíst.dados	Número
Registros transfs.	4
Lnhs.totais determinadas	3

Empr CtaBal.CAP Classe	Baixa Receita baixa Custos baixa	Baixa deprec. Prejuízo	Baixa val.cont. Ganho	Moeda
1013 4230000000 42310000 Outro Eq Básico	5 066,12- 0,00 0,00	5 066,12 0,00	0,00 0,00	EUR
1013 4230000000 42390000 Eq. Básico - Baixo V	295,12- 0,00 0,00	295,12 0,00	0,00 0,00	EUR
* 1013 4230000000	5 361,24- 0,00 0,00	5 361,24 0,00	0,00 0,00	EUR
1013 4260000000 42620000 Eq. Adm. - Escr. Rep	124,86- 0,00 0,00	124,86 0,00	0,00 0,00	EUR
1013 4260000000 42690000 Eq. Adm. - Baixo Val	121,60- 0,00 0,00	121,60 0,00	0,00 0,00	EUR
* 1013 4260000000	246,46- 0,00 0,00	246,46 0,00	0,00 0,00	EUR
**1013	5 607,70- 0,00 0,00	5 607,70 0,00	0,00 0,00	EUR

Organismo:1013 TC
Exercício:2020
Unidade Monetária: EUR

8.2.7 - Mapa de Amortizações e Provisões
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu | Tipo de moeda 10 Moeda da empresa

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo acumulado
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras construções e infra-estruturas	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Infra-estruturas e equip.natureza milita	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Bens patrim. hist. artíst. e cultural	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros bens de domínio público	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Imobilizações em curso	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Adiantamentos por conta bens dom.público	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Propriedade industrial e outros direitos	14 956,12 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	14 956,12 EUR
	14 956,12 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	14 956,12 EUR
De investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções	2 313 469,43 EUR	73 513,13 EUR	0,00 EUR	2 386 982,56 EUR
Equipamento básico	172 586,38 EUR	0,00 EUR	5 361,24 EUR	167 225,14 EUR
Equipamento de transporte	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Ferramentas e utensílios	125,59 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	125,59 EUR
Equipamento administrativo	96 545,32 EUR	45,82 EUR	246,46 EUR	96 344,68 EUR
Taras e vasilhame	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras imobilizações corpóreas	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	2 582 726,72 EUR	73 558,95 EUR	5 607,70 EUR	2 650 677,97 EUR
De investimentos financeiros:				
Partes de capital	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Obrigações e títulos de participação	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Títulos da dívida pública	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros títulos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Fundos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Total	2 597 682,84 EUR	73 558,95 EUR	5 607,70 EUR	2 665 634,09 EUR

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1010103	Equipamento de rede	14 237,09									14 237,09		14 237,09			
1010104	Equipamento de Switching	2 266,45									2 266,45		2 266,45			
1010105	Gravadores de CD-ROM	485,35									485,35		485,35			
1010107	Impressoras	22 268,85						1 254,14			21 014,71	1 254,14	21 014,71		1 254,14-	
1010110	Microcomputadores	14 723,00									14 723,00		14 723,00			
1010111	Minicomputadores	10 571,63									10 571,63		10 571,63			
1010112	Modems	4 026,80									4 026,80		4 026,80			
1010113	Monitores	14 382,86						3 296,21			11 086,65	3 296,21	11 086,65		3 296,21-	
1010114	Multiplexores	268,87									268,87		268,87			
TOTAL A TRANSPORTAR		83 230,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 550,35	0,00	0,00	78 680,55	4 550,35	78 680,55	0,00	4 550,35-	0,00

CIBE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC
ENTIDADE AFECTATÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMONIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1010115	Outros periféricos	4 194,94						77,85			4 117,09	77,85	4 117,09		77,85-	
1010116	PC portáteis	48 169,55									48 169,55		48 169,55			
1010120	Scanners (digitalizador de imagem)	2 287,22									2 287,22		2 287,22			
1010121	Teclados	784,52									784,52		784,52			
1010125	Unidades centrais de processamento	1 466,08						733,04			733,04	733,04	733,04		733,04-	
1010127	Unidades de disco	72,60									72,60		72,60			
1010199	Outro equipamento informático	10 964,97									10 964,97		10 964,97			
1010203	Software de aplicação	15 611,87									15 611,87		15 611,87			
1010207	Software de rede	7 248,52									7 248,52		7 248,52			
1020199	Outro mat,aparelhos,utensílios,instal uso especif	927,10									927,10		927,10			
TOTAL A TRANSPORTAR		174 958,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 361,24	0,00	0,00	169 597,03	5 361,24	169 597,03	0,00	5 361,24-	0,00

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1030101	Armários	22 048,40						92,20			21 956,20	92,20	21 956,20		92,20-	
1030104	Blocos de gavetas	2 234,98									2 234,98		2 234,98			
1030105	Cadeiras	18 543,62	355,18							45,82	18 234,26	45,82	18 543,62	309,36		45,82-
1030106	Cofres	1 343,86									1 343,86		1 343,86			
1030107	Divisórias anovíveis	1 448,67									1 448,67		1 448,67			
1030108	Estantes	1 017,35									1 017,35		1 017,35			
1030109	Ficheiros	4 516,19						137,98			4 378,21	137,98	4 378,21		137,98-	
1030110	Mesas	7 129,38									7 129,38		7 129,38			
1030112	Secretárias	12 253,99									12 253,99		12 253,99			
1030113	Sofás	1 278,86									1 278,86		1 278,86			
TOTAL A TRANSPORTAR		246 773,57	355,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5 591,42	0,00	45,82	240 872,79	5 637,24	241 182,15	309,36	5 591,42-	45,82-

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMONIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3-8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1030199	Outro mobiliário	11 759,61									11 759,61		11 759,61			
1030203	Datadores/numeradores	576,56									576,56		576,56			
1030204	De calcular	5 246,70									5 246,70		5 246,70			
1030206	De escrever	3 855,42									3 855,42		3 855,42			
1030210	Selos brancos e sinetas	241,34									241,34		241,34			
1030211	Outras máquinas e aparelhos	1 521,92									1 521,92		1 521,92			
1030299	Outro equipamento e material de escritório	1 540,51									1 540,51		1 540,51			
1030303	Guilhotinas	161,36									161,36		161,36			
1040806	Relógios	1 655,02									1 655,02		1 655,02			
1040901	Balanças	91,63									91,63		91,63			
TOTAL A TRANSPORTAR		273 423,64	355,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5 591,42	0,00	45,82	267 522,86	5 637,24	267 832,22	309,36	5 591,42-	45,82-

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMÓNIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1060307	Ervãs	166,35									166,35		166,35			
1060311	Gravadores/reprodutores	34,67									34,67		34,67			
1060399	Outros	3 046,35									3 046,35		3 046,35			
1060602	Arcas	3 242,19	3 242,19										3 242,19	3 242,19		
1060603	Armários	29 030,04	29 030,04										29 030,04	29 030,04		
1060606	Cadeirões	71 918,52	71 918,52										71 918,52	71 918,52		
1060611	Gravuras	2 269,54	2 269,54										2 269,54	2 269,54		
1060614	Joalharia	161 735,21	161 735,21										161 735,21	161 735,21		
1060618	Mobiliário	63 586,57	63 586,57										63 586,57	63 586,57		
1060619	Objectos de arte (ã inclu i artigos eclesiásticos	448,92	448,92										448,92	448,92		
TOTAL A TRANSPORTAR		608 902,00	332 586,17	0,00	0,00	0,00	0,00	5 591,42	0,00	45,82	270 770,23	5 637,24	603 310,58	332 540,35	5 591,42-	45,82-

ANO 2026

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC
ENTIDADE AFECTATÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMONIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÔNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1060625	Quadros	13 515,45	13 515,45										13 515,45	13 515,45		
1060627	Tapeçarias	175 097,76	175 097,76										175 097,76	175 097,76		
1060699	Outros	748,20	748,20										748,20	748,20		
1070106	Bengaleiros	3 282,80									3 282,80		3 282,80			
1070113	Escadas/escadotes	86,92									86,92		86,92			
1070126	Vitrinas	419,00									419,00		419,00			
1070199	Outro mobiliário e equipamento	66,82									66,82		66,82			
1070204	Carpetes	52,37									52,37		52,37			
1070206	Cinzeiros	48,06									48,06		48,06			
1070212	Jogos de tapetes	136,29									136,29		136,29			
TOTAL A TRANSPORTAR		802 355,67	521 947,58	0,00	0,00	0,00	0,00	5 591,42	0,00	45,82	274 862,49	5 637,24	796 764,25	521 901,76	5 591,42-	45,82-

ANO 2020

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE

DOS

BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO OU ORGANISMO - TC

ENTIDADE AFECTATÁRIA -

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMONIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFICIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
1070215	Quadros e molduras	79,31									79,31		79,31			
1070220	Vasos	94,90									94,90		94,90			
1070303	Candeeiros, globos, lustres, plafonier	593,99						16,28			577,71	16,28	577,71		16,28-	
1070399	Outro equipamento e dispositivo de iluminação	915,59									915,59		915,59			
1070401	Aparelhos de ar condicionado	1 880,47									1 880,47		1 880,47			
1070415	Ventoinhas	43,64									43,64		43,64			
1070502	Aquecedores	71,33									71,33		71,33			
1180504	Placas de identificação	0,50									0,50		0,50			
1180703	Ferramentas e utensílios	10,73									10,73		10,73			
1180799	Máquinas e aparelhos não especificados	114,86									114,86		114,86			
TOTAL A TRANSPORTAR		806 160,99	521 947,58	0,00	0,00	0,00	0,00	5 607,70	0,00	45,82	278 651,53	5 653,52	800 553,29	521 901,76	5 607,70-	45,82-

RDS

80

LB.

ANO 2026

Período de 01 a 12

CIBE

MAPA SÍNTESE
DOS
BENS INVENTARIADOS

MINISTÉRIO - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SERVIÇO OU ORGANISMO - TC
ENTIDADE AFECTATÁRIA -
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (O.E) -

F 4

UNIDADE: EUR

CLASSIFICAÇÃO GERAL (a)		PATRIMONIO INICIAL (b)		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DIMINUIÇÕES PATRIMONIAIS					PATRIMÓNIO FINAL		VARIAÇÃO PATRIMONIAL	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO BEM	BRUTO	LÍQUIDO	AQUISIÇÕES (c)	REAVALIAÇÕES OU OUTRAS ALTERAÇÕES (d)	GRANDES REPARAÇÕES OU BENEFI-CIAÇÕES	TOTAL	ABATES (e)	DESVALORIZAÇÕES (f)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (g)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TOTAL	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 5 + 6 + 7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13 = 9+10+11)	(14 = 3+8-9-10)	(15 = 14 - 12)	(16 = 14 - 3)	(17 = 15 - 4)
3010201A	Instalação de serviços de natureza administrati	2 681 035,10	367 565,67							73 513,13	2 386 982,56	73 513,13	2 681 035,10	294 052,54		73 513,13-
3010601	En aglomerados urbanos	561 147,63	561 147,63										561 147,63	561 147,63		
TOTAL GERAL		4 048 343,72	1 450 660,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5 607,70	0,00	73 558,95	2 665 634,09	79 166,65	4 042 736,02	1 377 101,93	5 607,70-	73 558,95-

a) Identificar os bens pelos códigos que lhes correspondem, segundo o classificador geral e pela respectiva descrição.

b) Os valores do património bruto e líquido iniciais deverão corresponder aos valores do património final (bruto e líquido) do ano imediatamente anterior.

c) Registar todas as aquisições efectuadas durante o ano económico que se enquadrem na tipologia definida na alínea a) do nº1 do artigo 30º das instruções.

d) Registar os valores relativos a reavaliação ou a outras alterações que impliquem um acréscimo do valor dos bens inventariados.

e) Registar os abates de bens pelo seu valor patrimonial bruto.

f) Registar os valores das desvalorizações que se identifiquem com as diminuições patrimoniais previstas na alínea b) do nº1 do artigo 30º das instruções.

g) No ano em que se verificar o abate do bem, não será efectuada a respectiva amortização anual, devendo abater-se nesta coluna o valor das amortizações acumuladas transitado do exercício anterior

Demonstração Resultados Extraordinários — Dados atuais 15.02.2021 16:17:39

Organismo: 1013 TC
Exercício:2020
Unidade Monetária:Eur

Página: 1
Emissão:15.02.2021 16:17:41

8.2.38 - Demonstração dos Resultados Extraordinários
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Custos e Perdas		
691 Transferências de capital concedidas		
692 Dívidas incobráveis		
693 Perdas em existências		
694 Perdas em imobilizações		
695 Multas e penalidades		
696 Aumentos amortizações e provisões		
697 Correcções relativas exerc. anterior	38.151,52	3.101,81
698 Outros custos perdas extraordinários		
Resultados extraordinários	37.854,22-	825,55-
	297,30	2.276,26
Proveitos e Ganhos		
791 Restituições de impostos		
792 Recuperação de dívidas		
793 Ganhos em existências		
794 Ganhos em imobilizações		
795 Benefícios penalidades contratuais		
796 Reduções amortizações e provisões		
797 Correcções relativas a exerc. anter.	297,30	2.276,26
798 Outros proveitos ganhos extraordin.		
	297,30	2.276,26

O Responsável

Em de de

LB.

Balanço - Activo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público:				
451 Terrenos e recursos naturais				
452 Edifícios				
453 Outras construções e infra-estrut				
454 Infra-est.e equip.natureza militar				
455 Bens de patrim.hist.,artist. cult.				
459 Outros bens de domínio público				
445 Imobilizações em curso				
446 Adiant.p/conta bens domínio públic				
Imobilizações incorpóreas:				
431 Despesas de instalação				
432 Despesas investimento e desenvolv.				
433 Propriedade indust. e outros dir.	7.121,16	7.121,16		
443 Imobilizações em curso				
449 Adiant.p/conta imobil.incorpóreas				
	7.121,16	7.121,16		
Imobilizações corpóreas:				
421 Terrenos e recursos naturais	1.584.842,91	273.803,61	1.311.039,30	1.321.423,77
422 Edifícios e outras construções	195.702,12	170.187,93	25.514,19	15.452,77
423 Equipamento básico	66.311,08	66.311,08		
424 Equipamento de transporte	190,58	190,58		
425 Ferramentas e utensílios	124.278,55	117.790,84	6.487,71	2.983,84
426 Equipamento administrativo				
427 Taras e vasilhame	84.430,87	21.172,45	63.258,42	60.168,91
429 Outras imobilizações corpóreas				
442 Imobilizações em curso				
448 Adiant.p/conta imobiliz. corpóreas				
	2.055.756,11	649.456,49	1.406.299,62	1.400.029,29
Investimentos financeiros:				
411 Partes de capital				
412 Obrigações e tít. de participação				
413 Empréstimos de financiamento				
414 Investimentos em imóveis				
415 Outras aplicações financeiras				
441 Imobilizações em curso				
447 Adiant.p/conta invest. financeiros				

Balanço - Activo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Circulante:				
Existências:				
36 Matérias-primas, sub. e de consumo				10.244,06
35 Produtos e trabalhos em curso				
34 Subprodutos,desperd.,resid. e ref.				
33 Produtos acabados e intermédios				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos por conta de compras				
				10.244,06
Dívidas de terceiros-M/longo prazo:				
2812+2822 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tit.receb				
218 Clientes,contrib e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamento a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros Devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c	6.331,00		6.331,00	25.912,53
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tit.receb	436,43	436,43		
218 Clientes,contrib.e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamentos a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos	145,30		145,30	
262+263+267+268 Outros devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
	6.912,73	436,43	6.476,30	25.912,53

Balanço - Activo
Período de 1 **a** 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Títulos negociáveis:				
151 Acções				
152 Obrigações e títulos de particip.				
153 Títulos da dívida pública				
159 Outros títulos				
18 Outras aplicações de tesouraria				
Conta no Tesouro, depósitos em Instituições financeiras e caixa:				
13 Conta no Tesouro	230.676,54		230.676,54	140.973,60
12 Depósitos em instit. financeiras				
11 Caixa				
	230.676,54		230.676,54	140.973,60
Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos	225.962,84		225.962,84	211.756,80
272 Custos diferidos	25.352,41		25.352,41	9.092,77
	251.315,25		251.315,25	220.849,57
Total de amortizações.....		656.577,65		
Total de provisões.....		436,43		
Total do activo.....	2.551.781,79	657.014,08	1.894.767,71	1.798.009,05

O Responsável

Em 11 de Março de 2021

Organismo: 5209 TC - Açores
Exercício:2020
Unidade Monetária:Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Fundos Próprios e Passivo		
Fundos próprios:		
51 Património	2.110.994,21	2.110.994,21
55 Ajustamento partes capital empresas		
56 Reservas de reavaliação		
Reservas:		
571 Reservas legais		
572 Reservas estatutárias		
573 Reservas contratuais		
574 Reservas livres		
575 Subsídios		
576 Doações	3.501,04	3.513,54
577 Reservas decorr.transf.activos		
59 Resultados transitados	337.912,03-	297.227,10-
88 Resultado líquido do exercício	97.075,80	40.684,93-
Total de fundos próprios.....	1.873.659,02	1.776.595,72
Passivo:		
29 Provisões para riscos e encargos		
Dívidas a terceiros-M/l prazo:		
23121+23221 Empréstimos p/dívida tit		
23122+23222+12 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamento por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		
228 Fornec.-Facturas em recep/conf		
222 Fornecedores - Títulos a pagar		
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar		
252 Credores pela execução do orçamento		
219 Adiant. de client,contrib.e utent		
2611Fornecedores de imobilizado, c/c		
24 Estado e Outros Entes Públicos		
262+263+267+268 Outros Credores		
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.rec		
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111+23211 Empréstimos p/dívida tit		
23112+23212 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamentos por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		

Organismo: 5209 TC - Açores
Exercício:2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
228 Fornec.-Facturas em recep/conf	24,58	
222 Fornecedores - Títulos a pagar		
2612 Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar		
252 Credores pela execução do orçamento		
219 Adiant. de client., contrib.e utent		
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		
2618 Fornc c/c imob-Fact em recep/conf		
24 Estado e outros entes públicos	2.885,72	1.945,28
262+263+267+268 Outros credores		
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb		
	2.910,30	1.945,28
Acréscimos e diferimentos:		
273 Acréscimo de custos	18.198,39	19.468,05
274 Proveitos diferidos		
	18.198,39	19.468,05
Total do passivo.....	21.108,69	21.413,33
Total fundos próprios e passivo.....	1.894.767,71	1.798.009,05

O Responsável

Em 1 de Março de 2021

Organismo: 5209 TC - Açores
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Custos e perdas				
61 Custo merc.vendid. e mat. consum.:				
Mercadorias	552,01	552,01	1.495,82	1.495,82
Matérias		139.143,67		180.975,65
Custos com o pessoal:				
641+642 Remuneracões	180.769,43		183.607,10	
643a648 Encargos sociais:				
Pensões				
Outros	46.439,67	227.209,10	41.719,37	225.326,47
63 Transf.corr.conced.prest. sociais				
66 Amortizacões do exercício	17.817,22		16.835,62	
67 Provisões do exercício		17.817,22	343,28	17.178,90
65 Outros cust. e perd. operacionais				72,00
(A).....		384.722,00		425.048,84
68 Custos e perdas financeiras				
(C).....		384.722,00		425.048,84
69 Custos e perdas extraordinários		12.646,99		28.138,81
(E).....		397.368,99		453.187,65
88 Resultado líquido do exercício		97.075,80		40.684,93-
		494.444,79		412.502,72
Proveitos e ganhos				
71 Vendas e prestação de serviços:				

Organismo: 5209 TC - Açores
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

		2020	2020	2019	2019
Vendas de mercadorias Venda de prod. acab. e interm. Venda subprod.,desperd.,res.ref. Prestação de serviços		485.277,48		364.961,22	
72 Impostos, taxas e outros Variação da produção 75 Trabalhos para a própria entidade 73 Proveitos suplementares 74 Transfer.e subsid.corrent.obtidos: 741 Transferências - Tesouro 742+743 Outras 76 Outros prov. e ganhos operacionais			485.277,48		364.961,22
(B).....			485.277,48		364.961,22
78 Proveitos e ganhos financeiros (D).....			485.277,48		364.961,22
79 Proveitos e ganhos extraordinários (F).....			9.167,31 494.444,79		47.541,50 412.502,72
Resumo:					
Resultados operacionais:(B)-(A)=			100.555,48		60.087,62-
Resultados financeiros:(D-B)-(C-A)=			100.555,48		60.087,62-
Resultados correntes:(D)-(C)=			97.075,80		40.684,93-
Resultado líquido do exercício:(F)-(E)=					

O Responsável

José José Cardoso de Medeiros

Luis Francisco M.M. Bom

José Paulo Camilo

Em 11 **de** Março **de** 2021

7.1 - C o n t r o l o O r ç a m e n t a l - D e s p e s a

D a t a: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Mod (2)	Act./ Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAPS (12)	Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	67.749,00	0,00	31.757,25	0,00	31.818,14	0,00	60,89	31.757,25	35.991,75	35.991,75	0,00	46,87
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIA	2.000,00	0,00	1.094,35	0,00	1.094,35	0,00	0,00	1.094,35	905,65	905,65	0,00	54,72
001	001	264	D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	10.000,00	0,00	945,40	0,00	945,40	0,00	0,00	945,40	9.054,60	9.054,60	0,00	9,45
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	1.051,00	0,00	509,44	0,00	509,44	0,00	0,00	509,44	541,56	541,56	0,00	48,47
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	5.000,00	0,00	2.160,00	0,00	2.160,00	0,00	0,00	2.160,00	2.840,00	2.840,00	0,00	43,20
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS D	121.917,00	0,00	51.077,76	0,00	51.125,48	0,00	47,72	51.077,76	70.839,24	70.839,24	0,00	41,90
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	6.792,00	0,00	2.149,72	0,00	2.149,72	0,00	0,00	2.149,72	4.642,28	4.642,28	0,00	31,65
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	39.017,00	0,00	17.453,27	0,00	17.453,27	0,00	0,00	17.453,27	21.563,73	21.563,73	0,00	44,73
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	5.992,00	0,00	2.337,71	0,00	2.337,71	0,00	0,00	2.337,71	3.654,29	3.654,29	0,00	39,01
001	001	264	D.01.03.09.00.00	SEGUROS	500,00	0,00	178,99	0,00	178,99	0,00	0,00	178,99	321,01	321,01	0,00	35,80
001	001	264	D.01.03.10.D0.00	DOENCA	2.080,00	0,00	2.075,35	0,00	2.075,35	0,00	0,00	2.075,35	4,65	4,65	0,00	99,78
001	001	264	D.01.03.10.G0.00	CONTRIBUICOES PARA A	858,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	858,00	858,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	OutDespSS-Parentalid	1.397,00	0,00	1.163,13	0,00	1.163,13	0,00	0,00	1.163,13	233,87	233,87	0,00	83,26
001	001	264	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRI	1.300,00	0,00	152,86	0,00	192,86	0,00	40,00	152,86	1.147,14	1.147,14	0,00	11,76
001	001	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	500,00	0,00	124,83	0,00	164,83	0,00	40,00	124,83	375,17	375,17	0,00	24,97
001	001	264	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	1.500,00	0,00	631,89	0,00	631,89	0,00	0,00	631,89	868,11	868,11	0,00	42,13
001	001	264	D.02.01.08.B0.00	CONSUMIVEIS DE IMPRE	600,00	0,00	75,52	0,00	75,52	0,00	0,00	75,52	524,48	524,48	0,00	12,59
001	001	264	D.02.01.08.C0.00	OUTROS	2.500,00	0,00	395,80	0,00	595,80	0,00	200,00	395,80	2.104,20	2.104,20	0,00	15,83
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕ	2.000,00	0,00	1.019,52	0,00	1.184,52	0,00	165,00	1.019,52	980,48	980,48	0,00	50,98
001	001	264	D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃ	2.500,00	0,00	590,49	0,00	715,49	0,00	125,00	590,49	1.909,51	1.909,51	0,00	23,62
001	001	264	D.02.01.19.00.00	Artig Honor Decoraç	1.500,00	0,00	96,00	0,00	96,00	0,00	0,00	96,00	1.404,00	1.404,00	0,00	6,40
001	001	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	2.800,00	0,00	2.379,19	0,00	2.469,19	0,00	90,00	2.379,19	420,81	420,81	0,00	84,97
001	001	264	D.02.02.01.B0.00	ÁGUA, ELETRICIDADE E	18.000,00	0,00	11.072,93	0,00	11.072,93	0,00	0,00	11.072,93	6.927,07	6.927,07	0,00	61,52
001	001	264	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	24.500,00	0,00	23.762,22	0,00	23.762,22	0,00	0,00	23.762,22	737,78	737,78	0,00	96,99
001	001	264	D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	64.940,00	0,00	25.962,44	0,00	12.345,04	0,00	342,00	12.003,04	38.977,56	52.936,96	13.959,40	18,48
001	001	264	D.02.02.06.00.00	Locaç Mat Transporte	7.900,00	0,00	4.426,59	0,00	4.426,59	0,00	0,00	4.426,59	3.473,41	3.473,41	0,00	56,03
001	001	264	D.02.02.09.C0.00	COMUNICACOES FIXAS D	2.000,00	0,00	1.067,02	0,00	1.067,02	0,00	0,00	1.067,02	932,98	932,98	0,00	53,35
001	001	264	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVICOS DE C	3.500,00	0,00	2.466,47	0,00	2.756,47	0,00	290,00	2.466,47	1.033,53	1.033,53	0,00	70,47
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	23.500,00	0,00	8.248,13	0,00	8.248,13	0,00	0,00	8.248,13	15.251,87	15.251,87	0,00	35,10
001	001	264	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SE	3.000,00	0,00	937,60	0,00	1.145,60	0,00	208,00	937,60	2.062,40	2.062,40	0,00	31,25
001	001	264	D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	3.200,00	0,00	3.028,38	0,00	3.028,38	0,00	0,00	3.028,38	171,62	171,62	0,00	94,64
001	001	264	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADA	20.000,00	0,00	5.390,78	0,00	5.390,78	0,00	0,00	5.390,78	14.609,22	14.609,22	0,00	26,95
001	001	264	D.02.02.14.D0.00	OUTROS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	8.000,00	0,00	930,00	0,00	930,00	0,00	0,00	930,00	7.070,00	7.070,00	0,00	11,63
001	001	264	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕ	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATO	2.000,00	0,00	115,69	0,00	115,69	0,00	0,00	115,69	1.884,31	1.884,31	0,00	5,78
001	001	264	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURAN	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMATICO	16.100,00	0,00	15.657,61	0,00	15.657,61	0,00	0,00	15.657,61	442,39	442,39	0,00	97,25
001	001	264	D.02.02.19.C0.00	OUTROS	3.800,00	0,00	2.369,68	0,00	2.369,68	0,00	0,00	2.369,68	1.430,32	1.430,32	0,00	62,36
001	001	264	D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP,	33.000,00	0,00	32.804,00	0,00	32.804,00	0,00	0,00	32.804,00	196,00	196,00	0,00	99,41
001	001	264	D.02.02.20.K0.00	OUTROS	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.23.B0.00	VERIFICAÇAO MEDICA	800,00	0,00	124,00	0,00	124,00	0,00	0,00	124,00	676,00	676,00	0,00	15,50
001	001	264	D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	11.000,00	0,00	7.966,39	0,00	8.266,39	0,00	300,00	7.966,39	3.033,61	3.033,61	0,00	72,42
001	001	264	D.07.01.07.B0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	821,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	821,00	821,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.07.B0.C0	OUTROS	10.750,00	0,00	16.637,87	0,00	13.278,41	0,00	0,00	13.278,41	2.112,13	5.471,59	3.359,46	70,82
001	001	264	D.07.01.09.B0.A0	HW DE COMUNICACOES	2.500,00	0,00	2.417,68	0,00	2.417,68	0,00	0,00	2.417,68	82,32	82,32	0,00	96,71
001	001	264	D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	6.500,00	0,00	5.929,91	0,00	5.929,91	0,00	0,00	5.929,91	570,09	570,09	0,00	91,23
001	001	264	D.07.01.10.B0.B0	OUTROS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.12.B0.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRA	2.179,00	0,00	2.178,35	0,00	2.178,35	0,00	0,00	2.178,35	0,65	0,65	0,00	99,97

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação económica		Dotações	Cativos ou	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
			Código	Descrição	Corrigidas	Congelamen	Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq (13)=	Dotação não Comprometid	Saldo (15)=	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(10)+(11)-(12)	(14)=(6)-(7)-(8)-(9)	[(6)-(7)]-(13)	(16)=[(8)+(9)]-(13)	
Total Actividade/Projecto: 264					563.143,00	0,00	291.862,21	0,00	276.451,96	0,00	1.908,61	274.543,35	271.280,79	288.599,65	17.318,86	48,75
001	001	957	D.06.02.03.R0.00	RESERVA	14.612,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.612,00	14.612,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 957					14.612,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.612,00	14.612,00	0,00	0,00
Total Medida: 001					577.755,00	0,00	291.862,21	0,00	276.451,96	0,00	1.908,61	274.543,35	285.892,79	303.211,65	17.318,86	47,52
001	095	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	500,00	0,00	454,77	0,00	454,77	0,00	0,00	454,77	45,23	45,23	0,00	90,95
001	095	264	D.02.01.11.00.00	Mat Consumo Clinico	4.500,00	0,00	4.338,42	0,00	4.338,42	0,00	0,00	4.338,42	161,58	161,58	0,00	96,41
001	095	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	710,00	0,00	555,96	0,00	555,96	0,00	0,00	555,96	154,04	154,04	0,00	78,30
001	095	264	D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	1.000,00	0,00	283,20	0,00	283,20	0,00	0,00	283,20	716,80	716,80	0,00	28,32
Total Actividade/Projecto: 264					6.710,00	0,00	5.632,35	0,00	5.632,35	0,00	0,00	5.632,35	1.077,65	1.077,65	0,00	83,94
Total Medida: 095					6.710,00	0,00	5.632,35	0,00	5.632,35	0,00	0,00	5.632,35	1.077,65	1.077,65	0,00	83,94
Total Programa: 001					584.465,00	0,00	297.494,56	0,00	282.084,31	0,00	1.908,61	280.175,70	286.970,44	304.289,30	17.318,86	47,94
Total Fonte Financiamento: 513					584.465,00	0,00	297.494,56	0,00	282.084,31	0,00	1.908,61	280.175,70	286.970,44	304.289,30	17.318,86	47,94

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Mod (2)	Act./Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAFS (12)	Despesas Pagas Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	38.767,00	0,00	38.196,52	0,00	38.196,52	0,00	0,00	38.196,52	570,48	570,48	0,00	98,53
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	700,00	0,00	489,54	0,00	489,54	0,00	0,00	489,54	210,46	210,46	0,00	69,93
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	8.600,00	0,00	3.690,00	0,00	3.690,00	0,00	0,00	3.690,00	4.910,00	4.910,00	0,00	42,91
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS D	62.356,00	0,00	52.760,42	0,00	52.760,42	0,00	0,00	52.760,42	9.595,58	9.595,58	0,00	84,61
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	3.600,00	0,00	883,80	0,00	883,80	0,00	0,00	883,80	2.716,20	2.716,20	0,00	24,55
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	20.710,00	0,00	18.634,06	0,00	18.634,06	0,00	0,00	18.634,06	2.075,94	2.075,94	0,00	89,98
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	3.300,00	0,00	2.734,27	0,00	2.734,27	0,00	0,00	2.734,27	565,73	565,73	0,00	82,86
001	001	264	D.01.03.10.D0.00	DOENCA	777,00	0,00	775,56	0,00	775,56	0,00	0,00	775,56	1,44	1,44	0,00	99,81
001	001	264	D.01.03.10.00.00	CONTRIBUICOES PARA A	190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	190,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 264					139.000,00	0,00	118.164,17	0,00	118.164,17	0,00	0,00	118.164,17	20.835,83	20.835,83	0,00	85,01
Total Medida: 001					139.000,00	0,00	118.164,17	0,00	118.164,17	0,00	0,00	118.164,17	20.835,83	20.835,83	0,00	85,01
Total Programa: 001					139.000,00	0,00	118.164,17	0,00	118.164,17	0,00	0,00	118.164,17	20.835,83	20.835,83	0,00	85,01
Total Fonte Financiamento: 522					139.000,00	0,00	118.164,17	0,00	118.164,17	0,00	0,00	118.164,17	20.835,83	20.835,83	0,00	85,01
Total Classificação Funcional: 111					723.465,00	0,00	415.658,73	0,00	400.248,48	0,00	1.908,61	398.339,87	307.806,27	325.125,13	17.318,86	55,06
Total Classificação Orgânica: 01 1 06 02 00					723.465,00	0,00	415.658,73	0,00	400.248,48	0,00	1.908,61	398.339,87	307.806,27	325.125,13	17.318,86	55,06
Total por Organismo: 5209					723.465,00	0,00	415.658,73	0,00	400.248,48	0,00	1.908,61	398.339,87	307.806,27	325.125,13	17.318,86	55,06

7.2 - Controlo Orçamental - Receita

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg	Mod	Classificação económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas	Receitas cobradas brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada	Receita por cobrar no	Grau de execução orçamental
		Código	Descrição	Corrigidas	no inicio do ano	Emitidas	Liquidadas	anuladas	Ano	Anos anteriores	Total	Emitidos	Pagos	liquida	final do ano	da receita
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)	(14)	(15)=(12)-(14)	(16)=(6)+(7)-(9)-(12)	(17)=(15)/(5)*100
001	001	R.04.01.99.A0.00	EMOLUMENTOS DA SECÇÃ	544.265,00	26.347,61	454.570,09	474.151,62	0,00	448.239,09	25.912,53	474.151,62	4.307,47	4.307,47	469.844,15	6.766,08	86,33
001	001	R.04.02.01.00.00	JUROS DE MORA	100,00	1,35	85,49	85,49	0,00	85,49	0,00	85,49	0,00	0,00	85,49	1,35	85,49
001	001	R.08.01.99.99.01	Org EGE -Outras-Outr	40.000,00	0,00	17.148,15	17.148,15	0,00	17.148,15	0,00	17.148,15	0,00	0,00	17.148,15	0,00	42,87
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATI	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total medida			001	584.465,00	26.348,96	471.803,73	491.385,26	0,00	465.472,73	25.912,53	491.385,26	4.307,47	4.307,47	487.077,79	6.767,43	83,34
Total programa			001	584.465,00	26.348,96	471.803,73	491.385,26	0,00	465.472,73	25.912,53	491.385,26	4.307,47	4.307,47	487.077,79	6.767,43	83,34
Total Fonte Financiamento:			513	584.465,00	26.348,96	471.803,73	491.385,26	0,00	465.472,73	25.912,53	491.385,26	4.307,47	4.307,47	487.077,79	6.767,43	83,34

7.2 - Controlo Orçamental - Receita

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg	Med	Classificação económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas	Receitas cobradas brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada	Receita por cobrar no	Grau de execução orçamental
		Código	Descrição	Corrigidas	no inicio do ano	Emitidas	Liquidadas	anuladas	Ano	Anos anteriores	Total	Emitidos	Pagos	liquida	final do ano	da receita
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)	(14)	(15)=(12)-(14)	(16)=(6)+(7)-(9)-(12)	(17)=(15)/(5)*100
001	001	R.16.01.01.00.00	NA POSSE DO SERVIÇO	139.029,00	0,00	139.028,32	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	0,00	139.028,32	0,00	100,00
Total medida			001	139.029,00	0,00	139.028,32	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	0,00	139.028,32	0,00	100,00
Total programa			001	139.029,00	0,00	139.028,32	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	0,00	139.028,32	0,00	100,00
Total Fonte Financiamento:			522	139.029,00	0,00	139.028,32	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	139.028,32	0,00	0,00	139.028,32	0,00	100,00
Total Classificação Orgânica:			01 1 06 02 00	723.494,00	26.348,96	610.832,05	630.413,58	0,00	604.501,05	25.912,53	630.413,58	4.307,47	4.307,47	626.106,11	6.767,43	86,54
Total por Organismo:			5209	723.494,00	26.348,96	610.832,05	630.413,58	0,00	604.501,05	25.912,53	630.413,58	4.307,47	4.307,47	626.106,11	6.767,43	86,54

Relativamente ao levantamento das dotações do OE, através da PLC, foram criados dois códigos informáticos a título temporário - 99.99.99.01.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Correntes) e 99.99.99.02.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Capital), para contabilizar orçamentalmente estes movimentos.

O controlo do saldo de créditos libertos não é feito por tipo de despesa (correntes e capital). Assim, este mapa pode apresentar em determinado período valores de receita emitida inferiores aos valores de receita cobrada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. A Secção Regional dos Açores – Cofre Privativo, entidade cuja atribuição de um número de identificação de pessoa coletiva próprio, 510 935 788, ocorreu a 1 de janeiro de 2014, situa-se na Rua Ernesto do Canto, 34 – 9504-526 Ponta Delgada, e dispõe de autonomia administrativa e financeira, no que se refere às verbas do seu Orçamento Privativo, enquadrando-se no *Capítulo 06* – Tribunal de Contas, *Divisão 02* – Cofre Privativo SRATC.

1.2. As regras sobre a respetiva orgânica e funcionamento encontram-se definidas na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), alterada, por último, pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 184/2001, de 21 de junho, e no Despacho n.º 12 736/2000, de 7 de junho de 2000, publicado no Diário da República, II série, n.º 142, de 21 de junho de 2000.

1.3. A estrutura organizacional efetiva encontra-se evidenciada no anexo 1.

1.4. Nos termos do artigo 1.º da LOPTC, "*O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras*".

1.5. Recursos humanos:
O número de efetivos, reportado a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, departamentos e serviços, bem como por tipo de vínculo, é o que se apresenta no anexo 2

1.6. Os procedimentos contabilísticos encontram-se definidos por lei e por despachos internos.

O registo de toda a atividade financeira é feito informaticamente, desde 1 de janeiro de 2006, estando disponíveis, em qualquer altura, todo um conjunto de *outputs* (diários, balancetes, extratos de conta, entre outros).

Toda a documentação impressa do sistema informático encontra-se arquivada em pastas, atendendo à sua natureza e ordem cronológica. Todos os documentos de despesa, de receita e de operações de tesouraria, bem como os processos que lhes deram origem, encontram-se arquivados na contabilidade, por mês e por rubrica orçamental, sendo ordenados por número do documento de despesa e número de guia de receita, caso se refiram a despesa ou receita, respetivamente.

O sistema informático utilizado – GeRFiP – possibilita o registo nos termos do POCP, permitindo, também, uma reflexão das contabilizações em SNC-AP, estando todo o processo de despesa e de receita automatizado, por forma a que todo um conjunto de

informações sejam apenas introduzidas no início, estando disponíveis nas várias fases subsequentes.

É reportada informação contabilística à Direção-Geral do Orçamento (DGO), nos termos estabelecidos no Decreto-Lei de Execução do Orçamento do Estado e da Circular da DGO, respeitante às instruções complementares ao referido Decreto-Lei. Destaca-se o reporte mensal da execução orçamental, através dos mapas de "*Controlo Orçamental da Despesa* e *da Receita*", das alterações orçamentais de despesa e de receita, bem como dos encargos assumidos e não pagos. Trimestralmente, é realizado o reporte da Unidade de Tesouraria à DGO e é elaborado um *Relatório de Execução Orçamental*, que se remete à mesma entidade, assim como um *Relatório de Gestão,* que é apresentado internamente ao respetivo órgão de gestão.

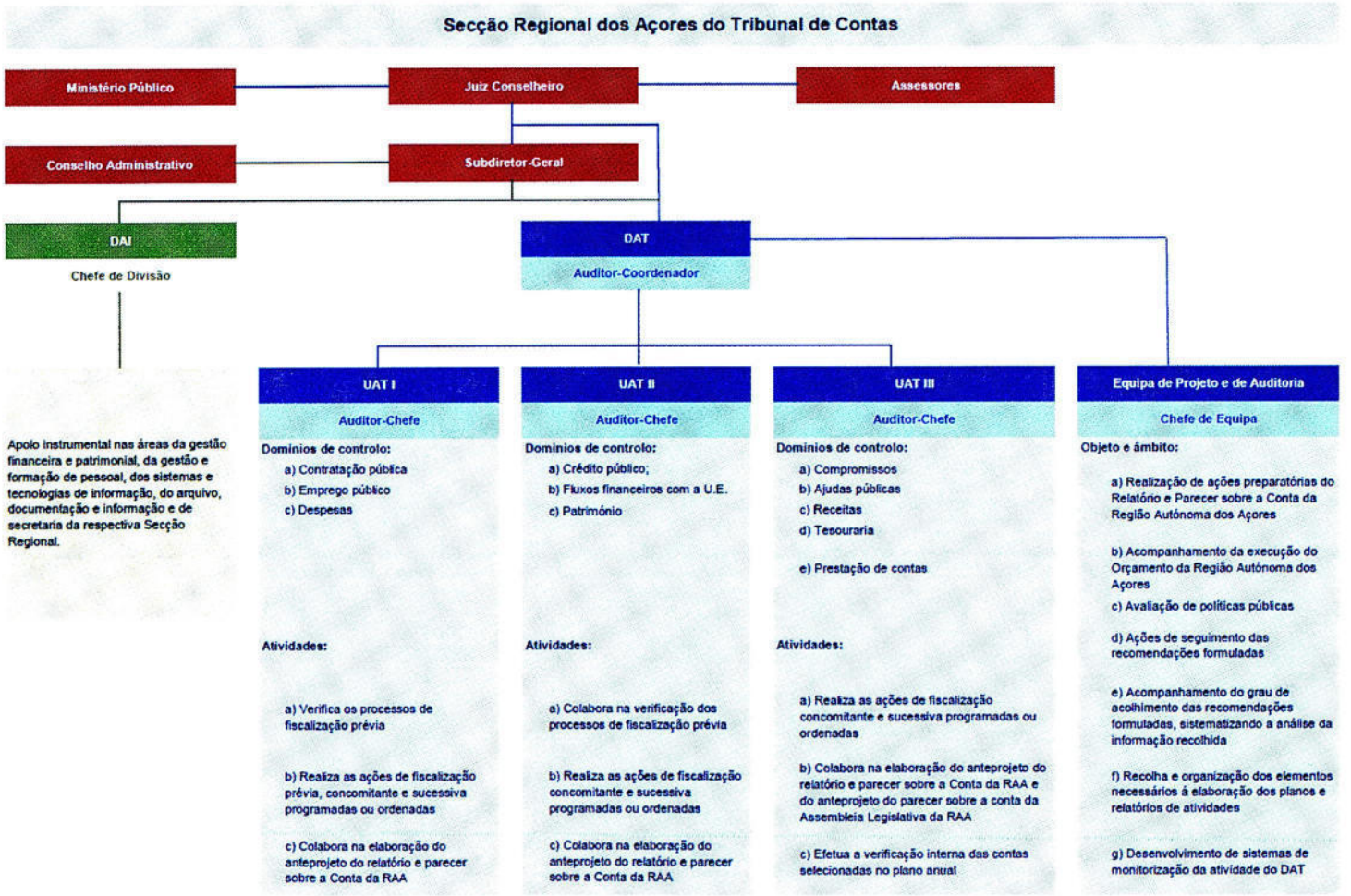
Todas as restantes peças contabilísticas, que integram as demonstrações financeiras, apenas são elaboradas no fim do exercício económico. Todavia, são realizadas conferências periodicamente, existindo mapas contabilísticos sempre disponíveis.

Ponta Delgada, em 11 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO 1

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



ANEXO 2

MAPA DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DO TRIBUNAL DE CONTAS

DEPARTAMENTO	SERVIÇO	CARREIRAS/CATEGORIAS	NOMEADOS	CONTRATO DE TRAB.F.PÚBL.	REGIME DE MOBILIDADE INTERNA
Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas					
		Subdiretor-Geral	1		
Departamento de Apoio Técnico-Operativo		Auditor-Coordenador	1		
	UAT I	Auditor-Chefe	1		
		Técnico Verificador Superior	4		
		Técnico Superior			
	UAT II	Auditor-Chefe	1		
		Auditor			
		Técnico Verificador Superior	3		
	UAT III	Auditor-Chefe	1		
		Auditor	2		
		Técnico Verificador Superior	5		
	Equipa de Projeto e de Auditoria	Chefe de Equipa	1		
		Auditor	1		
		Técnico Verificador Superior	2		
		Técnico Superior	1		
Departamento de Apoio Instrumental		Chefe de Divisão	1		
	Núcleo de Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico Superior		1	
	Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial	Técnico Superior		1	
		Assistente Técnico		2	
	Núcleo de Gestão de Pessoal	Assistente Técnico		2	
		Assistente Operacional		4	
	Núcleo de Arquivo, Documentação e Informação	Assistente Técnico		1	
	Secretaria do Tribunal	Assistente Técnico		1	
	Gabinete de Apoio ao Juiz Conselheiro	Assistente Técnico		1	
		TOTAL	24	14	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.3. Após quatro anos de utilização da aplicação informática RIGORE, no exercício de 2010 operou-se a transição para o GeRFiP que, deste então, assegura a aplicação do POCP na Secção Regional dos Açores (SRATC), permitindo, assim, a manutenção da credibilidade e fiabilidade das demonstrações financeiras apresentadas.

Pese embora os serviços do Tribunal se encontrem preparados para esse objetivo desde 2018, o sistema GeRFiP não permitiu a aplicação do normativo contabilístico SNC-AP na sua plenitude, no exercício de 2020. Tal situação deveu-se a algumas limitações ainda evidenciadas pelo referido sistema, à semelhança do sucedido em 2018 e 2019, não obstante as melhorias pontuais registadas, resultantes do maior número de mapas disponibilizados e da proposta de formas alternativas para a sua construção.

Em face das limitações evidenciadas pelo GeRFiP, não se mostram reunidas todas as condições para a prestação de contas em SNC-AP, pelo que foi requerido ao Juiz Conselheiro da SRATC a autorização para, excecionalmente, voltar a prestar contas em POCP, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-A/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, nos termos do qual os serviços podem prestar as contas relativas ao exercício de 2020 no mesmo regime contabilístico em que foram prestadas as contas do exercício de 2019. Tal pedido mereceu despacho autorizador de 11 de janeiro de 2021, exarado na Informação n.º 6-2021/NGFP, da mesma data, anuindo, assim, a que a prestação de contas de 2020, por parte da SRATC, fosse concretizada nos termos do referencial contabilístico do POCP, com observância da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro.

O ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, não se tendo verificado quaisquer abates de bens.

No exercício de 2020, as aquisições de imobilizado atingiram o montante total de € 24.087,55, dos quais: € 15.539,15, correspondem a equipamento de informática e de telecomunicações (sete computadores portáteis, dois computadores de secretária, dois monitores, dois teclados, sete ratos, dois *switches* e um *router*); € 3.687,91, a mobiliário de escritório (onze cadeiras, uma secretária e um bloco rodado com gavetas); € 2.242,00, a dois equipamentos de ar condicionado; € 2.178,35, a carpetes para a escadaria da entrada do edifício onde está instalada a SRATC; € 283,20 a dois dispensadores mecânicos de álcool gel, no âmbito da medida "*Contingência COVID 2019 – prevenção, contenção, mitigação e tratamento*"; e € 156,94 a sete malas para computadores portáteis.

O edifício no qual a SRATC desenvolve a sua atividade, Palácio Canto, foi cedido pela Região Autónoma dos Açores (RAA) ao Tribunal de Contas, nos termos da Resolução do Governo Regional dos Açores n.º 9/1994, de 20 de janeiro, a título precário e por tempo indeterminado, devendo ser devolvido à RAA logo que a SRATC deixe de necessitar do mesmo. O imóvel encontra-se contabilizado pelo valor do restauro, cujo montante foi integralmente suportado pelo seu Cofre Privativo, € 1.548.794,49, conforme se pode verificar no Anexo I, sendo que, à presente data, o seu valor bruto se cifra em € 1.584.842,91, na sequência da adição de três subnúmeros que o edifício agrega ao seu valor inicial, fixando-se o seu valor líquido em € 1.331.039,30.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, em cumprimento da legislação em vigor, pelo que o início das amortizações é contado a partir do mês em que o bem foi adquirido, em resultado da aplicação do sistema GeRFiP.

Os bens de economato foram valorizados e registados ao custo de aquisição, o que se traduziu na soma do preço de compra aos gastos suportados com o seu transporte até ao armazém, em condições de ser consumido, sendo que os bens adquiridos não se destinaram à venda, mas sim, apenas, à satisfação das necessidades de funcionamento da SRATC. O método adotado para a saída destes bens foi o do custo médio ponderado, tendo as respetivas contabilizações sido realizadas pelo próprio sistema GeRFiP.

No decurso do exercício de 2020, verificou-se uma alteração de política contabilística referente ao tratamento dos bens de economato, conduzida pela eSPap, cuja produção de efeitos se iniciou a 1 de julho de 2020.

Até final do mês de junho de 2020, a situação existente caracterizava-se como segue:

a) A compra de bens de economato era classificada na classe 3, sendo o seu custo/gasto reconhecido na conta 61* - *Cust. Merc. Vend. Mat. Cons.,* aquando do seu consumo;
b) Os proveitos/rendimentos, provenientes de emolumentos da SRATC, resultantes da atividade normal da SRATC, eram, e continuam a ser, registados na conta POCP 7241* - Tx., Multa e Out. Pen./SNC-AP 704*.

Tal situação gerava uma discrepância na utilização de contas por parte da SRATC, já que a conta 61* encontra-se associada a mercadorias vendidas ou incorporadas no processo produtivo, enquanto a conta 72* se encontra associada à prestação de serviços.

Ora, considerando que o economato adquirido pela SRATC tem como finalidade o consumo interno pelos diferentes serviços/unidades orgânicas, mantendo, pela sua natureza, a necessidade de armazenamento e consequente gestão, justifica-se adequar a política contabilística.

Assim, estes bens deixaram de ser registados como existências/inventários, passando a ter uma contabilização específica. As alterações ocorridas, em termos de contabilização dos materiais de economato, encontram-se representadas no quadro seguinte:

Contabilização	Contabilização anterior		Nova contabilização	
	POCP	SNC-AP	POCP	SNC-AP
Stock	3630100000	3380000000	2729900000	2819100010
Saída de *stock* para centro de custo	6163000000	6129000000	62*	62*
Compras	3160100000	3129000000	2729900001	2819100020
	3160199999			
Regularizações	3860000000	3830000000	N/A	N/A
	3869999999	3839999999		
Perdas/Quebras/Sinistros	6932000000	6842000000	6988980000	6889100000
	6938000000	6849000000		
	6931000000	6841000000		
Sobras/Ganhos	7932000000	7842000000	7988010000	7889100000
	7938000000	7849000000		

As alterações realizadas implicam, em suma, o seguinte:

a) Os bens de economato, aquando da sua compra, passam a ser classificados na classe 2, conta 2729900000/SNC-AP 2819100010 *Acréscimos e Diferimentos - Consumíveis*;
b) A conta 272990000 fica com um saldo devedor respeitante ao *stock* detido, mantendo-se por essa via o controlo da gestão do *stock*, e, à medida que o material for consumido, será creditada por contrapartida do respetivo gasto, na conta 62* - *Fornecimentos e Serviços Externos*.

Em resultado, procedeu-se aos acertos referentes aos movimentos ocorridos até 30 de junho 2020, registados nos seguintes documentos contabilísticos:

- Documento n.º 1900000059, a 27/06/2020, para regularização de existências:
  Conta POCP 3869999999/SNC-AP 3839999999 (débito);
  Conta POCP 3860000000/SNC-AP 3830000000 (crédito);
  Montante de € 15.258,42.

- Documento n.º 1900000060, a 27/06/2020, para transferência do saldo da conta *Matérias Primas, Subsid. e de Consumo - Materiais Diversos* para a conta *Acréscimos e Diferimentos - Consumíveis*:
  Conta POCP 2729900000/SNC-AP 281910010 (débito);
  Conta POCP 3630100000/SNC-AP 338000000 (crédito);
  Montante de € 15.258,42.

- Documento n.º 1900000131, a 30/12/2020, para regularização de provisões para depreciação de existências, através da sua transferência para a conta *Acréscimos e Diferimentos – Provisões Consumíveis*:
  Conta POCP 3960000000/SNC-AP 3398000000 (débito);
  Conta POCP 2729900002/SNC-AP 2819100030 (crédito);
  Montante de € 842,20.

As provisões com justificação encontrada no risco de incobrabilidade dos créditos e na natureza privada do respetivo devedor, são constituídas no final do ano, em resultado da análise dos balancetes de antiguidade de dívida, sendo o seu montante aferido com base nos critérios previstos no n.º 2 do artigo 28.º-B do Código do IRC. Encontrando-se a dívida em processo de execução fiscal, conduzido pela Autoridade Tributária, a provisão é constituída pela importância total do crédito por receber

2.7. e 2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, quer de aquisições, quer de amortizações, quer ainda de abates, são os que se apresentam nos quadros que compõem o anexo 1.

2.17. No exercício de 2020, à semelhança do ano transato, a SRATC não evidenciou disponibilidades de tesouraria que lhe possibilitassem a realização de aplicações financeiras em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo - CEDIC.

2.23. No final do ano de 2020, as dívidas de cobrança duvidosa referem-se a dois contribuintes particulares:

(Euro)

Dívidas de cobrança duvidosa		
Conta	Designação	Valor
2.1.8.	Contribuintes cobrança duvidosa	436,43
Total da conta 2.1.8 – Contribuintes cobrança duvidosa		**436,43**

2.24. O valor global dos encargos da SRATC para com o seu pessoal, em 31-12-2020, refere-se à retribuição de trabalho suplementar realizado em dezembro de 2020 e ao subsídio de disponibilidade permanente, relativo a férias e a subsídio de férias, bem como aos concernentes encargos com a Caixa Geral de Aposentações (CGA), que apenas serão pagos no ano de 2021.

Todos os encargos mencionados no parágrafo anterior foram apurados, por intermédio das correspondentes estimativas para 2021, na conta *27.3.2. – Remunerações a liquidar*, cifrando-se em € 9.286,83, discriminados no quadro seguinte:

Remunerações a liquidar

(em Euro)

Descrição	Cofre
Subsídio de disponibilidade permanente – Férias	3.618,49
Subsídio disponibilidade permanente – Subsídio de férias	3.618,49
Horas Extraordinárias respeitantes a dezembro de 2020	267,53
Encargos sobre remunerações – CGA – SDP – Férias	859,39
Encargos sobre remunerações – CGA – SDP – Subsídio de férias	859,39
Encargos sobre remunerações – CGA – Horas extraordinárias respeitantes a dezembro de 2020	63,54
Total	**€ 9.286,83**

2.31 O desenvolvimento das provisões constantes do balanço da SRATC, em 31-12-2020, é o apresentado no quadro seguinte:

Código das Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões p/aplicações tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões p/cobranças duvidosas	436,43	0,00	0,00	436,43
292 Provisões p/riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39 Provisões p/depreciação existências	842,20	0,00	842,20	0,00
49 Provisões p/investimentos financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
*	1.278,63	0,00	842,20	436,43

O movimento ocorrido na conta 39 prende-se com a regularização respeitante às provisões de existências, registada na sequência da alteração de política contabilística relativa ao tratamento dos bens de economato, que se traduziu no registo a débito da conta *Provisões para Depreciação de Existências – Matérias Primas, Subsid. e de Consumo*, por contrapartida do registo a crédito da conta *Acréscimos e Diferimentos – Provisões Consumíveis*, no montante de € 842,20.

As provisões para a depreciação de bens de economato, no total de € 842,20, resultam do critério adotado da inexistência de movimentação nos últimos dois exercícios, devidamente ponderado pelo eventual perecimento/utilidade do bem.

No exercício de 2020, não se verificou a necessidade de constituição de provisões para depreciações de bens de economato, mantendo-se inalterados os montantes das provisões em vigor desde o final do exercício de 2018.

As provisões para cobranças duvidosas referem-se às dívidas de dois contribuintes particulares, relativamente aos quais decorrem execuções fiscais, no total de € 436,43, conforme abaixo discriminado:

a) Provisão constituída em 2017, pelo valor de € 93,15, referente às dívidas de um particular, no valor de € 91,80, respeitantes a processo de multa, e de € 1,35, relativo a juros de mora. O grau de risco de cobrança estimado é de 100% para ambas as dívidas, perfazendo o referido total, € 93,15;
b) Provisão constituída em 2019, pelo montante de € 343,28, referente à divida de um particular no âmbito de processo de responsabilidade financeira. O grau de risco de cobrança estimado é de 100%, pelo que a provisão apurada é de € 343,28.

2.32 O registo ocorrido na conta *57 – Reservas* resultou do movimento **a débito na subconta *57.6. – Doações***, respeitante ao ajustamento das reservas, pelo valor correspondente à amortização do exercício de 2020, de um crucifixo de pau-preto doado à SRATC no ano de 2013.

A conta *590 – Resultados Transitados (de períodos anteriores)* – registou um débito de € 40.684,93 pela transferência do resultado líquido de 2019. No final do exercício, a conta 59 cifrou-se num saldo devedor de € 337.912,03.

2.33 A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
32/36	Existências iniciais	0,00	11.086,26
312/316	Compras	0,00	4.724,17
38	Regularização de existências	0,00	15.258,42-
32/36	Existências finais	0,00	0,00
612/616	Custos no Exercício	0,00	552,01
	CMVMC = EI + C +/- REG - EF	0,00	552,01

O montante total de € 552,01, reflete a contabilização do custo dos bens de economato que saíram de *stock* para consumo dos serviços da SRATC, na conta 6163 – *Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas – Materiais Diversos*, que vigorou até 30 de junho de 2020, tendo em conta a alteração de política contabilística de existências, ocorrida a partir dessa data.

2.37 Não se verificaram quaisquer resultados financeiros, em 2020.

2.38 A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro que se segue:

	2020	2019
Custos e Perdas		
691 Transferências de capital concedidas		
692 Dívidas incobráveis		1,14
693 Perdas em existências		
694 Perdas em imobilizações		
695 Multas e penalidades		
696 Aumentos amortizações e provisões	12.609,88	28.137,67
697 Correcções relativas exerc. anterior	37,11	
698 Outros custos perdas extraordinários	3.479,68-	19.402,69
Resultados extraordinários	9.167,31	47.541,50
Proveitos e Ganhos		
791 Restituições de impostos		
792 Recuperação de dívidas		0,15
793 Ganhos em existências		
794 Ganhos em imobilizações		
795 Benefícios penalidades contratuais		
796 Reduções amortizações e provisões	1.388,59	146,87
797 Correcções relativas a exerc. anter.	7.778,72	47.394,48
798 Outros proveitos ganhos extraordin.		
	9.167,31	47.541,50

Ponta Delgada, em 11 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO 1

Imobilizado em 31/12/2020
Cofre - 5209

Empr	CtaBal.CAP	Classe	Denominação	ValAquis.	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
5209	4220000000	42200000	Ed Out Cons-Outros	1.584.842,91	273.803,61-	1.311.039,30	EUR
* 5209	4220000000			1.584.842,91	273.803,61-	1.311.039,30	EUR
5209	**4230000000**	**42310000**	**Outro Eq Básico**	**81.568,99**	**81.476,13-**	**92,86**	**EUR**
5209	4230000000	42320000	Eq. Básico - Escrit.	44.030,27	44.030,27-	0,00	EUR
5209	**4230000000**	**42340000**	**Eq. Básico - Outros**	**18.530,50**	**18.402,85-**	**127,65**	**EUR**
5209	4230000000	42390000	Eq. Básico - Baixo V	17.937,90	17.937,90-	0,00	EUR
* 5209	4230000000			162.067,66	161.847,15-	220,51	EUR
5209	**4231000000**	**42310001**	**Eq Inform e Telecomu**	**33.474,47**	**8.287,45-**	**25.187,02**	**EUR**
* 5209	4231000000			33.474,47	8.287,45-	25.187,02	EUR
5209	4237000000	42310007	Eq e Mat Apoio Produ	159,99	53,33-	106,66	EUR
* 5209	4237000000			159,99	53,33-	106,66	EUR
5209	**4240000000**	**42411000**	**Eq Transp-Outros**	**66.311,08**	**66.311,08-**	**0,00**	**EUR**
* 5209	4240000000			66.311,08	66.311,08-	0,00	EUR
5209	4250000000	42520000	Ferr. Uten. Baixo V.	190,58	190,58-	0,00	EUR
* 5209	4250000000			190,58	190,58-	0,00	EUR
5209	**4260000000**	**42610000**	**Eq Administ-Outros**	**2.450,54**	**2.176,20-**	**274,34**	**EUR**
5209	4260000000	42620000	Eq. Adm. - Escr. Rep	51.121,89	50.978,91-	142,98	EUR
5209	**4260000000**	**42640000**	**Eq. Adm. - Outros**	**48.166,28**	**48.166,28-**	**0,00**	**EUR**
5209	4260000000	42690000	Eq. Adm. - Baixo Val	15.651,97	15.651,97-	0,00	EUR
* 5209	4260000000			117.390,68	116.973,36-	417,32	EUR
5209	**4261000000**	**42600001**	**Informát e Telecomun**	**304,99**	**101,67-**	**203,32**	**EUR**
* 5209	4261000000			304,99	101,67-	203,32	EUR
5209	4262000000	42600002	Escritório e Reprogr	232,77	27,91-	204,86	EUR
* 5209	4262000000			232,77	27,91-	204,86	EUR
5209	**4263000000**	**42600003**	**Mobil Escrit, Arqui**	**6.350,11**	**687,90-**	**5.662,21**	**EUR**
* 5209	4263000000			6.350,11	687,90-	5.662,21	EUR
5209	4290000000	42910000	Ati Fix Tang-Outros	61.311,74	3.168,24-	58.143,50	EUR
5209	**4290000000**	**42990000**	**O. Imob. Baixo V.**	**15.736,03**	**15.736,03-**	**0,00**	**EUR**
* 5209	4290000000			77.047,77	18.904,27-	58.143,50	EUR
5209	4290200000	42910002	Eq Dec Con, Ut Comum	7.383,10	2.268,18-	5.114,92	EUR
* 5209	4290200000			7.383,10	2.268,18-	5.114,92	EUR
5209	**4330000000**	**43300000**	**Propried Industrial**	**7.121,16**	**7.121,16-**	**0,00**	**EUR**
* 5209	4330000000			7.121,16	7.121,16-	0,00	EUR

Empr	CtaBal.CAP	Classe	Denominação	ValAquis.	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
**5209				2.062.877,27	656.577,65-	1.406.299,62	EUR

Aquisições do exercício de 2020
Cofre – 5209

Empr	CtaBal.CAP	Classe	Aquis.	DprN	Dpr.esp.	Moeda
5209	4231000000	42310001 Eq Inform e Telecomu	15.539,15	935,16-	0,00	EUR
* 5209	4231000000		15.539,15	935,16-	0,00	EUR
5209	**4260000000**	**42610000 Eq Administ-Outros**	**283,20**	**8,86-**	**0,00**	**EUR**
* 5209	4260000000		283,20	8,86-	0,00	EUR
5209	4262000000	42600002 Escritório e Reprogr	156,94	6,58-	0,00	EUR
* 5209	4262000000		156,94	6,58-	0,00	EUR
5209	**4263000000**	**42600003 Mobil Escrit, Arqui**	**3.687,91**	**168,98-**	**0,00**	**EUR**
* 5209	4263000000		3.687,91	168,98-	0,00	EUR
5209	4290200000	42910002 Eq Dec Con, Ut Comum	4.420,35	320,33-	0,00	EUR
* 5209	4290200000		4.420,35	320,33-	0,00	EUR
**5209			24.087,55	1.439,91-	0,00	EUR

Ficha de amortizações em 31/12/2020
Cofre – 5209

Rúbricas		Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo acumulado
De bens de domínio público:					
Terrenos e recursos naturais		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras construções e infra-estruturas		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Infra-estruturas e equip.natureza milita		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Bens patrim. hist. artist. e cultural		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros bens de domínio público		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Imobilizações em curso		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Adiantamentos por conta bens dom.público		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
		0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
De imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Despesas investigação e desenvolvimento		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Propriedade industrial e outros direitos		7.121,16 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	7.121,16 EUR
		7.121,16 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**7.121,16 EUR**
De investimentos em imóveis:					
Terrenos e recursos naturais		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
		0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
De imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções		263.419,14 EUR	10.384,47 EUR	0,00 EUR	273.803,61 EUR
Equipamento básico		164.710,20 EUR	5.477,73 EUR	0,00 EUR	170.187,93 EUR
Equipamento de transporte		66.311,08 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	66.311,08 EUR
Ferramentas e utensílios		190,58 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	190,58 EUR
Equipamento administrativo		117.166,66 EUR	624,18 EUR	0,00 EUR	117.790,84 EUR
Taras e vasilhame		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras imobilizações corpóreas		19.841,61 EUR	1.330,84 EUR	0,00 EUR	21.172,45 EUR
		631.639,27 EUR	**17.817,22 EUR**	**0,00 EUR**	**649.456,49 EUR**
De investimentos financeiros:					
Partes de capital		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Obrigações e títulos de participação		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras aplicações financeiras:					
Depósitos em instituições financeiras		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Títulos da dívida pública		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros títulos		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Fundos		0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
		0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
Total		**638.760,43 EUR**	**17.817,22 EUR**	**0,00 EUR**	**656.577,65 EUR**

Mapa de amortizações
Imobilizações corpóreas em 31/12/2020
Edifícios / Viaturas

N.º de Invent.	Descrição	Class. Patrim.	Ano Aquis.	Valor Aquis.	Ano Alter.	Grandes Reparações	Valor Actual	Vida Útil	Vida Útil Adic.	Vida útil Actual	Taxa Amort. Actual	Amort. Exerc. Anteriores	Amort. Exerc.	Amort. Acum.	Valor Líquido
	Grande reparação - restauro do Palácio Canto				1997	1 460 917,05	1 460 917,05	150	0	150		227 370,72	10 384,47	237 755,19	1 311 039,30
	Obras de conservação do Palácio Canto				2009	87 877,44	87 877,44								
	Chiller para equipamento de ar condiconado central				2010	19 585,96	19 585,96	8	0	8	12,50	19 585,96	0,00	19 585,96	0,00
	Motor para o elevador				2010	9 200,00	9 200,00	8	0	8	12,50	9 200,00	0,00	9 200,00	0,00
	Sistema de detecção de incêndio				2011	7 262,46	7 262,46	5	0	5	20,00	7 262,46	0,00	7 262,46	0,00
	Edifícios e Outras Construções	**422**				**1 584 842,91**	**1 584 842,91**					**263 419,14**	**10 384,47**	**273 803,61**	**1 311 039,30**
3026	Ford Galaxy 1.9 Tdi Trend, 99-AD-98		2005	29 439,94			29 439,94	8	0	8	12,50	29 439,94	0,00	29 439,94	0,00
1497	Nissan Máxima 2.0 SE, 09-52-HF		1996	36 871,14			36 871,14	8	0	8	12,50	36 871,14	0,00	36 871,14	0,00
	Equipamento de Transporte	**424**		**66 311,08**			**66 311,08**					**66 311,08**	**0,00**	**66 311,08**	**0,00**
	Total Geral			**66 311,08**		**1 584 842,91**	**1 651 153,99**					**329 730,22**	**10 384,47**	**340 114,69**	**1 311 039,30**

Organismo: 1920 TC - SRA
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur
Emissão: 04.03.2021 10:44:27

Balanço - Activo
Período de 1 **a** 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público:				
451 Terrenos e recursos naturais				
452 Edifícios				
453 Outras construções e infra-estrut				
454 Infra-est.e equip.natureza militar				
455 Bens de patrim.hist.,artíst. cult.				
459 Outros bens de domínio público				
445 Imobilizações em curso				
446 Adiant.p/conta bens domínio públic				
Imobilizações incorpóreas:				
431 Despesas de instalação				
432 Despesas investimento e desenvolv.				
433 Propriedade indust. e outros dir.				
443 Imobilizações em curso				
449 Adiant.p/conta imobil.incorpóreas				
Imobilizações corpóreas:				
421 Terrenos e recursos naturais	27.433,89		27.433,89	27.433,89
422 Edifícios e outras construções	82.301,65	12.989,04	69.312,61	69.861,62
423 Equipamento básico	117.133,40	117.133,40		
424 Equipamento de transporte				
425 Ferramentas e utensílios	59,99	59,99		
426 Equipamento administrativo	113.848,19	113.848,19		
427 Taras e vasilhame				
429 Outras imobilizações corpóreas	48.035,03	11.006,84	37.028,19	37.028,19
442 Imobilizações em curso				
448 Adiant.p/conta imobiliz. corpóreas				
	388.812,15	255.037,46	133.774,69	134.323,70
Investimentos financeiros:				
411 Partes de capital				
412 Obrigações e tít. de participação				
413 Empréstimos de financiamento				
414 Investimentos em imóveis				
415 Outras aplicações financeiras				
441 Imobilizações em curso				
447 Adiant.p/conta invest. financeiros				

Balanço - Activo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Circulante:				
Existências:				
36 Matérias-primas, sub. e de consumo				
35 Produtos e trabalhos em curso				
34 Subprodutos,desperd.,resíd. e ref.				
33 Produtos acabados e intermédios				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos por conta de compras				
Dívidas de terceiros-M/longo prazo:				
2812+2822 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orcamento				
229 Adiantamento a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros Devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib.e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orcamento				
229 Adiantamentos a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos	558,16		558,16	
262+263+267+268 Outros devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
	558,16		558,16	

Balanço - Activo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Títulos negociáveis:				
151 Acções				
152 Obrigações e títulos de particip.				
153 Títulos da dívida pública				
159 Outros títulos				
18 Outras aplicações de tesouraria				
Conta no Tesouro, depósitos em Instituições financeiras e caixa:				
13 Conta no Tesouro				
12 Depósitos em instit. financeiras				
11 Caixa				
Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos				
272 Custos diferidos				
Total de amortizações.....		255.037,46		
Total de provisões.....				
Total do activo.....	389.370,31	255.037,46	134.332,85	134.323,70

O Responsável

José José Cardoso e Medeiros

João Paulo Camilo

Em 11 de Março de 2021

Organismo: 1920 TC - SRA
Exercício:2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Fundos Próprios e Passivo		
Fundos próprios:		
51 Património	81.268,15	81.268,15
55 Ajustamento partes capital empresas		
56 Reservas de reavaliação		
Reservas:		
571 Reservas legais		
572 Reservas estatutárias		
573 Reservas contratuais		
574 Reservas livres		
575 Subsídios		
576 Doações		
577 Reservas decorr.transf.activos		
59 Resultados transitados	192.097,63-	187.955,28-
88 Resultado líquido do exercício	6.448,67-	4.142,35-
Total de fundos próprios.....	117.278,15-	110.829,48-
Passivo:		
29 Provisões para riscos e encargos		
Dívidas a terceiros-M/l prazo:		
23121+23221 Empréstimos p/dívida tit		
23122+23222+12 Empréstimos p/dív.não tit		
269 Adiantamento por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		
228 Fornec.-Facturas em recep/conf		
222 Fornecedores - Títulos a pagar		
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar		
252 Credores pela execução do orçamento		
219 Adiant. de client,contrib.e utent		
2611Fornecedores de imobilizado, c/c		
24 Estado e Outros Entes Públicos		
262+263+267+268 Outros Credores		
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.rec		
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111+23211 Empréstimos p/dívida tit		
23112+23212 Empréstimos p/dív.não tit		
269 Adiantamentos por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		

Organismo: 1920 TC - SRA
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
228 Fornec.-Facturas em recep/conf 222 Fornecedores - Títulos a pagar 2612 Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar 252 Credores pela execução do orçamento 219 Adiant. de client., contrib.e utent 2611 Fornecedores de imobilizado, c/c 2618 Fornc c/c imob-Fact em recep/conf 24 Estado e outros entes públicos 262+263+267+268 Outros credores 211 Clientes, c/c 212 Contribuintes, c/c 213 Utentes, c/c 214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb		
Acréscimos e diferimentos: 273 Acréscimo de custos 274 Proveitos diferidos	251.611,00	245.153,18
	251.611,00	245.153,18
Total do passivo.....	251.611,00	245.153,18
Total fundos próprios e passivo.....	134.332,85	134.323,70

O Responsável

José [illegible] Medina

Em 11 de Março de 2021

Luís Fonseca

José Paulo Camilo

Organismo: 1920 TC - SRA
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Custos e perdas				
61 Custo merc.vendid. e mat. consum.:				
Mercadorias				
Matérias				
62 Fornecimentos e serviços externos				
Custos com o pessoal:				
641+642 Remuneracões	1.410.602,41		1.382.690,03	
643a648 Encargos sociais:				
Pensões	319.988,56	1.730.590,97	317.183,74	1.699.873,77
63 Transf.corr.conced.prest. sociais				
66 Amortizações do exercício	549,01		549,01	
67 Provisões do exercício		549,01		549,01
65 Outros cust. e perd. operacionais				
(A).....		1.731.139,98		1.700.422,78
68 Custos e perdas financeiras				
(C).....		1.731.139,98		1.700.422,78
69 Custos e perdas extraordinários				
(E).....		1.731.139,98		1.700.422,78
88 Resultado líquido do exercício		6.448,67-		4.142,35-
		1.724.691,31		1.696.280,43
Proveitos e ganhos				
71 Vendas e prestação de serviços:				

Organismo: 1920 TC - SRA
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

		2020	2020	2019	2019
Vendas de mercadorias Venda de prod. acab. e interm. Venda subprod.,desperd.,res.ref. Prestação de serviços					
72 Impostos, taxas e outros Variação da produção 75 Trabalhos para a própria entidade 73 Proveitos suplementares 74 Transfer.e subsíd.corrent.obtidos: 741 Transferências - Tesouro 742+743 Outras 76 Outros prov. e ganhos operacionais		1.724.691,31	1.724.691,31	1.696.280,43	1.696.280,43
(B).....			1.724.691,31		1.696.280,43
78 Proveitos e ganhos financeiros (D).....			1.724.691,31		1.696.280,43
79 Proveitos e ganhos extraordinários (F).....			1.724.691,31		1.696.280,43
Resumo:					
Resultados operacionais: (B)-(A)=			6.448,67-		4.142,35-
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=			6.448,67-		4.142,35-
Resultados correntes: (D)-(C)=			6.448,67-		4.142,35-
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=					

O Responsável

Em 11 de Março de 2021

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./ Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Classificação económica Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Compromissos assumidos Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Despesas Pagas Anos Ant. (11)	Despesas Pagas RAPS (12)	Despesas Pagas Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Diferenças Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Diferenças Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-	1.144.530,00	0,00	1.135.392,52	0,00	1.135.808,67	0,00	416,15	1.135.392,52	9.137,48	9.137,48	0,00	99,20
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER	1.408,00	0,00	1.407,45	0,00	1.407,45	0,00	0,00	1.407,45	0,55	0,55	0,00	99,96
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	2.345,00	0,00	2.344,44	0,00	2.344,44	0,00	0,00	2.344,44	0,56	0,56	0,00	99,98
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	2.847,00	0,00	2.846,08	0,00	2.846,08	0,00	0,00	2.846,08	0,92	0,92	0,00	99,97
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	42.430,00	0,00	41.928,30	0,00	41.952,15	0,00	23,85	41.928,30	501,70	501,70	0,00	98,82
001	001	264	D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	98.321,00	0,00	98.317,43	0,00	98.317,43	0,00	0,00	98.317,43	3,57	3,57	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	98.821,00	0,00	98.814,06	0,00	98.814,06	0,00	0,00	98.814,06	6,94	6,94	0,00	99,99
001	001	264	D.01.01.15.00.00	Remuneraç doença	12.603,00	0,00	12.601,68	0,00	12.601,68	0,00	0,00	12.601,68	1,32	1,32	0,00	99,99
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	503,00	0,00	502,68	0,00	502,68	0,00	0,00	502,68	0,32	0,32	0,00	99,94
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	292.908,00	0,00	291.384,38	0,00	291.384,38	0,00	0,00	291.384,38	1.523,62	1.523,62	0,00	99,48
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	27.753,00	0,00	27.408,17	0,00	27.408,17	0,00	0,00	27.408,17	344,83	344,83	0,00	98,76
001	001	264	D.01.03.10.D0.00	DOENCA	8.312,00	0,00	8.307,18	0,00	8.307,18	0,00	0,00	8.307,18	4,82	4,82	0,00	99,94
001	001	264	D.01.03.10.G0.00	CONTRIBUICOES PARA A	3.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.065,00	3.065,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	OutDespSS-Parentalid	3.447,00	0,00	3.436,94	0,00	3.436,94	0,00	0,00	3.436,94	10,06	10,06	0,00	99,71
Total Actividade/Projecto: 264					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16
Total Medida: 001					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16
Total Programa: 001					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16
Total Fonte Financiamento: 111					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16
Total Classificação Funcional: 111					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16
Total Classificação Orgânica: 01 0 06 02 00					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16
Total por Organismo: 1920					1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	0,00	1.725.131,31	0,00	440,00	1.724.691,31	14.601,69	14.601,69	0,00	99,16

7.2 - Controlo Orçamental - Receita

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Mod (2)	Classificação económica Código (3)	Classificação económica Descrição (4)	Previsões Corrigidas (5)	Receitas por cobrar no início do ano (6)	Receitas Emitidas (7)	Receitas Liquidadas (8)	Receitas emitidas anuladas (9)	Receitas cobradas brutas Ano (10)	Receitas cobradas brutas Anos anteriores (11)	Receitas cobradas brutas Total (12)=(10)+(11)	Reembolsos e restituições Emitidos (13)	Reembolsos e restituições Pagos (14)	Receita cobrada líquida (15)=(12)-(14)	Receita por cobrar no final do ano (16)=(6)+(7)-(9)-(12)	Grau de execução orçamental da receita (17)=(15)/(5)*100
000	000	R.99.99.98.01.00	Orç. Funcion. - Corr	0,00	0,00	1.724.691,31	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00
Total medida			000	0,00	0,00	1.724.691,31	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00
Total programa			000	0,00	0,00	1.724.691,31	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00
001	001	R.99.99.98.01.00	Orç. Funcion. - Corr	1.739.293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total medida			001	1.739.293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total programa			001	1.739.293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Fonte Financiamento:			111	1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00	1.724.691,31	0,00	99,16
Total Classificação Orgânica:			01 0 06 02 00	1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00	1.724.691,31	0,00	99,16
Total por Organismo:			1920	1.739.293,00	0,00	1.724.691,31	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	1.724.691,31	0,00	0,00	1.724.691,31	0,00	99,16

Relativamente ao levantamento das dotações do OE, através de PLC, foram criados dois códigos informáticos a título temporário - 99.99.99.01.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Correntes) e 99.99.99.02.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Capital), para contabilizar orçamentalmente estes movimentos.

O controlo do saldo de créditos libertos não é feito por tipo de despesa (correntes e capital). Assim, este mapa pode apresentar em determinado período valores de receita emitida inferiores aos valores de receita cobrada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. A Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, com o número de identificação de pessoa coletiva 672 001 349, situa-se na Rua Ernesto do Canto, 34 – 9504 – 526 Ponta Delgada, e dispõe de autonomia administrativa, no que se refere às verbas do seu orçamento do OE, enquadrando-se no Capítulo 06 – Tribunal de Contas, Divisão 02 – Secção Regional dos Açores.

1.2. As regras sobre a respetiva orgânica e funcionamento encontram-se definidas na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), alterada, por último, pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 184/2001, de 21 de junho, e no Despacho n.º 12 736/2000, de 7 de junho de 2000, publicado no Diário da República, II série, n.º 142, de 21 de junho de 2000.

1.3. A estrutura organizacional efetiva encontra-se evidenciada no anexo 1.

1.4. Nos termos do artigo 1.º da LOPTC, "*O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras*".

1.5. Recursos humanos:
O número de efetivos, reportado a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, departamentos e serviços, bem como por tipo de vínculo, é o que se apresenta no anexo 2.

1.6. Os procedimentos contabilísticos encontram-se definidos por lei e por despachos internos.

O registo de toda a atividade financeira é feito informaticamente, desde 1 de janeiro de 2006, estando disponíveis, em qualquer altura, todo um conjunto de *outputs* (diários, balancetes, extratos de conta, entre outros).

Toda a documentação impressa do sistema informático encontra-se arquivada em pastas, atendendo à sua natureza e ordem cronológica. Todos os documentos de despesa, de receita e de operações de tesouraria, bem como os processos que lhes deram origem, encontram-se arquivados na contabilidade, por mês e por rubrica orçamental, sendo ordenados por número do documento de despesa e número de guia de receita, caso se refiram a despesa ou receita, respetivamente.

O sistema informático utilizado – GeRFiP – possibilita o registo nos termos do POCP, permitindo, também, uma reflexão das contabilizações em SNC-AP, estando todo o processo de despesa e de receita automatizado, por forma a que todo um conjunto de

informações sejam apenas introduzidas no início, estando disponíveis nas várias fases subsequentes.

São efetuados diversos reportes à Direção-Geral do Orçamento, através do sistema informático SIGO e nos serviços *online* da DGO, referentes à gestão orçamental e financeira da SRA. Mensalmente, são elaborados os mapas respeitantes ao Controlo Orçamental da Despesa e o balancete analítico, os quais são apresentados, internamente, ao respetivo órgão de gestão.

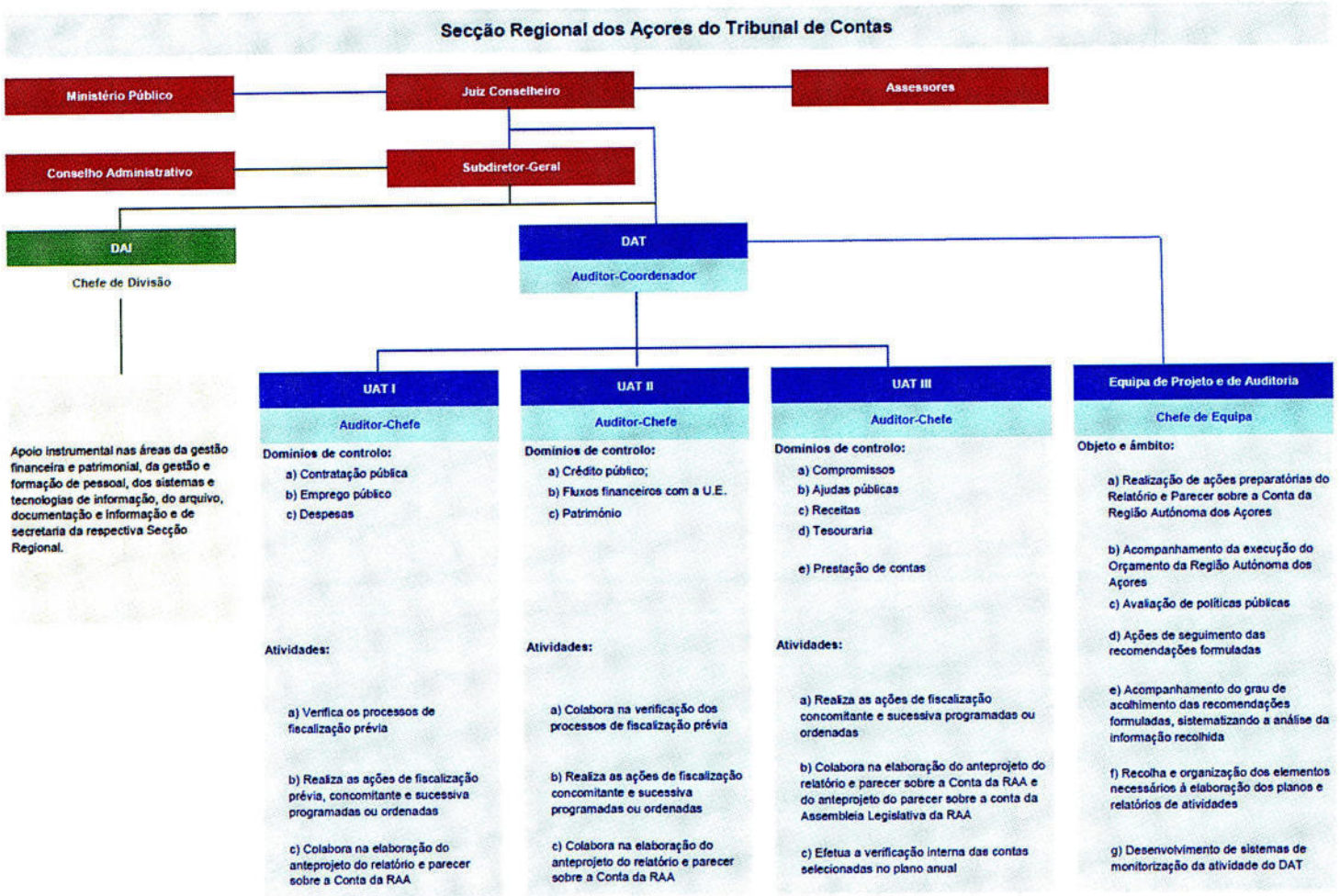
Todas as restantes peças contabilísticas, que integram as demonstrações financeiras, apenas são elaboradas no fim do exercício económico. Todavia, são realizadas conferências periodicamente, existindo mapas contabilísticos sempre disponíveis.

Ponta Delgada, em 11 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO 1

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



ANEXO 2

MAPA DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DO TRIBUNAL DE CONTAS

DEPARTAMENTO	SERVIÇO	CARREIRAS/CATEGORIAS	NOMEADOS	CONTRATO DE TRAB.F.PÚBL.	REGIME DE MOBILIDADE INTERNA
Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas					
		Subdiretor-Geral	1		
		Auditor-Coordenador	1		
Departamento de Apoio Técnico-Operativo	UAT I	Auditor-Chefe	1		
		Técnico Verificador Superior	4		
		Técnico Superior			
	UAT II	Auditor-Chefe	1		
		Auditor			
		Técnico Verificador Superior	3		
	UAT III	Auditor-Chefe	1		
		Auditor	2		
		Técnico Verificador Superior	5		
	Equipa de Projeto e de Auditoria	Chefe de Equipa	1		
		Auditor	1		
		Técnico Verificador Superior	2		
		Técnico Superior	1		
Departamento de Apoio Instrumental		Chefe de Divisão	1		
	Núcleo de Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico Superior		1	
	Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial	Técnico Superior		1	
		Assistente Técnico		2	
	Núcleo de Gestão de Pessoal	Assistente Técnico		2	
		Assistente Operacional		4	
	Núcleo de Arquivo, Documentação e Informação	Assistente Técnico		1	
	Secretaria do Tribunal	Assistente Técnico		1	
	Gabinete de Apoio ao Juiz Conselheiro	Assistente Técnico		1	
		TOTAL	24	14	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.3. Após quatro anos de utilização da aplicação informática RIGORE, no exercício de 2010 operou-se a transição para o GeRFiP que, deste então, assegura a aplicação do POCP na Secção Regional dos Açores (SRATC), permitindo, assim, a manutenção da credibilidade e fiabilidade das demonstrações financeiras apresentadas.

Pese embora os serviços do Tribunal se encontrem preparados para esse objetivo desde 2018, o sistema GeRFiP não permitiu a aplicação do normativo contabilístico SNC-AP na sua plenitude, no exercício de 2020. Tal situação deveu-se a algumas limitações ainda evidenciadas pelo referido sistema, à semelhança do sucedido em 2018 e 2019, não obstante as melhorias pontuais registadas, resultantes do maior número de mapas disponibilizados e da proposta de formas alternativas para a sua construção.

Em face das limitações evidenciadas pelo GeRFiP, não se mostram reunidas todas as condições para a prestação de contas em SNC-AP, pelo que foi requerido ao Juiz Conselheiro da SRATC a autorização para, excecionalmente, voltar a prestar contas em POCP, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-A/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, nos termos do qual os serviços podem prestar as contas relativas ao exercício de 2020 no mesmo regime contabilístico em que foram prestadas as contas do exercício de 2019. Tal pedido mereceu despacho autorizador de 11 de janeiro de 2021, exarado na Informação n.º 6-2021/NGFP, da mesma data, anuindo, assim, a que a prestação de contas de 2020, por parte da SRATC, fosse concretizada nos termos do referencial contabilístico do POCP, com observância da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro.

No exercício de 2020, o ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, não se tendo verificado qualquer abate de bens. Não se verificou, também, qualquer incremento no ativo imobilizado, dado que não ocorreram aquisições pelo orçamento do OE.

O edifício no qual a SRATC desenvolve a sua atividade, Palácio Canto, foi cedido pela Região Autónoma dos Açores (RAA) ao Tribunal de Contas, nos termos da Resolução do Governo Regional dos Açores n.º 9/1994, de 20 de janeiro, a título precário e por tempo indeterminado, devendo ser devolvido à RAA, logo que a SRATC deixe de necessitar do mesmo. O imóvel encontra-se contabilizado pelo valor de aquisição que lhe foi comunicado pela RAA - € 109.735,54 - desdobrado em 25% para o terreno, € 27.433,89, e 75% para o edifício, € 82.301,65, conforme se pode verificar no Anexo I.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a legislação em vigor, pelo que o início das amortizações foi contado a partir do mês em que o bem foi adquirido, em resultado da aplicação do sistema GeRFiP.

2.7. e 2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado respeitam às amortizações do edifício Palácio Canto, sede da SRATC, as quais constam dos quadros que constam do anexo 1.

2.24. O valor global dos encargos da SRATC, em 31-12-2020, respeitante aos seus trabalhadores, refere-se ao montante de férias e de subsídio de férias, bem como aos respetivos encargos com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e com a Segurança Social (SS), desse ano, mas que apenas serão pagos no ano 2021.

Estes encargos possuem a correspondente reflexão, em 2020, na conta *27.3.2. – Remunerações a liquidar*, no montante de € 251.611,00, conforme consta do seguinte quadro:

Remunerações a Liquidar

(em Euro)

Descrição	Montante
Férias	101.746,25
CGA – Férias	21.967,92
SS – Férias	2.091,33
Subsídio de férias	101.746,25
CGA – Subsídio de férias	21.967,92
SS – Subsídio de férias	2.091,33
Total	**251.611,00**

2.31 No ano económico de 2020, não se verificou a necessidade de criar qualquer provisão, não existindo qualquer movimento de provisões no balanço da SRATC.

2.32. A conta *590 – Resultados Transitados (de períodos anteriores)* registou um débito de € 4.142,35, pela transferência do resultado líquido de 2019, cifrando-se num saldo devedor de € 192.097,63.

2.37. Em 2020, não se verificaram quaisquer resultados financeiros.

2.38 Em 2020, não se verificaram quaisquer resultados extraordinários.

Ponta Delgada, em 11 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO 1

Imobilizado em 31/12/2020
OE – 1920

Empr	CtaBal.CAP	Classe	Denominação	ValAquis.	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
1920	4210000000	42100000	Out Ter e O. Rec Nat	27.433,89	0,00	27.433,89	EUR
* 1920	4210000000			27.433,89	0,00	27.433,89	EUR
1920	**4211000000**	**42100001**	**Ter Inc P Urb C Cons**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**EUR**
* 1920	4211000000			0,00	0,00	0,00	EUR
1920	4220000000	42200000	Ed Out Cons-Outros	82.301,65	12.989,04-	69.312,61	EUR
* 1920	4220000000			82.301,65	12.989,04-	69.312,61	EUR
1920	**4221000000**	**42200001**	**Habit e Ed p/ Serv**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**EUR**
* 1920	4221000000			0,00	0,00	0,00	EUR
1920	4230000000	42310000	Outro Eq Básico	66.392,75	66.392,75-	0,00	EUR
1920	**4230000000**	**42320000**	**Eq. Básico - Escrit.**	**27.699,62**	**27.699,62-**	**0,00**	**EUR**
1920	4230000000	42390000	Eq. Básico - Baixo V	23.041,03	23.041,03-	0,00	EUR
* 1920	4230000000			117.133,40	117.133,40-	0,00	EUR
1920	**4250000000**	**42520000**	**Ferr. Uten. Baixo V.**	**59,99**	**59,99-**	**0,00**	**EUR**
* 1920	4250000000			59,99	59,99-	0,00	EUR
1920	4260000000	42620000	Eq. Adm. - Escr. Rep	73.582,95	73.582,95-	0,00	EUR
1920	**4260000000**	**42640000**	**Eq. Adm. - Outros**	**21.961,25**	**21.961,25-**	**0,00**	**EUR**
1920	4260000000	42690000	Eq. Adm. - Baixo Val	18.303,99	18.303,99-	0,00	EUR
* 1920	4260000000			113.848,19	113.848,19-	0,00	EUR
1920	**4290000000**	**42910000**	**Ati Fix Tang-Outros**	**37.028,19**	**0,00**	**37.028,19**	**EUR**
1920	4290000000	42990000	O. Imob. Baixo V.	11.006,84	11.006,84-	0,00	EUR
* 1920	4290000000			48.035,03	11.006,84-	37.028,19	EUR
**1920				388.812,15	255.037,46-	133.774,69	EUR

Ficha de amortizações em 31/12/2020
OE – 1920

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo acumulado
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras construções e infra-estruturas	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Infra-estruturas e equip.natureza milita	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Bens patrim. hist. artist. e cultural	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros bens de domínio público	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Imobilizações em curso	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Adiantamentos por conta bens dom.público	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Propriedade industrial e outros direitos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
De investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Edifícios e outras construções	12.440,03 EUR	549,01 EUR	0,00 EUR	12.989,04 EUR
Equipamento básico	117.133,40 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	117.133,40 EUR
Equipamento de transporte	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Ferramentas e utensílios	59,99 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	59,99 EUR
Equipamento administrativo	113.848,19 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	113.848,19 EUR
Taras e vasilhame	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras imobilizações corpóreas	11.006,84 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	11.006,84 EUR
	254.488,45 EUR	**549,01 EUR**	**0,00 EUR**	**255.037,46 EUR**
De investimentos financeiros:				
Partes de capital	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Obrigações e títulos de participação	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Títulos da dívida pública	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros títulos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Fundos	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
	0,00 EUR	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**	**0,00 EUR**
Total	**254.488,45 EUR**	**549,01 EUR**	**0,00 EUR**	**255.037,46 EUR**

Mapa de amortizações
Imobilizações corpóreas em 31/12/2020 – OE
Terrenos / Edifícios

N.º de Invent.	Descrição	Class. Patrim.	Ano Aquis. (1)	Mês Aquis.	Valor Aquis.	Ano Alter.	Grand. Rep.	Valor Actual	Vida Útil	Vida Útil Adic.	Vida útil Actual	Taxa Amort. Actual	Amort. Exerc. Anteriores	Amort. Exerc.	Amort. Acum.	Valor Líquido
	Terreno do Palácio Canto, situado na Rua Ernesto do Canto, 34		1997	Abr-97	27 433,89			27 433,89								27 433,89
	Terrenos	**421**			**27 433,89**			**27 433,89**								**27 433,89**
	Palácio Canto, situado na Rua Ernesto do Canto, 34		1997	Abr-97	82 301,65			82 301,65	150		150	0,67	12 440,03	549,01	12 989,04	69 312,61
	Edifícios e Outras Construções	**422**			**82 301,65**			**82 301,65**					**12 440,03**	**549,01**	**12 989,04**	**69 312,61**
	Total Geral				**109 735,54**			**109 735,54**					**12 440,03**	**549,01**	**12 989,04**	**96 746,50**

Balanço - Activo
Período de 1 **a** 16

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público:				
451 Terrenos e recursos naturais				
452 Edifícios				
453 Outras construções e infra-estrut				
454 Infra-est.e equip.natureza militar				
455 Bens de patrim.hist.,artíst. cult.				
459 Outros bens de domínio público				
445 Imobilizações em curso				
446 Adiant.p/conta bens domínio públic				
Imobilizações incorpóreas:				
431 Despesas de instalação				
432 Despesas investimento e desenvolv.				
433 Propriedade indust. e outros dir.	0,40	0,40		
443 Imobilizações em curso				
449 Adiant.p/conta imobil.incorpóreas				
	0,40	0,40		
Imobilizações corpóreas:				
421 Terrenos e recursos naturais	412.891,07		412.891,07	412.891,07
422 Edifícios e outras construções	1.417.729,18	367.839,45	1.049.889,73	1.065.870,93
423 Equipamento básico	145.360,17	141.470,89	3.889,28	1.193,53
424 Equipamento de transporte	27.155,00	27.155,00		
425 Ferramentas e utensílios				
426 Equipamento administrativo	150.476,58	118.529,07	31.947,51	26.318,01
427 Taras e vasilhame				
429 Outras imobilizações corpóreas	30.576,49	19.307,28	11.269,21	5.347,83
442 Imobilizações em curso				
448 Adiant.p/conta imobiliz. corpóreas				
	2.184.188,49	674.301,69	1.509.886,80	1.511.621,37
Investimentos financeiros:				
411 Partes de capital				
412 Obrigações e tít. de participação				
413 Empréstimos de financiamento				
414 Investimentos em imóveis				
415 Outras aplicações financeiras				
441 Imobilizações em curso				
447 Adiant.p/conta invest. financeiros				

Balanço - Activo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Circulante:				
Existências:				
36 Matérias-primas, sub. e de consumo				6.462,84
35 Produtos e trabalhos em curso				
34 Subprodutos,desperd.,resíd. e ref.				
33 Produtos acabados e intermédios				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos por conta de compras				
				6.462,84
Dívidas de terceiros-M/longo prazo:				
2812+2822 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamento a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros Devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c	42.438,83		42.438,83	24.123,44
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib.e utent-cobr.duv	2.810,96	2.810,96		
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamentos a fornecedores	276,70		276,70	84,44
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
	45.526,49	2.810,96	42.715,53	24.207,88

Balanço - Activo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Títulos negociáveis:				
151 Acções				
152 Obrigações e títulos de particip.				
153 Títulos da dívida pública				
159 Outros títulos				
18 Outras aplicações de tesouraria				
Conta no Tesouro, depósitos em Instituições financeiras e caixa:				
13 Conta no Tesouro	550.570,03		550.570,03	623.124,94
12 Depósitos em instit. financeiras				
11 Caixa				
	550.570,03		550.570,03	623.124,94
Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos	135.475,08		135.475,08	136.440,52
272 Custos diferidos	12.993,85		12.993,85	5.214,07
	148.468,93		148.468,93	141.654,59
Total de amortizações.....		674.302,09		
Total de provisões.....		2.810,96		
Total do activo.....	2.928.754,34	677.113,05	2.251.641,29	2.307.071,62

Funchal, 5 de março de 2021
A CHEFE DE DIVISÃO
(Lina Correia)

Funchal, 5 de março de 2021
O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Organismo: 5210 TC - Madeira
Exercício:2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Fundos Próprios e Passivo		
Fundos próprios:		
51 Património	3.691.338,32	3.691.338,32
55 Ajustamento partes capital empresas		
56 Reservas de reavaliação		
Reservas:		
571 Reservas legais		
572 Reservas estatutárias		
573 Reservas contratuais		
574 Reservas livres		
575 Subsídios		
576 Doações		
577 Reservas decorr.transf.activos	0,40	0,40
59 Resultados transitados	1.404.031,20-	1.207.568,23-
88 Resultado líquido do exercício	53.665,04-	196.462,97-
Total de fundos próprios.....	2.233.642,48	2.287.307,52
Passivo:		
29 Provisões para riscos e encargos		
Dívidas a terceiros-M/l prazo:		
23121+23221 Empréstimos p/dívida tit		
23122+23222+12 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamento por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		
228 Fornec.-Facturas em recep/conf		
222 Fornecedores - Títulos a pagar		
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar		
252 Credores pela execução do orçamento		
219 Adiant. de client,contrib.e utent		
2611Fornecedores de imobilizado, c/c		
24 Estado e Outros Entes Públicos		
262+263+267+268 Outros Credores		
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.rec		
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111+23211 Empréstimos p/dívida tit		
23112+23212 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamentos por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
228 Fornec.-Facturas em recep/conf 222 Fornecedores - Títulos a pagar 2612 Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar 252 Credores pela execução do orçamento 219 Adiant. de client., contrib.e utent 2611 Fornecedores de imobilizado, c/c 2618 Fornc c/c imob-Fact em recep/conf 24 Estado e outros entes públicos 262+263+267+268 Outros credores 211 Clientes, c/c 212 Contribuintes, c/c 213 Utentes, c/c 214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb		3.238,67
		3.238,67
Acréscimos e diferimentos: 273 Acréscimo de custos 274 Proveitos diferidos	17.998,81	16.525,43
	17.998,81	16.525,43
Total do passivo.....	17.998,81	19.764,10
Total fundos próprios e passivo.....	2.251.641,29	2.307.071,62

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

(Lina Correia)

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Custos e perdas				
61 Custo merc.vendid. e mat. consum.:				
Mercadorias				
Matérias	1.290,24	1.290,24	7.012,20	7.012,20
62 Fornecimentos e serviços externos		193.248,67		186.357,09
Custos com o pessoal:				
641+642 Remuneracões	459.072,94		494.131,50	
643a648 Encargos sociais:				
Pensões				
Outros	109.652,18	568.725,12	117.862,62	611.994,12
63 Transf.corr.conced.prest. sociais				
66 Amortizacões do exercício	28.740,07		28.048,97	
67 Provisões do exercício	64,72	28.804,79	93,41	28.142,38
65 Outros cust. e perd. operacionais				
(A).....		792.068,82		833.505,79
68 Custos e perdas financeiras				
(C).....		792.068,82		833.505,79
69 Custos e perdas extraordinários		17.975,23		1.178,09
(E).....		810.044,05		834.683,88
88 Resultado líquido do exercício		53.665,04-		196.462,97-
		756.379,01		638.220,91
Proveitos e ganhos				
71 Vendas e prestação de serviços:				

Organismo: 5210 TC - Madeira
Exercício: 2020
Unidade Monetária: Eur

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Vendas de mercadorias				
Venda de prod. acab. e interm.				
Venda subprod.,desperd.,res.ref.				
Prestação de serviços				
72 Impostos, taxas e outros	742.874,36		600.903,19	
Variação da produção				
75 Trabalhos para a própria entidade				
73 Proveitos suplementares	12.949,49		24.934,73	
74 Transfer.e subsíd.corrent.obtidos:				
741 Transferências - Tesouro				
742+743 Outras				
76 Outros prov. e ganhos operacionais		755.823,85		625.837,92
(B)		755.823,85		625.837,92
78 Proveitos e ganhos financeiros				
(D)		755.823,85		625.837,92
79 Proveitos e ganhos extraordinários		555,16		12.382,99
(F)		756.379,01		638.220,91
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		36.244,97-		207.667,87-
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =				
Resultados correntes: (D) - (C) =		36.244,97-		207.667,87-
Resultado líquido do exercício: (F) - (E) =		53.665,04-		196.462,97-

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

(Lina Correia)

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

5210 TC - Madeira

01 1 06 03 00 COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS-MADEIRA

111 ADMINISTRAÇÃO GERAL

513 COM OUTRAS ORIGENS

D a t a d e e m i s s ã o: 07.01.2021

7.1 - C o n t r o l o O r ç a m e n t a l - D e s p e s a

D a t a: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Mod (2)	Act./ Proj. (3)	C l a s s i f i c a ç ã o e c o n ó m i c a Código (4)	Descrição (5)	D o t a ç õ e s Corrigidas (6)	C a t i v o s o u Congelamen (7)	C o m p r o m i s s o s a s s u m i d o s Ano (8)	Anos Ant. (9)	D e s p e s a s P a g a s Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)	Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	D i f e r e n ç a s Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-	14.011,00	0,00	13.945,29	0,00	13.945,29	0,00	0,00	13.945,29	65,71	65,71	0,00	99,53
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	99.127,00	0,00	93.164,70	0,00	93.164,70	0,00	0,00	93.164,70	5.962,30	5.962,30	0,00	93,99
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	208,00	0,00	207,49	0,00	207,49	0,00	0,00	207,49	0,51	0,51	0,00	99,75
001	001	264	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	66,00	0,00	65,99	0,00	65,99	0,00	0,00	65,99	0,01	0,01	0,00	99,98
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIA	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	4.500,00	0,00	1.099,86	0,00	1.099,86	0,00	0,00	1.099,86	3.400,14	3.400,14	0,00	24,44
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	80,00	0,00	79,60	0,00	79,60	0,00	0,00	79,60	0,40	0,40	0,00	99,50
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	3.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.399,00	3.399,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS D	136.573,00	0,00	112.169,84	0,00	112.169,84	0,00	0,00	112.169,84	24.403,16	24.403,16	0,00	82,13
001	001	264	D.01.02.12.00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CE	105,00	0,00	104,31	0,00	104,31	0,00	0,00	104,31	0,69	0,69	0,00	99,34
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	2.776,00	0,00	2.036,09	0,00	2.036,09	0,00	0,00	2.036,09	739,91	739,91	0,00	73,35
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	53.926,00	0,00	48.306,19	0,00	48.306,19	0,00	0,00	48.306,19	5.619,81	5.619,81	0,00	89,58
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	5.386,00	0,00	3.409,15	0,00	3.409,15	0,00	0,00	3.409,15	1.976,85	1.976,85	0,00	63,30
001	001	264	D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.10.D0.00	DOENÇA	441,00	0,00	439,97	0,00	439,97	0,00	0,00	439,97	1,03	1,03	0,00	99,77
001	001	264	D.01.03.10.G0.00	CONTRIBUICOES S.S.	89,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,00	89,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRI	1.000,00	0,00	137,21	0,00	287,21	0,00	150,00	137,21	862,79	862,79	0,00	13,72
001	001	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	2.000,00	0,00	1.314,09	0,00	1.364,09	0,00	50,00	1.314,09	685,91	685,91	0,00	65,70
001	001	264	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS	1.405,00	0,00	1.405,00	0,00	1.405,00	0,00	0,00	1.405,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	1.000,00	0,00	716,75	0,00	716,75	0,00	0,00	716,75	283,25	283,25	0,00	71,68
001	001	264	D.02.01.08.B0.00	CONSUMIVEIS DE IMPRE	3.000,00	0,00	2.255,29	0,00	2.505,29	0,00	250,00	2.255,29	744,71	744,71	0,00	75,18
001	001	264	D.02.01.08.C0.00	OUTROS	3.000,00	0,00	260,08	0,00	310,08	0,00	50,00	260,08	2.739,92	2.739,92	0,00	8,67
001	001	264	D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPOR	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PECAS	919,00	0,00	213,94	0,00	213,94	0,00	0,00	213,94	705,06	705,06	0,00	23,28
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕ	600,00	0,00	51,55	0,00	201,55	0,00	150,00	51,55	548,45	548,45	0,00	8,59
001	001	264	D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍ	500,00	0,00	19,99	0,00	69,99	0,00	50,00	19,99	480,01	480,01	0,00	4,00
001	001	264	D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃ	2.600,00	0,00	1.211,27	0,00	1.311,27	0,00	100,00	1.211,27	1.388,73	1.388,73	0,00	46,59
001	001	264	D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORÍFICOS	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	3.276,00	0,00	2.883,33	0,00	3.133,33	0,00	250,00	2.883,33	392,67	392,67	0,00	88,01
001	001	264	D.02.02.01.B0.01	Encargos das instala	18.000,00	0,00	13.488,50	0,00	13.403,33	0,00	0,00	13.403,33	4.511,50	4.596,67	85,17	74,46
001	001	264	D.02.02.01.B0.02	Encargos das instala	1.100,00	0,00	1.059,08	0,00	1.059,08	0,00	0,00	1.059,08	40,92	40,92	0,00	96,28
001	001	264	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	42.509,00	0,00	42.165,27	0,00	42.165,27	0,00	0,00	42.165,27	343,73	343,73	0,00	99,19
001	001	264	D.02.02.03.A0.01	Conservação de bens	21.905,00	0,00	18.702,84	0,00	18.902,84	0,00	200,00	18.702,84	3.202,16	3.202,16	0,00	85,38
001	001	264	D.02.02.03.A0.09	Conservação de bens	1.786,00	0,00	0,00	1.785,10	1.785,10	0,00	0,00	1.785,10	0,90	0,90	0,00	99,95
001	001	264	D.02.02.09.C0.00	COMUNICACOES FIXAS D	2.100,00	0,00	2.008,69	0,00	1.872,05	0,00	0,00	1.872,05	91,31	227,95	136,64	89,15
001	001	264	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVICOS DE C	2.500,00	0,00	1.500,75	0,00	1.650,75	0,00	150,00	1.500,75	999,25	999,25	0,00	60,03
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	23.561,00	0,00	3.110,92	0,00	3.210,92	0,00	100,00	3.110,92	20.450,08	20.450,08	0,00	13,20
001	001	264	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SE	1.100,00	0,00	300,00	0,00	600,00	0,00	300,00	300,00	800,00	800,00	0,00	27,27
001	001	264	D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	5.082,00	0,00	5.081,70	0,00	5.081,70	0,00	0,00	5.081,70	0,30	0,30	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADA	15.000,00	0,00	2.743,86	0,00	2.843,86	0,00	100,00	2.743,86	12.256,14	12.256,14	0,00	18,29
001	001	264	D.02.02.14.D0.01	Estudos e projetos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.14.D0.09	Estudos e projetos	600,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	3.600,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00	0,00	60,00	3.540,00	3.540,00	0,00	1,67
001	001	264	D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATO	3.400,00	0,00	3.397,32	0,00	3.397,32	0,00	0,00	3.397,32	2,68	2,68	0,00	99,92
001	001	264	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURAN	29.921,00	0,00	29.920,86	0,00	29.920,86	0,00	0,00	29.920,86	0,14	0,14	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMATICO	16.550,00	0,00	16.188,38	0,00	16.188,38	0,00	0,00	16.188,38	361,62	361,62	0,00	97,81
001	001	264	D.02.02.19.C0.01	Assistência Técnica	1.957,00	0,00	731,98	0,00	731,98	0,00	0,00	731,98	1.225,02	1.225,02	0,00	37,40
001	001	264	D.02.02.19.C0.09	Assistência Técnica	43,00	0,00	0,00	42,64	42,64	0,00	0,00	42,64	0,36	0,36	0,00	99,16
001	001	264	D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP,	31.720,00	0,00	31.720,00	0,00	31.720,00	0,00	0,00	31.720,00	0,00	0,00	0,00	100,00

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./ Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)	Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Cometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.02.02.20.E0.01	Trab.Esp. -Outros	2.000,00	0,00	1.178,23	0,00	1.178,23	0,00	0,00	1.178,23	821,77	821,77	0,00	58,91
001	001	264	D.02.02.23.B0.00	VERIFICAÇAO MEDICA -	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	13.105,00	0,00	10.048,00	0,00	10.265,39	0,00	217,39	10.048,00	3.057,00	3.057,00	0,00	76,67
001	001	264	D.07.01.07.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICA	12.573,00	0,00	10.228,47	0,00	10.228,47	0,00	0,00	10.228,47	2.344,53	2.344,53	0,00	81,35
001	001	264	D.07.01.07.B0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	5.000,00	0,00	4.599,37	0,00	4.599,37	0,00	0,00	4.599,37	400,63	400,63	0,00	91,99
001	001	264	D.07.01.07.B0.C0	OUTROS	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.09.B0.B1	Equipamento administ	326,00	0,00	323,30	0,00	323,30	0,00	0,00	323,30	2,70	2,70	0,00	99,17
001	001	264	D.07.01.09.B0.B9	Equipamento administ	2.227,00	0,00	0,00	2.226,50	2.226,50	0,00	0,00	2.226,50	0,50	0,50	0,00	99,98
001	001	264	D.07.01.10.B0.B0	OUTROS	1.133,00	0,00	1.132,16	0,00	1.132,16	0,00	0,00	1.132,16	0,84	0,84	0,00	99,93
001	001	264	D.07.01.15.B0.B0	OUTROS	6.266,00	0,00	6.133,57	0,00	6.133,57	0,00	0,00	6.133,57	132,43	132,43	0,00	97,89
Total Actividade/Projecto:		264			606.977,00	0,00	491.320,23	4.654,24	497.870,05	0,00	2.117,39	495.752,66	111.002,53	111.224,34	221,81	81,68
Total Medida:		001			606.977,00	0,00	491.320,23	4.654,24	497.870,05	0,00	2.117,39	495.752,66	111.002,53	111.224,34	221,81	81,68
001	095	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	500,00	0,00	79,05	0,00	79,05	0,00	0,00	79,05	420,95	420,95	0,00	15,81
Total Actividade/Projecto:		264			500,00	0,00	79,05	0,00	79,05	0,00	0,00	79,05	420,95	420,95	0,00	15,81
Total Medida:		095			500,00	0,00	79,05	0,00	79,05	0,00	0,00	79,05	420,95	420,95	0,00	15,81
Total Programa:		001			607.477,00	0,00	491.399,28	4.654,24	497.949,10	0,00	2.117,39	495.831,71	111.423,48	111.645,29	221,81	81,62
Total Fonte Financiamento:		513			607.477,00	0,00	491.399,28	4.654,24	497.949,10	0,00	2.117,39	495.831,71	111.423,48	111.645,29	221,81	81,62

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./ Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)	Total PG Liq (13)= (10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Saldo (15)= [(6)-(7)]-(13)	Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)= (13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-	352.651,00	0,00	236.049,74	0,00	236.049,74	0,00	0,00	236.049,74	116.601,26	116.601,26	0,00	66,94
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	117.234,00	0,00	56.061,77	0,00	56.061,77	0,00	0,00	56.061,77	61.172,23	61.172,23	0,00	47,82
001	001	264	D.07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPAR	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.15.B0.B0	OUTROS	24.700,00	0,00	2.069,33	0,00	2.069,33	0,00	0,00	2.069,33	22.630,67	22.630,67	0,00	8,38
Total Actividade/Projecto: 264					619.585,00	0,00	294.180,84	0,00	294.180,84	0,00	0,00	294.180,84	325.404,16	325.404,16	0,00	47,48
Total Medida: 001					619.585,00	0,00	294.180,84	0,00	294.180,84	0,00	0,00	294.180,84	325.404,16	325.404,16	0,00	47,48
001	095	264	D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	300,00	0,00	292,80	0,00	292,80	0,00	0,00	292,80	7,20	7,20	0,00	97,60
Total Actividade/Projecto: 264					300,00	0,00	292,80	0,00	292,80	0,00	0,00	292,80	7,20	7,20	0,00	97,60
Total Medida: 095					300,00	0,00	292,80	0,00	292,80	0,00	0,00	292,80	7,20	7,20	0,00	97,60
Total Programa: 001					619.885,00	0,00	294.473,64	0,00	294.473,64	0,00	0,00	294.473,64	325.411,36	325.411,36	0,00	47,50
Total Fonte Financiamento: 522					619.885,00	0,00	294.473,64	0,00	294.473,64	0,00	0,00	294.473,64	325.411,36	325.411,36	0,00	47,50
Total Classificação Funcional: 111					1.227.362,00	0,00	785.872,92	4.654,24	792.422,74	0,00	2.117,39	790.305,35	436.834,84	437.056,65	221,81	64,39
Total Classificação Orgânica: 01 1 06 03 00					1.227.362,00	0,00	785.872,92	4.654,24	792.422,74	0,00	2.117,39	790.305,35	436.834,84	437.056,65	221,81	64,39
Total por Organismo: 5210					1.227.362,00	0,00	785.872,92	4.654,24	792.422,74	0,00	2.117,39	790.305,35	436.834,84	437.056,65	221,81	64,39

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

7.2 - Controlo Orçamental - Receita
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg	Med	Classificação económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas	Receitas cobradas brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada	Receita por cobrar no	Grau de execução orçamental
		Código	Descrição	Corrigidas	no inicio do ano	Emitidas	Liquidadas	anuladas	Ano	Anos anteriores	Total	Emitidos	Pagos	líquida	final do ano	da receita
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)	(14)	(15)=(12)-(14)	(16)=(6)+(7)-(9)-(12)	(17)=(15)/(5)*100
001	001	R.04.01.99.A0.00	TAXAS DIVERSAS - EMO	576.977,00	27.424,51	726.044,95	708.219,67	0,00	683.727,89	24.491,78	708.219,67	0,00	0,00	708.219,67	45.249,79	122,75
001	001	R.08.01.99.99.01	Org EGE -Outras-Outr	29.500,00	0,00	12.645,23	12.645,23	0,00	12.645,23	0,00	12.645,23	10,00	10,00	12.635,23	0,00	42,83
001	001	R.08.01.99.99.06	Org MDN -Outras-Outr	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATI	500,00	0,00	153,49	153,49	0,00	153,49	0,00	153,49	19,28	19,28	134,21	0,00	26,84
Total medida			001	607.477,00	27.424,51	738.843,67	721.018,39	0,00	696.526,61	24.491,78	721.018,39	29,28	29,28	720.989,11	45.249,79	118,69
Total programa			001	607.477,00	27.424,51	738.843,67	721.018,39	0,00	696.526,61	24.491,78	721.018,39	29,28	29,28	720.989,11	45.249,79	118,69
Total Fonte Financiamento:			513	607.477,00	27.424,51	738.843,67	721.018,39	0,00	696.526,61	24.491,78	721.018,39	29,28	29,28	720.989,11	45.249,79	118,69

7.2 - Controlo Orçamental - Receita
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg	Med	Classificação económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas	Receitas cobradas brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada	Receita por cobrar no	Grau de execução orçamental
		Código	Descrição	Corrigidas	no inicio do ano	Emitidas	Liquidadas	anuladas	Ano	Anos anteriores	Total	Emitidos	Pagos	liquida	final do ano	da receita
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)	(14)	(15)=(12)-(14)	(16)=(6)+(7)-(9)-(12)	(17)=(15)/(5)*100
001	001	R.16.01.01.00.00	NA POSSE DO SERVIÇO	619.887,00	0,00	619.886,27	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	0,00	619.886,27	0,00	100,00
Total medida			001	619.887,00	0,00	619.886,27	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	0,00	619.886,27	0,00	100,00
Total programa			001	619.887,00	0,00	619.886,27	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	0,00	619.886,27	0,00	100,00
Total Fonte Financiamento:			522	619.887,00	0,00	619.886,27	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	619.886,27	0,00	0,00	619.886,27	0,00	100,00
Total Classificação Orgânica:			01 1 06 03 00	1.227.364,00	27.424,51	1.358.729,94	1.340.904,66	0,00	1.316.412,88	24.491,78	1.340.904,66	29,28	29,28	1.340.875,38	45.249,79	109,25
Total por Organismo:			5210	1.227.364,00	27.424,51	1.358.729,94	1.340.904,66	0,00	1.316.412,88	24.491,78	1.340.904,66	29,28	29,28	1.340.875,38	45.249,79	109,25

Relativamente ao levantamento das dotações do OE, através de PLC, foram criados dois códigos informáticos a título temporário - 99.99.99.01.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Correntes) e 99.99.99.02.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Capital), para contabilizar orçamentalmente estes movimentos.

O controlo do saldo de créditos libertos não é feito por tipo de despesa (correntes e capital). Assim, este mapa pode apresentar em determinado período valores de receita emitida inferiores aos valores de receita cobrada.

Funchal, 4 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. Caraterização da Entidade

8.1.1. A Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas situa-se no Palácio da Rua do Esmeraldo – Rua do Esmeraldo, n.º 24, 9004-554 Funchal e dispõe de autonomia administrativa, financeira e patrimonial no que se refere às verbas do seu Orçamento Privativo, enquadrando-se no Capítulo 06, Divisão 03 – Cofre Privativo do Tribunal de Contas – Madeira – Orçamento Privativo, Sub-divisão 00 – Funcionamento e o número de pessoa coletiva 510 935 755.

8.1.2. A sua constituição, orgânica e funcionamento encontram-se definidas na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, e posteriormente alterada pelas Leis n.os 42/2016, de 28 de dezembro, 2/2020, de 31 de março, e 27-A/2020, de 24 de julho.
O Estatuto dos Serviços de Apoio do Tribunal de Contas consta do DL n.º 440/99, de 2 de novembro, alterado pelo DL n.º 184/2001, de 21 de junho.

8.1.3. A estrutura organizacional da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas consta do Anexo 1 a este documento.

O Conselho Administrativo é composto por um Presidente e dois Vogais efetivos, contando ainda com dois Vogais suplentes. Em conformidade com o Despacho n.º 1/ 2018 - JC/SRMTC, de 3 de dezembro foram designados para o exercício dessas funções: Ana Mafalda Nobre do reis Morbey Affonso **(Presidente)**; Alberto Miguel Faria Pestana **(1.º Vogal efetivo)**; Maria Alice Pereira Marques Ferreira **(2.º Vogal efetivo)**; Maria Susana Ferreira da Silva **(1.º Vogal suplente)**; Maria Mericia Correia Fernandes Dias **(2.º Vogal suplente)**.

8.1.4. Nos termos do art.º 1.º da Lei n.º 98/97, "O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras".

8.1.5. Recursos humanos:
O número de efetivos reportado a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, departamentos e serviços, conforme mapa de pessoal, é o que se apresenta em anexo n.º 2 a este documento.

8.1.6. Organização Contabilística:

A entidade dispõe da norma de controlo Interno (NCI), bem como instruções de trabalho como peças auxiliares para a execução das funções.

O Sistema Informático existente para produção das Demonstrações Financeiras, quer para o Orçamento do Estado (OE), quer para o CP, é o GerFip - Solução de Gestão de Recursos Financeiros Partilhados, fornecido pela Entidade de Serviços partilhados da Administração Pública, I.P (eSPap). A SRMTC contratualiza anualmente com esta entidade dois acessos à plataforma e 5 licenças de utilização, para a gestão do ciclo de despesas, do ciclo de receita e gestão de contabilidade patrimonial.

Esta solução disponibiliza as funcionalidades que permitem o registo contabilístico dos processos Orçamentais e Financeiros, de acordo com as regras definidas ainda no Plano Oficial de Contabilidade Pública – POCP.

O registo de toda a atividade financeira é registado informaticamente pelo sistema RIGORE/GERFIP, estando disponíveis em qualquer altura um conjunto de outputs, nomeadamente, diários, balancetes e extratos de conta. Os processos de despesa são complementados com informações do Departamento de Apoio instrumental (DAI) que fundamentam a respetiva decisão.

Os documentos encontram-se arquivados em ***partas de arquivo*** por ano económico, por ordem cronológica (mais baixo para mais alto), concretamente por pastas de arquivo **da despesa, da receita**, do **Fundo de Maneio**, de **balancetes**, de **reconciliações bancárias**, de **Prestação de Contas**, de **Operações de Tesouraria** e de **Processamento de salários.**

As pastas de arquivo de despesa encontram-se organizadas por natureza das rubricas orçamentais de acordo com o respetivo classificador (DL n.º 26/2020, de 14 de fevereiro, e por rubrica orçamental, e encontra-se ordenada por autorizações de pagamento (PAP).

As pastas de arquivo de receita encontram-se organizadas por natureza dos artigos de receita de acordo com o respetivo classificador (DL n.º 26/2020, de 14 de fevereiro), por ordem de recebimento e de forma sequencial do cobrança emitido pelo Gerfip.

As pastas de arquivo de operações de tesouraria encontram-se organizadas em conformidade com o mencionado classificador das receitas e das despesas públicas.

As pastas de arquivo do Fundo de Maneio contêm três separadores: um com a constituição do fundo, outro com as reconstituições do fundo e um terceiro com a liquidação do fundo. A reconstituição está dividida por meses (12).

As pastas de arquivo do Processamento de salários encontram-se organizadas por meses de processamento.

As pastas de arquivo de prestação de contas do ano de 2020 encontram-se organizadas nos termos da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro.

Mensalmente são elaborados mapas de execução orçamental, reconciliações bancárias, reconstituição do fundo de maneio que são submetidas e aprovadas pelo Conselho Administrativo.

Mensalmente são efetuados reportes da execução orçamental, das alterações orçamentais, dos fundos disponíveis, de pagamentos em atraso, da Previsão de execução (PME) na página nos locais de internet indicados no decreto de execução em vigor para cada ano económico e nos prazos previstos do mesmo.

Trimestralmente são elaborados Relatórios de execução (para a DGO) e Reportes de Unidade de Tesouraria, nos prazos previstos do decreto de execução em vigor para cada ano económico.

Mensalmente são enviados por email, para conhecimento da DGTC, os montantes da execução mensal da receita e da despesa, quer do OE, quer do CP e quer do agregado (OE+CP).

Não existe descentralização contabilística.

Funchal, 5 de março de 2021

A Chefe de Divisão,

Funchal, 5 de março de 2021

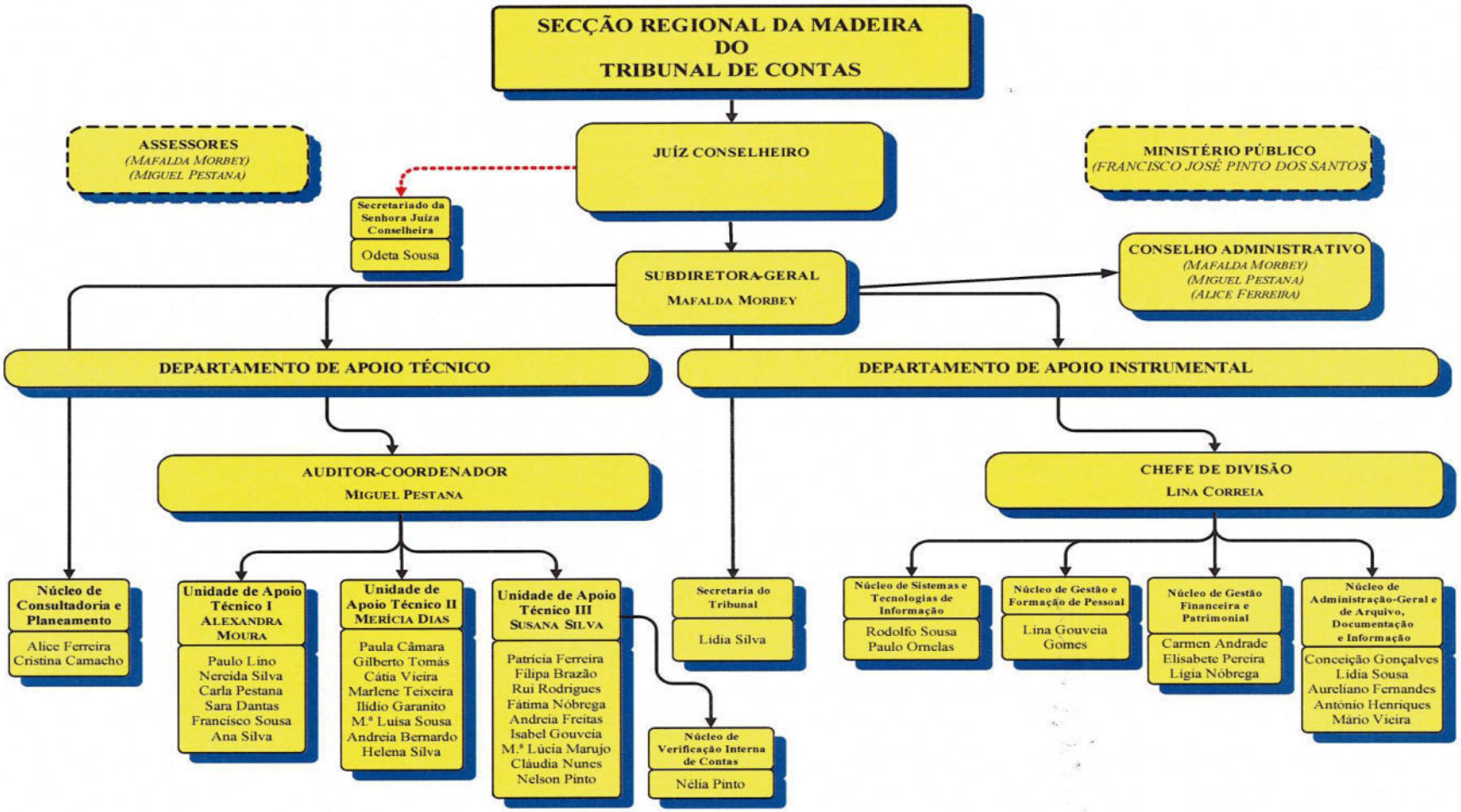
O Conselho Administrativo,

TRIBUNAL DE CONTAS
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇO DE APOIO

ORGANOGRAMA DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

(reportado a 31 de dezembro de 2020)



ANEXO 2

TRIBUNAL DE CONTAS
PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

DEPARTAMENTO	SERVIÇO	CARREIRAS	CATEGORIAS	PESSOAL DO MAPA
			Subdiretor-Geral	1
	Secretariado do JC	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
	Núcleo de Consultadoria	Técnico Verificador Superior	Técnico Verificador Superior Principal	1
		Técnico Superior	Técnico Superior	1
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO	Coordenação		Auditor-Coordenador	1
	UAT I		Auditor-Chefe	1
		Técnico Verificador Superior	Técnico Verificador Assessor	3
		Inspetor	Inspetor	1
		Técnico Superior	Técnico Superior	1
		Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
	UAT II		Auditor-Chefe	1
		Consultor	Consultor	1
		Técnico Verificador Superior	Técnico Verificador Superior Principal	1
			Técnico Verificador Superior de 1.ª classe	1
			Técnico Verificador Superior de 2.ª classe	1
		Técnico Verificador	Técnico Verificador Especialista	1
		Técnico Superior	Técnico Superior	2
		Assistente Técnico	Assistente Técnico	1

TRIBUNAL DE CONTAS
PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

DEPARTAMENTO	SERVIÇO	CARREIRAS	CATEGORIAS	PESSOAL DO MAPA
	UAT III		Auditor-Chefe	1
		Técnico Verificador Superior	Técnico Verificador Assessor	2
			Técnico Verificador Superior Principal	3
			Técnico Verificador Superior de 1.ª classe	2
			Técnico Verificador Superior de 2.ª classe	2
	Núcleo de Verificação Interna de Contas	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
DEPARTAMENTO DE APOIO INSTRUMENTAL			Chefe de Divisão	1
	Núcleo de Gestão e Formação de Pessoal	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
	Núcleo de Sistemas e Tecnologias de Informação	Especialista De Informática	Especialista de Informática do Grau 3 – Nível 1	1
		Técnico De Informática	Técnico de Informática do Grau 3 – Nível 2	1
	Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial	Técnico Superior	Técnico Superior	1
		Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Secretaria da Secção Regional da Madeira	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
	Núcleo de Administração Geral e de Arquivo, Documentação e Informação	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
		Assistente Operacional	Assistente Operacional	3
				45

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CP)

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 De acordo com o disposto na mais recente versão dos art.os 3.º, n.º 1, e 18.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Pública (SNC-AP) é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central que não tenham natureza, forma e designação de empresa desde 1 de janeiro de 2018, decorrendo do art.º 14.º, n.º 1, do mesmo diploma, igualmente na última redação que lhe foi conferida, que estas entidades públicas deveriam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias à transição para o novo regime contabilístico durante o ano de 2017.

Por ser a entidade incumbida de garantir o desenvolvimento e a prestação de serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, como resulta do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, a operacionalização deste processo, em termos de adequação do sistema informático GeRFiP, foi atribuída à ESPAP, I.P. (eSPap), que, enquanto *Software House*, preconizou uma solução informática assente numa equivalência automatizada entre este plano de contas e o anterior, tendo ditado a criação de novas contas no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) para garantir essa paridade.

Neste domínio, importa, porém, assinalar que a escrituração no subsistema da contabilidade orçamental do SNC-AP relativo ao processamento de vencimentos e respetivos pagamentos é diferente do utilizado no âmbito do POCP, definindo que as retenções em remunerações auferidas que serão entregues a entidades terceiras (e.g. Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, ADSE) deixaram de ser consideradas operações de tesouraria, com o objetivo de salvaguardar a imagem verdadeira e apropriada que as demonstrações orçamentais devem apresentar em relação à execução orçamental.

Como tal, as obrigações são processadas pelos valores brutos no quadro do processamento de remunerações, sendo o pagamento total das obrigações repartido pelo pagamento dos valores líquidos aos beneficiários das remunerações e pela entrega das retenções ou descontos às entidades beneficiárias.

Assim, tendo a solução implementada pela eSPap determinado que todos os registos contabilísticos sejam efetuados de acordo com o plano de contas do POCP, verifica-se que, relativamente ao processamento de vencimentos e respetivas retenções, o sistema informático não permite a implementação das premissas definidas no SNC-AP.

Ao circunstancialismo descrito acresce a limitação adveniente do facto do sistema GeRFiP não possuir qualquer valência que permita o cumprimento da Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão, o que agudiza ainda mais as lacunas evidenciadas pela atual versão do programa informático, impedindo, desse modo, o desiderato de realizar a prestação de contas em SNC-AP, isto não obstante os serviços do Tribunal, no seu todo, se encontrarem preparados para esse objetivo desde 2018.

Estes constrangimentos, que foram uma constante em 2018 e em 2019, mantiveram-se no ano 2020, não obstante as melhorias cirúrgicas registadas na referida aplicação informática (resultantes do acréscimo do número de mapas disponibilizados e da proposta de formas alternativas para a sua construção), continuando na presente data a não ser possível efetuar a extração e emissão de todos os mapas legais e informações obrigatórias.

A Resolução n.º 2/2020 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas veio, não obstante, acautelar a possibilidade das entidades/serviços prestarem contas em POCP, quando não estejam reunidas todas as condições para a prestação de contas em SNC-AP, tendo também o art.º 350.º, n.º 2, de Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (OE 2021) consagrado expressamente a possibilidade das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, efetuarem a prestação de contas relativa a 2020 no mesmo referencial contabilístico utilizado na prestação de contas do ano de 2019.

Face ao que antecede, e considerando, em síntese, que:

i. O GeRFiP continua a ser o sistema informático de referência utilizado pelos serviços integrados, como se alcança do art.º 29.º do Decreto-Lei 84/2019, de 28 de junho, que mantém a sua vigência até à publicação do diploma de execução do orçamento do Estado para 2021;

ii. Embora apresente atualmente duas modalidades para registo contabilístico - em POCP e em SNC-AP - para esta última modalidade o sistema GeRFIP não se mostra ainda totalmente operacional, padecendo nomeadamente das seguintes limitações:

   a. Registo de movimentos contabilísticos associados ao processamento de remunerações e respetivas retenções através do referencial contabilístico POCP em vez do referencial contabilístico SNC-AP, facto que tem impacto no âmbito da contabilidade orçamental pela aplicação da NCP 26;

   b. Inexistência de módulo de contabilidade de gestão, o que impede a aplicação da NCP 27;

   c. O conjunto dos layouts necessários à produção de todos os mapas legais e informações obrigatórias, com vista à instrução do processo de prestação de contas, ainda não está completo;

iii. À luz do quadro legal aplicável, é possível proceder à prestação de contas relativa ao exercício de 2020 no referencial contabilístico POCP, sendo este o sistema que oferece menos riscos em função das ferramentas informáticas atualmente disponíveis;

O Conselho Administrativo (CA) deliberou, em 13 de janeiro de 2021[1], solicitar a competente autorização ao Tribunal de Contas (TC) para proceder à prestação de contas do ano de 2020 em POCP, nos termos da *supra* mencionada Resolução n.º 2/2020 da 2.ª Sessão.

Em de fevereiro p.p foi obtida a autorização do Excelentíssimo Juiz Conselheiro da Secção Regional da Madeira do tribunal de Contas, em substituição, para a prestação de contas individuais(Orçamento do Estado e do Cofre Privativo) no referencial contabilístico POCP, tendo presentes as razões ponderosas expostas e o risco inerente à adoção do SNC_AP as condições descritas, em sintonia com o que se encontra previsto para as contas das demais

[1] Confrontar a Informação n.º 28/2021-DAI-NGFP, de 13 de janeiro.

entidades que integram o grupo do tribunal de Contas, o que foi igualmente levado ao conhecimento do Juiz Conselheiro responsável pela respetiva conta consolidada.

Salienta-se que as situações ora descritas foram igualmente enunciadas no relatório intercalar VI da Auditoria à implementação do SNC-AP e da ECE, Relatório n.º 13/2019 da 2.ª Secção.

Por conseguinte, a conta relativa ao exercício de 2020 é prestada no regime contabilístico estabelecido pelo POCP, nos termos da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro. Tendo a SRMTC aplicado o POCP no ano 2020, contratou para tal, à semelhança do ano anterior, os Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Orçamentais em Modo Partilhado (GeRFiP) prestados pela eSPap.

8.2.3. - Critérios valorimétricos utilizados:

O ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com exceção do bem constante na conta 4.2.9. Outras *Imobilizações Corpóreas* (Património Histórico), que está registado por um valor resultante de avaliações.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a legislação em vigor.

Tendo o edifício sido adquirido em estado de uso, a taxa de amortização é calculada com base no período de vida útil esperado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VALOR DA AMORTIZAÇÃO A APLICAR} = \frac{\text{VALOR CONTABILÍSTICO}}{\text{N.º DE ANOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADO}}$$

O Património Histórico não é amortizado.

No ano em que se verifica o início de utilização dos bens e no ano do respetivo abate é efetuada a amortização por duodécimos. Desta forma, no ano de aquisição dos bens é efetuada a amortização no valor correspondente ao número de meses contados desde o mês seguinte ao da entrada física do bem. No caso de se verificar o abate dos bens, num determinado ano, só serão realizadas amortizações no valor correspondente ao número de meses decorridos até ao mês de abate, inclusive.

De acordo com a Portaria n.º 378/94, de 16 de junho, os bens inventariados de valor inferior a € 99,76 (20.000$00) adquiridos até 31 de dezembro de 1995 e os de valor inferior a € 199,52 (40.000$00) adquiridos depois de 01/01/96 deviam ser amortizados no ano de aquisição, conforme o estabelecido no n.º 1 do art.º 20.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, 12 de janeiro.

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, e de acordo com o seu art.º 34.º, os montantes referidos foram atualizados para *"(...) 80% da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondado para o milhar de escudos ou unidades de euros inferior"*, o que se traduz no ano de 2007 em € 261,40, de 2008 em € 266,89, e nos anos de 2009 a 2020 em € 274,62.

Considerou-se oportuno contabilizar o material de cultura numa conta de custos (*6.2.2.1.6. – FSE - Livros e Documentação Técnica*), para não sobrevalorizar o património líquido, uma vez que são classificados nesta conta as Revistas e Livros Técnicos, que pela sua natureza facilmente se desatualizam.

Embora a titularidade do imóvel Palácio do Esmeraldo esteja repartida entre o Cofre Privativo da SRMTC (28,75%) e o Estado Português (71,43%), uma vez que está afeto ao seu uso, encontra-se registado na sua totalidade, em conformidade com o art.º 2.º, n.º 5, da Portaria n.º 671/2000.

As amortizações referentes ao exercício de 2020 foram alvo da habitual contabilização efetuada para o efeito, à semelhança dos outros bens pertencentes ao ativo imobilizado do Tribunal.

As existências estavam valorizadas e registadas ao custo de compra, que se traduz na soma do preço de aquisição com os gastos suportados até o bem chegar ao armazém, em condições de ser consumido.

Contudo, no passado mês de julho de 2020, a EsPap procedeu a ajustamentos no Programa GerFip no âmbito da contabilização dos bens do economato que deixaram de ser reconhecidos como existências passando a ser reconhecidos como um custo diferido na conta 27299 Acréscimo/Diferimento – Consumíveis. Consequentemente o saldo dessa conta passou a ser transferido para as respetivas contas de custo (conta 62 Fornecimentos e serviços externos) à medida que os bens são consumidos/utilizados. Esta alteração da politica de contabilização dos bens do economato foi formalizada através da Informação n.º 244/2020. DAI/NGFP, de 29 de dezembro oportunamente submetida ao CA da SRMTC.

Os bens adquiridos não se destinam à venda, mas sim ao consumo interno.

O método adotado para a saída das existências foi o do custo médio ponderado.

Foram feitas em anos anteriores provisões para as receitas por arrecadar de emolumentos liquidados pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, os quais representam a sua principal fonte de receitas próprias. Para tal, apurou-se o montante de dívidas de contribuintes c/c em mora há:

- mais de 6 meses e até 1 ano;
- de 1 até 2 anos;
- de 2 até 3 anos;
- mais de 3 anos

Nas situações em que o devedor é uma entidade privada, constituiu-se provisão pela totalidade da dívida nessas condições.

A Especialização das remunerações a pagar no ano seguinte, é registada na conta 2732 – Remunerações a pagar. A estimativa é enviada pelo NGP tendo por base o processamento de salários do mês de dezembro.

A especialização dos emolumentos é realizada pelas Unidades de Apoio Técnico que têm os processos a seu cargo para as ações em curso a 31 de dezembro, segundo os seguintes critérios:

- O **Visto** é especializado tendo em conta o grau de execução de cada processo cuja percentagem depende do estado da análise do mesmo (Devolvido à unidade 40%, Informado 70%, declarado Conforme 90%, Concluso 90%, Devolvido pelo Tribunal 70% e em análise.

- As **Verificações Internas de Contas(VIC)** são especializadas com base numa listagem retirada da aplicação GDOC que indica o valor a especializar em conformidade com a fase que se encontra cada ação (em conformidade com o definido na informação n.º 307/11 –

DGFP, de 30 de março de 2011). Este procedimento foi seguido pela primeira vez no ano de 2020.

- Na especialização das **Auditorias** em curso a 31 de dezembro são tidas em conta as Unidades de Tempo (UT) já despendidas e as UT previstas até a conclusão do processo. O processo de recolha da informação é concretizado através de fichas elaboradas nos termos de um despacho anual do DG (cfr. o Despacho n.º 34/20 – DG).

8.2.5. O Resultado do Exercício de 2020 foi de € -53 665,04, e não foi afetado pelas situações que constam neste ponto do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

8.2.7. e 8.2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, quer de aquisições como de abates, assim como as respetivas amortizações, são os que se apresentam nos quadros em anexo (vide pág. 11 e ss.).

8.2.17. O ponto n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2000, de 18 de maio, estipula que todos os serviços e fundos autónomos integrados na tesouraria do Estado deverão garantir a transferência gradual das aplicações financeiras dos seus excedentes e disponibilidades de tesouraria para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP).

Por deliberação do Conselho Administrativo do Cofre Privativo da SRMTC, de 19 de dezembro de 2004, foi autorizada a aplicação inicial de um montante de € 1 165.000 em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo – CEDIC, a qual foi sendo ajustada ao longo dos exercícios económicos seguintes. Todavia, face à reduzida rentabilidade e à diminuição dos excedentes de tesouraria o ano de 2020 encerrou sem nenhuma aplicação CEDIC.

8.2.23. Por norma são consideradas de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros, com antiguidade superior a 6 meses.
A dívida em cobrança duvidosa em 1 de janeiro de 2020 era de 3 301,07 euros e no presente exercício foram reduzidas dividas de clientes no valor de 808,11 euros e reforçadas em 408,00 euros, tendo-se encerrado o exercício de 2020 com um saldo de 2 810,96 euros, conforme quadro infra:

Documentos de cobrança em execução fiscal

Cliente	Processo	DC	Data de emissão	Valor €	Observações
José Ismael Gomes Fernandes	Proc. N.º 1/2014 - JRF	DC 6-C/2015	31/05/2015	343,28 €	Execução fiscal
José Ismael Gomes Fernandes	Proc. N.º 3/2014 - JRF	DC 7-C/2015	21/03/2015	343,28 €	Execução fiscal
João Isidoro Gonçalves	Proc. N.º 2/2014 - JRF	DC 35-C/2018	07/05/2018	343,28 €	Execução fiscal
António Carlos Teixeira de Abreu Paulo	Proc. N.º 8/2014 - JRF	DC 69-C/2018	29/05/2018	343,28 €	Execução fiscal
Bárbara Cristina de Jesus Ramos de Vasconcelos Sousa	Proc. N.º 8/2014 - JRF	DC 70-C/2018	29/05/2018	343,28 €	Execução fiscal
José Manuel Soares Gomes de Oliveira	Proc. N.º 8/2014 - JRF	DC 71-C/2018	29/05/2018	343,28 €	Execução fiscal
José Óscar de Sousa Fernandes	Proc. N.º 8/2014 - JRF	DC 72-C/2018	29/05/2018	343,28 €	Execução fiscal
João Isidoro Gonçalves	Proc. N.º 2/2012 - JRF	DC 112-C/2020	19/06/2020	102,00 €	Execução fiscal
João Isidoro Gonçalves	Proc. N.º 2/2012 - JRF	DC 113-C/2020	19/06/2020	306,00 €	Execução fiscal
Total				**2 810,96 €**	

Não se encontra em cobrança duvidosa, tendo um prazo superior, a dívida referente ao DC 59_C/2018, no valor de 343,28€, uma vez que o mesmo já foi liquidado pelo cliente na AT,

aguardando-se que este serviço proceda à sua transferência para as contas do Cofre Privativo da SRMTC.

8.2.24. O valor global dos encargos da SRMTC, em 31 de dezembro de 2020, perante o seu pessoal refere-se ao montante de suplemento de disponibilidade permanente de férias e subsídio de férias desse ano, mas que apenas vai ser pago no ano 2021, bem como de 23,75% para a CGA a suportar pela entidade patronal.

Todas as situações mencionadas foram apuradas tendo sido efetuadas as correspondentes estimativas em 2020 na conta *2.7.3.2. – Remunerações a liquidar.*

As situações mencionadas encontram-se descriminadas no seguinte quadro resumo:

(em euros)

Remunerações a Liquidar CP	
Descrição	**Cofre**
Suplem. Disp. Permanente (férias e subsídio de férias) e CGA	16 534,63
Total	**16 534,62**

8.2.31 O desenvolvimento das provisões constantes do balanço do Cofre Privativo do Tribunal de Contas em 31 de dezembro de 2020, apresentado no quadro seguinte, refere-se a provisões constituídas nos anos, de 2015 e de 2018. No final do exercício de 2020 as dívidas de contribuintes privados perfaziam os 6 meses de antiguidade da dívida, sendo que foram efetuados aumentos de provisões no presente exercício dos clientes que constam no ponto 8.2.23.

(em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
2.9.1.2.	Dívidas de Contribuintes	3 301,07	408,00	898,11	2 810,96
	Total	**3 301,07**	**408,00**	**898,11**	**2 810,96**

8.2.32 Constam da *conta 5* além do valor do Património inicial, os Resultados Transitados de 2006 a 2019 no valor de € -1.404.031,20 e o Resultado Líquido do Exercício de € -53.665,04.

8.2.33. A demonstração do custo das matérias vendidas e das matérias consumidas é a apresentada no quadro seguinte:

(em euros)

Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
3.6.	Existência Inicial	€ 0,00	€ 6 462,84
3.1.6.	Compras	€ 0,00	€ 1 044,65
3.8.2.	Regularização de Existências	€ 0,00	-€ 6 217,25
36.	Existências Finais	€ 0,00	€ 0,00
	Custos no exercício	**€ 0,00**	**€ 1 290,24**

A alteração de Politica Contabilista desencadeada pela EsPap durante o ano de 2020, alterou por completo a contabilização dos movimentos do economato tendo, no decurso do

exercício foi efetuada uma regularização para menos na conta 3.8.2 de forma a anular os movimentos existentes até a data nas contas de existências.
A partir de julho de 2020 as aquisições de bens de consumo, ao invés de serem movimentadas como existências, passaram a ser registadas numa conta de custos diferidos (27299), conforme consta da Informação n.º 244/2020 - DAI/NGFP, de 29 de dezembro.

No ano de 2020 a demonstração custo das matérias vendidas e das matérias consumidas é 1 290,24 euros.

8.2.37. A demonstração dos resultados financeiros é a que se apresenta seguidamente:

(em euros)

Código de Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código de Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2020	2019			2020	2019
	Outros Custos	0,00	0,00	781	Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00
688	Resultados Financeiros	0,00	0,00				
		0,00	0,00			0,00	0,00

8.2.38. A demonstração dos resultados extraordinários é a que se apresenta seguidamente:

(em euros)

Código de Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código de Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2020	2019			2020	2019
693	Cust. Ext. Perdas Existências		0,00	793	Prov. Ext. Existências	0,00	0,00
694	Cust. Ext. Perd. Imo.		0,00	794	Prov. Ext. G. Imo.	0,00	0,00
696	Cust. Ext. A.Am/prov - Amort		0,00	796	Prov. Ext. Red Prov	554,83	150,00
697	Cust. Ext. Corr. Ex Anteriores	17 975,23	1 178,09	797	Prov. Ext. Corr. Ex Anteriores	0,33	12 099,11
	Resultados Extraordinários	-17 420,07	11 204,90	798	Prov. Ext. TrfCapOb-AdReg		133,88
		555,16	**12 382,99**			**555,16**	**12 382,99**

8.2.39. Outras informações relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados - Análise à continuidade da atividade da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, assim como de eventuais impactos nas respetivas demonstrações financeiras.

Em 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID -19 foi qualificada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia internacional com dimensão de calamidade pública.

Esta circunstância levou a que, na sequência da autorização concedida através da Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, tivesse sido declarado o estado de emergência pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, com fundamento na verificação da apontada situação.

Perante este cenário, e tendo também em conta as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença

COVID-19, decretadas pela Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, assim como as demais medidas posteriormente definidas neste domínio pelo Governo, impõe-se avaliar os impactos provocados pela conjuntura descrita na atividade do Tribunal de Contas, mormente no exercício económico de 2020.

Desde logo, importa vincar que no ano em questão, e conforme legalmente previsto, foi ativado e implementado o Plano de Contingência do Tribunal de Contas, aprovado pelo Despacho n.º 26/2020-GP, de 6 de março de 2020, que se mantem em vigor até à presente data, e que visou preparar o Tribunal para a gestão do risco de infeção e de resposta a eventuais casos de doença, minimizando a sua transmissão e consequências ao nível da Instituição e da comunidade, objetivo esse que ditou a criação do Gabinete de Gestão do COVID-19 (GGC19), ao qual foram atribuídas competências decisivas com vista à prossecução desse desiderato, que têm vindo a ser desempenhadas com rigor e eficiência.

Por outro lado, cumpre igualmente assinalar o facto de o Tribunal de Contas, no seu todo, se encontrar dotado dos equipamentos e das tecnologias que permitiram que os seus colaboradores exercessem maioritariamente as respetivas funções em regime de teletrabalho, reduzindo as reuniões presenciais e privilegiando os contactos por meios audiovisuais, o que, associado à circunstância destes mecanismos tecnológicos terem sido também colocados à disposição dos utentes do Tribunal, permitiu que a atividade da instituição tivesse prosseguido no período descrito com uma assinalável normalidade, o que contribuiu de forma determinante para a atenuação dos reflexos gerados pela pandemia.

A ocorrência e manutenção de fatores exógenos ao Tribunal de Contas associados à descrita crise de saúde pública não deixou, no entanto, de causar algum impacto na atividade do Tribunal, nomeadamente no que concerne às suas receitas, em particular as provenientes da fiscalização prévia, assim como no que se refere ao respetivo Plano de Atividades, que necessitou de ser reajustado.

Com efeito, no campo das iniciativas legislativas, há a salientar que o art.º 6, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, veio alargar o universo de contratos isentos de fiscalização prévia[1], o que teve um impacto negativo na receita gerada pela cobrança de emolumentos no âmbito dos processos desta natureza, tendo, por sua vez, o artigo 4.º do mesmo diploma dilatado o prazo de remessa das contas ao Tribunal, o que contribuiu para que as contas referentes à gerência de 2019 apenas pudessem começar a ser analisadas a partir do segundo semestre de 2020. Não obstante, esta última medida não teve reflexos concretos, já que a existência de contas mais antigas por verificar e a reorientação dos recursos humanos para a verificação das mesmas levou a que nesse ano se tivesse analisado um número recorde de contas.

Outro aspeto que não pode ser dissociado da realidade conjuntural despoletada em 2020 reconduz-se ao facto da realização dos trabalhos de campo junto das entidades que se encontravam abrangidas pelo Plano de Fiscalização ter ficado fortemente restringida, o que obrigou a uma reavaliação dos trabalhos inicialmente previstos, por forma a desenvolver soluções alternativas que conduziram ao reajustamento das ações inscritas no referido plano.

Sopesando o exposto, considera-se que as demonstrações financeiras da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, do Orçamento do Estado e Cofre Privativo, em 31 de dezembro de 2020, bem como o respetivo Anexo e Relatório de Gestão, documentos que

[1] A citada norma veio isentar "*da fiscalização prévia do Tribunal de Contas os contratos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, durante o período de vigência*" deste diploma.

são parte integrante da Conta de Gerência respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro desse ano, aprovada pelo Conselho Administrativo, não deverão ser objeto de qualquer alteração, atendendo a que não se prevê a ocorrência de acontecimentos que possam vir a modificar a sua composição e conteúdo, nem tão pouco o pressuposto da regular continuidade da atividade da Instituição.

Sem embargo, reconhece-se que as circunstâncias excecionais devidamente explanadas ao longo deste documento irão ter projeção no decurso do exercício de 2021, encontrando-se, contudo, plenamente implementadas medidas direcionadas à sua mitigação, que continuarão a ser reavaliadas em permanência, de modo a permitir que se adequem à evolução da atual conjuntura pandémica.

Ainda assim, no que respeita aos gastos previstos para 2021, a SRMTC pode, desde já, perspetivar alguns desses impactos, nomeadamente no que se refere a um agravamento das despesas com a aquisição de bens e serviços de limpeza e higiene (resultante do reforço e dispersão nas instalações da SRMTC de soluções antissépticas de base alcoólica, da aquisição de materiais e bens necessários à prevenção e combate à contaminação do COVID-19 e do reforço da higienização dos sanitários e de superfícies manuseadas).

Distintamente, em sentido inverso e de forma mais acentuada, estima-se um decréscimo noutras despesas com a aquisição de bens e serviços, tais como em transportes, deslocações e estadias (devido à restrição ou suspensão das deslocações em missões oficiais), formação, organização de seminários, bem como no consumo de água, eletricidade, material de escritório e outros bens e serviços correntes, estes últimos, essencialmente justificados pelo recurso ao teletrabalho.

Funchal, 5 de março de 2021,

A Chefe de Divisão,

Funchal, 5 de março de 2021,

O Conselho Administrativo,

ANEXO 1

Imobilizado em 31/12/2020
COFRE

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	ATIVO BRUTO	AMORT. ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	TAXA DE AMORTIZAÇÃO		DATA DO FATO PATRIMONIAL	
					Mais Baixa	Mais Alta	1.ª aquisição	última aquisição
4	**Imobilizações**							
42	Imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e Recursos Naturais							
421.1	Palácio do Esmeraldo	349 141,07		349 141,07	0%	0%	2000	2000
421.2	Casa Função Ilhéus	63 750,00		63 750,00	0%	0%	2007	2007
422	Edifícios e Outras Construções							
422.1	Palácio do Esmeraldo	1 226 479,18	327 627,88	898 851,30	1,01%	1,54%	2000	2017
422.2	Casa Função Ilhéus	191 250,00	40 211,57	151 038,43	1,54%	1,54%	2007	2007
423	Equipamento Básico	145 360,17	141 470,89	3 889,28	10,00%	100,00%	1987	2020
424	Equipamento de Transporte	27 155,00	27 155,00	0,00	12,50%	12,50%	2010	2010
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00				
426	Equipamento Administrativo	150 476,58	118 529,076	31 947,51	10,00%	100,00%	1987	2020
429	Outras Imob.Corpóreas	30 576,49	19 307,28	11 269,21	12,00%	100,00%	1987	2020
	TOTAL	**2 184 188,49**	**674 301,69**	**1 509 886, 80**				

Variação do Imobilizado Bruto em 31/12/2020
COFRE

(em euros

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	ATIVO BRUTO	AQUISIÇÕES	ALTERAÇÃO		ABATES	RECLA.	IMOBILIZADO BRUTO
		31.12.2019	IMOBILIZADO	POSITIVA	NEGATIVAS	IMOB.		31.12.2020
4	**Imobilizações**							
42	Imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e Recursos Naturais							
421.1	Palácio do Esmeraldo	349 141,07						349 141,07
421.2	Casa Função Ilhéus	63 750,00						63 750,00
422	Edifícios e Outras Construções	0,00						0,00
422.1	Palácio do Esmeraldo	1 226 479,18						1 226 479,18
422.2	Casa Função Ilhéus	191 250,00						191 250,00
423	Equipamento Básico	150 598,41	3 254,75			8 492,99		145 360,17
424	Equipamento de Transporte	27 155,00						27 155,00
425	Ferramentas e Utensílios	0,00						0,00
426	Equipamento Administrativo	141 362,27	17 377,64			8 263,33		150 476,58
429	Outras Imob. Corpóreas	24 644,65	6 373,11			441,27		30 576,49
442	Imobilizações em curso	0,00						0,00
	TOTAL	2 174 380,58	27 005,50	0,00	0,00	17 197,59	0,00	2 184 188,49

Aquisições do Exercício – 2020
COFRE

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	ALTERAÇÕES PATRIMONIAIS	TOTAL
4	**Imobilizações**			
42	Imobilizações corpóreas			
421	Terrenos e Recursos Naturais			
421.2	Palácio do Esmeraldo	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e Outras Construções			
422.2	Palácio do Esmeraldo	0,00	0,00	0,00
423	Equipamento Básico	3 254,75	0,00	3 254,75
424	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	17 377,64	0,00	17 377,64
429	Outras Imob. Corpóreas	6 373,11	0,00	6 373,11
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**27 005,50**	**0,00**	**27 005,50**

Aquisições do Exercício – 2020

(em euros)

Código de contas	DESIGNAÇÃO	Aquisições do exercício		
		Aquisições no ano	Valor <= 274,62€	Valor > 274,62€
4	Imobilizações			
42	Imobilizações corpóreas		0,00	0,00
421	Terrenos e Recursos Naturais		0,00	0,00
421.2	Palácio do Esmeraldo	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e Outras Construções		0,00	0,00
422.2	Palácio do Esmeraldo	0,00	0,00	0,00
423	Equipamento Básico		0,00	0,00
424	Equipamento de Transporte	3 254,75	0,00	3 254,75
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	17 377,64	987,42	16 390,22
429	Outras Imob. Corpóreas	6 373,11	0,00	6 373,11
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**27 005.50**	**987,42**	**26 018,08**

Ficha de Amortizações em 31/12/2020
COFRE

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	AMORTIZAÇÕES					
		DE ANOS ANTERIORES 31.12.2019	DO ANO	ACUMULADAS ABATES	REGULAR.	RECLAS.	ACUMULADAS 31.12.2020
4	**Imobilizações**						
48	Amortizações Acumuladas						
4821	**Terrenos e Recursos Naturais**						
4821.1	Palácio do Esmeraldo						
4821.2	Casa Função Ilhéus						
4822	**Edifícios e Outras Construções**						
4822.1	Palácio do Esmeraldo	314 588,99	13 038,89				327 627,88
4822.2	Casa Função Ilhéus	37 269,26	2 942,31				40 211,57
4823	Equipamento Básico	149 404,88	559,00	8 492,99			141 470,89
4824	Equipamento de Transporte	27 155,00	0,00				27 155,00
4825	Ferramentas e Utensílios						
4826	Equipamento Administrativo	115 044,26	11 748,14	8 263,33			118 529,07
4829	Outras Imob.Corpóreas	19 296,82	451,73	441,27			19 307,28
	TOTAL	**662 759,21**	**28 740,07**	**17 197,59**	**0,00**	**0,00**	**674 301,69**

MAPA DE AMORTIZAÇÕES
IMOBILIZADO CORPÓREO EM 31/12/2020
TERRENOS / EDIFÍCIOS / VIATURAS
(CP)

Em euros

N.º Inventário RIGORE	Descrição	Class. Patrim.	Ano Aquis.	Mês Aquis.	Valor Aquisição	Ano Alteração	Grandes Reparações	Valor Atual	Vida Útil	Taxa Amort.	Amortizações exercí. anter.	Amort. Exercício	Amort. Acumuladas	Valor Líquido
1000002217	Terreno Palácio Esmeraldo	4.2.1	2000		349 141,07			349 141,07						349 141,07
1000002214	Terreno Casa Função Ilhéus	4.2.1	2007		63 750,00			63 750,00						63 750,00
	4.2.1 TERRENOS				412 891,07			412 891,07						412 891,07
1000002216	Palácio Esmeraldo	4.2.2	2000		1 047 423,21			1 047 423,21	90		297 311,83	10 715,88	308 027,71	739 395,50
1000002216_1 a 16	Palácio Esmeraldo - Grandes reparações	4.2.2				2017	179055,97	179 055,97	90		17 277,16	2 323,01	19 600,17	159 455,80
1000002215	Casa Função Ilhéus	4.2.2	2007		191 250,00			191 250,00	65		37 269,26	2 942,31	40 211,57	151 038,43
	4.2.2 EDiFÍCIOS				1 238 673,21		179 055,97	1 417 729,18			351 858,25	15 981,20	367 839,45	1 049 889,73
1000001663	PEUGEOT 407 Executive 1.6 HDI 4P	4.2.4	2010		27 155,00			27 155,00	8		27 155,00	0,00	27 155,00	0,00
	TOTAL GERAL				1 678 719,28		179 055,97	1 857 775,25		0,00	379 013,25	15 981,20	394 994,45	1 462 780,80

Abates ao Imobilizado em 31/12/2020
COFRE

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÂO	VALOR BRUTO	Amortizações				Total das Amortizações acumuladas	Variações no ativo		VALOR LÍQUIDO
		31.12.2019	Amortizações anos anteriores	Amortizações do ano	Regul.	Abates		Negativa	Positiva	31.12.2020
4	**Imobilizações**									
42	Imobilizações corpóreas									
421	Terrenos e Recursos Naturais									
421.1	Palácio do Esmeraldo	349 141,07	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		349 141,07
421.2	casa de função do Ilhéus	63 750,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		63 750,00
422	Edifícios e Outras Construções		0,00				0,00			0,00
422.1	Palácio do Esmeraldo	1 226 479,18	314 588,99	13 038,89		0,00	327 627,88	0,00		898 851,30
422.2	Casa de função dos Ilhéus	191 250,00	37 269,26	2 942,31		0,00	40 211,57	0,00		151 038,43
423	Equipamento Básico	150 598,41	149 404,88	559,00		-8 492,99	141 470,89	-8 492,99	3 254,75	3 889,28
424	Equipamento de Transporte	27 155,00	27 155,00	0,00		0,00	27 155,00	0,00		0,00
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
426	Equipamento Administrativo	141 362,27	115 044,26	11 748,14		-8 263,33	118 529,07	-8 263,33	17 377,64	31 947,51
429	Outras Imob. Corpóreas	24 644,65	19 296,82	451,73		-441,27	19 307,28	-441,27	6 373,11	11 269,21
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
	TOTAL	**2 174 380,58**	**662 759,21**	**28 740,07**	**0,00**	**-17 197,59**	**674 301,69**	**-17 197,59**	**27 005,50**	**1 509 886,80**

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Balanço - Activo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público:				
451 Terrenos e recursos naturais				
452 Edifícios				
453 Outras construções e infra-estrut				
454 Infra-est.e equip.natureza militar				
455 Bens de patrim.hist.,artíst. cult.				
459 Outros bens de domínio público				
445 Imobilizações em curso				
446 Adiant.p/conta bens domínio públic				
Imobilizações incorpóreas:				
431 Despesas de instalação				
432 Despesas investimento e desenvolv.				
433 Propriedade indust. e outros dir.				
443 Imobilizações em curso				
449 Adiant.p/conta imobil.incorpóreas				
Imobilizações corpóreas:				
421 Terrenos e recursos naturais	760.684,25		760.684,25	760.684,25
422 Edifícios e outras construções	2.282.052,75	533.974,23	1.748.078,52	1.773.412,99
423 Equipamento básico	22.774,83	22.774,83		
424 Equipamento de transporte				
425 Ferramentas e utensílios	350,83	350,83		
426 Equipamento administrativo	249.501,84	248.993,87	507,97	507,97
427 Taras e vasilhame				
429 Outras imobilizações corpóreas	465.100,81	45.931,35	419.169,46	419.169,46
442 Imobilizações em curso				
448 Adiant.p/conta imobiliz. corpóreas				
	3.780.465,31	852.025,11	2.928.440,20	2.953.774,67
Investimentos financeiros:				
411 Partes de capital				
412 Obrigações e tít. de participação				
413 Empréstimos de financiamento				
414 Investimentos em imóveis				
415 Outras aplicações financeiras				
441 Imobilizações em curso				
447 Adiant.p/conta invest. financeiros				

Balanço - Activo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Circulante:				
Existências:				
36 Matérias-primas, sub. e de consumo				
35 Produtos e trabalhos em curso				
34 Subprodutos,desperd.,resíd. e ref.				
33 Produtos acabados e intermédios				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos por conta de compras				
Dívidas de terceiros-M/longo prazo:				
2812+2822 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamento a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros Devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821 Empréstimos concedidos				
211 Clientes, c/c				
212 Contribuintes, c/c				
213 Utentes, c/c				
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.receb				
218 Clientes,contrib.e utent-cobr.duv				
251 Devedores pela execução orçamento				
229 Adiantamentos a fornecedores				
2619Adiant.fornecedores de imobilizado				
24 Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268 Outros devedores				
221 Fornecedores, c c				
222 Fornecedores - Títulos a pagar				
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar				
2611Fornecedores de imobilizado, c/c				

Balanço - Activo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	AB 2020	AP 2020	AL 2020	AL 2019
Títulos negociáveis:				
151 Acções				
152 Obrigações e títulos de particip.				
153 Títulos da dívida pública				
159 Outros títulos				
18 Outras aplicações de tesouraria				
Conta no Tesouro, depósitos em Instituições financeiras e caixa:				
13 Conta no Tesouro				
12 Depósitos em instit. financeiras				
11 Caixa				
Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos				
272 Custos diferidos				
Total de amortizações.....		852.025,11		
Total de provisões.....				
Total do activo.....	3.780.465,31	852.025,11	2.928.440,20	2.953.774,67

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

(Lina Correia)

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Organismo: 1921 TC - SRM
Exercício:2020
Unidade Monetária: Eur

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
Fundos Próprios e Passivo		
Fundos próprios:		
51 Património	1.341.295,29	1.341.295,29
55 Ajustamento partes capital empresas		
56 Reservas de reavaliação		
Reservas:		
571 Reservas legais		
572 Reservas estatutárias		
573 Reservas contratuais		
574 Reservas livres		
575 Subsídios		
576 Doações		
577 Reservas decorr.transf.activos		
59 Resultados transitados	413.470,81-	392.084,60-
88 Resultado líquido do exercício	27.918,69-	21.386,21-
Total de fundos próprios.....	899.905,79	927.824,48
Passivo:		
29 Provisões para riscos e encargos		
Dívidas a terceiros-M/l prazo:		
23121+23221 Empréstimos p/dívida tit		
23122+23222+12 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamento por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		
228 Fornec.-Facturas em receb/conf		
222 Fornecedores - Títulos a pagar		
2612Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar		
252 Credores pela execução do orçamento		
219 Adiant. de client,contrib.e utent		
2611Fornecedores de imobilizado, c/c		
24 Estado e Outros Entes Públicos		
262+263+267+268 Outros Credores		
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c		
214 Clientes,contrib.e utent-Tít.rec		
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111+23211 Empréstimos p/dívida tit		
23112+23212 Empréstimos p/div.não tit		
269 Adiantamentos por conta de vendas		
221 Fornecedores, c/c		

Balanço - Fundos Próprios e Passivo
Período de 1 a 16

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2019
228 Fornec.-Facturas em recep/conf 222 Fornecedores - Títulos a pagar 2612 Fornec. imobiliz.-Títulos a pagar 252 Credores pela execução do orçamento 219 Adiant. de client., contrib.e utent 2611 Fornecedores de imobilizado, c/c 2618 Fornc c/c imob-Fact em recep/conf 24 Estado e outros entes públicos 262+263+267+268 Outros credores 211 Clientes, c/c 212 Contribuintes, c/c 213 Utentes, c/c 214 Clientes,contrib.e utent-Tit.receb		
Acréscimos e diferimentos: 273 Acréscimo de custos 274 Proveitos diferidos	280.455,89 1.748.078,52	252.537,20 1.773.412,99
	2.028.534,41	2.025.950,19
Total do passivo.....	2.028.534,41	2.025.950,19
Total fundos próprios e passivo.....	2.928.440,20	2.953.774,67

Funchal, 5 de março de 2021
A CHEFE DE DIVISÃO
(Lina Correia)

Funchal, 5 de março de 2021
O CONSELHO ADMINISTRATIVO

Organismo: 1921 TC - SRM
Exercício:2020
Unidade Monetária:Eur

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Custos e perdas				
61 Custo merc.vendid. e mat. consum.:				
Mercadorias				
Matérias				
62 Fornecimentos e serviços externos				
Custos com o pessoal:				
641+642 Remuneracões	1.281.586,31		1.122.067,73	
643a648 Encargos sociais:				
Pensões				
Outros	286.528,57	1.568.114,88	249.508,93	1.371.576,66
63 Transf.corr.conced.prest. sociais				
66 Amortizacões do exercício	25.334,47		25.334,47	
67 Provisões do exercício		25.334,47		25.334,47
65 Outros cust. e perd. operacionais				
(A).....		1.593.449,35		1.396.911,13
68 Custos e perdas financeiras				
(C).....		1.593.449,35		1.396.911,13
69 Custos e perdas extraordinários				
(E).....		1.593.449,35		1.396.911,13
88 Resultado líquido do exercício		27.918,69-		21.386,21-
		1.565.530,66		1.375.524,92
Proveitos e ganhos				
71 Vendas e prestação de serviços:				

Demonstração dos Resultados
Período de 1 a 12

Moeda EUR Euro europeu

	2020	2020	2019	2019
Vendas de mercadorias				
Venda de prod. acab. e interm.				
Venda subprod.,desperd.,res.ref.				
Prestação de serviços				
72 Impostos, taxas e outros				
Variação da produção				
75 Trabalhos para a própria entidade				
73 Proveitos suplementares				
74 Transfer.e subsíd.corrent.obtidos:				
741 Transferências - Tesouro				
742+743 Outras	1.540.196,19		1.350.190,45	
76 Outros prov. e ganhos operacionais		1.540.196,19		1.350.190,45
(B)		1.540.196,19		1.350.190,45
78 Proveitos e ganhos financeiros				
(D)		1.540.196,19		1.350.190,45
79 Proveitos e ganhos extraordinários		25.334,47		25.334,47
(F)		1.565.530,66		1.375.524,92
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)-(A)=		53.253,16-		46.720,68-
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=				
Resultados correntes: (D)-(C)=		53.253,16-		46.720,68-
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		27.918,69-		21.386,21-

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

(Lina Correia)

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Act./Proj. (3)	Classificação económica Código (4)	Descrição (5)	Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamen (7)	Compromissos assumidos Ano (8)	Anos Ant. (9)	Despesas Pagas Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)	Total PG Liq (13)=(10)+(11)-(12)	Diferenças Dotação não Comprometid (14)=(6)-(7)-(8)-(9)	Saldo (15)=[(6)-(7)]-(13)	Compromissos por pagar (16)=[(8)+(9)]-(13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17)=(13)/(6-7)*100
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-	924.413,00	0,00	924.412,47	0,00	924.412,47	0,00	0,00	924.412,47	0,53	0,53	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER	68.636,00	0,00	68.635,15	0,00	68.635,15	0,00	0,00	68.635,15	0,85	0,85	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	2.345,00	0,00	2.344,44	0,00	2.344,44	0,00	0,00	2.344,44	0,56	0,56	0,00	99,98
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	2.701,00	0,00	2.700,70	0,00	2.700,70	0,00	0,00	2.700,70	0,30	0,30	0,00	99,99
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	46.410,00	0,00	46.400,18	0,00	46.409,72	0,00	9,54	46.400,18	9,82	9,82	0,00	99,98
001	001	264	D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	105.285,00	0,00	105.284,70	0,00	105.284,70	0,00	0,00	105.284,70	0,30	0,30	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.14.SM.00	SUBSIDIO NATAL	106.370,00	0,00	106.369,51	0,00	106.369,51	0,00	0,00	106.369,51	0,49	0,49	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	911,00	0,00	910,15	0,00	910,15	0,00	0,00	910,15	0,85	0,85	0,00	99,91
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	425,00	0,00	424,90	0,00	424,90	0,00	0,00	424,90	0,10	0,10	0,00	99,98
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	254.158,00	0,00	254.157,34	0,00	254.157,34	0,00	0,00	254.157,34	0,66	0,66	0,00	100,00
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	27.093,00	0,00	27.092,76	0,00	27.092,76	0,00	0,00	27.092,76	0,24	0,24	0,00	100,00
001	001	264	D.01.03.10.D0.00	DOENÇA	1.464,00	0,00	1.463,89	0,00	1.463,89	0,00	0,00	1.463,89	0,11	0,11	0,00	99,99
Total Actividade/Projecto: 264					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00
Total Medida: 001					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00
Total Programa: 001					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00
Total Fonte Financiamento: 111					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00
Total Classificação Funcional: 111					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00
Total Classificação Orgânica: 01 0 06 03 00					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00
Total por Organismo: 1921					1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.205,73	0,00	9,54	1.540.196,19	14,81	14,81	0,00	100,00

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

7.2 - Controlo Orçamental - Receita
Data: 01.01.2020 até 31.12.2020

Prg (1)	Med (2)	Classificação económica Código (3)	Classificação económica Descrição (4)	Previsões Corrigidas (5)	Receitas por cobrar no inicio do ano (6)	Receitas Emitidas (7)	Receitas Liquidadas (8)	Receitas emitidas anuladas (9)	Receitas cobradas brutas Ano (10)	Receitas cobradas brutas Anos anteriores (11)	Receitas cobradas brutas Total (12)=(10)+(11)	Reembolsos e restituições Emitidos (13)	Reembolsos e restituições Pagos (14)	Receita cobrada liquida (15)=(12)-(14)	Receita por cobrar no final do ano (16)=(6)+(7)-(9)-(12)	Grau de execução orçamental da receita (17)=(15)/(5)*100
000	000	R.99.99.98.01.00	Orç. Funcion. - Corr	0,00	0,00	1.540.196,19	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00
Total medida			000	0,00	0,00	1.540.196,19	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00
Total programa			000	0,00	0,00	1.540.196,19	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00
001	001	R.99.99.98.01.00	Orç. Funcion. - Corr	1.540.211,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total medida			001	1.540.211,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total programa			001	1.540.211,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Fonte Financiamento:			111	1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00	1.540.196,19	0,00	100,00
Total Classificação Orgânica:			01 0 06 03 00	1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00	1.540.196,19	0,00	100,00
Total por Organismo:			1921	1.540.211,00	0,00	1.540.196,19	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	1.540.196,19	0,00	0,00	1.540.196,19	0,00	100,00

Relativamente ao levantamento das dotações do OE, através de PLC, foram criados dois códigos informáticos a titulo temporário - 99.99.99.01.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Correntes) e 99.99.99.02.00 (Financiamento de dotações orçamentais - Receitas gerais - Capital), para contabilizar orçamentalmente estes movimentos.

O controlo do saldo de créditos libertos não é feito por tipo de despesa (correntes e capital). Assim, este mapa pode apresentar em determinado periodo valores de receita emitida inferiores aos valores de receita cobrada.

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. Caraterização da Entidade

8.1.1. A Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas situa-se no Palácio da Rua do Esmeraldo – Rua do Esmeraldo, n.º 24, 9004-554 Funchal e dispõe de autonomia administrativa e financeira no que se refere às verbas do seu Orçamento do Estado, enquadrando-se no Capítulo 06, Divisão 03 – Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas – Madeira – OE, Sub-divisão 00 – Funcionamento e o número de pessoa coletiva 671 000 780.

8.1.2. A sua constituição, orgânica e funcionamento encontram-se definidas na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, e posteriormente alterada pelas Leis n.os 42/2016, de 28 de dezembro, 2/2020, de 31 de março, e 27-A/2020, de 24 de julho.
O Estatuto dos Serviços de Apoio do Tribunal de Contas consta do DL n.º 440/99, de 2 de novembro, alterado pelo DL n.º 184/2001, de 21 de junho.

8.1.3. A estrutura organizacional da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas consta do Anexo 1 a este documento.

O Conselho Administrativo é composto por um Presidente e dois Vogais efetivos, contando ainda com dois Vogais suplentes. Em conformidade com o Despacho n.º 1/ 2018 - JC/SRMTC, de 3 de dezembro foram designados para o exercício dessas funções: Ana Mafalda Nobre do reis Morbey Affonso **(Presidente)**; Alberto Miguel Faria Pestana **(1.º Vogal efetivo)**; Maria Alice Pereira Marques Ferreira **(2.º Vogal efetivo)**; Maria Susana Ferreira da Silva **(1.º Vogal suplente)**; Maria Mericia Correia Fernandes Dias **(2.º Vogal suplente)**.

8.1.4. Nos termos do art.º 1.º da Lei n.º 98/97, "O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras".

8.1.5. Recursos humanos:
O número de efetivos em funções a 31 de dezembro de 2020, discriminado por carreiras e categorias, departamentos e serviços, em conformidade com o mapa de pessoal, é o que se apresenta no Anexo 2 a este documento.

8.1.6. Organização Contabilística:

A entidade dispõe da norma de controlo Interno (NCI), bem como instruções de trabalho como peças auxiliares para a execução das funções.

O Sistema Informático existente para produção das Demonstrações Financeiras, quer para o Orçamento do Estado (OE), quer para o CP, é o GerFip - Solução de Gestão de Recursos Financeiros Partilhados, fornecido pela Entidade de Serviços partilhados da Administração Pública, I.P (eSPap). A SRMTC contratualiza anualmente com esta entidade dois acessos à plataforma e 5 licenças de utilização, para a gestão do ciclo de despesas, do ciclo de receita e gestão de contabilidade patrimonial.

Esta solução disponibiliza as funcionalidades que permitem o registo contabilístico dos processos Orçamentais e Financeiros, de acordo com as regras definidas ainda no Plano Oficial de Contabilidade Pública – POCP.

O registo de toda a atividade financeira é registado informaticamente pelo sistema RIGORE/GERFIP, estando disponíveis em qualquer altura um conjunto de outputs, nomeadamente, diários, balancetes e extratos de conta. Os processos de despesa são complementados com informações do Departamento de Apoio instrumental (DAI) que fundamentam a respetiva decisão.

Os documentos encontram-se arquivados em ***partas de arquivo*** por ano económico, por ordem cronológica (mais baixo para mais alto), concretamente por pastas de arquivo **da despesa, da receita**, do **Fundo de Maneio**, de **balancetes**, de **reconciliações bancárias**, de **Prestação de Contas**, de **Operações de Tesouraria** e de **Processamento de salários**.

As pastas de arquivo de despesa encontram-se organizadas por natureza das rubricas orçamentais de acordo com o respetivo classificador (DL n.º 26/2020, de 14 de fevereiro, e em rubrica orçamental encontra-se ordenada por autorizações de pagamento (PAP).

As pastas de arquivo de receita encontram-se organizadas por natureza dos artigos de receita de acordo com o respetivo classificador (DL n.º 26/2020, de 14 de fevereiro), por ordem de recebimento e de forma sequencial do cobrança emitido pelo Gerfip.

As pastas de arquivo de operações de tesouraria encontram-se organizadas em conformidade com o mencionado classificador das receitas e das despesas públicas.

As pastas de arquivo do Fundo de Maneio contêm três separadores: um com a constituição do fundo, outro com a reconstituição do fundo e um terceiro com a liquidação do fundo. A reconstituição está dividida por meses (12).

As pastas de arquivo do Processamento de salários encontram-se organizadas por meses de processamento.

As pastas de arquivo de prestação de contas do ano de 2020 encontram-se organizadas nos termos da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro.

Mensalmente são elaborados mapas de execução orçamental, reconciliações bancárias, reconstituição do fundo de maneio que são submetidas e aprovadas pelo Conselho Administrativo.

Mensalmente são efetuados reportes da execução orçamental, das alterações orçamentais, dos fundos disponíveis, de pagamentos em atraso, da Previsão de execução (PME) na página nos locais de internet indicados no decreto de execução em vigor para cada ano económico e nos prazos previstos do mesmo.

Trimestralmente são elaborados Relatórios de execução (para a DGO) e Reportes de Unidade de Tesouraria, nos prazos previstos do decreto de execução em vigor para cada ano económico.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇO DE APOIO

Mensalmente são enviados por email, para conhecimento da DGTC, os montantes da execução mensal da receita e da despesa, quer do OE, quer do CP e quer do agregado (OE+CP).

Não existe descentralização contabilística.

Funchal, 5 de março de 2021

A Chefe de Divisão

Funchal, 5 de março de 2021

O Conselho Administrativo,

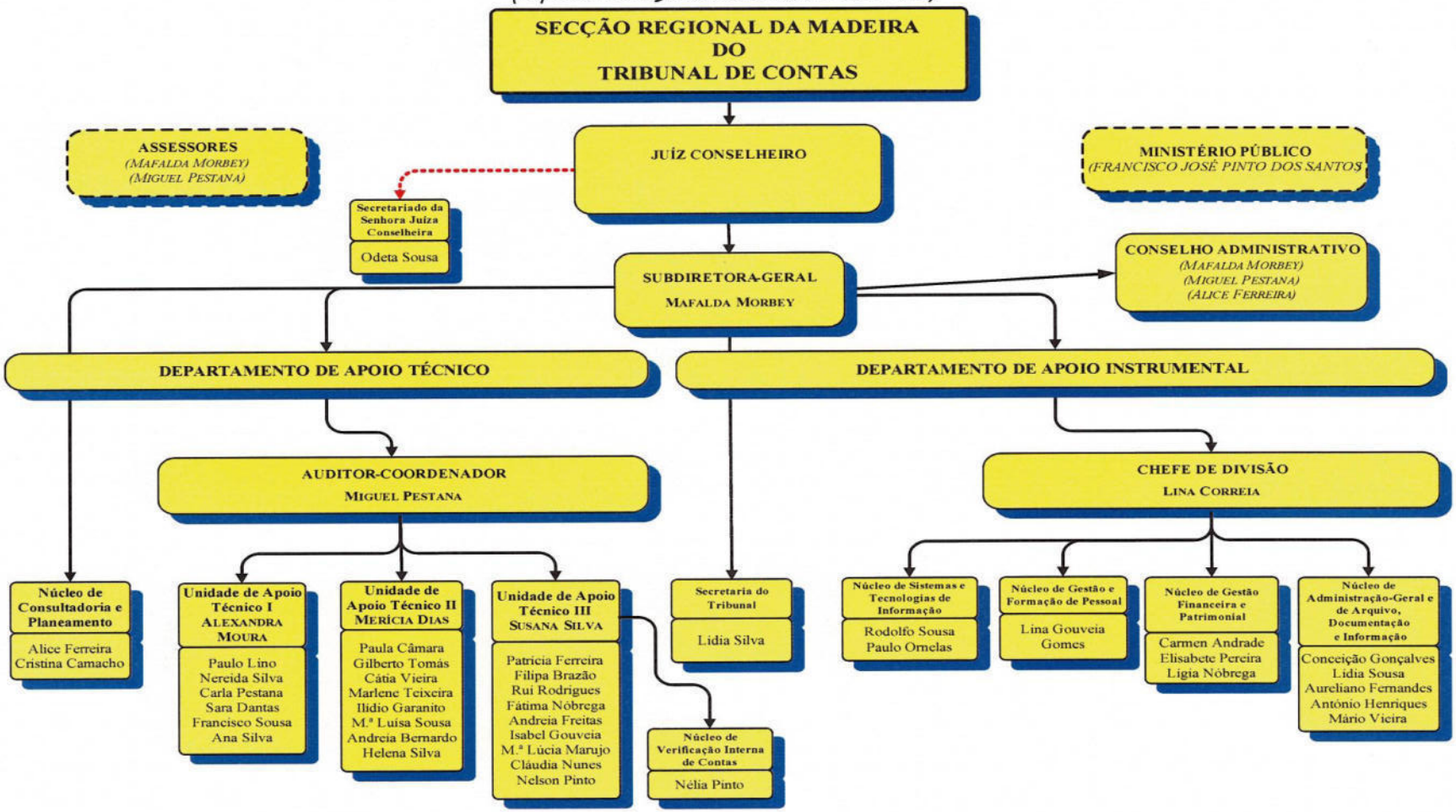
TRIBUNAL DE CONTAS
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇO DE APOIO

ANEXO 1

ORGANOGRAMA DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

(reportado a 31 de dezembro de 2020)



TRIBUNAL DE CONTAS
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇO DE APOIO

ANEXO 2

TRIBUNAL DE CONTAS
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇO DE APOIO

TRIBUNAL DE CONTAS
PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

DEPARTAMENTO	SERVIÇO	CARREIRAS	CATEGORIAS	PESSOAL DO MAPA
			Subdiretor-Geral	1
	SECRETARIADO DO JC	ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	1
	NÚCLEO DE CONSULTADORIA	TÉCNICO VERIFICADOR SUPERIOR	Técnico Verificador Superior Principal	1
		TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	1
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO	COORDENAÇÃO		Auditor-Coordenador	1
	UAT I		Auditor-Chefe	1
		TÉCNICO VERIFICADOR SUPERIOR	Técnico Verificador Assessor	3
		INSPETOR	Inspetor	1
		TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	1
		ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	1
	UAT II		Auditor-Chefe	1
		CONSULTOR	Consultor	1
		TÉCNICO VERIFICADOR SUPERIOR	Técnico Verificador Superior Principal	1
			Técnico Verificador Superior de 1.ª classe	1
			Técnico Verificador Superior de 2.ª classe	1
		TÉCNICO VERIFICADOR	Técnico Verificador Especialista	1
		TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	2
		ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	1

TRIBUNAL DE CONTAS
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇO DE APOIO

TRIBUNAL DE CONTAS
PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

DEPARTAMENTO	SERVIÇO	CARREIRAS	CATEGORIAS	PESSOAL DO MAPA
	UAT III		Auditor-Chefe	1
		TÉCNICO VERIFICADOR SUPERIOR	Técnico Verificador Assessor	2
			Técnico Verificador Superior Principal	3
			Técnico Verificador Superior de 1.ª classe	2
			Técnico Verificador Superior de 2.ª classe	2
	NÚCLEO DE VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS	ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	1
DEPARTAMENTO DE APOIO INSTRUMENTAL			Chefe de Divisão	1
	NÚCLEO DE GESTÃO E FORMAÇÃO DE PESSOAL	ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	1
	NÚCLEO DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA	Especialista de Informática do Grau 3 – Nível 1	1
		TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Técnico de Informática do Grau 3 – Nível 2	1
	NÚCLEO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	1
		ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	2
	SECRETARIA DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	1
	NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E DE ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICO	Assistente Técnico	2
		ASSISTENTE OPERACIONAL	Assistente Operacional	3
				45

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (OE)

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 De acordo com o disposto na mais recente versão dos art.^{os} 3.º, n.º 1, e 18.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Pública (SNC-AP) é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central que não tenham natureza, forma e designação de empresa desde 1 de janeiro de 2018, decorrendo do art.º 14.º, n.º 1, do mesmo diploma, igualmente na última redação que lhe foi conferida, que estas entidades públicas deveriam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias à transição para o novo regime contabilístico durante o ano de 2017.

Por ser a entidade incumbida de garantir o desenvolvimento e a prestação de serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, como resulta do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, a operacionalização deste processo, em termos de adequação do sistema informático GeRFiP, foi atribuída à ESPAP, I.P. (eSPap), que, enquanto *Software House*, preconizou uma solução informática assente numa equivalência automatizada entre este plano de contas e o anterior, tendo ditado a criação de novas contas no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) para garantir essa paridade.

Neste domínio, importa, porém, assinalar que a escrituração no subsistema da contabilidade orçamental do SNC-AP relativo ao processamento de vencimentos e respetivos pagamentos é diferente do utilizado no âmbito do POCP, definindo que as retenções em remunerações auferidas que serão entregues a entidades terceiras (e.g. Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, ADSE) deixaram de ser consideradas operações de tesouraria, com o objetivo de salvaguardar a imagem verdadeira e apropriada que as demonstrações orçamentais devem apresentar em relação à execução orçamental.

Como tal, as obrigações são processadas pelos valores brutos no quadro do processamento de remunerações, sendo o pagamento total das obrigações repartido pelo pagamento dos valores líquidos aos beneficiários das remunerações e pela entrega das retenções ou descontos às entidades beneficiárias.

Assim, tendo a solução implementada pela eSPap determinado que todos os registos contabilísticos sejam efetuados de acordo com o plano de contas do POCP, verifica-se que, relativamente ao processamento de vencimentos e respetivas retenções, o sistema informático não permite a implementação das premissas definidas no SNC-AP.

Ao circunstancialismo descrito acresce a limitação adveniente do facto do sistema GeRFiP não possuir qualquer valência que permita o cumprimento da Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão, o que agudiza ainda mais as lacunas evidenciadas pela atual versão do programa informático, impedindo, desse modo, o desiderato de realizar a prestação de contas em SNC-AP, isto não obstante os serviços do Tribunal, no seu todo, se encontrarem preparados para esse objetivo desde 2018.

Estes constrangimentos, que foram uma constante em 2018 e em 2019, mantiveram-se no ano 2020, não obstante as melhorias cirúrgicas registadas na referida aplicação

informática (resultantes do acréscimo do número de mapas disponibilizados e da proposta de formas alternativas para a sua construção), continuando na presente data a não ser possível efetuar a extração e emissão de todos os mapas legais e informações obrigatórias.

A Resolução n.º 2/2020 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas veio, não obstante, acautelar a possibilidade das entidades/serviços prestarem contas em POCP, quando não estejam reunidas todas as condições para a prestação de contas em SNC-AP, tendo também o art.º 350.º, n.º 2, de Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (OE 2021) consagrado expressamente a possibilidade das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, efetuarem a prestação de contas relativa a 2020 no mesmo referencial contabilístico utilizado na prestação de contas do ano de 2019.

Face ao que antecede, e considerando, em síntese, que:

i. O GeRFiP continua a ser o sistema informático de referência utilizado pelos serviços integrados, como se alcança do art.º 29.º do Decreto-Lei 84/2019, de 28 de junho, que mantém a sua vigência até à publicação do diploma de execução do orçamento do Estado para 2021;

ii. Embora apresente atualmente duas modalidades para registo contabilístico - em POCP e em SNC-AP -, para esta última modalidade o sistema GeRFIP não se mostra ainda totalmente operacional, padecendo nomeadamente das seguintes limitações:

   a. Registo de movimentos contabilísticos associados ao processamento de remunerações e respetivas retenções através do referencial contabilístico POCP em vez do referencial contabilístico SNC-AP, facto que tem impacto no âmbito da contabilidade orçamental pela aplicação da NCP 26;

   b. Inexistência de módulo de contabilidade de gestão, o que impede a aplicação da NCP 27;

   c. O conjunto dos layouts necessários à produção de todos os mapas legais e informações obrigatórias, com vista à instrução do processo de prestação de contas, ainda não está completo;

iii. À luz do quadro legal aplicável, é possível proceder à prestação de contas relativa ao exercício de 2020 no referencial contabilístico POCP, sendo este o sistema que oferece menos riscos em função das ferramentas informáticas atualmente disponíveis;

O Conselho Administrativo (CA) deliberou, em 13 de janeiro de 2021[1], solicitar a competente autorização ao Tribunal de Contas (TC) para proceder à prestação de contas do ano de 2020 em POCP, nos termos da *supra* mencionada Resolução n.º 2/2020 da 2.ª Sessão.

Em 1 de fevereiro p.p. foi obtida a autorização do Excelentíssimo Juiz Conselheiro da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em substituição, para a prestação de contas individuais (Orçamento do Estado e Cofre Privativo) no referencial contabilístico POCP, tendo presentes as razões ponderosas expostas e o risco inerente à adoção do SNC-AP nas condições descritas, em sintonia com o que se encontra previsto para as contas

[1] Confrontar a Informação n.º 28/2021-DAI-NGFP, de 13 de janeiro.

das demais entidades que integram o grupo do Tribunal de Contas, o que foi igualmente levado ao conhecimento do Juiz Conselheiro responsável pela respetiva conta consolidada.

Salienta-se que as situações ora descritas foram igualmente enunciadas no relatório intercalar VI da Auditoria à implementação do SNC-AP e da ECE, Relatório n.º 13/2019 da 2.ª Secção.

Por conseguinte, a conta relativa ao exercício de 2020 é prestada no regime contabilístico estabelecido pelo POCP, nos termos da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro.
Tendo a SRMTC aplicado o POCP no ano 2020, contratou para tal, à semelhança do ano anterior, os Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Orçamentais em Modo Partilhado (GeRFiP) prestados pela eSPap.

8.2.3. - Critérios valorimétricos utilizados:

O ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com exceção do bem constante na conta *4.2.9. Outras Imobilizações Corpóreas* (Património Histórico), que se encontra registado por um valor resultante de avaliações.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a legislação em vigor.

Tendo um dos edifícios sido adquirido em estado de uso, a taxa de amortização é calculada com base no período de vida útil esperado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VALOR DA AMORTIZAÇÃO A APLICAR} = \frac{\text{VALOR CONTABILÍSTICO}}{\text{Nº DE ANOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADO}}$$

O Património Histórico não é amortizado.

No ano em que se verifica o início de utilização dos bens e no ano do respetivo abate é efetuada a amortização por duodécimos. Desta forma, no ano de aquisição dos bens é efetuada a amortização no valor correspondente ao número de meses contados desde o mês seguinte ao da entrada física do bem. No caso de se verificar o abate dos bens, num determinado ano, só serão efetuadas amortizações no valor correspondente ao número de meses decorridos até ao mês de abate, inclusive.

De acordo com a Portaria n.º 378/94 de 16 de junho, os bens inventariados de valor inferior a € 99,76 (20.000$00) adquiridos até 31 de dezembro de 1995 e os de valor inferior a € 199,52 (40.000$00) adquiridos depois de 01/01/96, deviam ser amortizados no ano de aquisição, conforme o estabelecido no n.º 1 do art.º 20.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, 12 de janeiro.

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, e de acordo com o seu art. 34.º, os montantes referidos foram atualizados para *"(...) 80% da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondado para o milhar de escudos ou unidades de euros inferior"*, o que se traduz no ano de 2007 em € 261,40, no ano de 2008 em € 266,89 e no ano de 2009 a 2020 € 274,62.

Considerou-se oportuno contabilizar o material de cultura numa conta de custos (*6.2.2.1.6. – FSE - Livros e Documentação Técnica*), para não sobrevalorizar o património líquido,

uma vez que são classificados nesta conta as Revistas e Livros Técnicos, que pela sua natureza facilmente se desatualizam.

Embora a titularidade do imóvel Palácio do Esmeraldo esteja repartida entre o Cofre Privativo da SRMTC (28,75%) e o Estado Português (71,43%), uma vez que está afeto ao seu uso, encontra-se registado na sua totalidade em conformidade com o art.º 2.º, n.º 5, da Portaria n.º 671/2000.

As amortizações referentes ao exercício de 2020 foram alvo da habitual contabilização efetuada para o efeito, à semelhança dos outros bens pertencentes ao ativo imobilizado do Tribunal.

8.2.5. O Resultado do Exercício de 2020 foi na ordem dos € -27.918,69€, e não foi afetado pelas situações que constam neste ponto do DL n.º 232/97, de 3 de setembro.

8.2.7. e 8.2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, quer de aquisições como de abates, assim como as respetivas amortizações, são os que se apresentam nos quadros em anexo (vide pág. 8 e ss).

8.2.24 O valor global dos encargos da SRMTC, em 31 de dezembro de 2020, perante o seu pessoal refere-se ao montante de férias e subsídio de férias desse ano, mas que apenas vai ser pago no ano 2021, bem como o montante de 23,75 % da CGA e 18,60% de Segurança Social a suportar pela entidade patronal.

Todas as situações as situações mencionadas encontra-se refletido, na conta *2.7.3.2. – Remunerações a liquidar.*, conforme discriminadas no quadro infra:

(em euros)

2732- Remunerações a Liquidar	
Descrição	**O.E.**
Férias e subsídio de férias	280 455,89 €
Total	**280 455,89 €**

8.2.32 Para além do valor apurado para o Património inicial e dos Resultados transitados de 2008 a 2019 no valor de -413.470,81€, da *conta 5* consta o resultado líquido de 2020 na ordem dos -27.918,69€

8.2.37. A demonstração dos resultados financeiros, é a que se apresenta seguidamente:

(em euros)

Código de Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código de Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2020	2019			2020	2019
683	Amortizações de investimentos imóveis	0,00	0,00	78	Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00
	Resultado financeiro	0,00	0,00		Resultados Financeiros	0,00	0,00
		0,00	0,00			0,00	0,00

8.2.38. A demonstração dos resultados extraordinários é a que se apresenta seguidamente:

(em euros)

Código de Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código de Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2020	2019			2020	2019
694	Perdas em imob.	0,00	0,00	797	Proveitos e Ganhos Extraordinários A. Anteriores	0,00	0,00
697	Correções exer. Anteriores	0,00	0,00	798	Proveitos e Ganhos Extraordinários	25 334,47	25 334,47
	Resultado Extraordinário	25 334,47	25 334,47				
		25 334,47	**25 334,47**			**25 334,47**	**25 334,47**

8.2.39 Outras informações relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados - Análise à continuidade da atividade da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, assim como de eventuais impactos nas respetivas demonstrações financeiras.

Em 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID - 19 foi qualificada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia internacional com dimensão de calamidade pública.

Esta circunstância levou a que, na sequência da autorização concedida através da Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, tivesse sido declarado o estado de emergência pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, com fundamento na verificação da apontada situação.

Perante este cenário, e tendo também em conta as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, decretadas pela Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, assim como as demais medidas posteriormente definidas neste domínio pelo Governo, impõe-se avaliar os impactos provocados pela conjuntura descrita na atividade do Tribunal de Contas, mormente no exercício económico de 2020.

Desde logo, importa vincar que no ano em questão, e conforme legalmente previsto, foi ativado e implementado o Plano de Contingência do Tribunal de Contas, aprovado pelo Despacho n.º 26/2020-GP, de 6 de março de 2020, que se mantem em vigor até à presente data, e que visou preparar o Tribunal para a gestão do risco de infeção e de resposta a eventuais casos de doença, minimizando a sua transmissão e consequências ao nível da Instituição e da comunidade, objetivo esse que ditou a criação do Gabinete de Gestão do COVID-19 (GGC19), ao qual foram atribuídas competências decisivas com vista à prossecução desse desiderato, que têm vindo a ser desempenhadas com rigor e eficiência.

Por outro lado, cumpre igualmente assinalar o facto de o Tribunal de Contas, no seu todo, se encontrar dotado dos equipamentos e das tecnologias que permitiram que os seus colaboradores exercessem maioritariamente as respetivas funções em regime de teletrabalho, reduzindo as reuniões presenciais e privilegiando os contactos por meios audiovisuais, o que, associado à circunstância destes mecanismos tecnológicos terem sido também colocados à disposição dos utentes do Tribunal, permitiu que a atividade da

instituição tivesse prosseguido no período descrito com uma assinalável normalidade, o que contribuiu de forma determinante para a atenuação dos reflexos gerados pela pandemia.

A ocorrência e manutenção de fatores exógenos ao Tribunal de Contas associados à descrita crise de saúde pública não deixou, no entanto, de causar algum impacto na atividade do Tribunal, nomeadamente no que concerne às suas receitas, em particular as provenientes da fiscalização prévia, assim como no que se refere ao respetivo Plano de Atividades, que necessitou de ser reajustado.

Com efeito, no campo das iniciativas legislativas, há a salientar que o art.º 6, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, veio alargar o universo de contratos isentos de fiscalização prévia[1], o que teve um impacto negativo na receita gerada pela cobrança de emolumentos no âmbito dos processos desta natureza, tendo, por sua vez, o artigo 4.º do mesmo diploma dilatado o prazo de remessa das contas ao Tribunal, o que contribuiu para que as contas referentes à gerência de 2019 apenas pudessem começar a ser analisadas a partir do segundo semestre de 2020. Não obstante, esta última medida não teve reflexos concretos, já que a existência de contas mais antigas por verificar e a reorientação dos recursos humanos para a verificação das mesmas levou a que nesse ano se tivesse analisado um número recorde de contas.

Outro aspeto que não pode ser dissociado da realidade conjuntural despoletada em 2020 reconduz-se ao facto da realização dos trabalhos de campo junto das entidades que se encontravam abrangidas pelo Plano de Fiscalização ter ficado fortemente restringida, o que obrigou a uma reavaliação dos trabalhos inicialmente previstos, por forma a desenvolver soluções alternativas que conduziram ao reajustamento das ações inscritas no referido plano.

Sopesando o exposto, considera-se que as demonstrações financeiras da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, do Orçamento do Estado e Cofre Privativo, em 31 de dezembro de 2020, bem como o respetivo Anexo e Relatório de Gestão, documentos que são parte integrante da Conta de Gerência respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro desse ano, aprovada pelo Conselho Administrativo, não deverão ser objeto de qualquer alteração, atendendo a que não se prevê a ocorrência de acontecimentos que possam vir a modificar a sua composição e conteúdo, nem tão pouco o pressuposto da regular continuidade da atividade da Instituição.

Sem embargo, reconhece-se que as circunstâncias excecionais devidamente explanadas ao longo deste documento irão ter projeção no decurso do exercício de 2021, encontrando-se, contudo, plenamente implementadas medidas direcionadas à sua mitigação, que continuarão a ser reavaliadas em permanência, de modo a permitir que se adequem à evolução da atual conjuntura pandémica.

Ainda assim, no que respeita aos gastos previstos para 2021, a SRMTC pode, desde já, perspetivar alguns desses impactos, nomeadamente no que se refere a um agravamento das despesas com a aquisição de bens e serviços de limpeza e higiene (resultante do reforço e dispersão nas instalações da SRMTC de soluções antissépticas de base alcoólica,

[1] A citada norma veio isentar "*da fiscalização prévia do Tribunal de Contas os contratos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, durante o período de vigência*" deste diploma.

da aquisição de materiais e bens necessários à prevenção e combate à contaminação do COVID-19 e do reforço da higienização dos sanitários e de superfícies manuseadas).

Distintamente, em sentido inverso e de forma mais acentuada, estima-se um decréscimo noutras despesas com a aquisição de bens e serviços, tais como em transportes, deslocações e estadias (devido à restrição ou suspensão das deslocações em missões oficiais), formação, organização de seminários, bem como no consumo de água, eletricidade, material de escritório e outros bens e serviços correntes, estes últimos, essencialmente justificados pelo recurso ao teletrabalho.

Funchal, 5 de março de 2021.

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021.

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO 1

Imobilizado em 31.12.2020
O.E.

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	ATIVO BRUTO	AMORT. ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	TAXA DE AMORTIZAÇÃO		DATA DO FATO PATRONIAL	
					Mais Baixa	Mais Alta	1.ª aquisição	última aquisição
4	Imobilizações							
42	Imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e Recursos Naturais							
421.2	Palácio do Esmeraldo	760 684,25	0,00	760 684,25	0,00%	0,00%	2007	2007
422	Edifícios e Outras Construções							
422.2	Palácio do Esmeraldo	2 282 052,75	533 974,23	1 748 078,52	1,11%	1,11%	2000	2000
423	Equipamento Básico	22 774,83	22 774,83	0,00	12,50%	100,00%	1988	2003
424	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%		
425	Ferramentas e Utensílios	350,83	350,83	0,00	12,50%	100,00%	1988	2002
426	Equipamento Administrativo	249 501,84	248 993,87	507,97	0,00%	100,00%	1988	2003
429	Outras Imob. Corpóreas	465 100,81	45 931,35	419 169,46	0,00%	100,00%	1990	2003
	TOTAL	**3 780 465,31**	**852 025,11**	**2 928 440,20**				

Variação do Imobilizado Bruto 2020
O.E.

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	ATIVO BRUTO	AQUISIÇÕES	ALTERAÇÃO		ABATES	RECLA.	IMOBILIZADO BRUTO
		31.12.2019	IMOBILIZADO	POSITIVA	NEGATIVAS	IMOB.		31.12.2020
4	**Imobilizações**							
42	Imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e Recursos Naturais							
421.2	Palácio do Esmeraldo	760 684,25						760 684,25
422	Edifícios e Outras Construções							
422.2	Palácio do Esmeraldo	2 282 052,75				0,00		2 282 052,75
423	Equipamento Básico	29 446,78				6 671,95		22 774,83
424	Equipamento de Transporte							
425	Ferramentas e Utensílios	350,83						350,83
426	Equipamento Administrativo	250 290,74				788,90		249 501,84
429	Outras Imob. Corpóreas	465 100,81						465 100,81
	TOTAL	**3 787 926,16**				**7 460,85**		**3 780 465,31**

Aquisições de Exercício – 2020
O.E.

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	ALTERAÇÕES PATRIMONIAIS	TOTAL
4	**Imobilizações**			
42	Imobilizações corpóreas			
421	Terrenos e Recursos Naturais			
421.2	Palácio do Esmeraldo	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e Outras Construções			
422.2	Palácio do Esmeraldo	0,00	0,00	0,00
423	Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00
424	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00
429	Outras Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Aquisições de Exercício – 2020

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	Aquisições do exercício		
		Aquisições no ano	Valor <= 274,62€	Valor > 274,62€
42	Imobilizações corpóreas	0	0	0
421	Terrenos e Recursos Naturais	0	0	0
421.2	Palácio do Esmeraldo	0	0	0
422	Edifícios e Outras Construções	0	0	0
422.2	Palácio do Esmeraldo	0	0	0
423	Equipamento Básico	0	0	0
424	Equipamento de Transporte	0	0	0
425	Ferramentas e Utensílios	0	0	0
426	Equipamento Administrativo	0	0	0
429	Outras Imob. Corpóreas	0	0	0
	TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ficha de Amortizações em 31/12/2020
O.E.

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	AMORTIZAÇÕES					
		DE ANOS ANTERIORES 31.12.2018 31.12.2019	DO ANO	ACUMULADAS ABATES	REGULAR.	RECLAS.	ACUMULADAS 31.12.2020
4	**Imobilizações**						
48	Amortizações Acumuladas						
481	Investimentos Imóveis						
4812	Edifícios e Outras Construções						
4821	Terrenos e Recursos Naturais						
4821.2	Palácio do Esmeraldo						
4822	Edifícios e Outras Construções						
4822.2	Palácio do Esmeraldo	508 639,76	25 334,47	0,00	0,00	0,00	533 974,23
4823	Equipamento Básico	29 446,78	0,00	6 671,95	0,00	0,00	22 774,83
4824	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4825	Ferramentas e Utensílios	350,83	0,00	0,00	0,00	0,00	350,83
4826	Equipamento Administrativo	249 782,77	0,00	788,90	0,00	0,00	248 993,87
4829	Outras Imob. Corpóreas	45 931,35	0,00	0,00	0,00	0,00	45 931,35
	TOTAL	**834 151,49**	**25 334,47**	**7 460,85**	**0,00**	**0,00**	**852 025,11**

IMOBILIZADO CORPÓREO EM 31/12/2020
TERRENOS / EDIFÍCIOS / VIATURAS
(O.E.)

N.º Inventário RIGORE	Descrição	Class. Patrim.	Ano Aquis.	Mês Aquis.	Valor Aquisição	Ano Alteração	Alienação	Valor Actual	Vida Útil	Taxa Amort.	Amortizações exercí. anter.	Amort. Exercício	Amort. Acumuladas	Valor Líquido
1000002219	Terreno Palácio Esmeraldo	4.2.1	**2000**		760 684,25			760 684,25						760 684,25
	4.2.1 TERRENOS				760 684,25		0,00	760 684,25						760 684,25
1000002218	Palácio Esmeraldo	4.2.2	**2000**		2 282 052,75			2 282 052,75	90,00		508 639,76	25 334,47	533 974,23	1 748 078,52
	4.2.2 EDIFÍCIOS				2 282 052,75		0,00	2 282 052,75			508 639,76	25 334,47	533 974,23	1 748 078,52
	TOTAL GERAL				**3 042 737,00**	**0,00**	**0,00**	**3 042 737,00**	**0,00**	**0,00**	**508 639,76**	**25 334,47**	**533 974,23**	**2 508 762,77**

Abates ao Imobilizado em 31/12/2020

O.E.

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÂO	VALOR BRUTO	Amortizações					Variações no ativo		VALOR LÍQUIDO
		31.12.2019	Amortizações anos anteriores	Amortizações do ano	Regul.	Abates	Amortizações acumuladas	Negativa	positiva	31.12.2020
4	**Imobilizações**	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
42	Imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
421	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
421.1	Casa de Função	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
421.2	Palácio do Esmeraldo	760 684,25	0,00	0,00			0,00			760 684,25
422	Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
422.1	Casa de Função	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
422.2	Palácio do Esmeraldo	2 282 052,75	508 639,76	25 334,47		0,00	533 974,23			1 748 078,52
423	Equipamento Básico	29 446,78	29 446,78	0,00		-6 671,95	22 774,83	-6 671,95		
424	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00
425	Ferramentas e Utensílios	350,83	350,83	0,00			350,83			0,00
426	Equipamento Administrativo	250 290,74	249 782,77	0,00		-788,90	248 993,87	-788,90		507,97
429	Outras Imob. Corpóreas	465 100,81	45 931,35	0,00			45 931,35			419 169,46
	TOTAL	**3 787 926,16**	**834 151,49**	**25 334,47**	**0,00**	**-7 460,85**	**852 025,11**	**-7 460,85**		**2 928 440,20**

Funchal, 5 de março de 2021

A CHEFE DE DIVISÃO

Funchal, 5 de março de 2021

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANEXO III

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2020

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2020 ATIVO BRUTO	2020 AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	2020 ATIVO LÍQUIDO	2019 ATIVO LÍQUIDO
	ATIVO				
	IMOBILIZADO				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	697.662,30	680.955,20	16.707,10	20.105,16
		697.662,30	680.955,20	16.707,10	20.105,16
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	2.953.036,82	2.953.036,82
422	Edifícios e Outras Construções	15.124.904,32	8.783.479,11	6.341.425,21	6.736.964,94
423	Equipamento Básico	4.188.975,60	3.675.405,58	513.570,02	446.297,00
424	Equipamento de Transporte	122.426,07	122.426,07	0,00	0,00
425	Ferramentas e Utensílios	7.536,23	7.536,23	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	3.227.640,23	3.127.938,33	99.701,90	106.659,51
429	Outras Imob.Corpóreas	1.274.855,73	100.678,19	1.174.177,54	1.165.073,29
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		26.899.375,00	15.817.463,51	11.081.911,49	11.408.031,56
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
4141	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	CIRCULANTE				
	EXISTÊNCIAS				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	0,00	0,00	0,00	50.713,42
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	50.713,42
	DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
211	Clientes C/C	298,94	0,00	298,94	20.788,54
212	Contribuintes C/C	751.162,29	0,00	751.162,29	616.061,64
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	97.554,40	97.554,40	0,00	0,00
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamento a fornecedores	276,70	0,00	276,70	84,44
24	Estado e outros Entes Públicos	703,46	0,00	703,46	0,00
262	Pessoal - Outras Operações	1.200,62	0,00	1.200,62	1.464,23
268	Outros Devedores Diversos	16.747,51	0,00	16.747,51	22.136,61
		867.943,92	97.554,40	770.389,52	660.535,46
	TITULOS NEGOCIÁVEIS				
153	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM				
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
13	Contas no Tesouro	23.436.971,51	0,00	23.436.971,51	24.175.182,83
12	Depósitos em Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
		23.436.971,51	0,00	23.436.971,51	24.175.182,83
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de proveitos	3.336.163,38	0,00	3.336.163,38	2.987.168,75
272	Custos diferidos	258.208,86	0,00	258.208,86	111.406,61
		3.594.372,24	0,00	3.594.372,24	3.098.575,36
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		16.498.418,71		
	TOTAL DAS PROVISÕES		97.554,40		
	TOTAL DO ATIVO	55.496.324,97	16.595.973,11	38.900.351,86	39.413.143,79

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2020	2019
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	FUNDOS PRÓPRIOS		
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76
575	Subsídio	0,00	0,00
576	Doações	71.792,45	72.112,28
577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00
579	Outras	0,00	0,00
59	Resultados Transitados	14.724.614,46	14.808.273,61
88	Resultado Líquido do Exercício	-476.946,72	-83.659,15
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	**33.281.409,95**	**33.758.676,50**
	PASSIVO		
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.096,00
		7.096,00	7.096,00
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
221	Fornecedores C/C	63.031,88	56.488,02
228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conf.	74.657,38	84.232,70
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	332,22	0,00
24	Estado e outros Entes Públicos	44.584,26	42.332,18
262	Remunerações a Pagar	0,00	0,00
267	Consultores, Assessores	0,00	0,00
268	Outros credores diversos	66.272,63	70.544,06
		248.878,37	253.596,96
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de custos	3.614.889,02	3.620.361,34
274	Proveitos diferidos	1.748.078,52	1.773.412,99
		5.362.967,54	5.393.774,33
	TOTAL DO PASSIVO	**5.618.941,91**	**5.654.467,29**
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	38.900.351,86	39.413.143,79

O Conselho Admnistrativo,

Assinado por : **Paulo Jorge Nogueira da Costa**
Num. de Identificação: BI10046724
Data: 2021.03.26 14:30:54+00'00'

Assinado por : **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: BI09888751
Data: 2021.03.26 09:51:45+00'00'

Assinado por : **Maria Luísa Rato Bispo**
Num. de Identificação: BI05507875
Data: 2021.03.26 11:56:59+00'00'

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA EM 31.12.2020

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2020		2019	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	0,00	0,00	77.375,24	77.375,24
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.134.331,96		2.562.318,90
64	Custos com o Pessoal				
641 + 642	Remunerações do pessoal	21.079.893,30		20.510.226,07	
643	Pensões				
645	Encargos sobre Remunerações	4.749.869,27		4.528.672,07	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	1.639,47		7.085,62	
647	Encargos Sociais Voluntários				
648	Outros Custos com o Pessoal	19.631,61	25.851.033,65	23.540,94	25.069.524,70
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais		0,00		0,00
66	Amortizações de Exercício	641.395,37		613.907,92	
67	Provisões do Exercício	37.648,92	679.044,29	30.505,18	644.413,10
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		19.362,32		20.757,68
	(A)		28.683.772,22		28.374.389,62
68	Custos e Perdas Financeiras		116,46		3.715,34
	(C)		28.683.888,68		28.378.104,96
69	Custos e Perdas Extraordinárias		331.158,69		181.673,84
	(E)		29.015.047,37		28.559.778,80
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
	(G)		29.015.047,37		28.559.778,80
88	Resultado Líquido do Exercício		-476.946,72		-83.659,15
			28.538.100,65		**28.476.119,65**
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviços		0,00	399,92	399,92
72	Impostos e Taxas	7.160.281,97		6.857.375,00	
73	Proveitos Suplementares	24.553,44		67.839,58	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742	Transferências Correntes Obtidas	21.281.443,91		21.352.503,32	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		28.466.279,32		28.277.717,90
	(B)		28.466.279,32		28.278.117,82
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		260,00		593,09
	(D)		28.466.539,32		28.278.710,91
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		71.561,33		197.408,74
	(F)		**28.538.100,65**		**28.476.119,65**
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			**-217.492,90**		**-96.271,80**
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			**143,54**		**-3.122,25**
Resultados correntes: (D) - (C) =			**-217.349,36**		**-99.394,05**
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			**-476.946,72**		**-83.659,15**
Resultado líquido do exercicio (F) - (G) =			**-476.946,72**		**-83.659,15**

Lisboa, março de 2021
O Conselho Administrativo,

Assinado por : **Paulo Jorge Nogueira da Costa**
Num. de Identificação: BI10046724
Data: 2021.03.26 14:32:10+00'00'

Assinado por : **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: BI09888751
Data: 2021.03.26 10:23:05+00'00'

Assinado por : **Maria Luísa Rato Bispo**
Num. de Identificação: BI05507875
Data: 2021.03.26 11:58:25+00'00'

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Tribunal de Contas
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2020

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100
001	001	264	D.01.01.01.A0.00	ÓRGÃOS SOBERANIA	1.331.546,00	0,00	1.331.545,43	0,00	1.331.545,43	0,00	0,00	1.331.545,43	0,57	0,57	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.01.B0.00	SUBSÍDIO COMPENSAÇÃO	212.830,00	0,00	212.829,17	0,00	212.829,17	0,00	0,00	212.829,17	0,83	0,83	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PES DOS QUADRO-REGFP	13.318.077,00	0,00	13.167.897,95	0,00	13.170.177,69	0,00	2.279,74	13.167.897,95	150.179,05	150.179,05	0,00	98,87
001	001	264	D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUAR.APOS	32.488,00	0,00	32.487,55	0,00	32.487,55	0,00	0,00	32.487,55	0,45	0,45	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER	1.059.236,00	0,00	1.059.233,29	0,00	1.059.600,30	0,00	367,01	1.059.233,29	2,71	2,71	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	62.802,00	0,00	61.303,17	0,00	61.303,17	0,00	0,00	61.303,17	1.498,83	1.498,83	0,00	97,61
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	1.418.367,00	0,00	1.165.468,69	0,00	1.165.529,58	0,00	60,89	1.165.468,69	252.898,31	252.898,31	0,00	82,17
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	566.808,00	0,00	565.292,61	0,00	566.716,23	0,00	1.423,62	565.292,61	1.515,39	1.515,39	0,00	99,73
001	001	264	D.01.01.14.SF.00	SUBSÍDIO FÉRIAS	1.374.445,00	0,00	1.374.439,92	0,00	1.374.439,92	0,00	0,00	1.374.439,92	5,08	5,08	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	1.406.463,00	0,00	1.319.797,56	0,00	1.319.797,56	0,00	0,00	1.319.797,56	86.665,44	86.665,44	0,00	93,84
001	001	264	D.01.01.15.00.00	REM DOEN MATER PATER	290.734,00	0,00	290.730,91	0,00	291.131,95	0,00	401,04	290.730,91	3,09	3,09	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIA	46.774,00	0,00	28.311,24	0,00	28.311,24	0,00	0,00	28.311,24	18.462,76	18.462,76	0,00	60,53
001	001	264	D.01.02.04.A0.01	A Custo-Ano Corrente	145.558,00	0,00	22.990,93	0,00	24.962,63	0,00	1.971,70	22.990,93	122.567,07	122.567,07	0,00	15,80
001	001	264	D.01.02.04.A0.09	A Custo-Ano anterior	504,00	0,00	0,00	504,00	0,00	504,00	0,00	504,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	4.970,00	0,00	3.872,50	0,00	3.872,50	0,00	0,00	3.872,50	1.097,50	1.097,50	0,00	77,92
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	38.138,00	0,00	15.193,20	0,00	13.396,32	0,00	0,00	13.396,32	22.944,80	24.741,68	1.796,88	35,13
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS D	335.846,00	0,00	228.933,59	0,00	228.981,31	0,00	47,72	228.933,59	106.912,41	106.912,41	0,00	68,17
001	001	264	D.01.02.12.A0.00	IND.CESSAÇÃO FUNÇÕES	143.915,00	0,00	143.914,00	0,00	143.914,00	0,00	0,00	143.914,00	1,00	1,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	71.109,00	0,00	49.299,71	0,00	49.299,71	0,00	0,00	49.299,71	21.809,29	21.809,29	0,00	69,33
001	001	264	D.01.02.14.A0.01	OUTROS ABONOS-ANO	52.202,00	0,00	14.231,33	0,00	11.975,42	0,00	0,00	11.975,42	37.970,67	40.226,58	2.255,91	22,94
001	001	264	D.01.02.14.A0.09	OUTROS ABONOS-A.ANT	1.053,00	0,00	0,00	719,48	0,00	719,48	0,00	719,48	333,52	333,52	0,00	68,33
001	001	264	D.01.03.03.00.00	SUB FAMIL CRIA JOVEN	32.872,00	0,00	20.410,99	0,00	20.410,99	0,00	0,00	20.410,99	12.461,01	12.461,01	0,00	62,09
001	001	264	D.01.03.04.00.00	O.PREST.FAMILIARES	2.633,00	0,00	2.632,86	0,00	2.632,86	0,00	0,00	2.632,86	0,14	0,14	0,00	99,99
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	4.474.855,00	0,00	4.275.572,12	0,00	4.275.572,75	0,00	0,63	4.275.572,12	199.282,88	199.282,88	0,00	95,55
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	508.524,00	0,00	421.450,86	0,00	421.450,86	0,00	0,00	421.450,86	87.073,14	87.073,14	0,00	82,88
001	001	264	D.01.03.05.A0.B1	SEGURANÇA SOCIAL - A	60.600,00	0,00	55.964,43	0,00	27.129,84	0,00	0,00	27.129,84	4.635,57	33.470,16	28.834,59	44,77
001	001	264	D.01.03.05.A0.B9	SS.-Anos Anteriores	27.402,00	0,00	0,00	27.402,00	0,00	27.402,00	0,00	27.402,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO	1.378,00	0,00	863,90	0,00	863,90	0,00	0,00	863,90	514,10	514,10	0,00	62,69
001	001	264	D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	12.000,00	0,00	9.054,64	0,00	9.054,64	0,00	0,00	9.054,64	2.945,36	2.945,36	0,00	75,46
001	001	264	D.01.03.10.C0.00	CONTRIBUICOES SS	7.261,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.261,00	7.261,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	18.557,00	0,00	17.732,18	0,00	17.732,18	0,00	0,00	17.732,18	824,82	824,82	0,00	95,56
001	001	264	D.02.01.02.A0.01	COMBUSTÍV E LUB-ANO	20.000,00	0,00	9.002,46	0,00	5.089,58	0,00	100,00	4.989,58	10.997,54	15.010,42	4.012,88	24,95
001	001	264	D.02.01.02.A0.09	COMBUSTÍV E LUB-A.AN	2.978,00	0,00	0,00	2.681,48	1.204,30	1.477,18	0,00	2.681,48	296,52	296,52	0,00	90,04
001	001	264	D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIG-ANO	35.000,00	0,00	7.537,88	0,00	7.577,88	0,00	40,00	7.537,88	27.462,12	27.462,12	0,00	21,54
001	001	264	D.02.01.04.A0.09	LIMPEZA E HIG-ANO A	37,00	0,00	0,00	36,40	36,40	0,00	0,00	36,40	0,60	0,60	0,00	98,38
001	001	264	D.02.01.08.A0.01	PAPEL - ANO	30.000,00	0,00	8.898,31	0,00	8.898,31	0,00	0,00	8.898,31	21.101,69	21.101,69	0,00	29,66
001	001	264	D.02.01.08.A0.09	PAPEL-ANO ANTERIOR	82,00	0,00	0,00	81,73	81,73	0,00	0,00	81,73	0,27	0,27	0,00	99,67
001	001	264	D.02.01.08.B0.00	CONSUMIVEIS DE IMPRE	6.100,00	0,00	2.728,22	0,00	2.978,22	0,00	250,00	2.728,22	3.371,78	3.371,78	0,00	44,72
001	001	264	D.02.01.08.C0.01	OUTROS - ANO	75.735,00	0,00	40.560,48	0,00	25.818,73	0,00	600,00	25.218,73	35.174,52	50.516,27	15.341,75	33,30
001	001	264	D.02.01.08.C0.09	OUTROS-ANOS ANTERIOR	3.651,00	0,00	0,01	3.644,41	3.615,88	28,54	0,00	3.644,42	6,58	6,58	0,00	99,82
001	001	264	D.02.01.09.B0.00	VACINAS	3.000,00	0,00	15,34	0,00	15,34	0,00	0,00	15,34	2.984,66	2.984,66	0,00	0,51
001	001	264	D.02.01.09.C0.00	OUTROS	3.000,00	0,00	66,85	0,00	116,85	0,00	50,00	66,85	2.933,15	2.933,15	0,00	2,23
001	001	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPOR	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PECAS	1.919,00	0,00	213,94	0,00	213,94	0,00	0,00	213,94	1.705,06	1.705,06	0,00	11,15
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕ	12.600,00	0,00	1.355,07	0,00	1.710,07	0,00	355,00	1.355,07	11.244,93	11.244,93	0,00	10,75
001	001	264	D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍ	1.500,00	0,00	19,99	0,00	69,99	0,00	50,00	19,99	1.480,01	1.480,01	0,00	1,33
001	001	264	D.02.01.18.A0.01	LIVROS E DOC. - ANO	15.000,00	0,00	5.285,92	0,00	5.260,92	0,00	40,00	5.220,92	9.714,08	9.779,08	65,00	34,81
001	001	264	D.02.01.18.A0.09	LIVROS E DOC. - AA	120,00	0,00	0,00	120,00	60,00	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	60,00	50,00
001	001	265	D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORÍFICOS	3.800,00	0,00	1.190,70	0,00	1.190,70	0,00	0,00	1.190,70	2.609,30	2.609,30	0,00	31,33
001	001	264	D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS - ANO	40.000,00	0,00	25.778,69	0,00	26.128,69	0,00	350,00	25.778,69	14.221,31	14.221,31	0,00	64,45
001	001	264	D.02.01.21.A0.09	OUTROS BENS-A.ANT	50,00	0,00	0,00	49,59	49,59	0,00	0,00	49,59	0,41	0,41	0,00	99,18
001	001	264	D.02.02.01.B0.01	ENCARGO INSTALAÇ-ANO	218.000,00	0,00	136.165,05	0,00	136.079,88	0,00	0,00	136.079,88	81.834,95	81.920,12	85,17	62,42
001	001	264	D.02.02.01.B0.09	ENCARG INSTALAÇ -A.A	9.146,00	0,00	0,00	9.145,33	7,75	9.137,58	0,00	9.145,33	0,67	0,67	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIG - ANO	248.000,00	0,00	235.361,61	0,00	191.399,57	0,00	0,02	191.399,55	12.638,39	56.600,45	43.962,06	77,18
001	001	264	D.02.02.02.A0.09	LIMPEZA E HIG-ANO A	17.097,00	0,00	0,00	17.096,58	17.096,58	0,00	0,00	17.096,58	0,42	0,42	0,00	100,00

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Tribunal de Contas
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2020

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100
001	001	264	D.02.02.03.A0.01	CONSERVAÇÃO BENS-ANO	221.905,00	0,00	44.454,17	0,00	44.684,17	0,00	230,00	44.454,17	177.450,83	177.450,83	0,00	20,03
001	001	264	D.02.02.03.A0.09	CONSERVAÇÃO BENS-A.A	7.221,00	0,00	0,00	6.574,25	6.574,25	0,00	0,00	6.574,25	646,75	646,75	0,00	91,04
001	001	264	D.02.02.06.A0.01	LOCAÇÃO MATERIAL-ANO	50.000,00	0,00	45.376,90	0,00	41.595,43	0,00	0,00	41.595,43	4.623,10	8.404,57	3.781,47	83,19
001	001	264	D.02.02.06.A0.09	LOCAÇAO O B-ANOS ANT	11.345,00	0,00	0,00	11.344,41	11.344,41	0,00	0,00	11.344,41	0,59	0,59	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.08.A0.01	LOCAÇÃO OUTROS BENS	70.000,00	0,00	59.816,70	0,00	51.965,38	0,00	0,00	51.965,38	10.183,30	18.034,62	7.851,32	74,24
001	001	264	D.02.02.08.A0.09	LOCAÇAO O B-ANOS ANT	10.831,00	0,00	356,63	7.503,71	3.609,65	3.894,06	0,00	7.503,71	2.970,66	3.327,29	356,63	69,28
001	001	264	D.02.02.09.A0.01	ACESSOS A INTERNET	21.000,00	0,00	8.624,19	0,00	7.813,62	0,00	0,00	7.813,62	12.375,81	13.186,38	810,57	37,21
001	001	264	D.02.02.09.A0.09	ACESSOS A INTERNET -	1.425,00	0,00	0,00	1.390,58	1.390,58	0,00	0,00	1.390,58	34,42	34,42	0,00	97,58
001	001	264	D.02.02.09.B0.01	COMUNICACOES FIXAS D	15.000,00	0,00	5.737,42	0,00	4.570,42	0,00	0,00	4.570,42	9.262,58	10.429,58	1.167,00	30,47
001	001	264	D.02.02.09.B0.09	COMUNICACOES FIXAS D	537,00	0,00	0,00	536,56	0,00	536,56	0,00	536,56	0,44	0,44	0,00	99,92
001	001	264	D.02.02.09.C0.01	COM FIXAS VOZ - ANO	30.000,00	0,00	17.822,75	0,00	15.851,15	0,00	0,00	15.851,15	12.177,25	14.148,85	1.971,60	52,84
001	001	264	D.02.02.09.C0.09	COM FIXA VOZ-AA	1.616,00	0,00	0,00	1.615,46	0,00	1.615,46	0,00	1.615,46	0,54	0,54	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.09.D0.01	OUTROS SERVICOS DE C	25.000,00	0,00	4.838,39	0,00	2.769,41	0,00	0,00	2.769,41	20.161,61	22.230,59	2.068,98	11,08
001	001	264	D.02.02.09.F0.01	OUTROS SERVICOS DE C	70.000,00	0,00	45.855,40	0,00	42.317,69	0,00	100,00	42.217,69	24.144,60	27.782,31	3.637,71	60,31
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVICOS DE C	5.909,00	0,00	0,00	4.425,27	4.425,27	0,00	0,00	4.425,27	1.483,73	1.483,73	0,00	74,89
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	49.561,00	0,00	11.498,35	0,00	11.598,35	0,00	100,00	11.498,35	38.062,65	38.062,65	0,00	23,20
001	001	264	D.02.02.10.A0.01	TRANSPORTES	60.000,00	0,00	21.368,79	0,00	20.996,29	0,00	50,00	20.946,29	38.631,21	39.053,71	422,50	34,91
001	001	264	D.02.02.10.A0.09	TRANSPORTES - ANO AN	2.882,00	0,00	0,00	2.346,10	2.346,10	0,00	0,00	2.346,10	535,90	535,90	0,00	81,41
001	001	264	D.02.02.11.A0.01	REP DOS SERVIÇOS-ANO	15.000,00	0,00	1.951,65	0,00	2.001,65	0,00	50,00	1.951,65	13.048,35	13.048,35	0,00	13,01
001	001	264	D.02.02.12.B0.01	OUTRAS	20.000,00	0,00	12.805,15	0,00	12.805,15	0,00	0,00	12.805,15	7.194,85	7.194,85	0,00	64,03
001	001	264	D.02.02.13.A0.01	DESL E ESTADAS - ANO	55.000,00	0,00	13.833,49	0,00	13.435,49	0,00	500,00	12.935,49	41.166,51	42.064,51	898,00	23,52
001	001	264	D.02.02.13.A0.09	DESLOC. E EST-A ANT	1.840,00	0,00	0,00	1.745,40	1.745,40	0,00	0,00	1.745,40	94,60	94,60	0,00	94,86
001	001	264	D.02.02.14.A0.01	SERVICOS DE NATUREZA	36.052,00	0,00	33.210,00	0,00	16.605,00	0,00	0,00	16.605,00	2.842,00	19.447,00	16.605,00	46,06
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	SERVICOS DE NATUREZA	76.796,00	0,00	0,00	2.767,50	2.767,50	0,00	0,00	2.767,50	74.028,50	74.028,50	0,00	3,60
001	001	264	D.02.02.14.C0.01	SERVIÇOS DE NATUREZA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.14.C0.09	SERVIÇOS DE NATUREZA	82.894,00	0,00	0,00	41.446,08	0,00	0,00	0,00	0,00	41.447,92	82.894,00	41.446,08	0,00
001	001	264	D.02.02.14.D0.01	OUTROS - ESTUDOS,PAR	100.001,00	0,00	35.670,00	0,00	32.697,50	0,00	0,00	32.697,50	64.331,00	67.303,50	2.972,50	32,70
001	001	264	D.02.02.14.D0.09	OUTROS - ESTUDOS,PAR	23.440,00	0,00	0,00	14.365,75	3.572,50	0,00	0,00	3.572,50	9.074,25	19.867,50	10.793,25	15,24
001	001	264	D.02.02.15.A0.00	TECNOLOGIAS DA INFOR	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.15.B0.01	OUTRAS	25.000,00	0,00	15.412,00	0,00	15.412,00	0,00	0,00	15.412,00	9.588,00	9.588,00	0,00	61,65
001	001	264	D.02.02.16.A0.01	SEMINÁRIOS. EXPOSIÇÕ	15.000,00	0,00	37,55	0,00	187,55	0,00	150,00	37,55	14.962,45	14.962,45	0,00	0,25
001	001	264	D.02.02.17.A0.01	PUB OBRIGATÓRIA-ANO	10.000,00	0,00	5.977,20	0,00	5.413,46	0,00	50,00	5.363,46	4.022,80	4.636,54	613,74	53,63
001	001	264	D.02.02.17.A0.09	PUBLICIDADE-A ANTERI	42,00	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00	41,75	0,25	0,25	0,00	99,40
001	001	264	D.02.02.18.A0.01	VIGILANCIA E SEGURAN	280.000,00	0,00	243.973,62	0,00	221.636,58	0,00	0,00	221.636,58	36.026,38	58.363,42	22.337,04	79,16
001	001	264	D.02.02.18.A0.09	VIGILANCIA E SEGURAN	19.140,00	0,00	0,00	19.138,95	19.036,86	102,09	0,00	19.138,95	1,05	1,05	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.19.A0.B1	OUTROS-ASSISTENCIA T	250.000,00	0,00	218.831,28	0,00	196.612,62	0,00	0,00	196.612,62	31.168,72	53.387,38	22.218,66	78,65
001	001	264	D.02.02.19.A0.B9	OUTROS-ASSISTENCIA T	34.133,00	0,00	0,00	34.132,80	23.811,72	10.321,08	0,00	34.132,80	0,20	0,20	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.B0.01	SOFTWARE INFORMATICO	309.639,00	0,00	278.982,03	0,00	271.689,61	0,00	0,00	271.689,61	30.656,97	37.949,39	7.292,42	87,74
001	001	264	D.02.02.19.B0.09	SOFTWARE INFORMATICO	10.337,00	0,00	0,00	10.336,87	4.115,97	6.220,90	0,00	10.336,87	0,13	0,13	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.C0.01	OUTROS - ASSISTENCIA	171.957,00	0,00	121.439,86	0,00	111.705,48	0,00	0,00	111.705,48	50.517,14	60.251,52	9.734,38	64,96
001	001	264	D.02.02.19.C0.09	OUTROS - ASSISTENCIA	11.076,00	0,00	0,00	11.075,46	8.590,07	2.485,39	0,00	11.075,46	0,54	0,54	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.20.A0.C1	O TRAB ESP-S INF-ANO	100.000,00	0,00	42.769,34	0,00	42.071,63	0,00	0,00	42.071,63	57.230,66	57.928,37	697,71	42,07
001	001	264	D.02.02.20.A0.C9	OUTROS-ANO ANTERIOR	59.877,00	0,00	0,00	18.876,32	263,96	18.612,36	0,00	18.876,32	41.000,68	41.000,68	0,00	31,53
001	001	264	D.02.02.20.B0.01	PAGAMENTOS A ESPAP,	92.000,00	0,00	78.474,00	0,00	78.474,00	0,00	0,00	78.474,00	13.526,00	13.526,00	0,00	85,30
001	001	264	D.02.02.20.B0.09	PAGAMENTOS A ESPAP,	30.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.667,00	30.667,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.20.E0.01	OUTROS - TRABALHOS E	183.553,00	0,00	22.553,20	0,00	22.603,20	0,00	50,00	22.553,20	160.999,80	160.999,80	0,00	12,29
001	001	264	D.02.02.20.E0.09	OUTROS TRAB ESP-A AN	5.511,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.511,00	5.511,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.22.H0.01	SERVIÇOS SAUDE-OUTRO	25.000,00	0,00	17.333,38	0,00	15.888,89	0,00	0,00	15.888,89	7.666,62	9.111,11	1.444,49	63,56
001	001	264	D.02.02.22.H0.09	SVC SAUDE-O-A.ANT	1.445,00	0,00	0,00	1.444,44	1.444,44	0,00	0,00	1.444,44	0,56	0,56	0,00	99,96
001	001	264	D.02.02.23.B0.01	VERIF MÉDICA-ANO	4.730,00	0,00	1.935,00	0,00	1.935,00	0,00	0,00	1.935,00	2.795,00	2.795,00	0,00	40,91
001	001	264	D.02.02.23.B0.09	E ADSE-J MÉDICAS-A A	270,00	0,00	0,00	270,00	0,00	270,00	0,00	270,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.25.A0.01	OUTROS SERVICOS	211.629,00	0,00	68.194,70	0,00	60.253,63	0,00	300,00	59.953,63	143.434,30	151.675,37	8.241,07	28,33
001	001	264	D.02.02.25.A0.09	OUTROS SERVICOS - AN	5.089,00	0,00	0,00	4.795,30	3.554,23	1.241,07	0,00	4.795,30	293,70	293,70	0,00	94,23
001	001	264	D.03.06.01.A0.01	OUT ENCARGOS FIN	2.000,00	0,00	88,00	0,00	44,00	0,00	0,00	44,00	1.912,00	1.956,00	44,00	2,20
001	001	264	D.03.06.01.A0.09	OUT.ENC.FIN-A.ANT.	522,00	0,00	0,00	22,00	22,00	0,00	0,00	22,00	500,00	500,00	0,00	4,21
001	001	264	D.07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPAR	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Tribunal de Contas
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2020

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100
001	001	264	D.07.01.07.A0.C0	OUTROS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.07.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICA	67.573,00	0,00	10.228,47	0,00	10.228,47	0,00	0,00	10.228,47	57.344,53	57.344,53	0,00	15,14
001	001	264	D.07.01.07.B0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	12.175,00	0,00	6.915,60	0,00	6.915,60	0,00	0,00	6.915,60	5.259,40	5.259,40	0,00	56,80
001	001	264	D.07.01.07.B0.C1	EQ INFOR-OUTROS-ANO	434.576,00	0,00	340.291,24	0,00	226.921,03	0,00	0,00	226.921,03	94.284,76	207.654,97	113.370,21	52,22
001	001	264	D.07.01.07.B0.C9	EQUIP.INF-OUT-A.ANT	25.378,00	0,00	0,00	25.376,55	25.376,55	0,00	0,00	25.376,55	1,45	1,45	0,00	99,99
001	001	264	D.07.01.08.B0.B0	OUTROS	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.09.B0.B1	OUTROS	50.326,00	0,00	4.967,41	0,00	4.635,19	0,00	0,00	4.635,19	45.358,59	45.690,81	332,22	9,21
001	001	264	D.07.01.10.B0.B0	OUTROS	12.133,00	0,00	1.132,16	0,00	1.132,16	0,00	0,00	1.132,16	11.000,84	11.000,84	0,00	9,33
001	001	264	D.07.01.11.B0.00	FERRAMENTAS E UTENSI	10.000,00	0,00	219,06	0,00	219,06	0,00	0,00	219,06	9.780,94	9.780,94	0,00	2,19
001	001	264	D.07.01.12.B0.00	ARTIGOS E OBJETOS VA	12.179,00	0,00	2.178,35	0,00	2.178,35	0,00	0,00	2.178,35	10.000,65	10.000,65	0,00	17,89
001	001	264	D.01.03.10.DO.00	DOENÇA	13.074,00	0,00	13.061,95	0,00	13.061,95	0,00	0,00	13.061,95	12,05	12,05	0,00	99,91
001	001	264	D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	14.500,00	0,00	2.045,26	0,00	2.045,26	0,00	0,00	2.045,26	12.454,74	12.454,74	0,00	14,11
001	001	264	D.01.03.09.00.00	SEGUROS	500,00	0,00	178,99	0,00	178,99	0,00	0,00	178,99	321,01	321,01	0,00	35,80
001	001	264	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRI	2.300,00	0,00	290,07	0,00	480,07	0,00	190,00	290,07	2.009,93	2.009,93	0,00	12,61
001	001	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	2.500,00	0,00	1.438,92	0,00	1.528,92	0,00	90,00	1.438,92	1.061,08	1.061,08	0,00	57,56
001	001	264	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	2.500,00	0,00	1.348,64	0,00	1.348,64	0,00	0,00	1.348,64	1.151,36	1.151,36	0,00	53,95
001	001	264	D.02.01.08.C0.00	OUTROS	5.500,00	0,00	655,88	0,00	905,88	0,00	250,00	655,88	4.844,12	4.844,12	0,00	11,93
001	001	264	D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃ	5.100,00	0,00	1.801,76	0,00	2.026,76	0,00	225,00	1.801,76	3.298,24	3.298,24	0,00	35,33
001	001	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	6.076,00	0,00	5.262,52	0,00	5.602,52	0,00	340,00	5.262,52	813,48	813,48	0,00	86,61
001	001	264	D.02.02.01.B0.00	ENCARGOS INSTALAÇÕES	18.000,00	0,00	11.072,93	0,00	11.072,93	0,00	0,00	11.072,93	6.927,07	6.927,07	0,00	61,52
001	001	264	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	67.009,00	0,00	65.927,49	0,00	65.927,49	0,00	0,00	65.927,49	1.081,51	1.081,51	0,00	98,39
001	001	264	D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	64.940,00	0,00	25.962,44	0,00	12.345,04	0,00	342,00	12.003,04	38.977,56	52.936,96	13.959,40	18,48
001	001	264	D.02.02.06.00.00	Locaç Mat Transporte	7.900,00	0,00	4.426,59	0,00	4.426,59	0,00	0,00	4.426,59	3.473,41	3.473,41	0,00	56,03
001	001	264	D.02.02.09.C0.00	COMUNICACOES FIXAS D	4.100,00	0,00	3.075,71	0,00	2.939,07	0,00	0,00	2.939,07	1.024,29	1.160,93	136,64	71,68
001	001	264	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVICOS DE C	6.000,00	0,00	3.967,22	0,00	4.407,22	0,00	440,00	3.967,22	2.032,78	2.032,78	0,00	66,12
001	001	264	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SE	4.100,00	0,00	1.237,60	0,00	1.745,60	0,00	508,00	1.237,60	2.862,40	2.862,40	0,00	30,19
001	001	264	D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	8.282,00	0,00	8.110,08	0,00	8.110,08	0,00	0,00	8.110,08	171,92	171,92	0,00	97,92
001	001	264	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADA	35.000,00	0,00	8.134,64	0,00	8.234,64	0,00	100,00	8.134,64	26.865,36	26.865,36	0,00	23,24
001	001	264	D.02.02.14.D0.00	OUTROS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	11.600,00	0,00	990,00	0,00	990,00	0,00	0,00	990,00	10.610,00	10.610,00	0,00	8,53
001	001	264	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕ	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATO	5.400,00	0,00	3.513,01	0,00	3.513,01	0,00	0,00	3.513,01	1.886,99	1.886,99	0,00	65,06
001	001	264	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURAN	33.921,00	0,00	29.920,86	0,00	29.920,86	0,00	0,00	29.920,86	4.000,14	4.000,14	0,00	88,21
001	001	264	D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMATICO	32.650,00	0,00	31.845,99	0,00	31.845,99	0,00	0,00	31.845,99	804,01	804,01	0,00	97,54
001	001	264	D.02.02.19.C0.00	OUTROS	3.800,00	0,00	2.369,68	0,00	2.369,68	0,00	0,00	2.369,68	1.430,32	1.430,32	0,00	62,36
001	001	264	D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP,	64.720,00	0,00	64.524,00	0,00	64.524,00	0,00	0,00	64.524,00	196,00	196,00	0,00	99,70
001	001	264	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.23.B0.00	VERIFICAÇAO MEDICA	1.300,00	0,00	124,00	0,00	124,00	0,00	0,00	124,00	1.176,00	1.176,00	0,00	9,54
001	001	264	D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	24.105,00	0,00	18.014,39	0,00	18.531,78	0,00	517,39	18.014,39	6.090,61	6.090,61	0,00	74,73
001	001	264	D.07.01.07.B0.C0	OUTROS	18.825,00	0,00	16.637,87	0,00	13.278,41	0,00	0,00	13.278,41	2.187,13	5.546,59	3.359,46	70,54
001	001	264	D.07.01.09.B0.A0	HW DE COMUNICACOES	2.500,00	0,00	2.417,68	0,00	2.417,68	0,00	0,00	2.417,68	82,32	82,32	0,00	96,71
001	001	264	D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	6.500,00	0,00	5.929,91	0,00	5.929,91	0,00	0,00	5.929,91	570,09	570,09	0,00	91,23
001	001	264	D.01.02.12.00.00	IND.CESSAÇÃO FUNÇÕES	105,00	0,00	104,31	0,00	104,31	0,00	0,00	104,31	0,69	0,69	0,00	99,34
001	001	264	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS	1.405,00	0,00	1.405,00	0,00	1.405,00	0,00	0,00	1.405,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.01.B0.02	Encargos das instala	1.100,00	0,00	1.059,08	0,00	1.059,08	0,00	0,00	1.059,08	40,92	40,92	0,00	96,28
001	001	264	D.07.01.09.B0.B9	Equipamento administ	2.227,00	0,00	0,00	2.226,50	2.226,50	0,00	0,00	2.226,50	0,50	0,50	0,00	99,98
001	001	264	D.07.01.15.B0.B0	OUTROS	30.966,00	0,00	8.202,90	0,00	8.202,90	0,00	0,00	8.202,90	22.763,10	22.763,10	0,00	26,49
Total Actividade/Projecto: 264					32.097.629,00	0,00	28.555.846,05	285.279,01	28.374.507,03	84.609,50	12.969,76	28.446.146,77	3.256.503,94	3.651.482,23	394.978,29	88,62
001	001	957	D.06.02.03.R0.00	RESERVA	162.812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.812,00	162.812,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 957					162.812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.812,00	162.812,00	0,00	0,00
001	95	264	D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIG-ANO	15.000,00	0,00	1.765,09	0,00	1.765,09	0,00	0,00	1.765,09	13.234,91	13.234,91	0,00	11,77
001	95	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	64.500,00	0,00	18.092,12	0,00	18.092,12	0,00	0,00	18.092,12	46.407,88	46.407,88	0,00	28,05
001	95	264	D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS - ANO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
001	95	264	D.07.01.09.B0.B1	OUTROS	5.000,00	0,00	1.307,21	0,00	1.307,21	0,00	0,00	1.307,21	3.692,79	3.692,79	0,00	26,14
001	95	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	1.000,00	0,00	533,82	0,00	533,82	0,00	0,00	533,82	466,18	466,18	0,00	53,38

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Tribunal de Contas

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2020

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100
001	95	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	710,00	0,00	555,96	0,00	555,96	0,00	0,00	555,96	154,04	154,04	0,00	78,30
001	95	264	D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	1.300,00	0,00	576,00	0,00	576,00	0,00	0,00	576,00	724,00	724,00	0,00	44,31
Total Actividade/Projecto: 264					92.510,00	0,00	22.830,20	0,00	22.830,20	0,00	0,00	22.830,20	69.679,80	69.679,80	0,00	24,68
Total					32.352.951,00	0,00	28.578.676,25	285.279,01	28.397.337,23	84.609,50	12.969,76	28.468.976,97	3.488.995,74	3.883.974,03	394.978,29	87,99

Lisboa, em de março de 2021

O Conselho Administrativo,

Assinado por : **Paulo Jorge Nogueira da Costa**
Num. de Identificação: BI10046724
Data: 2021.03.26 14:33:16+00'00'

Assinado por : **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: BI09888751
Data: 2021.03.26 09:57:20+00'00'

Assinado por : **Maria Luísa Rato Bispo**
Num. de Identificação: BI05507875
Data: 2021.03.26 11:59:56+00'00'

TRIBUNAL DE CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO
Tribunal de Contas

Período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2020

Prg	Med	Classificação Económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas	Receitas Cobradas Brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental da receita
		Código	Descrição	Corrigidas	no início do ano	Emitidas	Liquidadas	em itidas anuladas	Ano	Anos anteriores	Total	Em itidos	Pagos			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (10) + (11)	(13)	(14)	(15) = (12) - (14)	(16) = (6) + (7) - (9) - (12)	(17) = (15) / (5) * 100
001	001	R.99.99.98.01.00	FIN.DOT.ORC.-CORRENTES	21.526.874,00	0,00	21.281.443,91	21.281.443,91	0,00	21.281.443,91	0,00	21.281.443,91	0,00	0,00	21.281.443,91	0,00	98,86
001	001	R.99.99.98.02.00	FIN.DOT.ORC.-CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total medida 001				**21.531.874,00**	**0,00**	**21.281.443,91**	**21.281.443,91**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**98,84**
Total programa 001				**21.531.874,00**	**0,00**	**21.281.443,91**	**21.281.443,91**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	98,84
Total Fonte Financiamento: 111				**21.531.874,00**	**0,00**	**21.281.443,91**	**21.281.443,91**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	**0,00**	**21.281.443,91**	**0,00**	98,84
001	001	R.04.01.99.A0.00	EMOLUMENTOS TRIBUNAL	7.007.242,00	694.831,70	6.553.184,70	6.384.361,57	15.065,12	5.942.185,69	442.175,88	6.384.361,57	8.648,46	8.648,46	6.375.713,11	848.589,71	90,99
001	001	R.04.02.01.00.00	JUROS DE MORA	100,00	1,35	85,49	85,49	0,00	85,49	0,00	85,49	0,00	0,00	85,49	1,35	85,49
001	001	R.04.02.01.A0.00	JUROS DE MORA	500,00	0,00	3,30	3,30	0,00	3,30	0,00	3,30	0,00	0,00	3,30	0,00	0,66
001	001	R.05.03.01.10.30	CEDIC'S	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.07.01.02.A0.00	EDICOES DO TRIBUNAL	2.000,00	150,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,49	0,00
001	001	R.07.01.05.A0.00	VENDA DE BENS E SERV	2.000,00	0,00	455,48	455,48	0,00	455,48	0,00	455,48	0,00	0,00	455,48	0,00	22,77
001	001	R.07.02.05.A0.00	REEMBOLSOS-SERVICOS	500,00	563,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563,78	0,00
001	001	R.08.01.99.99.01	OrgEGE-Outras-Outr	69.500,00	0,00	29.793,38	29.793,38	0,00	29.793,38	0,00	29.793,38	10,00	10,00	29.783,38	0,00	42,85
001	001	R.08.01.99.99.06	OrgMDN-Outras-Outr	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.08.01.99.A0.00	OUTRAS RECEITAS CORR	30.000,00	35.238,35	31.181,13	45.215,55	11.844,28	24.339,05	20.876,50	45.215,55	48,14	48,14	45.167,41	9.359,65	150,56
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATI	2.600,00	236,81	1.380,91	1.380,91	0,00	1.380,91	0,00	1.380,91	19,28	19,28	1.361,63	236,81	52,37
Total medida 001				**7.119.942,00**	**731.022,48**	**6.616.084,39**	**6.461.295,68**	**26.909,40**	**5.998.243,30**	**463.052,38**	**6.461.295,68**	**8.725,88**	**8.725,88**	**6.452.569,80**	**858.901,79**	**90,63**
Total programa 001				**7.119.942,00**	**731.022,48**	**6.616.084,39**	**6.461.295,68**	**26.909,40**	**5.998.243,30**	**463.052,38**	**6.461.295,68**	**8.725,88**	**8.725,88**	**6.452.569,80**	**858.901,79**	**90,63**
Total Fonte Financiamento: 513				**7.119.942,00**	**731.022,48**	**6.616.084,39**	**6.461.295,68**	**26.909,40**	**5.998.243,30**	**463.052,38**	**6.461.295,68**	**8.725,88**	**8.725,88**	**6.452.569,80**	**858.901,79**	**90,63**
001	001	R.16.01.01.00.00	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	24.090.430,00	0,00	24.090.428,07	24.090.428,07	0,00	24.090.428,07	0,00	24.090.428,07	0,00	0,00	24.090.428,07	0,00	100,00
Total medida 001				**24.090.430,00**	**0,00**	**24.090.428,07**	**24.090.428,07**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	100,00
Total programa 001				**24.090.430,00**	**0,00**	**24.090.428,07**	**24.090.428,07**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	100,00
Total Fonte Financiamento: 522				**24.090.430,00**	**0,00**	**24.090.428,07**	**24.090.428,07**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	**0,00**	**24.090.428,07**	**0,00**	100,00
Total				**52.742.246,00**	**731.022,48**	**51.987.956,37**	**51.833.167,66**	**26.909,40**	**51.370.115,28**	**463.052,38**	**51.833.167,66**	**8.725,88**	**8.725,88**	**51.824.441,78**	**858.901,79**	**98,26**

Lisboa, em de março de 2021
O Conselho Administrativo,

Assinado por: **Paulo Jorge Nogueira da Costa**
Num. de Identificação: BI10046724
Data: 2021.03.26 14:34:06+00'00'

Assinado por: **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: BI09888751
Data: 2021.03.26 09:58:02+00'00'

Assinado por: **Maria Luísa Rato Bispo**
Num. de Identificação: BI05507875
Data: 2021.03.26 12:00:59+00'00'

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2. Notas ao balanço e à demonstração de resultados

2.1. As normas de consolidação aplicáveis são as constantes do Manual de Consolidação, que faz parte integrante do Estudo n.º 1/07 – DGFP-DGF-GF, o qual mereceu o despacho favorável de Sua Excelência O Conselheiro Presidente de 23 de Abril, e permitem a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

2.2. A rubrica "Diferenças de Consolidação", reflete as operações de consolidação registadas em períodos diferentes pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, ou seja, a diferença apurada foi contabilizada na rubrica de "diferenças de consolidação" em fundos próprios.

Os movimentos de consolidação ocorridos, referentes à eliminação de operações entre as entidades são os que se encontram evidenciados no seguinte quadro resumo:

Síntese dos Lançamentos Patrimoniais

Síntese dos Lançamentos Patrimoniais

Empresa: Sede - SRA - SRM
ANO: 2020 (em euros)

Código	Classificação Económica	Descrição	Débito	Crédito	Saldo
4230000000		Lanc 1 e 2 (Sede), Lanç 1 (SRA) e Lanç 2 (SRA)	18.946,47	2.609,54	16.336,93
5770000000		Lanç 1 (SRM)	0,40	0,00	0,40
5900000000		Lanç 1 e 2 (Sede), Lanç 1,2,3 (SRA) e Lanç 1 (SRM)	4.569,48	4.569,88	-0,40
4823000000		Lanç 2 e 3 (Sede) e Lanç 1 e 2 (SRA)	2.609,54	18.946,47	-16.336,93
4330000000		Lanç 4 (Sede), Lanç 3 (SRA) e Lanç 1 (SRM)	26.480,80	0,80	26.480,00
4833000000		Lanç 1 e 4 (Sede), Lanç 3 (SRA) e Lanç 1 (SRM)	0,80	26.480,80	-26.480,00
Total			**52.607,49**	**52.607,49**	**0,00**

Descrição do Movimento:
Quadro resumo dos vários lançamentos patrimoniais de consolidação, ocorridos nas empresas Sede, SRA e SRM

2.3. Todos os bens de imobilizado encontram-se valorizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens que foram alvo de grandes reparações e beneficiações que aumentaram o seu valor real, e dos bens constantes na conta *4.2.9. Outras Imobilizações Corpóreas* (Património Histórico), os quais se encontram registados por um valor resultante de avaliações.
No caso de obtenção de bens de imobilizado a título gratuito os mesmos são avaliados e/ou valorizados a preços de mercado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a legislação em vigor, no entanto, no ano em que se verifica o início de utilização dos bens e no ano do respetivo abate é efetuada a amortização por duodécimos. As taxas e regras de amortização são as definidas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

O Património Histórico não é amortizado.

Um bem de imobilizado será amortizado a 100% no ano de aquisição, sempre que o seu valor seja inferior a "...80% da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondado para o milhar de escudos ou unidades de euros inferior", conforme definido no art.º 34º, da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, o que se traduziu no ano de 2014 em 274,00 euros.

O edifício onde a SRA desenvolve a sua atividade – Palácio do Canto – foi cedido, a título precário e por tempo indeterminado, pelo Governo Regional dos Açores, razão pela qual foi entendimento daquela Secção Regional, que nas Demonstrações Financeiras do Cofre constasse apenas as grandes reparações de restauro de que tem sido alvo, tendo-se procedido à classificação do edifício na entidade contabilística Orçamento do Estado em virtude de o mesmo ser propriedade do Governo Regional dos Açores.

Atendendo à dificuldade em conseguir-se determinar o valor do terreno, devido à escassez de informação disponibilizada pela Direção de Serviços do Património da Região Autónoma dos Açores, o Conselho Administrativo decidiu que o montante relativo ao mesmo deveria ser determinado conforme o disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, ou seja, considerou-se que seriam 25% do valor do edifício, 27.433,89 euros, cabendo ao edifício o remanescente, 82.301,65 euros.

O edifício situado na Avenida da República, n.º 65 encontra-se registado na proporção de 47,06% em nome de Cofre do Tribunal de Contas – Sede e na proporção de 52,94% em nome do Estado Português.

O Tribunal ocupa parte de um imóvel sito na Mouraria, cedido a título precário e gratuito pelo Ministério das Finanças, em 26 de janeiro de 1993, com a finalidade de instalação de arquivo.

Tendo os edifícios sido adquiridos em estado de uso e tendo-se efetuado algumas reparações e beneficiações, a taxa de amortização é calculada com base no período de vida útil esperado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VALOR DA AMORTIZAÇÃO A APLICAR} = \frac{\text{VALOR CONTABILÍSTICO}}{\text{Nº DE ANOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADO}}$$

Sempre que são efetuadas grandes reparações, são aplicadas as regras de amortização definidas para os respetivos bens, ou seja, se o valor da grande reparação for inferior ao limite definido no artigo 34.º da supracitada Portaria, a amortização é efetuada no próprio ano, caso contrário é aplicada a taxa de amortização do bem. São consideradas grandes reparações, aquelas que reúnem os requisitos definidos no art.º 7.º da já citada portaria.

As existências estão valorizadas e registadas ao custo de compra, que se traduz na soma do preço de aquisição com os encargos suportados até o bem chegar ao armazém, em condições de ser consumido.

A partir de 2020, a contabilização dos bens de consumo em stock, bens adquiridos que não se destinam à venda, mas sim ao consumo interno, passou a ser reconhecida como custo diferido, deixando desta forma de ser registada como existências.

Importa, no entanto, referir que se mantêm em vigor todos os procedimentos até então associados a existências. Desta forma estes bens são valorizados e registados ao custo de compra, que se traduz na soma do preço de aquisição com os gastos suportados até o bem chegar ao armazém, em condições de ser consumido, e o método adotado para a saída de bens foi o custo médio ponderado.

No atinente à Revista do Tribunal de Contas cujas edições em suporte de papel, até ao exercício de 2019, se destinavam à venda importa referir que, em sessão do Conselho Administrativo de 7 de fevereiro de 2019, foi objeto de concordância e autorização a Informação n.º 111/19-DGFP-DAAG através da qual foi proposta a sua disponibilização *online* a título gratuito, deixando desta forma de constituir bem de economato. Através da Informação n.º 342/2020-DGFP-DGF, autorizada em 4 de setembro de 2020, procedeu-se ao abate dos exemplares existentes em armazém.

Foram feitas provisões para as receitas por arrecadar de emolumentos liquidados pelo Tribunal de Contas, os quais representam a sua principal fonte de receitas próprias. Para tal, apurou-se o montante de dívidas de contribuintes c/c em 31/12/2020, em mora há mais de 6 meses, relativamente às quais o devedor é uma entidade privada, constituindo-se provisão pela totalidade da dívida nessas condições.

Manteve-se inalterável a provisão constituída em 2009, referente a uma reclamação judicial que se encontra a aguardar decisão, e relativamente à qual foi efetuado um depósito prévio no valor correspondente à provisão, nos termos do n.º 4 do art.º 33.º-A do Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro.

2.7. e 2.8. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, quer de aquisições quer de abates, assim como as respetivas amortizações, são os que se apresentam seguidamente:

AQUISIÇÕES DE IMOBILIZADO

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	ALTERAÇÕES PATRIMONIAIS	TOTAL
4	Imobilizações			
42	Imobilizações Corpóreas			
421000	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
422000	Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00
423000	Equipamento Básico	272.491,97	0,00	272.491,97
424000	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
425000	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00
426000	Equipamento Administrativo	27.323,14	0,00	27.323,14
427000	Taras e Vasilhame retornáveis	0,00	0,00	0,00
429000	Outras Imobilizações Corpóreas	12.062,13	0,00	12.062,13
43	Imobilizações Incorpóreas			
433000	Propried.Industrial e O. Direitos	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**311.877,24**	**0,00**	**311.877,24**

Ativo Imobilizado

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	IMOBILIZADO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	IMOBILIZADO LIQUIDO
4	Imobilizações			
42	Imobilizações Corpóreas			
421000	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	2.953.036,82
422000	Edifícios e Outras Construções	15.124.904,32	8.783.479,11	6.341.425,21
423000	Equipamento Básico	4.188.975,60	3.675.405,58	513.570,02
424000	Equipamento de transporte	122.426,07	122.426,07	0,00
425000	Ferramentas e utensílios	7.536,23	7.536,23	0,00
426000	Equipamento Administrativo	3.227.640,23	3.127.938,33	99.701,90
427000	Taras e Vasilhame retornáveis	0,00	0,00	0,00
429000	Outras Imobilizações Corpóreas	1.274.855,73	100.678,19	1.174.177,54
43	Imobilizações Incorpóreas			
433000	Propried.Industrial e O. Direitos	697.662,30	680.955,20	16.707,10
TOTAL		**27.597.037,30**	**16.498.418,71**	**11.098.618,59**

Abate ao Imobilizado

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
4	Imobilizações			
42	Imobilizações Corpóreas			
421000	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
422000	Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00
423000	Equipamento Básico	52.138,43	52.138,43	0,00
424000	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
425000	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00
426000	Equipamento Administrativo	10.413,77	10.413,77	0,00
427000	Taras e Vasilhame retornáveis	0,00	0,00	0,00
429000	Outras Imobilizações Corpóreas	441,27	441,27	0,00
43	Imobilizações Incorpóreas			
433000	Propried.Industrial e O. Direitos	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**62.993,47**	**62.993,47**	**0,00**

Mapa de Amortizações

(em euros)

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo acumulado
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas				
Infra-estruturas e equip.natureza milita				
Bens patrim. hist. artíst. e cultural				
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta bens dom.público				
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas investigação e desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	677.557,14	3.398,06	0,00	680.955,20
	677.557,14	**3.398,06**	**0,00**	**680.955,20**
De investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	8.387.939,38	395.539,73	0,00	8.783.479,11
Equipamento básico	3.522.325,06	205.218,95	52.138,43	3.675.405,58
Equipamento de transporte	122.426,07	0,00	0,00	122.426,07
Ferramentas e utensílios	7.536,23	0,00	0,00	7.536,23
Equipamento administrativo	3.104.071,35	34.280,75	10.413,77	3.127.938,33
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	98.161,58	2.957,92	441,31	100.678,19
	15.242.459,67	**637.997,35**	**62.993,51**	**15.817.463,51**
De investimentos financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
Fundos				
Total	**15.920.016,81**	**641.395,41**	**62.993,51**	**16.498.418,71**

No decurso de 2020, o valor do reforço das contas de amortizações ascendeu a 641.395,41 euros e o valor das regularizações ascendeu a 62.993,51 euros, que surge, maioritariamente na sequência do registo de abates de bens de imobilizado, o qual se cifrou nos 62.993,47 euros.

Variação do Imobilizado Bruto

(em euros)

CÓDIGO POCP	DESIGNAÇÃO	IMOBILIZADO BRUTO 31/12/19	AQUISIÇÕES IMOBILIZADO +	ALTERAÇÕES		ABATES IMOBILIZADO -	IMOBILIZADO BRUTO 31/12/20
				POSITIVAS	NEGATIVAS		
4	Imobilizações						
42	Imobilizações Corpóreas						
421000	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.953.036,82
422000	Edifícios e Outras Construções	15.124.904,32	0,00	0,00	0,00	0,00	15.124.904,32
423000	Equipamento Básico	3.968.622,06	272.491,97	0,00	0,00	52.138,43	4.188.975,60
424000	Equipamento de transporte	122.426,07	0,00	0,00	0,00	0,00	122.426,07
425000	Ferramentas e utensílios	7.536,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.536,23
426000	Equipamento Administrativo	3.210.730,86	27.323,14	0,00	0,00	10.413,77	3.227.640,23
427000	Taras e Vasilhame retornáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429000	Outras Imobilizações Corpóreas	1.263.234,87	12.062,13	0,00	0,00	441,27	1.274.855,73
43	Imobilizações Incorpóreas						0,00
433000	Propried.Industrial e O. Direitos	697.662,30	0,00	0,00	0,00	0,00	697.662,30
44							
442000	Imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**27.348.153,53**	**311.877,24**	**0,00**	**0,00**	**62.993,47**	**27.597.037,30**

Com vista ao cumprimento do ponto n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2000, de 18 de Maio, estipula que todos os serviços e fundos autónomos integrados na tesouraria do Estado deverão garantir a transferência gradual das aplicações financeiras dos seus excedentes e disponibilidades de tesouraria para a Direcção-Geral do Tesouro.

Contabilisticamente, estas aplicações são registadas na conta de Títulos Negociáveis, subconta 1.5.3.3. – Títulos de Dívida Pública.

Em 31 de Dezembro de 2020 a referida conta não apresenta qualquer valor registado como título negociável.

Foram consideradas de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros, com antiguidade superior a 6 meses, referentes não só a emolumentos liquidados pelo Tribunal de Contas, mas também as relativas à faturação da venda da Revista, relativamente às quais o devedor é uma entidade privada, constituindo-se provisão pela totalidade da dívida conforme já referido no ponto 2.3.

Assim, o valor de dívidas de cobrança duvidosa, em 31/12/2020, é o que se apresenta no quadro seguinte:

(em euros)

Dividas de Cobrança Duvidosa		
Conta	Designação	Valor
2.1.8.1.1	Clientes C/C	2.936,59
2.1.8.1.2	Contribuintes C/C	94.617,81
Total da Conta 2.1.8-Cientes/Contribuintes C/C		97.554,40

O valor global dos encargos da Instituição, em 31/12/2020, perante o seu pessoal refere-se ao montante de férias, ao subsídio de férias e suplemento de disponibilidade permanente desse ano mas que apenas constituirá pagamento no ano 2021.

De referir ainda a existência de encargos relativos ao trabalho extraordinário, formação e reembolso de comunicações referentes a 2020, mas não processado nesse exercício.

Todas as situações mencionadas foram apuradas tendo-se efetuado as correspondentes estimativas em 2020 na conta 2.7.3.2. – Remunerações a liquidar, no valor total de 3.614.889,02 euros.

Encontra-se ainda contabilizado o montante de 1.200,62 euros na 2.6.2.2-Outros D/C – Rem-Pessoal, relativo a guias de reposição emitidas e não cobradas até final do exercício de 2020.

Foram consideradas de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros, com antiguidade superior a 6 meses, referentes não só a emolumentos liquidados pelo Tribunal de Contas, mas também as relativas à faturação da venda da Revista, relativamente às quais o devedor é uma entidade privada, constituindo-se provisão pela totalidade da dívida conforme já referido no ponto 2.3.

Assim, o valor das provisões, em 31/12/2020, é o que se apresenta no quadro seguinte:

(em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291	Provisões p/Cobrança Duvidosa	78.897,04	37.648,92	18.991,56	97.554,40
292	Provisões p/Riscos e Encargos	7.096,00			7.096,00
39	Provisões p/Depreciação Existências	30.593,47		30.593,47	0,00
	Total	**116.586,51**	**37.648,92**	**49.585,03**	**104.650,40**

Refira-se ainda a existência de recursos pendentes de decisão judicial que, por impossibilidade de estimativa dos seus efeitos ou por probabilidade reduzida de decisão desfavorável ao Tribunal de Contas, não foram provisionados.

Conformo o descrito no ponto 2.3 disponibilização online a título gratuito da Revista do Tribunal de Contas, através da Informação n.º 342/2020-DGFP-DGF, autorizada em 4 de setembro de 2020, procedeu-se ao abate dos exemplares existentes em armazém, e consequente regularização do montante 9.114,80 euros, de provisionado em anos anteriores.

A alteração de politica contabilística realizada, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e no seguimento da Release Note da eSPap de julho de 2020, pela qual a contabilização dos bens de consumo em stock, bens adquiridos que não se destinam à venda, mas sim ao consumo interno, passou a ser reconhecida como custo diferido, deixando desta forma de ser registada como existências. Em sede de consolidação da conta do grupo TC efetuaram-se os movimentos de ajustamento relativos aos valores da conta evidenciados pelas Secções Regionais na conta 6163-CMVMC, no valor total de 1.842,25 euros para as respetivas contas de custos por tipologia de consumo.

2.32 A conta *5.7.6.* – Doações, apresenta um saldo credor de 71.792,45 euros, o qual corresponde a bens do ativo imobilizado transferidos para a Instituição a custo zero, e posteriormente valorizados a preços de mercado, pelas entidades que procederam à sua cedência.

A subconta 5.7.7. – Reservas decorrentes de transferências de ativos apresenta nas Demonstrações Financeiras Consolidadas um saldo nulo.

A conta 5.9. – Resultados Transitados, registou a crédito a transferência do resultado líquido de 2019.

2.37 A demonstração dos resultados financeiros é a que se apresenta seguidamente:

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO de CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2020	2109			2020	2019
681	Custos financeiros - outros juros	28,46	3.279,34	781	Juros obtidos		
683	Amortizações investimentos imóveis						
687	Perdas alienação aplicação fianaceiras						
688	Outros custos e perdas financeiras	88,00	436,00	788	Outros proveitos e ganhos financeiras	260,00	593,09
	Resultados financeiros	143,54	-3.122,25				
		260,00	593,09			260,00	593,09

2.38 A demonstração dos resultados extraordinários é a que se apresenta seguidamente:

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO de CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019			2020	2019
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de Dívidas		
693	Perdas em existências	9.144,80	30.433,43	793	Ganhos em existências		162,63
694	Perdas em imobilizações		23,49	794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e Penalidades			796	Redução de amortizações e de provisões	28.136,36	86.471,57
696	Aumentos de amortizações e de provisões			797	Correções relativas a exercicíos anteriores	1.686,22	14.747,37
697	Correções relativas a exercicios anteriores	321.169,86	151.216,92	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	41.738,75	96.027,17
698	Outros Custos e perdas Extraordinárias	844,03					
	Resultados financeiros	-259.597,36	15.734,90				
		71.561,33	197.408,74			71.561,33	197.408,74

2.39 O resultado líquido de 2020 será integrado, no decurso de 2021, na conta *5.9. – Resultados Transitados.*

Relativamente à Pandemia Covid-19, foi já divulgado no ponto 2 do Relatório de Gestão, os respetivos riscos, plano de contingência, medidas, impactos e incertezas, sendo convicção do Conselho Administrativo de que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes do subsequente agravamento da Pandemia no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações do Tribunal de Contas.

Lisboa, em de março de 2021

O Conselho Administrativo

Assinado por : **Paulo Jorge Nogueira da Costa**
Num. de Identificação: BI10046724
Data: 2021.03.26 14:36:44+00'00'

Assinado por : **Sandra Maria dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: BI09888751
Data: 2021.03.26 10:02:03+00'00'

Assinado por : **Maria Luísa Rato Bispo**
Num. de Identificação: BI05507875
Data: 2021.03.26 12:05:04+00'00'

ANEXO IV

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do nº. 1 do art.º 57.º do CCP e da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Programa do Concurso]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V

Critério de Adjudicação

A adjudicação far-se-á segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela seguinte modalidade: Melhor relação qualidade-preço, sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar a Pontuação Final (PF) mais elevada, tendo em conta os seguintes fatores e subfactores e respetivas ponderações:

<table>
<tr><th>Fatores</th><th>Subfatores</th><th colspan="2">Ponderação</th></tr>
<tr><td colspan="2">Preço (PR)</td><td>50%</td><td rowspan="4">100%</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Experiência em funções de auditoria financeira dos elementos da equipa a afetar à prestação de serviços (EE)</td><td>EE_1 – Número médio de anos de experiência em funções de auditoria financeira dos elementos que integram a equipa de auditoria</td><td>50%</td><td rowspan="3">50%</td></tr>
<tr><td>EE_2 – Número médio de auditorias financeiras realizadas pelos elementos da equipa de auditoria a contas individuais de entidades que integram o sector das administrações públicas*, nos últimos 5 anos</td><td>40%</td></tr>
<tr><td>EE_3 - Número médio de auditorias financeiras realizadas pelos elementos da equipa de auditoria a contas consolidadas de entidades que integram o sector das administrações públicas*, nos últimos 5 anos</td><td>10%</td></tr>
</table>

* Consideram-se entidades que integram o sector das administrações públicas as que no ano a que respeita a auditoria financeira integravam a correspondente lista publicada pela autoridade estatística nacional.

PF = 0,50 x PR + 0,50 x EE

Em que:

PF – Pontuação atribuída à proposta em análise;

PR – Pontuação atribuída ao fator Preço da proposta em análise;

EE – Pontuação atribuída ao fator Experiência em funções de auditoria financeira dos elementos da equipa a afetar à prestação de serviços (EE) da proposta em análise.

1. **Descritor do fator Preço (PR)**

A avaliação deste fator resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$F1 = \left[\frac{(Preço\ Base - Preço\ proposto)}{Preço\ Base} x100\right] x\ 50\%$$

2. **Descritor do fator Experiência em funções de auditoria financeira dos elementos da equipa a afetar à prestação de serviços (EE)**

A análise das propostas em face do presente fator será operacionalizada através da aplicação da fórmula a seguir indicada:

$EE = EE1 \times 0{,}50 + EE2 \times 0{,}40 + EE_3 \times 0{,}10$

b1) Subfator EE1 – Número médio de anos de experiência em funções de auditoria financeira dos elementos que integram a equipa de auditoria, calculado através da média aritmética simples dos anos completos de experiência individuais, a pontuar da seguinte forma:

Número médio de anos de experiência	Pontuação
Igual a 4 anos e inferior a 10 anos	5
Igual a 10 anos e inferior a 15 anos	10
Igual a 15 anos e inferior a 20 anos	15
Igual ou superior a 20 anos	20

b2) Subfator EE2 – Número médio de auditorias financeiras realizadas pelos elementos da equipa de auditoria a contas individuais de entidades que integram o sector das administrações públicas, nos últimos 5 anos, calculado através da média aritmética simples do número de auditorias realizadas pelos elementos da equipa, a pontuar da seguinte forma:

Número médio de auditorias	**Pontuação**
Igual a 1 auditoria e inferior a 5	5
Igual a 5 auditorias e inferior a 15 auditorias	10
Igual a 15 auditorias e inferior a 25 auditorias	15
Igual ou superior a 25 auditorias	20

b3) Subfator EE3 – Número médio de auditorias financeiras realizadas pelos elementos da equipa de auditoria a contas consolidadas de entidades que integram o sector das administrações públicas, nos últimos 5 anos, calculado através da média aritmética simples do número de auditorias realizadas pelos elementos da equipa, a pontuar da seguinte forma:

Número médio de auditorias	**Pontuação**
Igual a 1 auditoria e inferior a 3	5
Igual a 3 auditorias e inferior a 5 auditorias	10
Igual a 5 auditorias e inferior a 10 auditorias	15
Igual ou superior a 10 auditorias	20

ANEXO VI

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e da alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do Programa do Concurso]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º